



LÍLIAN TEIXEIRA DE SOUSA

**SINTAXE E INTERPRETAÇÃO DE NEGATIVAS SENTENCIAIS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**SYNTAX AND INTERPRETATION OF SENTENCIAL NEGATION IN
BRAZILIAN PORTUGUESE**

CAMPINAS, 2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

LILIAN TEIXEIRA DE SOUSA

**SINTAXE E INTERPRETAÇÃO DE NEGATIVAS SENTENCIAIS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Orientadora/Supervisor: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Lazzarini Cyrino

***SYNTAX AND INTERPRETATION OF SENTENTIAL NEGATION IN
BRAZILIAN PORTUGUESE***

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM
LINGUÍSTICA.**

**A THESIS PRESENTED AT THE INSTITUTE OF LANGUAGE
STUDIES IN PARTIAL FULFILLMENT OF THE
REQUIREMENTS FOR THE DEGREE OF Ph.D. IN THE
SUBJECT OF LINGUISTICS.**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

T235s Teixeira de Sousa, Lílian, 1980-
 Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no
 português brasileiro / Lílian Teixeira de Sousa. --
 Campinas, SP : [s.n.], 2012.

 Orientador : Sonia Maria Lazzarini Cyrino.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

 1. Gramática comparada e geral - Negação. 2.
 Gramática gerativa. 3. Foco (Linguística). 4. Língua
 portuguesa no Brasil. 5. Gramática comparada e geral -
 Sintaxe. I. Cyrino, Sonia Maria Lazzarini, 1957-. II.
 Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos
 da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Syntax and interpretation of sentential negation in Brazilian Portuguese.

Palavras-chave em inglês:

Grammar, Comparative and general - Negatives

Generative grammar

Focus (Linguistics)

Portuguese language in Brazil

Grammar, Comparative and general - Syntax

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Sonia Maria Lazzarini Cyrino [Orientador]

Uli Reich

Lorenzo Teixeira Vitral

Esmeralda Vailati Negrão

Plínio Almeida Barbos

Data da defesa: 29-08-2012.

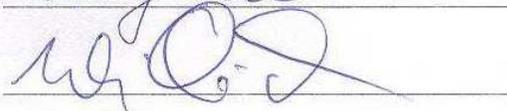
Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

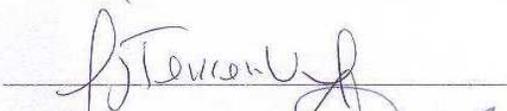
Sonia Maria Lazzarini Cyrino



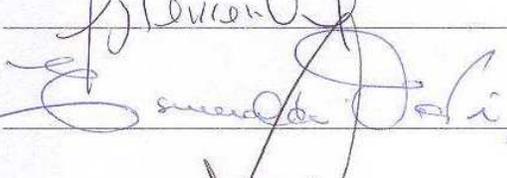
Uli Reich



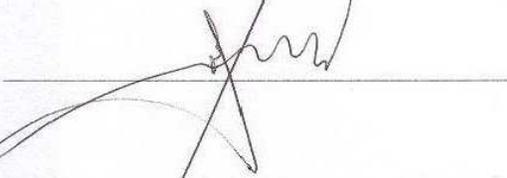
Lorenzo Teixeira Vitral



Esmeralda Vailati Negrão



Plínio Almeida Barbosa



Sérgio de Moura Menuzzi

Charlotte Marie Chambelland Galves

Mary Aizawa Kato

IEL/UNICAMP
2012

Aos meus pais, Osmar e Maria Luiza.

AGRADECIMENTOS

O período de realização de uma pesquisa de doutorado leva, inevitavelmente, à reflexão sobre o fazer científico. Estando, agora, no fim da minha trajetória, carrego a certeza de que a concretização de um projeto de pesquisa envolve muitas pessoas além daquela que escolhe o tema, levanta hipóteses, analisa e divulga os resultados. Dentre as muitas pessoas e mesmo instituições que contribuíram para a finalização desta pesquisa, estão professores, colegas, funcionários e amigos, aos quais eu gostaria de dedicar algumas curtas linhas.

Começo agradecendo à Unicamp, pela excelente estrutura e funcionários dedicados; à Fapesp, pela concessão da bolsa de estudos; e à Capes/Daad, pelo financiamento de um estágio doutoral no exterior.

Agradeço ainda à Prof.^a Sonia Cyrino, pela orientação e por ter apoiado um projeto com tantas interfaces. Não poderia deixar de agradecer também pela dedicação, incentivo e pelas respostas sempre rápidas aos meus muitos e-mails.

Agradeço aos professores do programa que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica. Em especial à professora Mary Kato e ao professor Plínio Barbosa, por todas as sugestões por ocasião de minha qualificação; tenho certeza que a tese melhorou bastante a partir de suas sugestões. E agradeço ainda à professora Charlotte Galves, por ter sido uma importante interlocutora desde o início do doutorado. Agradeço também aos professores Esmeralda Negrão, Lorenzo Vitral, Sérgio Menuzzi e Uli Reich, por aceitarem participar da banca de minha defesa de doutorado.

Por toda a ajuda na criação de uma metodologia para a coleta do *corpus* e paciência na revisão dos dados de fala, deixo um muito obrigada à Luciana Lucente.

Agradeço ainda à Aline Gravina e à Tatiane Macedo, por responderem aos questionários e pré-questionários (e foram muitos!), deixando sempre comentários e sugestões que foram muito importantes para a formulação de hipóteses e para a análise desenvolvida.

Não poderia deixar de agradecer também aos queridos amigos Aroldo Andrade, Gilcélia Menezes e Marcos Pires, por ouvirem as minhas dúvidas repetidas vezes durante o período final e mais árduo da escrita. E, pela companhia desde o início do doutorado, agradeço às amigas de sempre Julia Marinho e Karla dos Santos.

Durante o doutorado na Unicamp tive a possibilidade de conviver com três diferentes gerações de alunos, cada uma trazendo novas questões e novos olhares sobre os temas linguísticos. Agradeço pelo aprendizado e pela companhia aos amigos Ana Amélia Calazans, Ana Luiza Lopes, André Antonelli, Cândida Mara, Carlos Felipe Pinto, Cristina Prim, Cristiane Namiuti, Damaris Silveira, Elias Ribeiro, Elisângela Gonçalves, Eva Röβler, Flaviane Fernandes-Svartman, Francisco Menezes, Grecielly Cintra, Gustavo Freire, Juliana Trannin, Livia Cucatto, Malu Freitas, Marcela Braganholo, Marcela Lima, Melina Custódio, Pablo Faria, Paulo Medeiros, Priscila Toneli, Rita de Cássia Tagliaferre, Sabrina Casagrande e Vivian Meira.

Agradeço também aos amigos que, mesmo de outras áreas, contribuíram com minha pesquisa participando de testes, respondendo a questionários ou discutindo questões acadêmicas: obrigada a André Visinoni, Angélica Barros, Cristiano Pinto, David Lacerda, Ednaldo Cândido, Elizete Souza, Fernando Rodrigues, Iara Lages, Juliana Moreira, Juliana Menezes, Olavo Ximenes, Samantha Fonseca e Vanessa Testoni.

Por me receberem tão bem em Berlim, agradeço aos professores Uli Reich e Guido Mensching; aos colegas Cosima Scholz, Julia Zwink, Steffi Niehoff, Stephanie Gottal, Olga Kellert e, especialmente, às minhas colegas de sala e grandes amigas Anja Weingart e Doro Köhler.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família, pelo apoio de sempre e por entenderem minha ausência em muitas reuniões de família para me dedicar a este trabalho.

*Negation, one might say, is a gesture of exclusion, of rejection.
But such a gesture is used in a great variety of cases
(Wittgenstein)*

RESUMO

A negação sentencial no Português Brasileiro (PB) pode ser realizada através de três tipos diferentes de estruturas considerando o número e a posição de partículas negativas: [Neg V], [Neg V Não] e [V Não]. Essa distribuição é bastante rara nas línguas naturais, já que, geralmente, as línguas apresentam apenas uma estrutura para expressar negação sentencial e, algumas vezes, uma estrutura adicional com função discursiva. Alguns pesquisadores associam essa alternância de formas a um processo de mudança linguística conhecido como Ciclo de Jespersen (Schwegler 1991, Furtado da Cunha 1996), enquanto outros explicam a alternância em termos de estrutura informacional (Schwenter 2005; Cavalcante 2007, 2012). Neste estudo, buscamos descrever a ocorrência das estruturas na língua, através de testes de aceitabilidade e preferência, com o objetivo de formular uma análise dentro do quadro teórico da sintaxe gerativa que considerasse tanto as características distributivas quanto as possibilidades de interpretação dessas estruturas. Na literatura linguística é bastante recorrente a afirmação de que apenas a estrutura [Neg V] é livre de restrições sintáticas, o que tem servido de argumento para caracterizá-la como a negação padrão do PB. As outras duas formas, porém, apresentam fortes restrições sintáticas, não sendo ambas possíveis em perguntas-Qu ou em encaixadas temporais. Em nossa análise, verificamos que, além das diferenças entre forma padrão e formas marcadas, as estruturas [Neg V Não] e [V Não] apresentam distinções quando comparadas, por isso, as consideramos, assim como Biberauer & Cyrino (2009), como fenômenos diversos. [V Não], como observamos, não é possível em nenhum tipo de oração encaixada ou com o preenchimento de sujeitos não definidos ou ainda para veicular informação nova, estando restrita a contextos responsivos. [Neg V Não], por outro lado, não é compatível apenas com infinitivas ou encaixadas temporais e não apresenta restrições quanto ao tipo de sujeito e nem quanto ao tipo de informação, se nova ou dada. Também entoacionalmente as estruturas apresentam distinções, enquanto o *não* de [V Não] não é prosodicamente proeminente, o *não* final de [Neg V Não] pode ou não ser prosodicamente proeminente. Uma vez que tanto [Neg V] quanto [Neg V Não] podem veicular informação nova e dada, tratamo-las como negações semânticas. Considerando, entretanto, as restrições de [Neg V Não] em sentenças não temporalmente marcadas ou coocorrendo com conjunções subordinativas temporais, passamos a relacioná-la à categoria T. Tendo em vista, ainda, a incompatibilidade dessa estrutura em contextos narrativos, em que não há proposições, mas o sequenciamento de eventos, definimos essa estrutura enquanto um tipo de negação semântica com escopo sobre proposições em oposição à [Neg V], que teria escopo sobre situações. [V Não], por ocorrer unicamente em contextos responsivos e não ser capaz de licenciar itens de polaridade, é interpretada não como uma negação semântica, mas como uma estrutura com a função pragmática de foco. Do ponto de vista teórico, considerando a proposta de Fases, relacionamos a estrutura [Neg V] à fase V, [Neg V Não] à fase T e [V Não] ao CP, periferia à esquerda da fase T.

PALAVRAS-CHAVE: Negação sentencial, Estrutura Informacional, Focalização, Português Brasileiro, Sintaxe Formal.

ABSTRACT

Sentential negation in Brazilian Portuguese (BP) may be accomplished through three different kinds of structures, considering the number and position of the negative particles: [Neg V], [Neg V Não] and [V Não]. This distribution is quite rare in natural languages, which usually feature only one structure to express sentential negation, with an optional structure to convey a discourse function. While some researchers have identified this alternation between forms with a process of linguistic change known as Jespersen's Cycle (Schwegler 1991, Furtado da Cunha 1996), some others explain this variation in terms of information structure (Schwenter 2005; Cavalcante 2007, 2012). In this study, we seek to describe the occurrence of these structures in BP by means of acceptability and preference tests, with the objective of formulating an analysis within the theoretical framework of generative syntax that would consider both distributive characteristics and possible interpretations of these structures. In the linguistic literature, it is frequently claimed that the [Neg V] structure is the only one devoid of syntactic restrictions. Such an idea has been presented as an argument for its character as the standard negation form in BP. On the other hand, the other two forms do have strong syntactic restrictions, once they are not both possible in *wh*-questions or in embedded time clauses. In our analysis we have noticed that, in addition to the differences between the standard form and the other ones, there is a distinction between the [Neg V Não] and [V Não] structures. Therefore we consider them to be separate phenomena, likewise Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b): [V Não], as we have observed, is impossible in all kinds of embedded clause, with undefined subjects or even when conveying new information, as it is restricted to response contexts; [Neg V Não], on the other hand, is only incompatible with infinitive or embedded time clauses, and is unrestricted as to the type of subject or type of information conveyed, that is, whether new or given. These structures also contain intonational distinctions: while the 'não' in [V Não] is not prosodically prominent, the final 'não' in [Neg V Não] may or may not be prosodically prominent. Given that both [Neg V] and [Neg V Não] can convey both new and given information, they are treated as semantic negations. By taking into account that [Neg V Não] is not acceptable either in infinitival sentences or in sentences introduced by temporal conjunctions, we put forth that the second 'não' is merged in the T domain. Besides, given the incompatibility of this structure with narrative contexts in which there are no propositions but rather a sequence of events, we have defined this structure as a kind of semantic negation taking scope over propositions as opposed to [Neg V], which takes scope over situations. And because [V Não] occurs solely in the context of response and does not allow for polarity items, we have defined it not as a semantic negation, but as a structure marking pragmatic focus. From a theoretical standpoint, considering Phase Theory, we have related the [Neg V] structure to the V phase, [Neg V Não] to the T phase and [V Não] to the CP, the left periphery of the T phase.

KEYWORDS: Sentential Negation, Information Structure, Focus, Brazilian Portuguese, Formal Syntax.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Restrições de acento de <i>pitch</i> pela <i>topline</i> de seus respectivos domínios prosódicos...	181
Figura 2 - Supressão de registro pós-nuclear (Féry & Ishihara 2010: 44)	181
Figura 3 - Contornos ascendentes >HL e LH sobre as palavras "mesmo" e "perdendo"	189
Figura 4 - Contorno ascendente HLH sobre "governo"	189
Figura 5 - Contorno vLH entre dois picos de <i>f0</i>	190
Figura 6 - Contorno descendente HL sobre "manhã"	190
Figura 7 - Contorno descendente >HL sobre "pensa"	191
Figura 8 - Contorno LHL, com início na descida do contorno >LH e fim na vogal tônica de "acabar"	191
Figura 9 - <i>f0</i> da sentença 'A Maria foi ao cinema assistir o Cisne Negro' em contexto neutro	192
Figura 10 - <i>f0</i> da sentença 'ele disse que não foi convidado' com <i>upstep</i>	193
Figura 11 - <i>f0</i> da sentença 'num vai sair com meu carro não'	194
Figura 12 - <i>f0</i> da sentença 'eu acho que o João não vai não'	195
Figura 13 - <i>f0</i> da sentença 'eu não vou entrar aí não'	195
Figura 14 - <i>f0</i> da sentença 'eu num fui na palestra não'	196
Figura 15 - <i>f0</i> da sentença 'num vai sair com meu carro não'	197
Figura 16 - <i>f0</i> da sentença 'eu acho que o João não vai não'	197
Figura 17 - <i>f0</i> da sentença 'melhorou não'	200
Figura 18 - <i>f0</i> da sentença 'tô sabendo não'	200
Figura 19 - <i>f0</i> da sentença 'o João vai não'	201

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Distribuição sintática dos itens negativos.....	29
Quadro 2 - Distribuição das estruturas negativas em relação ao <i>status</i> do discurso.....	79
Quadro 3 - Resultado em número absoluto da parte 2 do Teste 1	88
Quadro 4 - Resultado em número absoluto do Teste 2.....	90
Quadro 5 - Distribuição geográfica dos informantes do Teste 3	93
Quadro 6 - Sentenças utilizadas na parte 1 do Teste 4.....	93
Quadro 8 - Contextos e sentenças utilizados na Parte 2 do Teste 3.....	95
Quadro 9 - Contextos/sentenças usadas no Teste 4.....	97
Quadro 10 - Perguntas-Qu e respostas com focos diferentes	175
Quadro 11 - Sentenças e contextos utilizados para coleta de dados	186
Quadro 12 - O sistema DaTo em relação à fonologia entoacional	188
Tabela 2 - Resultado em número absoluto e percentual da parte 1 do Teste 1.....	86
Tabela 4 - Resultado em número absoluto e percentual da parte 2 do Teste 3.....	96
Tabela 5 - Resultado em número absoluto e percentual do Teste 4	98
Tabela 6 - Frequência e percentual de desacentuação e <i>upstep</i> nos Grupos 1 e 2.....	198
Tabela 7 - Frequência e percentual de um ou dois contornos nos Grupos 1 e 2.....	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

	SIMBOLOS E ABREVIATURAS EM GLOSAS	C	Complementizador (COMP)	(α)	α é opcional
1	primeira pessoa	CN	concordância negativa	* α	α é agramatical
2	segunda pessoa	D	determinante	? α	α é marginal
3	terceira pessoa	Den	denegação	# α	α não é adequada
ASP	aspecto	DN	<i>double negation</i>		
CL	clítico	<i>e</i>	variável evento		OUTRAS
CLAS	classificador	ef	traço de borda		CONVENÇÕES
EXPL	expletivo	\exists	variável existencial		UTILIZADAS
FUT	futuro	EPP	Princípio de Projeção Estendida	PE	Português Europeu
INF	infinitivo	φ	traços de gênero, número, pessoa	PB	Português Brasileiro
O	objeto	Foc	foco		
PART	partícula	F	traço de foco		
PAS	passado	FA	foco assertivo		
PERF	perfectivo	FC	foco contrastivo		
PL	plural	FF	forma fonética		
PRE	presente	FL	forma lógica		
PROG	progressivo	Force	força ilocucionária		
S	sujeito	HMC	restrição de movimento de núcleos		
SG	singular	<i>i</i>	traço interpretável		
	SIMBOLOS E ABREVIATURAS – FONOLOGIA	I	flexão (Infl)		
<i>f</i> 0	frequência fundamental	N	nome		
P	sintagma fonológico	Neg	negação		
I	sintagma entoacional	P	proposição		
U	enunciado fonológico	Pol	polaridade		
NRS	regra de acento nuclear	Q	quantificador		
H	tom alto	<i>s</i>	variável situação		
L	tom baixo	Spec	especificador		
>	alinhamento antes ou depois do pico	Σ	polaridade (sigma)		
	SIMBOLOS E ABREVIATURAS – SINTAXE	T	tempo (flexão)		
Aff	afirmação	<i>t</i>	variável tempo		
Agr	concordância	Top	tópico		
Asp	aspecto	<i>u</i>	traço não interpretável		
Ast	asserção	V	verbo		
		<i>v</i>	verbo leve		
		X^0	núcleo		
		X'	nível intermediário		
		XP	sintagma		
		Z	tempo referencial (zeit)		
		\neg	negação lógica		
		\forall	quantificador universal		

SUMÁRIO

Introdução	1
Motivação e objetivos	1
Estrutura da tese	9
Capítulo I.....	11
A negação em análise.....	11
1.1 Forma e função: a gramática da negação	11
1.1.1 Pollock e a categoria NegP.....	12
1.1.2 Laka e a categoria ΣP	17
1.1.3 Zanuttini: a categoria PolP e os marcadores negativos	24
1.2 Sobre o Ciclo de Jespersen.....	31
1.3 Tipos de negação, pressuposição e foco.....	34
1.3.1 Negação externa <i>versus</i> negação interna.....	35
1.3.2 Negação, pressuposição e foco.....	43
1.4 Resumo.....	46
Capítulo 2.....	49
A Negação no Português Brasileiro	49
2.1 Sobre NegP.....	50
2.2 Além de NegP	59
2.3 Algumas considerações sobre pragmática.....	72
2.4 Conclusões do capítulo.....	80
Capítulo 3.....	83
Da distribuição e interpretação das estruturas [Neg V Não] e [V Não] no PB	83
3.1 Questões metodológicas	84
3.1.1 Sobre os testes	85
3.2 [Neg V Não] <i>versus</i> [V Não].....	98
3.2.1 Distribuição sintática.....	99
3.2.2 Sobre interpretação.....	103
3.3 Sobre [Neg V Não].....	115
3.3.1 Tempo, eventualidade e proposição	115
3.3.2 [Neg V Não] enquanto negação de proposição	124
3.4 Sobre [V Não]	130
3.5 Distinguindo denegação e foco de verdade em [Neg V Não]	144
3.6 Das gramáticas do PB	162
3.7 Conclusões do capítulo.....	166
Capítulo 4.....	169
A prosódia das negativas sentenciais não canônicas no PB.....	169
4.1 A fonologia prosódica	170
4.2 Prosódia e estrutura informacional.....	174
4.2.1 Algumas considerações sobre Foco Linguístico	174
4.2.2 As noções de foco, estrutura informacional e a entoação	179
4.2.3 O padrão entoacional do PB.....	182
4.3 O experimento	183
4.3.1 Métodos e Procedimentos	183
4.3.2 Os informantes	183

4.3.3 Metodologia das gravações	184
4.3.4 Coleta e tratamento dos dados.....	184
4.3.5 O sistema DaTo.....	187
4.4 Análise e discussão dos dados obtidos.....	191
4.4.1 Os padrões prosódicos de [Neg V Não].....	194
4.4.2 Os padrões de [V Não].....	199
4.6 Conclusões do capítulo.....	202
Capítulo 5.....	205
Da derivação das sentenças negativas no PB.....	205
5.1 Derivação em Fases.....	206
5.1.1 Pressupostos Minimalistas	206
5.1.2 A proposta de Fases.....	206
5.2 Perspectiva cartográfica	210
5.3 Isomorfia de fases	211
5.3.1 Níveis e quantificação	214
5.3.2 Estrutura argumental e estrutura situacional	216
5.4 Derivando negação.....	222
5.4.1 Polaridade e Foco.....	222
5.4.2 A derivação de [Neg V] e [Neg V Não].....	227
5.4.3 A derivação de estruturas [V Não].....	230
5.5 Conclusões do capítulo.....	231
Considerações Finais.....	233
Referências.....	237
Anexo I.....	251
Anexo II	253
Anexo III	257

Introdução

Motivação e objetivos

Horn (2001) introduz seu livro *A natural history of negation* afirmando que todos os sistemas humanos de comunicação contêm uma representação de negação. O caráter universal do fenômeno tem despertado o interesse de estudiosos da linguagem desde os estudos inaugurais de Platão e Aristóteles até os dias de hoje. A forma como o tema é abordado, no entanto, distancia o estudo da negação em línguas naturais dos trabalhos desenvolvidos pelos lógicos. Se para esses há uma relação simétrica entre afirmação e negação, sendo negação entendida como um operador que atua sobre o valor de verdade de uma proposição, o mesmo não é observado nas línguas naturais. A negação sentencial envolve expressões que não estão presentes na afirmação, sendo possível a ocorrência de múltiplos marcadores em concordância negativa, além de possuir uma estrutura mais complexa que a afirmação.

Embora a negação seja um fenômeno comum às línguas naturais, a sua expressão varia de língua para língua, ou de família de línguas para família de línguas. A negação sentencial pode ser realizada fonologicamente, morfologicamente, sintaticamente, lexicalmente ou pela combinação de mais de uma estratégia. Segundo assumem diversos autores (Jespersen 1965, Pollock 1989, Zanuttini 1989, dentre outros), há três estratégias possíveis para marcar a negação sentencial estrutural em uma língua natural, considerando o número de elementos negativos e a sua posição em relação ao verbo, pré-verbal, pré- e pós-verbal ou pós-verbal:

- (1) a. *Hoy **no** há llovido* (espanhol, Montserrat & Hernanz 2008)
hoje neg tem chovido
'Hoje não choveu'
- b. *Ê **na** sê piska **fa*** (são tomense, Hagemer 2007)
eu neg saber pescar neg
'Eu não sei pescar'

- c. *Hy verstaan dit nog nie* (afrikaner, Biberauer 2008)
ele entende isso ainda neg
'Ele ainda não entendeu isso'

Os exemplos em (1) ilustram a estrutura da negação descritiva ou *default* nessas línguas – [Neg V] no caso do espanhol, [Neg V Neg] em são tomense e [V Neg] no africâner. Ao que parece, pelo menos no que diz respeito à negação, as línguas naturais obedecem ao princípio de economia que exclui a existência de duplês, ou seja, mais de uma forma expressando uma mesma função (Kroch 1994). Assim, se uma língua, além da negação *default*, apresenta outras estruturas negativas, o que se espera é a convivência de gramáticas distintas como resultado de um processo de mudança linguística ou a expressão de funções pragmáticas.

O português brasileiro (PB), conforme apontado por muitos autores (e.g. Furtado da Cunha 1996; Roncarati 1996; Martins 1997; Alkmim 2001; Ramos 2001; Schwenter 2005; Cavalcante 2007, 2012; Biberauer & Cyrino 2009; Teixeira de Sousa 2010), apresenta três diferentes estruturas funcionando como negação sentencial.

- (2) a. A Ana *não/num* foi ao teatro
b. Eu *não/num* fui no teatro *não*
c. Fui no teatro *não*

Alguns autores (Schwegler 1991, Furtado da Cunha 1996) associam esta alternância de formas a um processo de mudança que envolveria o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal e uso posterior de outro elemento como reforço, levando, finalmente, à realização de negação sentencial pós-verbal na língua. Esses trabalhos fazem referência, de forma direta ou não, ao Ciclo de Jespersen¹.

Dentro dos estudos sobre negação sentencial, é essencial mencionar o trabalho desenvolvido por Jespersen (1917). Discutindo a posição da negação em relação ao verbo, Jespersen percebeu que a posição da negação pode indicar diferentes estágios de uma

¹ Nos exemplos em (2) e também em PB, o item negativo pós-verbal aparece em uma posição ainda mais encaixada, pós-VP. No entanto, há línguas em que o item ocorre entre o verbo e o complemento, por isso, como forma de unificar a representação, usaremos para ambos os casos a sigla V e não VP.

língua específica. O processo de mudança, segundo o autor, tem seu início em elementos negativos pré-verbais que se reduzem, sendo incorporados ao verbo, ao mesmo tempo em que aparecem outros elementos pós-verbais que adquirem valor negativo historicamente. Dahl (1979) retoma o trabalho de Jespersen e sugere a existência de um ciclo da negação que apresentaria as seguintes etapas:

(3) Ciclo de Jespersen

Francês

1° Jeo **ne** di

2° Je **ne** dis **pas**

3° Je dis **pas**

Como o ciclo acima ilustra, uma língua que apresente negação pré-verbal pode passar a uma língua de negação pós-verbal passando por um estágio intermediário composto por dois itens negativos, um pré- e outro pós-verbal. Nessa etapa intermediária do processo de mudança, prevê-se o enfraquecimento semântico do marcador negativo pré-verbal e a emersão de outro item negativo com função de reforço. Uma vez que no PB é possível a ocorrência de estruturas [Neg V Neg] e [V Neg] além da forma canônica pré-verbal, muito se especulou sobre a existência de um processo de mudança envolvendo a posição da negação no PB. No entanto, como alguns trabalhos já apontam (Schwenter 2005; Cavalcante 2007, 2012; Biberauer & Cyrino 2009; Teixeira de Sousa 2008, 2010), as estruturas exibidas em (2b-c) apresentam restrições sintáticas e propriedades semânticas e discursivas que as diferenciam da negação não marcada (2a). Essas restrições relacionadas às estruturas [Neg V Não] e [V Não] mostram que essas estruturas não estão relacionadas diacronicamente no PB. No francês, não se observou restrições no uso de nenhuma das estruturas negativas, sendo que ambas apresentam a mesma distribuição sintática.

Segundo Schwenter (2005), a dupla negativa ([Neg V Neg]) e a negativa final ([V Neg]) são mais sensíveis a propriedades estrutural-funcionais do discurso, sendo usadas a partir de informação dada. Cavalcante (2012) também sustenta que o *não* final de sentenças no PB é responsável pela negação ou confirmação de elementos presentes no contexto discursivo, denominando-a negação anafórica. Já Biberauer & Cyrino (2009a,

2009b) defendem que há dois diferentes *nãos* na posição pós-sentencial com diferentes funções.

Além de questões interpretativas relacionadas às estruturas [Neg V Neg] e [V Neg], há também questões sintáticas importantes, como a restrição de [V Neg] em subordinadas. Também com relação à [Neg V Neg], percebe-se que no PB, o segundo item negativo ocorre na posição final absoluta da sentença e não intervindo entre verbo e complemento, como ocorreu com as línguas românicas que passaram pela etapa dois do ciclo de Jespersen:

- (4) a. Jean *n'* aime *pas* la viande [Francês]
Jean neg gosta neg a carne
'O Jean não gosta de carne'
b. Maria *n'*a mangia *nen* la carne [Piemontês]
Maria neg come não a carne
'A Maria não come carne'

A coexistência das três estruturas negativas no PB marca uma diferença na realização da negação sentencial dessa língua com relação a outras, uma vez que a estrutura [V Neg] foi observada ostensivamente apenas como negação *default* em outras línguas. A especificidade interpretativa dessa estrutura parece ser uma particularidade do PB, o que motiva este estudo.

A alternância de estruturas negativas, é importante salientar, não corresponde sempre a um processo de mudança linguística. Há línguas como o catalão, o africâner e alguns dialetos do italiano em que, por exemplo, a estrutura do tipo [Neg V Neg] é usada num contexto pragmático específico, para realçar o valor negativo da sentença, sem que isso tenha levado a um processo de mudança linguística:

- (5) a. *No ho sé cap* (catalão, Schwegler 1983)
neg eu sei neg
'Não sei mesmo'
b. *Non sente mica* (italiano, Poletto 2009)
neg ouve neg
'Não ouve nada'

A coocorrência de itens de polaridade negativa com um marcador negativo, como mostrado nos exemplos acima, é uma característica geral das línguas, como já apontado pelo próprio Jespersen (1917). E embora o marcador *pas* do francês tenha sua origem a partir de um minimizador que funcionou durante um período da língua como um item de polaridade negativa, não é a simples existência desse fenômeno o que leva à mudança na posição do marcador negativo. É ainda necessário, considerando o Ciclo de Jespersen, que o marcador original se enfraqueça fonologicamente e perca a sua propriedade de negar a sentença independentemente. Como mostraremos no decorrer da tese, o marcador negativo pré-verbal no PB, embora possa ser reduzido para *num*, mantém a propriedade de negar a sentença independentemente, assim como pode ser realizado em sua forma plena *não* e, ainda, com proeminência prosódica.

A proeminência prosódica associada ao marcador negativo parece ser algo fundamental no entendimento tanto da relação entre marcadores e itens de polaridade no que diz respeito à mudança representada pelo Ciclo de Jespersen quanto a efeitos de natureza discursiva oriundos da coocorrência desses elementos. Como defende Van der Auwera (2009), a mudança correspondente às etapas dois e três do ciclo da negação em francês está relacionada à impossibilidade de atribuir proeminência prosódica ao *ne* e a possibilidade de realização desta sobre o *pas*, o que tornaria mais econômico a substituição da negação sentencial bipartida (*ne...pas*) pela forma pós-verbal *pas*.

A possibilidade de realização de proeminência prosódica sobre o *não* pré-verbal, ou mesmo sobre a forma clítica *num*, indica que diferentemente do *ne* francês, o marcador negativo pré-verbal no PB mantém a propriedade de ênfase. Essa característica é ainda mais clara em contextos de negação expletiva, em que o *não/num* não tem valor negativo, mas tem valor enfático: *E não/num cheguei atrasada!* (= eu cheguei atrasada mesmo!).

Se o *não* pré-verbal do PB, apesar de apresentar uma forma clítica, ainda pode receber proeminência prosódica correntemente, assim como é capaz de negar a sentença sozinho, não faz sentido pensar na coocorrência de outro elemento negativo com a função única de reforço. Isso nos leva a considerar que a informação simplesmente negada ou

enfaticamente negada no caso de uma estrutura com o *não* pré-verbal e de uma dupla marcação ([Neg V Não]) não é efetivamente a mesma. Assim, também não nos parece correto analisar a estrutura [Neg V Não] como a realização de negação mais ênfase ([Não_{+neg} V Não_{+ênfase}]).

Como vimos, a coocorrência entre marcador negativo e item de polaridade negativa é um fenômeno recorrente nas línguas com função de ênfase ou reforço. Assim, como forma de distinguir esse fenômeno da marcação [Não V Não], faremos sempre uso da representação [Neg V Não] para tratar do fenômeno da ocorrência de dois marcadores negativos. Outro fator adicional para essa escolha é que também nessa representação admitimos que o *não* final nessa estrutura coocorre tanto com as formas plena, *não*, e reduzida, *num*, quanto com palavras negativas em posição pré-verbal (*nada*, *ninguém*, *nunca*, dentre outras).

Para a grande maioria dos autores que tratam da alternância de estruturas negativas no PB, as formas [Neg V Não] e [V Não] estão igualmente relacionadas a questões discursivas, principalmente com relação ao *status* da informação veiculada. Para Schwenter (2005), essas estruturas negativas ocorrem em contextos de informação dada, no caso de [V Não], ou informação dada/inferível no caso de [Neg V Não], o que também é usado como argumento por Cavalcante (2012), que as trata como negação anafórica. Neste trabalho, mostraremos que a estrutura [Neg V Não], diferentemente de [V Não], também é possível, embora menos frequente, em contextos em que informação nova é veiculada. Assim, entendemos que a estrutura [Neg V Não] não corresponde a uma denegação com a função de corrigir ou rejeitar algo apresentado no contexto do enunciado, mas sim a uma negação semântica com escopo sobre a proposição.

Argumentamos, assim como Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), que o *não* final de estruturas [Neg V Não] e [V Não] não é o mesmo. Diferentemente das autoras, no entanto, não vemos [Neg V Não] como uma negação enfática, mas uma negação semântica com escopo diferente da negação [Neg V]. Como mostraremos, a principal restrição em relação à ocorrência de estruturas [Neg V Não] está em contextos narrativos, em que não há proposição, mas a sucessão de eventos, e em encaixadas temporais em que o Tempo Referencial (Reichenbach 1947; Stowell 1996; Giorgi & Pianesi 1997; Hornstein 1999)

está vinculado ao Tempo da oração matriz. Considerando que proposições são estritamente temporais, propomos que o *não* final em estruturas [Neg V Não] funciona como uma negação sobre a proposição que possui a propriedade de vincular independentemente o Tempo Referencial, enquanto o *não* de estruturas [Neg V] tem escopo sobre eventualidade (Cf. Davidson 1967) ou situação (Cf. Ramchand 1987; Stowell 1996).

No que diz respeito ao *não* de estruturas [V Não], apresentamos dados que confirmam trabalhos anteriores que associam essa estrutura ao *status* da informação. Dessa forma, propomos que esta estrutura corresponde à realização de denegação, sendo possível apenas em contextos responsivos com a função de rejeitar algo que é apresentado como possivelmente verdadeiro.

No presente trabalho pretende-se, assim, analisar que especificidades interpretativas estão relacionadas às estruturas [Neg V Não] e [V Não]. Assumindo que interpretações pragmáticas engatilhadas via associação entre forma sentencial e contexto discursivo são determinadas por regras e princípios da gramática, constitui parte dos nossos objetivos verificar que mecanismo gramatical é responsável pela derivação das estruturas ilustradas em (2b-c).

A teoria na qual nos embasamos é a teoria gerativa, principalmente as formulações sistematizadas no Programa Minimalista. Nesse quadro teórico, a linguagem é entendida como uma forma ótima de ligar som e sentido, sendo a essas noções atribuído um sentido técnico nos termos de sistemas de interface que atuam no uso e na interpretação de expressões geradas pela língua-I.

Chomsky (2008) afirma que certos deslocamentos em sintaxe são resultado de requerimentos da interface semântica. Segundo o autor, objetos sintáticos seriam formados através da operação concatenar (*merge*), que pode ser de dois tipos: concatenar (*merge externo*) e reconcatenar (*merge interno*). As duas operações resultam em {X, Y}, sendo que em concatenar, Y não é parte de X, e em reconcatenar, Y é parte de X. A partir disso, espera-se que as duas operações tenham diferentes efeitos nas interfaces. Na interface fonética, o efeito é deslocamento; na interface semântica, as diferentes operações se relacionam com a dualidade da semântica, concatenar resulta em estrutura argumental e reconcatenar em propriedades relacionadas com discurso, como informação dada e

especificidade. Assim, concatenar tem como função juntar dois itens sintáticos pela primeira vez ou juntar um item lexical novo a um objeto sintático pré-existente. Por exemplo, concatenar junta os itens lexicais *quer* e *café* formando o objeto sintático {quer café} e, depois, junta *ela* a esse objeto, como (6a). Já reconcatenar toma um componente sintático pré-existente e o reconecta com um objeto sintático pré-existente, por exemplo, o sintagma argumento interno é extraído de um objeto sintático pré-existente e recolocado numa posição mais alta na estrutura, sendo então interpretado como tópico (6b).

- (6) a. [_{VP} Ela [quer café]
b. [_{CP} Café [_{TP} eu não tomo café]

O objetivo geral desta tese é apresentar uma análise formal das negativas sentenciais no português brasileiro. Os objetivos específicos são:

- Apresentar uma descrição da ocorrência de variação na realização das negativas sentenciais.
- Evidenciar a relevância dos fatores semântico-pragmáticos para a ocorrência da alternância de formas.
- Relacionar realização prosódica e interpretação no que diz respeito à alternância de estruturas negativas.
- Oferecer uma análise formal que contemple os fatores semânticos/pragmáticos envolvidos.

No que diz respeito às estruturas [Neg V Não] e [V Não], como mostraremos no decorrer da tese, elas apresentam propriedades discursivas e, considerando a disposição dos elementos na estrutura, parecem ser estruturas de deslocamento. Acreditamos que a derivação dessas estruturas seja resultado de requerimentos de interface: os objetos sintáticos teriam de ser movidos para receberem certas interpretações. Dessa forma, aventamos as seguintes hipóteses:

- A estrutura com apenas um *não*₁ na posição pré-V [Não₁ V] corresponde à negação de situação, podendo ser descrita como negação *default* do PB, já que pode ocorrer em qualquer contexto.

- Já as sentenças com *não* final apresentariam funções semântico-pragmáticas distintas codificadas pela sintaxe:
 - o *não*₂ em estruturas [Neg V Não₂], por apresentar uma forte restrição em estruturas com vinculação de Tempo, corresponde a uma negação proposicional;
 - o *não*₃ em estruturas [V Não₃] corresponde a um marcador de função elocucionária, gerado inicialmente na periferia à esquerda da sentença.

Estrutura da tese

Como o estudo aqui desenvolvido faz uma intersecção entre diferentes áreas da linguística, podendo ser, por isso, classificado como um estudo de interface, optamos por tratar de desenvolvimentos teóricos internamente a cada capítulo. Os dois primeiros capítulos são dedicados aos estudos sobre negação enquanto objeto de análise linguística e sobre a alternância de estruturas negativas sentenciais.

No primeiro capítulo, *A negação em análise*, apresentamos os principais trabalhos no que diz respeito à negação em línguas naturais, considerando seus aspectos semânticos e pragmáticos, mas, principalmente, sintáticos. Nosso objetivo, nesse capítulo, é situar o leitor no tratamento teórico da negação sentencial.

No Capítulo 2 – *A negação sentencial no PB*, são apresentadas e discutidas as abordagens teóricas sobre o fenômeno da negação no PB. Nesse capítulo, procuramos apontar avanços e, em alguns casos, lacunas no que diz respeito ao tratamento ao fenômeno em análise.

No Capítulo 3 – *Distribuição e interpretação das estruturas [Neg V Não] e [V Não] no português brasileiro*, tratamos da distribuição das estruturas negativas no PB, apontando as principais restrições sintáticas e diferenças interpretativas. Nesse capítulo, apresentamos argumentos em defesa da hipótese de que o *não* de estruturas [Neg V Não] e [V Não] não corresponde ao mesmo item. Focamos, principalmente, em questões semânticas e discursivas relacionadas às estruturas [Neg V Não] e [V Não].

No Capítulo 4 – *A prosódia das negativas sentenciais não canônicas no PB*, apresentamos os resultados de um experimento realizado com o intuito de verificar as características prosódicas das estruturas negativas em estudo. Aqui, procuraremos apontar importantes aspectos prosódicos associados ao fenômeno.

No Capítulo 5 – *Da derivação das sentenças negativas no PB*, tratamos especificamente da caracterização sintática das estruturas em análise; é nesse capítulo que apresentamos nossa proposta de derivação das negativas sentenciais [Neg V Não] e [V Não] no PB.

Finalmente, nas *Considerações Finais*, resumimos os principais resultados da tese.

Capítulo I

A negação em análise

A negação é um fenômeno que envolve várias áreas de conhecimento, como lógica, semântica, sintaxe, pragmática e psicolinguística. Desde seu estudo enquanto operador lógico até seu papel no entendimento de processos diacrônicos, na interpretação e no processamento de segmentos linguísticos, a negação é tema recorrente.

Dentre os muitos estudos envolvendo negação, destacam-se questões de escopo, polaridade, foco e negação metalinguística. Também investigações sobre a expressão da negação sentencial têm contribuído para o entendimento da natureza da interface sintaxe-semântica no campo da teoria gerativa. Muitos desses temas estão, de certa forma, inter-relacionados. Por esse motivo, apresentamos neste capítulo os principais desenvolvimentos teóricos no que diz respeito ao estudo da negação e, principalmente, da negação sentencial.

O capítulo é dividido em quatro seções: 1) Forma e função: a gramática da negação, em que serão apresentados os estudos sobre a derivação de sentenças negativas; 2) Sobre o Ciclo de Jespersen; 3) Tipos de negação, pressuposição e foco, tratando principalmente de questões interpretativas e discursivas; e, por fim, 4) as considerações finais sobre o capítulo.

1.1 Forma e função: a gramática da negação

A negação tem sido tópico discutido em inúmeros trabalhos de base gerativa, recebendo especial atenção nos trabalhos desenvolvidos por Klima (1964) e Chomsky (1957). Nesses trabalhos, em que a arquitetura da estrutura frasal ocupava um papel central, reconhecia-se a similaridade semântica e sintática entre *not* e advérbios negativos no inglês, o que levou à postulação de um elemento negativo abstrato (Neg) que abarcaria todos esses elementos. Nas últimas décadas, várias das teorias sobre negação sofreram profundas

modificações, permanecendo, no entanto, a categoria Neg como uma categoria sempre presente em estruturas negativas.

Emonds (1978) é o primeiro a estabelecer diferenças de distribuição existentes entre partículas negativas e uma classe específica de advérbios que ocuparia a posição inicial do VP (*often, souvent* etc.). Comparando dados do inglês e do francês, Emonds chega à conclusão de que elementos negativos seriam gerados em adjunção ao VP do mesmo modo que os advérbios *often* e *souvent*. Sua posição pós-verbal seria resultado do alçamento do verbo para o núcleo de IP em orações finitas.

Em trabalhos mais recentes, Pollock (1989), Laka (1990), Zanuttini (1991, 1995 e 1997) e Poletto (2009) apresentam análises da estrutura oracional a partir do fenômeno da negação. Pollock (1989), partindo do trabalho de Emonds, propõe que a negação pertence a uma categoria funcional específica denominada NegP. De acordo com o autor, a categoria IP deve ser cindida em TP e AgrP, que carregariam, respectivamente, os traços de *tempo* e de *concordância* que constituem I, e a categoria NegP interviria entre essas duas projeções.

Laka (1990), Zanuttini (1995) e Poletto (2009), da mesma forma que Pollock, argumentam a favor da categoria NegP. No entanto, para essas autoras, a categoria NegP pode ocorrer em diferentes posições na estrutura arbórea. Laka propõe a existência de uma categoria Σ P que, relacionada a ato ilocucionário, estaria presente tanto em sentenças negativas quanto positivas, havendo variação paramétrica entre línguas em que Neg subcategoriza Infl e línguas em que Infl subcategoriza Neg. Zanuttini defende que NegP pode ocorrer entre AgrP e TP, conforme propõe Pollock, mas também imediatamente abaixo do VP. Já Poletto (2009) expande ainda mais as possibilidades de realização de Neg na estrutura frasal, que poderia ocorrer em quatro diferentes posições.

Vejamos em detalhes cada uma dessas análises.

1.1.1 Pollock e a categoria NegP

Pollock, em seu trabalho *Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP*, de 1989, trata de diferenças na sintaxe do inglês e do francês como

argumento para dizer que *Infl* (flexão) deve ser considerada como um constituinte com dois conjuntos de traços ($[\pm \text{Tempo}, \pm \text{Agr}]$), os quais correspondem cada um a um núcleo sintático de uma projeção máxima, a saber, TP e AgrP. Adicionalmente, o autor sugere que ambas as línguas possuem uma projeção máxima NegP.

Dentre as diferenças significativas entre o inglês e o francês, apontadas por Emonds (1978) e retomadas por Pollock, está a posição de advérbios como *often/souvent*, *seldom/rarement*, *hardly/à peine* e a negação (*not, ne...pas*):

- (1) a. *John kisses *often* Mary.
 b. Jean embrasse *souvent* Marie.
 c. John *often* kisses Mary.
 d. *Jean *souvent* embrasse Marie.
- (2) a. *John likes *not* Mary.
 b. Jean (*n'*) aime *pas* Marie.

(Pollock 1989: 367)

Como os exemplos acima mostram, em inglês os advérbios em questão aparecem, em frases finitas simples, sempre em posição pré-verbal, enquanto no francês, esses ocorrem em posição pós-verbal. A alteração nessas ordens implica agramaticalidade, exemplos (a) e (d), com exceção dos verbos modais e auxiliares em inglês. Emonds interpreta essa diferença como resultado do movimento do verbo para a posição de auxiliar (IP) no francês e o abaixamento do traço de tempo para o núcleo do VP em inglês.

Segundo Pollock, a análise de Emonds, no entanto, não responde às seguintes questões: (1) Por que o movimento do verbo para Infl é lexicalmente restrito no inglês moderno e o movimento do afixo não pode ser aplicado em orações com tempo em francês? (2) Por que a GU permite o movimento de afixo, que é uma regra de abaixamento? (3) Por que a partícula *not* bloqueia o movimento de afixo enquanto outros advérbios não o fazem? E (4) Por que o Movimento do Verbo, sendo possível, é obrigatório?

Para responder a essas perguntas, Pollock lança mão da Teoria Theta e da Teoria Quantificacional. Segundo o autor, enquanto a Teoria Theta e a natureza de Agr restringe o movimento do verbo, a Teoria da Quantificação torna esse movimento

obrigatório em orações com tempo. Assim, um T[+finito] se comporta como um operador, ligando uma variável que, nesse caso, é o traço deixado pelo movimento do verbo. Nessa proposta, sendo T um operador, o movimento de V é obrigatório e se esse não ocorre em inglês é porque a Teoria Theta impede. Considerando a Teoria da Quantificação, a GU teria duas maneiras de resolver esse problema: ou livrando-se de Agr ou permitindo que um auxiliar fosse gerado em substituição ao verbo lexical que permanece imóvel. O inglês exemplificaria justamente essa segunda opção, uma vez que nessa língua há sempre um verbo auxiliar mais alto que VP que se move para T, gerando a relação Operador/variável, e satisfaz a Teoria da Quantificação. Na ausência de um auxiliar de Tempo, o inglês faz uso do auxiliar vazio *do*:

- (3) a. John will not come.
b. John didn't come.

Pollock analisa ainda o Movimento do Verbo em sentenças infinitas em inglês e em francês considerando o marcador negativo nessas línguas. Segundo o autor, considerando a hipótese de Emonds, o que se esperaria no caso de infinitivas é que não houvesse um nó Infl e, conseqüentemente, não haveria em ambas as línguas o movimento do verbo para essa projeção. Os exemplos abaixo exemplificam a agramaticalidade do movimento do verbo em infinitivas em inglês e francês:

- (4) a. Not to seem happy is a prerequisite for writing novels.
b. Ne pas sembler heureux est une condition pour écrire des romans.
c. *To seem not happy is a prerequisite for writing novels.
d. *Ne sembler pas heureux est une condition pour écrire des romans.
(Pollock 1989: 374, 376)

No entanto, essa hipótese parece não estar de acordo com a opcionalidade do movimento de verbos como *ser* e *ter* em francês:

- (5) a. Ne *pas être* heureux est une condition pour écrire des romans.
b. N' *être pas* heureux est une condition pour écrire des romans.
c. Ne *pas avoir* eu d'enfance heureuse est une condition pour écrire des romans.
d. N' *avoir pas* eu d'enfance heureuse est une condition pour écrire des romans.
(Pollock 1989: 373)

Também o inglês apresenta as mesmas restrições lexicais que o francês no que diz respeito ao movimento do verbo:

- (6)
- a. John is not happy.
 - b. *John seems not happy.
 - c. John hasn't a car.
 - d. *John owns not a car.

Pollock acrescenta ainda que o Movimento do Verbo para a esquerda de advérbios em infinitivas em inglês é opcional no caso de auxiliares, mas não de verbos lexicais:

- (7)
- a. The English were then said to *never have* had is so good
 - b. The English were then said to *have never* had is so good
 - c. To *hardly speak* Italian after years of hard work means you have no gift for languages
 - d. *To *speak hardly* Italian after years of hard work means you have no gift for languages

(Pollock, 1989: 381-382)

Considerando esses fatos, Pollock aponta três possíveis interpretações: (i) não havendo uma posição à esquerda dos advérbios para hospedar esses verbos, as estruturas para frases finitas e infinitas apresentariam diferentes estruturas profundas; (ii) haveria regras específicas para a formação dessas construções; ou (iii) há regras específicas para o movimento dos advérbios nas línguas. No entanto, nenhuma dessas interpretações seria elegante, considerando a proposta da Teoria de Princípios & Parâmetros. De acordo com o autor, as diferenças com relação ao movimento do verbo em frases finitas e infinitas no inglês e no francês podem ser mais bem interpretadas tendo em vista a interação da teoria temática com a riqueza flexional de Agr e com o traço [+finito] de T.

Segundo salienta Pollock, modais e verbos como *have/avoir* e *be/être* apresentam *status* comum no que diz respeito à Teoria Theta, isto é, nenhum deles é capaz de atribuir papel- Θ aos constituintes que subcategorizam. Tal fato sugere que o Movimento

de Verbo cria estruturas que de alguma forma impedem a atribuição de papel- Θ . Explorando essa hipótese, Pollock propõe que o movimento do verbo para Infl ocorre passo-a-passo com um primeiro movimento do verbo para Agr e depois para T. Assim, em orações finitas, verbos flexionados (lexicais ou auxiliares) do francês se moveriam obrigatoriamente para Agr, que seria “rico” (ou transparente) nessa língua, e, conseqüentemente, se moveria para T, para satisfazer o traço [+finito] desse núcleo. No inglês, apenas os verbos auxiliares se movem para Agr-T, já que Agr é opaco nessa língua; os verbos lexicais não podem descarregar suas grades temáticas em Agr, permanecendo em V, o que levaria ao abaixamento dos afixos de Agr para essa categoria. Uma vez que esses verbos não podem se mover para Agr, também não podem se mover para T, considerando a *Restrição de Movimento de Núcleos* (HMC).

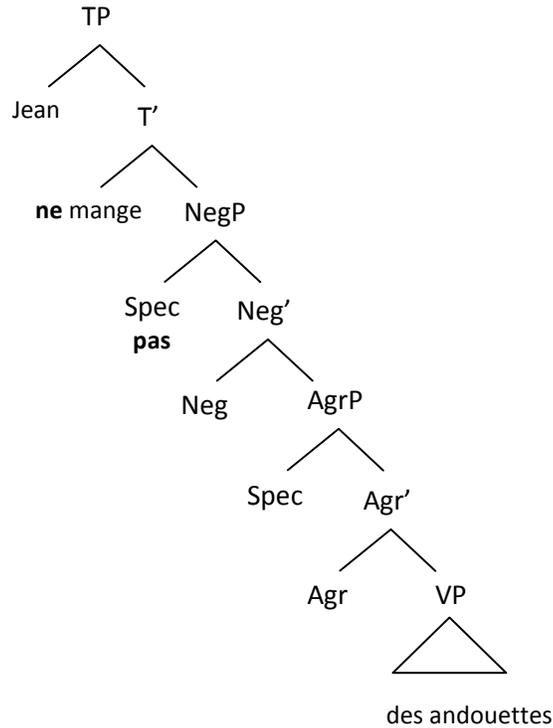
Nas orações infinitas também haveria uma assimetria entre as duas línguas: No francês, Agr receberia tanto verbos lexicais quanto auxiliares, enquanto que no inglês apenas os auxiliares poderiam se mover para Agr. A existência de Agr em infinitivas explicaria a presença (opcional) desses verbos à esquerda dos advérbios de VP, o que não acontece com os verbos lexicais do inglês. Segundo Pollock, uma vez que os auxiliares em francês podem se mover para Agr eles também podem se mover para T, o que geraria a ordem verbo-advérbio nessa língua.

Além de TP e AgrP, Pollock assume a presença de uma projeção funcional NegP (Negative Phrase) entre TP e AgrP. Dessa forma, os itens negativos *not* e *pas* seriam gerados na posição de Spec de NegP, precedendo os advérbios de VP. O movimento longo do verbo para Agr e depois T em orações finitas resultaria na posição pós-verbal de *not* e *pas*. Já o movimento curto apenas para Agr em infinitivas desencadearia a posição pré-verbal desses elementos. A partícula *ne* do francês seria gerada como núcleo da categoria NegP, enquanto que a posição nuclear de NegP em inglês não seria preenchida.

Com relação à derivação da estrutura *ne ... pas* no francês, Pollock propõe que a negação é realizada a partir de dois itens negativos *ne* e *pas*, respectivamente, núcleo e especificador da categoria funcional NegP. A ordem desses constituintes seria obtida considerando-se que o núcleo *ne* (clítico) se move para uma posição adjunta a T e que, a esse núcleo, também se adjunge o verbo. O especificador *pas* se manteria na sua posição

(spec de NegP abaixo de TP); derivando uma sentença como: (1) *Jean ne mange pas des andouettes*:

(8)



1.1.2 Laka e a categoria ΣP

Laka (1990) também analisa a derivação de estruturas negativas [Neg V] e [V Neg]. Considerando a negação sentencial em inglês e em basco, a autora associa à categoria NegP uma propriedade paramétrica: enquanto no inglês TP seleciona NegP, no Basco, NegP é que selecionaria TP. A análise da autora toma como evidência a perda de adjacência entre V-AUX na presença da negação em basco, apagamento e o fato de essa língua licenciar *itens de polaridade negativa* (IPNs) em posição de sujeito.

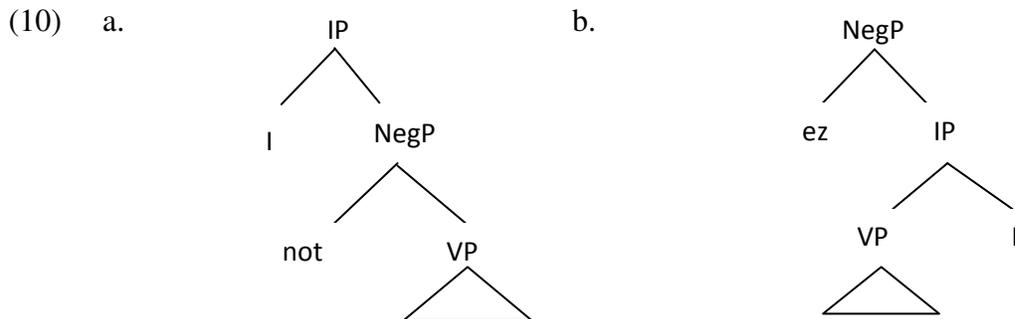
De acordo com a autora, no basco o auxiliar flexionado sempre segue o verbo principal e nenhum elemento pode intervir entre esses dois verbos. No entanto, a ocorrência

da partícula negativa *ez* na estrutura sintática leva a mudanças radicais na ordem superficial da sentença:

- (9) a. Etxea erori da
 casa-a caído tem
 ‘A casa caiu.’
 b. Etxea ez da erori
 casa-a não tem caído
 ‘A casa não caiu.’
 c. Ez da etxea erori.

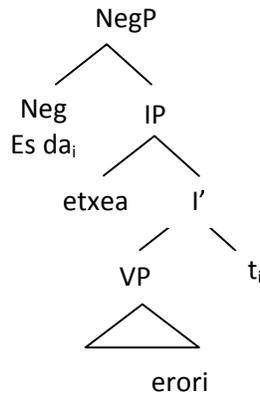
(Laka, 1990: 19)

Se em sentenças positivas o verbo auxiliar segue o verbo principal, em sentenças negativas, a ordem é inversa, ou seja, o verbo principal segue o verbo auxiliar. Também a restrição quanto à possibilidade de elementos intervirem entre os dois verbos não existe em sentenças negativas, como mostra o exemplo (9c) acima. Assumindo que *ez* é o núcleo de uma projeção NegP em basco, Laka argumenta que nessa língua Neg é núcleo inicial, apesar de o basco ser uma língua de núcleo final. Assim, enquanto em inglês e francês NegP é o complemento de IP, em basco é NegP que subcategoriza IP:



Para explicar a diferença na ordem superficial em sentenças negativas verso afirmativas em basco, a autora argumenta que a concatenação da negação e de Infl resulta do alçamento de Infl para Neg engatilhado por um requerimento da GU que diz que Tempo deve c-comandar todos os operadores proposicionais da sentença (*Condição de c-comando de T*):

(11)



Laka apresenta ainda as possibilidades de apagamento em inglês e basco como evidência independente de que a posição de NegP em relação à IP é diferente nas duas línguas. De acordo com a autora, considerando que em basco NegP seleciona IP e em inglês IP seleciona NegP, é possível apagar o IP e deixar apenas Neg em caso de apagamento induzido por conjunção em basco, mas não em inglês, já que o apagamento não pode afetar itens descontínuos.

- (12) a. *Mary bought a book and Peter not.
 b. Mary bought a book and Peter didn't.
 c. Marik liburua erosi du eta Peruk ez.
 Marik livro-o comprou tem e Peruk não
 (Laka, 1990: 33)

Como os exemplos acima mostram, a predição de que em inglês o IP não pode ser apagado enquanto em basco pode estar correta, o que evidencia que em basco Neg está acima de IP na estrutura frasal.

Outra evidência de que em basco NegP subcategoriza IP diz respeito a itens de polaridade negativa licenciados pela negação. De acordo com Laka, o inglês apresenta uma assimetria entre sujeito e objeto com respeito ao licenciamento de IPN, isto é, sentenças negativas não licenciam IPN sujeito em inglês, mas licencia objetos. Em basco, no entanto,

IPN sujeitos são licenciados, uma vez que nessa língua NegP c-comanda todos os argumentos em IP²:

- (13) a. *Anybody didn't come.
 b. Ez da inor etorri
 'não tem ninguém vindo.'
 (Laka, 1990: 36)

Com isso, a autora argumenta que as categorias funcionais exibiriam variação na subcategorização de seus complementos, o que permitiria a existência de dois tipos de ordenação envolvendo IP e NegP: (1) IP seleciona NegP; ou (2) NegP seleciona IP.

Continuando sua argumentação, a autora apresenta algumas similaridades entre negação e afirmação enfática no inglês e em basco. Veja os exemplos abaixo:

- (14) a. Mary left.
 a'. Mari joan da.
 Mari partido tem
 b. Mary didn't leave.
 b'. Mari ez da joan.
 Mari não tem partido
 c. *Mary did leave.
 c'. *Mari da joan.
 Mari tem partido
 d. Mary DID leave.
 d'. MARI da joan.
 Mari tem partido
 (Laka 1990: 86)

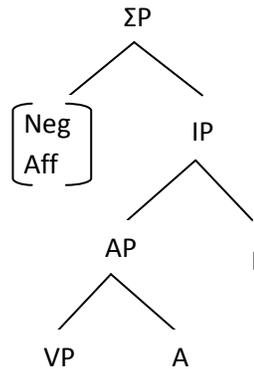
Como os exemplos acima ilustram, em inglês tanto afirmativas enfáticas quanto a negação levam à ocorrência do *do-support*, enquanto em basco há a alteração da ordem normal verbo-auxiliar. Tal fato indica que em inglês não é possível a ocorrência do *do-support* em declarativas e que não é possível o fronteamto do auxiliar nesse tipo de sentença em basco. A partir disto, Laka afirma que ambas as línguas recorrem ao mesmo

² O PB, assim como o basco, licencia IPN sujeito: *Ninguém chegou até agora*. Tal fato o classificaria como uma língua em que NegP seleciona IP. Faremos referência a essa questão mais a frente.

mecanismo para produzir sentenças negativas e afirmativas enfáticas: *do-suporte* no caso do inglês e *fronteamento do verbo* no caso do basco.

A autora, partindo da proposta de existência de um morfema Aff para afirmação (Chomsky 1957), argumenta que o marcador positivo Aff é um núcleo funcional gerado abaixo de Tempo e Modo em inglês, da mesma forma que Neg. A mesma simetria entre Aff e Neg é observada em basco, ou seja, também Aff seria núcleo inicial ao invés de final. Considerando esses fatos e a distribuição complementar observada entre Neg e Aff, Laka conclui, então, que são esses núcleos da mesma projeção sintática: Σ . Assim, Neg e Aff seriam instâncias de uma projeção mais abstrata, a saber, ΣP :

(15)



De acordo com Laka, a projeção Σ abriga outros elementos que não apenas Neg e Aff. Um exemplo seria o *so* do inglês e o *ba* do basco, cujo significado está ligado a negação e afirmação, uma vez que seu uso enfático ocorre em contextos em que o falante quer negar uma negação:

- (16) a. A: Peter left early.
 B: Peter didn't leave early.
 C: Peter did so leave early.
 b. Jon ba da etorri
 Jon sim tem chegado

(Laka, 1990: 103-104)

O tipo de elemento que, segundo Laka, constitui a categoria Σ está sempre relacionado ao valor de verdade de uma sentença: ou eles mudam o valor de verdade (neg), ou afirmam (aff) ou negam o que é falso. Assim, no que diz respeito à natureza de Σ , essa pode ser caracterizada a partir das pressuposições do falante: Neg cancela uma pressuposição afirmativa, Aff cancela uma pressuposição negativa e elementos enfáticos como *so* do inglês cancelam o cancelamento de uma pressuposição afirmativa.

Outra função da categoria Σ apontada por Laka envolve respostas afirmativas e negativas a perguntas sim-não.

Respostas a perguntas sim-não em basco sempre levam ao movimento de Infl para Σ , o que é evidenciado pela presença das partículas *ba* em respostas positivas e *ez* em respostas negativas.

Sobre o significado de *yes* e *no*, Laka diz que eles não são gerados em ΣP como *not* e *so*. Apenas elementos enfáticos ou negativos são gerados na categoria Σ e *yes* e *no* não são responsáveis por afirmação enfática e nem por negação sentencial, como mostram os exemplos abaixo:

- (17) A: Do you play the piano?
B: No, we sing.
- (18) A: Is it true that Michael won't sing anymore?
B: Yes, he won't sing anymore.
- (Laka, 1990: 155)

Yes e *no* não afirmam ou negam as sentenças que os seguem, eles afirmam ou negam a versão afirmativa da pergunta a que eles respondem. Exemplo adicional é dado a partir das perguntas *Is he home?* e *Isn't he home?*. Segundo Laka a resposta a ambas as perguntas é *yes* se ele está em casa e *no* se ele não está, ou seja, o que essas partículas afirmam ou negam é a versão afirmativa declarativa da pergunta *He is home*. Com isso, Laka argumenta que perguntas afirmativas e negativas são muito similares, ao contrário de declarativas afirmativas e negativas, que são semanticamente opostas. No caso das perguntas, a única diferença introduzida pela negação é a mudança na pressuposição.

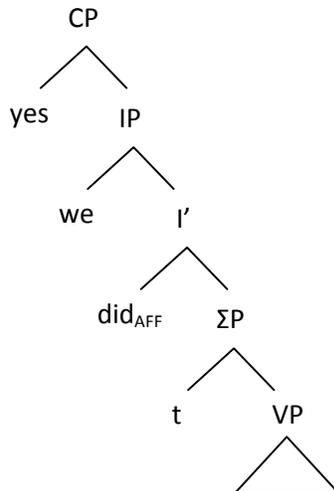
Ainda sobre os itens *yes* e *no*, Laka observa que há diferenças entoacionais significativas; no caso de respostas diretas não há pausa necessária entre *yes* e *no* e o resto da sentença assim como a omissão desses itens não altera seu significado, já se a resposta não está diretamente ligada à pergunta, a pausa passa a ser obrigatória e a omissão desses itens causa mudanças na interpretação da sentença:

- (19) Q: Did you buy this book?
 a. Yes we did.
 b. No we didn't
 c. Yes, we didn't like the other one.
 d. No, we bought another.
 e. *Yes we didn't like the other one.
 f. *No we bought another.

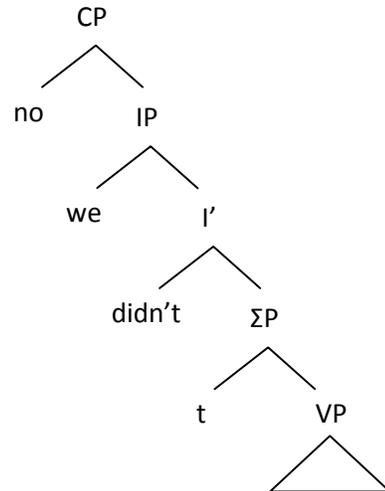
(ex. (88) Laka 1990: 159)

A partir desses dados, Laka argumenta que *yes* e *no* em (19a-b) fazem parte da mesma sentença que *we did* e *we didn't*, respectivamente. Já em (19c-d), *yes* e *no* não são parte da mesma sentença que o resto da resposta. Dessa forma, entende-se que em casos como (19a-b), *yes* e *no* ocupam a posição de spec de CP, acima de IP:

- (20) a.



- b.



As evidências para essa abordagem estão na impossibilidade das partículas *yes* e *no* em perguntas com ou sem *do*-suporte, sendo essas eco ou não e também porque elas ocorrem em distribuição complementar com outros complementizadores. Com relação a este último aspecto, a autora chama a atenção para o fato de que o espanhol se comporta diferentemente, permitindo a ocorrência de *sí* e *no* e complementizadores:

- (21) a. *She said that yes we could sing.
b. *She said that no we couldn't sing.
c. pro ha dicho [que sí podemos cantar]
d. pro há dicho [que no podemos cantar]

(Laka, 1990: 161-162)

Com isso, Laka conclui que em espanhol, *sí* e *no* são usados em sentenças afirmativas e negativas enfáticas e, diferente do inglês, não seriam geradas em CP, mas em ΣP .

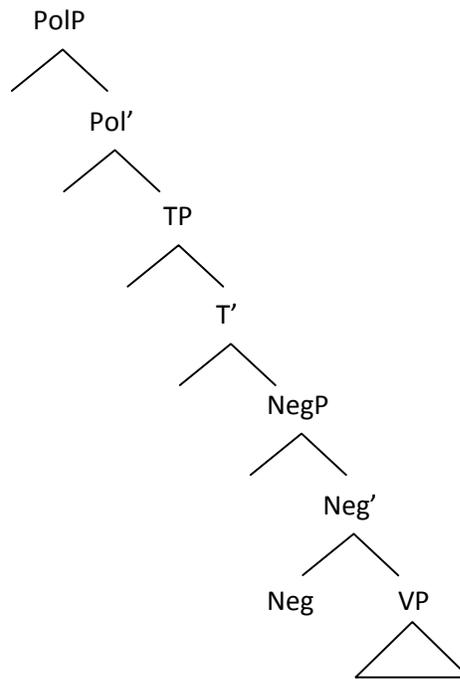
1.1.3 Zanuttini: a categoria PolP e os marcadores negativos

Zanuttini (1994) analisa orações negativas nas línguas românicas com o objetivo de verificar se orações que apresentam diferentes formas sintáticas de expressar a negação sentencial compartilham a mesma estrutura sintática no nível da representação. De acordo com a autora, a projeção NegP, aquela em que marcadores negativos são gerados, ocorre em diferentes posições estruturais em diferentes línguas. Esses marcadores negativos, no entanto, seriam sempre interpretados na mesma posição em LF, posição essa que recebe o rótulo de PolP (*Polarity Phrase*) pela sua relação com a polaridade da sentença.

Nessa perspectiva, para que uma sentença seja negativa é preciso que alguns traços sejam checados; cada língua apresentaria diferenças com relação à checagem desses traços, o que corresponderia linearmente a diferenças na posição de Neg nas línguas. Enquanto em algumas línguas a checagem de traços se dá antes de Spell-out, o que leva ao movimento do marcador pra PolP, em outras, a checagem ocorreria após Spell-out, assim, o

marcador negativo não necessariamente precede Tempo. Dessa forma, entende-se que marcadores negativos são gerados em diferentes posições na estrutura sintática, mas são uniformemente interpretados em outra, PolP. Zanuttini argumenta, então, que as línguas românicas apresentam duas projeções sintáticas para a expressão da negação sentencial: a projeção NegP, onde os marcadores são gerados, e a projeção PolP, onde os marcadores são interpretados. A estrutura negativa proposta pela autora é ilustrada abaixo:

(22)

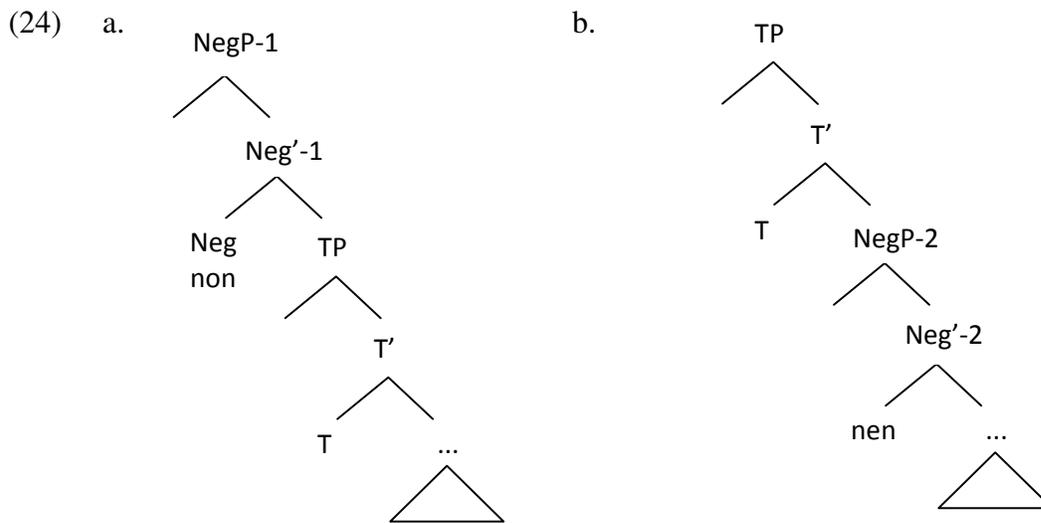


A proposta de Zanuttini parte, principalmente, da análise dos marcadores negativos nas línguas românicas. Segundo a autora, há línguas em que os marcadores negativos são pré-verbais e outras em que esses são pós-verbais. E, considerando os pressupostos da Teoria X-barra, argumenta que os marcadores pré-verbais são elementos X⁰, uma vez que bloqueiam tanto o movimento de verbo quanto o movimento de pronomes clíticos, que dependem de Tempo, enquanto os marcadores pós-verbais, por não interferirem em operações de movimento, são considerados projeções máximas (XPs). Há ainda línguas em que marcadores pré- e pós-verbais coocorrem, o que ocorre devido ao enfraquecimento

fonético do marcador negativo pré-verbal, que deixa de ser capaz de negar a sentença sozinho:

- (23) a. *Je ne suis Amélie
 eu neg sou Amélie
 b. Je ne suis pas Amélie
 eu neg sou não Amélie

Ainda sobre marcadores pré- e pós-verbais, Zanuttini argumenta que uma análise unificada não é capaz de dar conta dos dados das várias línguas românicas e propõe a existência de duas projeções NegP distintas. Uma projeção NegP (NegP-1) gerada mais alta que TP e que o seleciona como complemento e uma outra projeção de NegP (NegP-2) gerada abaixo de TP e cuja distribuição não é um requerimento seletional:



Segundo Zanuttini, o tipo de marcador negativo usado em uma língua está correlacionado com a presença (ou ausência) de uma restrição na distribuição de indefinidos negativos. Assim, há línguas que empregam marcadores negativos pré-verbais para negar a sentença inteira e que não permitem que um indefinido ocorra numa posição pós-verbal (exemplo 25) e línguas que permitem marcadores negativos pós-verbais para

negar a sentença que não requerem a coocorrência de outro elemento negativo o comandando (exemplo 26).

- (25) a. *Ho visto *nessuno*. (italiano)
 eu vi ninguém
 b. Non ho visto *nessuno*.
 neg eu vi ninguém
 c. Nessuno ha dito *niente*.
 ninguém tem visto nada

- (26) a. Hoo vist *nissun*. (Milanês)
 eu vi ninguém
 b. L'ha mangiaa *niént*.
 eu comi nada
 c. Gh'e vegnuu *nissùn*.
 cl é vindo ninguém

(Zanuttini 1994: 441-442)

Uma questão importante no que diz respeito a marcadores negativos pré- e pós-verbais tem a ver com o tipo de elemento que ocorre em NegP-1 e NegP-2, a saber, núcleos e projeções máximas. Conforme aponta Zanuttini, elementos em NegP-1 são sempre núcleo enquanto elemento em NegP-2 são sempre projeções máximas. Para a autora, se supormos que há uma relação estreita entre sintaxe e semântica, NegP pode ser vista como o *locus* sintático da expressão semântica da negação sentencial, determinando seu escopo. Através dos trabalhos de Pollock (1989) e Beletti (1990) em que marcadores negativos são gerados numa mesma posição sendo a diferença em ordem linear derivada de movimento, Zanuttini observa que somente marcadores negativos que são núcleos podem ser movidos para uma projeção mais alta. Somando esse dado ao fato de que em línguas em que os marcadores negativos são pré-verbais há uma estreita relação desses com Tempo, ela sugere, então, que em todas as línguas a negação sentencial precisa ser expressa em uma posição mais alta que Tempo.

Considerando a proposta de Chomsky (1993) de que a estrutura oracional contém apenas dois conjuntos de elementos, projeções lexicais e projeções funcionais, a autora argumenta que uma vez que projeções funcionais precisam ser licenciadas por um

processo de checagem de traços, o que irá requerer que um item lexical combine seus traços subindo até essa posição, então, a negação oracional precisa de uma projeção cujos traços precisam ser checados. Uma vez que essa projeção pode expressar qualquer valor polar, Zanuttini a rotula de PolP. A projeção PolP estaria presente em todas as línguas se diferenciando de língua para língua na propriedade de seus traços, podendo esses serem fracos ou fortes. Lembrando que na Teoria de Checagem de traços, traços fortes precisam ser checados antes de Spell-out, enquanto traços fracos são checados em LF.

Continuando suas considerações sobre a categoria PolP, Zanuttini (1995) também propõe que marcadores de negação ocorreriam nessa categoria. A autora, no entanto, faz uma distinção entre marcadores de negação fortes e fracos, em que marcadores fortes seriam aqueles capazes de negar a sentença independentemente e marcadores fracos aqueles que precisariam de outra partícula negativa pós-verbal. A distinção forte/ fraco para os marcadores negativos influiria ainda na posição em que esses aparecem na estrutura sintática; enquanto os marcadores fortes são gerados em PolP, marcadores fracos ocorreriam em adjunção ao núcleo de uma categoria funcional independente.

Em estudo posterior, Zanuttini (1997) analisa a posição dos marcadores negativos com relação à posição do verbo e de advérbios em TP e AspP, seguindo a hierarquia de advérbios de Cinque. De acordo com a autora, marcadores negativos apresentam propriedades diferentes dependendo da posição em que ocorrem. E, com isso, apresenta evidências de pelo menos quatro posições para marcadores negativos na estrutura sintática:

(27) [NegP1 Non [TP1 V+Agr [NegP2 mica [TP2 [AdvP already] [NegP3 niente [Asp perf. V past part
[Asp gen/progr [AdvP always [NegP4 NO]]]]]]]]]]]

Um ponto importante com relação às propriedades de cada item negativo em determinada posição sintática é a caracterização desses enquanto forte e fraco. Zanuttini chama de forte os itens capazes de negar a sentença sozinhos, enquanto os marcadores fracos são aqueles que não possuindo essa propriedade coocorrem sempre com outros

marcadores. O quadro abaixo sintetiza a distribuição sintática dos itens, bem como a sua caracterização como forte ou fraco.

NegP-1	Adjoin	TP1	NegP-2	TP2	NegP-3	Asp Perf	Asp Imperf	NegP-4
Italiano	Clítico	Verbo	Italiano <i>mica</i>	already	Italiano	No	always	Milanês
Non	negativo	principal ou auxiliar	Piemontês <i>pa</i>		niente Piemontês	more		no
forte	fraco		Mica – fraco Pa - forte pressuposicional		nen forte			forte

Quadro 1 - Distribuição sintática dos itens negativos

Aqui é interessante observar que, diferentemente do que Zanuttini propõe, o clítico negativo no PB é forte, sendo perfeitamente capaz de negar a sentença sozinho *Eu num moro em São Paulo*. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Também com relação ao que é apresentado no quadro acima, Zanuttini distingue marcadores que são pressuposicionais. De acordo com a autora, a leitura pressuposicional depende tanto do item lexical quanto da sua posição. O *pa* do piemontês só é pressuposicional se está em NegP2, já que esse item pode aparecer numa posição mais baixa sem valor pressuposicional.

Poletto (2009) retoma o trabalho de Zanuttini (1997) e promove um paralelo entre a distribuição sintática dos tipos de negação e sua origem etimológica, que é uniforme para cada tipo de negação. Com isso, a autora tenta formular a hipótese de uma única projeção funcional NegP como um conjunto complexo de projeções, um “circuito” em que cada posição tem seu próprio valor semântico.

A partir da estrutura proposta por Zanuttini, Poletto cria um paradigma de marcadores negativos. O primeiro marcador negativo, pré-verbal (NegP1), corresponde ao item padrão do italiano *Non*, e é tratado pela autora como marcador negativo escalar. Os itens nessa posição, clíticos em todos os dialetos estudados pela autora, precisam obrigatoriamente da coocorrência de outro marcador negativo. A coocorrência de itens que carregam traços negativos numa mesma sentença sem que o resultado seja uma oração

afirmativa é tratada como um fenômeno da Concordância Negativa³ (Zanuttini 1989; Haegeman e Zanuttini 1991).

Os itens em NegP2 são tratados pela autora como minimizadores, uma vez que em sua origem etimológica todos os elementos indicavam pequena quantidade. Eles são também reduzidos fonologicamente, não como clíticos, mas como pronomes fracos. Esses itens só ocorrem conjuntamente com NegP1, em concordância negativa, em alguns dos dialetos estudados pela autora. Já os elementos em NegP3 aparecem mais baixo que o advérbio *already* e mais alto que *always* e são tratados como quantificadores negativos, porque os marcadores negativos são originalmente quantificadores significando *nothing*. Esse tipo de item negativo é compatível com imperativos verdadeiros. Esses elementos também coocorrem com NegP1 em concordância negativa.

NegP4 é sempre tônico e tem a mesma forma do marcador negativo que ocorre em sentenças negativas com *pro*. Segundo Poletto (Op. Cit.), esse último tipo de elemento é um Foco negativo. Está sempre localizado à direita no final da oração, nunca sofre concordância negativa com quantificadores negativos e pode ser usado em imperativas.

Com essa distinção e em concordância com o NegP complexo de Pollock (1989), Poletto propõe que NegP tem uma estrutura funcional interna, sendo todos os marcadores negativos parte de um único constituinte:

(28) [NEGP [_{focus/Operator} NO [_{scalarP} non [_{MinQ} mica [_{QP} niente [_{ExistentialP}]]]]

Para Poletto, no entanto, uma estrutura como “No la go miga magnada NO” deve ser diferenciada do fenômeno da concordância negativa, que, segundo a autora,

³ Por Concordância Negativa entende-se a coocorrência de um marcador negativo e um quantificador negativo numa mesma sentença. Segundo estudos que tratam da negação (Jespersen (1965), Zanuttini (1989), Pollock (1989), Haegeman e Zanuttini (1991)), a existência de mais de um elemento negativo numa mesma sentença em concordância ocorre em um número de línguas, como o flamengo ocidental e o francês. Veja alguns exemplos abaixo: ... Valère niemand nie (en)-kent
Valère ninguém não Neg conhece

ocorreria entre NegP1 e quantificadores negativos, e trata dados desse tipo como dupla negativa⁴.

Segundo a autora, quando ocorre uma dupla negativa (NegP1 + NegP4), o NO é sempre movido de dentro de NegP para uma posição de foco. Assim, quando *No* está na posição inicial, a sentença o segue e quando *No* está na posição final de sentença, há o movimento de todo o CP para uma posição por ela chamada de GroundP, na área do Tópico mais alto que Foco. Com esse último dado, a cartografia de uma sentença considerando todas as possibilidades de estrutura interna de NegP seria próxima da que se segue:

(29) [Spec GroundP [IP] [Ground° [CPFocus NO [FinP... [ScalarP [NegP [Focus/ Operator [ScalarP non [TP...[MinP [[MinQ mica [QP [ExistentialP [VP]]]]]]]]]]]]]

1.2 Sobre o Ciclo de Jespersen

O termo “ciclo de Jespersen” primeiramente cunhado por Dahl (1979) se refere a um processo histórico de mudança linguística em que o marcador negativo pré-verbal passa a pós-verbal tendo passado por uma fase em que a marcação é bipartida com um elemento na posição pré- e outra na posição pós-verbal. O Ciclo recebe esse nome devido ao trabalho de Jespersen (1917), que foi o primeiro a reconhecer o mesmo padrão de mudança em várias línguas.

Jespersen (1917) observa que em várias línguas há um processo em que o advérbio negativo original é primeiro enfraquecido, tornando-se insuficiente e é, então, fortalecido, geralmente pela adição de alguma palavra. Essa palavra pode adquirir propriedades negativas e passar pelo mesmo desenvolvimento da palavra (negativa) original. Uma explicação para o processo apontada pelo autor é que o advérbio negativo é geralmente não acentuado, já que outra palavra na mesma sentença recebe o acento de contraste. A opacidade do advérbio negativo seria o que poderia levar o falante a

⁴ O termo ‘dupla negativa’ usando nessa tese corresponde ao termo inglês *doubling negation* e não deve ser confundido com *double negation*, termo sem tradução no português que corresponde ao fenômeno oposto ao da concordância negativa, ou seja, no fenômeno de *double negation* dois itens negativos numa mesma sentença se cancelam resultando em uma sentença positiva. *Double negation* e concordância negativa são, muitas vezes, tratados como duas marcações de um parâmetro (ver Roberts (2007) e Zeijlstra (2004)).

acrescentar alguma coisa para que o sentido ficasse mais claro, podendo ser uma palavra que tenha a função de reforçar o valor negativo.

O uso de itens de “reforço” da informação negativa é algo que, de acordo com Jespersen, está sempre presente nas línguas e têm a função estilística de tornar a negação mais vívida (not at all, pas du tout, aldeles ikke, durchaus nicht, gar nicht). Muitas palavras que hoje significam ‘não’ em várias línguas significavam originalmente ‘nada’ (inglês, alemão) e apresentavam função puramente estilística.

Segundo Jespersen, muitas das palavras usadas estilisticamente como reforço negativo vêm de minimizadores, ou seja, palavras que expressam pequena quantidade (uma migalha, um vintém). Durante o processo de mudança, essas palavras perdem significado e passam a funcionar como reforço apenas, ou melhor, passam a funcionar como itens de polaridade negativa⁵ (e.g. “eu não tenho um centavo no bolso” = “eu não tenho nada no bolso”).

O exemplo mais clássico do Ciclo de Jespersen é o francês, cujo marcador negativo original se torna fonologicamente fraco (*ne*), passando a receber o reforço do *pas* que em um momento anterior possuía o significado de *passo*. Depois de algum tempo, *pas* perde seu sentido de palavra adicional e passa a funcionar como negação. O fim do processo é a substituição da negação original *ne* pelo *pas*:

(30)

- 1° Jeo ne di
- 2° Je ne dis pas
- 3° Je dis pas

Como mostrado acima, na proposta de Jespersen, o processo de mudança apresenta três etapas. Em outros trabalhos posteriores a Jespersen, no entanto, o processo de mudança é reinterpretado e, muitas vezes, apresenta mais etapas (Dahl 1979, Gelderen 2008, Schwegler 1991, Zeijlstra 2004). Dentre os trabalhos mais recentes sobre o ciclo de Jespersen, vale destacar o trabalho desenvolvido por Van der Auwera (2009).

⁵ O uso do termo ‘polaridade negativa’ é uma interpretação nossa do que Jespersen denomina ‘reforço’.

Van der Auwera trata mais especificamente do papel da ênfase na substituição de itens no Ciclo de Jespersen. Na proposta do autor, o Ciclo apresentaria seis estágios:

(31)

Estágios	Estratégias
1	<i>Non_{neg}</i>
2	<i>Ne_{neg}</i>
3	<i>Ne_{neg}... pas_x</i>
4	<i>Ne_{neg}... pas_{neg}</i>
5	<i>Ne_x... pas_{neg}</i>
6	<i>pas_{neg}</i>

Como o esquema acima ilustra, na proposta de van der Auwera, *ne_{neg}* é enfraquecido a partir da forma antiga *non_{neg}*. No estágio 2, somente a forma enfraquecida é mantida. Entre os estágios 2 e 3, *ne_{neg}* é interpretado como “insuficiente” e fortalecido por uma palavra adicional (marcada com x). O fortalecimento observado nesse estágio seria tanto formal quanto semântico, já que o acréscimo de uma palavra é uma estratégia formal e a palavra adicional mantém seu significado, que não é apenas negação. No estágio 4, a palavra adicional adquire significado negativo e o efeito de fortalecimento é perdido, a negação passa a ser bipartida. Entre os estágios 4 e 5, a segunda palavra se torna o marcador negativo propriamente e *ne* a palavra adicional. O processo se completa no estágio 5 no nível semântico e, no estágio 6, no nível formal com o desaparecimento da partícula inicial.

Conforme a descrição dos estágios do processo ilustra, o autor apresenta uma visão contrária à proposta de enfraquecimento de Jespersen. Segundo ele, as línguas apresentariam de forma geral uma construção negativa neutra e uma enfática simultaneamente. Se a forma enfática perde seu valor enfático, ela se torna um competidor para a forma neutra e, pode, por fim, substituir a construção originalmente neutra.

O enfraquecimento semântico, nessa proposta, é entendido como a perda de significado enfático, enquanto o reforço é visto como reforço formal. Assim, considerando os dados do francês, o autor entende que o *ne* não é enfraquecido, uma vez que é desde o

início uma forma neutra. Já a palavra adicional, que de início tem significado lexical, perde esse significado e adquire interpretação pragmática (*pas*: minimizador > polaridade negativa > marcador negativo). Segundo o autor, *pas* mantém em todos os estágios a função de polaridade negativa. O que é justificado, já que um marcador negativo pode ser usado universalmente como polaridade negativa (negação expletiva) e as chances aumentam se o marcador é originalmente um item de polaridade negativa como no caso do *pas*.

O autor coloca uma possível pergunta: Por que *ne...pas* substitui *ne* se esse último é mais econômico? Van der Auwera, apresenta a seguinte argumentação para dizer que na verdade a negação bipartida *ne...pas* é mais econômica. Segundo o autor, *ne... pas* apresenta um componente que pode ser ‘acentuado’ - *pas*, o que permite uso enfático concomitante com o uso neutro. Assim, enquanto *ne* precisava ser reforçado por outras palavras para adquirir significado enfático, *ne...pas* poderia ser usado tanto para negação neutra quanto para negação enfática, sendo, portanto, mais econômico. A queda do *ne* só se dá, porque esse item é reinterpretado como a palavra adicional na construção *ne... pas*, o que teria afetado o *ne* solitário e causado a sua queda.

A análise desenvolvida por Van der Auwera vai ao encontro da interpretação de Horn (2001), segundo a qual o Ciclo de Jespersen pode ser resumido a uma guerra entre um negador simples, descritivo, o qual ocorre predominantemente e prototipicamente em contextos indicativos não contrastivos, e um negador enfático, original de ambientes não finitos, não verbais e/ou contrastivos (metalinguístico).

1.3 Tipos de negação, pressuposição e foco

Como vimos nas seções anteriores, há autores que associam a posição sintática do elemento negativo a sua interpretação. Nessa seção, abordaremos questões relativas à interpretação da negação: os tipos de negação, a relação entre negação, pressuposição e foco.

1.3.1 Negação externa *versus* negação interna

Nos estudos lógico-semânticos, a negação é entendida como uma operação em que uma sentença (S1) é convertida em outra (S2), de forma que S2 é verdadeira se S1 é falsa e vice versa. Muitos autores (Dahl 1979, Rajagopalan⁶ 1982, Horn 1989[2001]) afirmam, no entanto, que essa caracterização não é suficiente por não distinguir entre tipos de negação. Dahl (1979)⁷, usando sentenças do inglês, afirma que é possível distinguir entre três tipos de negação:

- (32) It is not raining.
- (33) It is false that it is raining.
- (34) It is not the case that it is raining.

(ex. (1-3) Dahl 1979)

Todas as sentenças acima cabem na mesma definição de negação. No entanto, (32) se diferencia de (33) e (34) por não conter uma oração encaixada, sendo do ponto de vista gramatical uma sentença única. As duas últimas sentenças são melhor compreendidas como denegação (*denial*) a uma declaração ou assunção prévia feita por algum participante da conversação, sendo, por isso, definidas como negação externa. Nesse tipo de negação, a sentença negativa ‘não S’ não comenta sobre o estado de coisas, mas nega a verdade do julgamento S previamente enunciado ou implícito.

Horn (2001), tratando dos três tipos de interpretação da negação exemplificados através das sentenças de (32) a (34), não considera relevante a distinção entre (33) e (34). De acordo com o autor, nas duas sentenças o que está em jogo é a assertabilidade da sentença, ou seja, se a sentença não é felizmente assertada.

A negação é, então, dividida em dois tipos básicos, a interna e a externa. A distinção entre esses dois tipos de negação é, muitas vezes, relacionada a escopo, isto é, ao alcance da negação. Assim, uma negação pode ter escopo sobre o predicado, resultando em ‘A não é B’, ou sobre o enunciado, resultando em ‘A é B – é falso’. Essa distinção entre

⁶ Agradeço a Mary Kato pela indicação da referência.

⁷ Agradeço a Charlotte Galves pela indicação da referência.

negação interna e externa é também tratada por negação descritiva versus negação metalinguística, respectivamente. Para Ducrot (1972), a negação descritiva conserva uma afirmação pressuposta, enquanto a negação metalinguística permite que uma afirmação pressuposta seja contestada. De acordo com o autor, os dois tipos de negação constituem duas operações copulativas: NEG (negação descritiva/ preserva pressuposição) e REF (refutação, negação metalinguística), cujo efeito pode ser representado da seguinte maneira:

- (35) a. $NEG(X/Y) = X /_{NEG} Y$
 b. $REF(X/Y) = - /_{NEG} (ET(X, Y))$

O que Ducrot diz a partir das formalizações acima é que enquanto o escopo de uma negação descritiva é o predicado, no caso de uma negação metalinguística, o escopo da negação é o enunciado. De acordo com Horn, no entanto, essa distinção não cobre todas as possibilidades de negação metalinguística, que vão desde implicatura a forma fonética. Numa negação metalinguística não há a negação de uma proposição, mas a rejeição a uma implicatura associada à asserção da proposição, envolvendo uma predicação escalar. Horn chama a essas construções de “não X, mas Y”, já que nesses casos há uma retificação. Uma das características da negação metalinguística é que essa se aplica também a parte de constituintes:

- (36) I'm advocating PROsecution, not PERsecution.

Ainda segundo Horn, as línguas geralmente não apresentam negação externa morfológica, mas um operador de negação descritiva pode assumir as duas funções. Outro uso bastante frequente de negação metalinguística está relacionado a predicação escalar, em que há a negação de apenas alguns valores:

- (37) a. Por aqui, a gente não gosta de café, a gente adora.
 b. Esse não foi um ano ruim, foi um ano péssimo.
 c. A Maria não comeu uma pizza, ela comeu uma pizza e um calzone.

A falha na exaustividade presente nas sentenças acima não causa a negação do valor de verdade da sentença. E a mesma interpretação está presente em orações clivadas:

(38) Não foi uma pizza que a Maria comeu, ela comeu uma pizza e um calzone.

Nessa oração não é negado que a Maria tenha comido uma pizza, o que é negado não é o valor de verdade da sentença, mas a assertabilidade.

Segundo Horn (2001), há três testes que permitem distinguir a negação metalinguística da negação descritiva, a saber: (1) a negação metalinguística é legitimada pelo contexto discursivo contradizendo uma asserção precedente; (2) a negação metalinguística não legitima itens de polaridade negativa e (3) a negação metalinguística é compatível com itens de polaridade positiva (IPPs):

(39) a. It's not hot, it's scalding.
b. *The king of France didn't contribute one red cent, because there is no king of France.
c. *Like hell I {still love you/ *love you anymore}*

Horn (2001) descreve esses dois tipos de negação sentencial da seguinte maneira: A negação descritiva (ou predicativa) atribui um valor negativo a um predicado, ou melhor, elimina a sentença positiva paralela. Já a negação metalinguística nega a assertabilidade de uma proposição transmitida no contexto de um enunciado.

Rajagopalan (1982) também reconhece a existência de duas possíveis interpretações para sentenças negativas nas línguas naturais. Segundo o autor, numa análise pragmática, as diferenças entre as duas interpretações poderia ser explicada por dois diferentes atos de fala, asserção e denegação. Em uma interpretação, o elemento é parte da proposição expressa, faz parte de uma asserção. Na outra interpretação, o marcador negativo tem sua origem na força ilocucionária com a qual a sentença é enunciada, ou seja, na execução da força ilocucionária de denegação. Se uma sentença como *I didn't see him yesterday* é enunciada como uma asserção, o marcador negativo pode ser analisado no nível do conteúdo proposicional, já se a sentença é usada como ato de denegar, a negação está no domínio da pragmática, ou seja, está fora do escopo da condição de verdade semântica.

Horn diz que numa predicação algo é afirmado ou negado em relação ao sujeito. Assim, em uma negação predicativa, *A é não B*, nesse tipo de negação há um conjunto em que cada membro contradiz o outro. O foco está sobre a verdade ou falsidade de uma proposição. Uma sentença negativa é, no entanto, muitas vezes ambígua.

- (40) a. O rei da França não é careca.
 b. Pressuposição: Existe um rei da França.

A sentença negativa acima é um exemplo clássico de ambiguidade. Se o escopo da sentença é o predicado, temos uma negação descritiva, já se o escopo é toda a sentença, temos uma negação metalinguística. Assim, se a mesma sentença aparece num contexto como *O rei da França não é careca, porque não existe nenhum rei da França* vê-se que o escopo é toda a sentença. Horn (2001: 377) argumenta, no entanto, que a negação não é ambígua nem em termos semânticos nem em termos de escopo, mas em termos pragmáticos. “It can be a descriptive truth-functional operator, taking a proposition *p* into a proposition *not-p*, or a metalinguistic operator which can be glossed ‘I object to *u*’, where *u* is crucially a linguistic utterance rather than an abstract proposition”.

As duas interpretações em (40a) estão estritamente relacionadas a pressuposição. Se a interpretação é de uma negação descritiva, não há nenhuma alteração na pressuposição. Se, no entanto, a interpretação é metalinguística, então, há a refutação da pressuposição. Veja mais um exemplo:

- (41) a. Eu não me arrependi de votar no FHC.
 b. Pressuposição: Eu votei no FHC.

Se não há cancelamento da pressuposição em (41a), temos uma negação descritiva. Caso o contexto dessa sentença seja algo como *Eu não me arrependi de votar no FHC, porque eu não votei no FHC*, então temos a refutação da pressuposição e, consequentemente, a interpretação é de uma negação metalinguística.

A noção de pressuposição está no cerne da distinção entre os dois tipos de negação. Para Ducrot (1972), a negação descritiva constitui um comentário sobre fatos e

preserva pressuposições, enquanto que a negação metalinguística (ou polêmica) comenta enunciados ou rejeita pressuposições.

Também Rajagopalan (1982) trata da natureza pressuposicional da negação externa e estabelece uma diferença entre proposição pré-posta e pressuposta. Segundo o autor, para ser um ato de denegar, a proposição precisa ter sido anteriormente assertada pelo ouvinte e, retornando ao trabalho de Ziff (1960), trata da distinção entre enunciados situacionais e enunciados responsivos. Conforme lembra, o ato de denegar é caracteristicamente feito para um enunciado responsivo. Em outras palavras, o ato de denegar não pode ser *in vácuo*, sendo necessário que a proposição negada seja pré-posta, isto é, assertada no contexto imediato. Nesse sentido, há uma clara diferença entre a rejeição de uma proposição (positiva ou negativa) e a asserção de uma proposição negativa. Uma proposição negativa é assertada por um falante que pressupõe que o ouvinte acredita ser o caso de um estado de coisas sendo assertado, esse é o caso de sentenças negativas usadas para corrigir alguma má-compreensão da parte do ouvinte. Assim, na visão de Rajagopalan, a negação externa pode representar dois diferentes atos de fala: uma asserção que é negativa e denegação. Assim, uma denegação sempre resulta em negação externa, mas nem toda negação externa resulta em denegação.

Se no caso de uma proposição negativa, um falante asserta uma proposição a partir de algo que o ouvinte pressupõe. No caso de denegação, o falante rejeita uma mesma proposição (positiva ou negativa) assertada pelo ouvinte. Por esse motivo, denegação é classificada como um ato responsivo.

É importante lembrar que a denegação não envolve necessariamente negação sendo possível inclusive o uso de expressões positivas:

- (42) A: You didn't do the work all by yourself?
B: Yes, I did.

(ex. (12) Rajagopalan 1982)

No exemplo acima, apesar de *yes* ser uma palavra positiva, nesse contexto ela representa um ato de denegar o que é assertado por A. Da mesma forma, o item *no* pode ser usado sem que haja denegação:

- (43) A: John isn't happy.
B: No, he isn't.

(ex. (68) Rajagopalan 1982)

Nesse mesmo trabalho, Rajagopalan menciona também o termo negação metalinguística como um tipo de negação externa. Observe os exemplos⁸ abaixo:

- (44) A: The sky is overcast
B: It is true (that the sky is overcast)
- (45) A: The Sky is overcast.
B: It is NOT true (that the sky is overcast).
A: It IS true (that the sky is overcast).

Segundo o autor, em (44) a resposta de B conta como um ato de concordância, enquanto em (45) a réplica de A conta como um ato de denegação (a denegação de uma denegação). Em ambos os casos, no entanto, *it is true...* tem uma função metalinguística.

Rajagopalan salienta ainda que denegar não envolve apenas asserções, mas também comentários, explicações, postulações, como também acusações. Assim, o ato de denegar pode ser associado a qualquer ato ilocucionário que partilhe estados psicológicos de crença.

Ainda segundo Rajagopalan, para que um ato de denegar seja bem sucedido, é necessário que a proposição rejeitada seja idêntica à proposição imediatamente anterior e que haja alguma identificação formal no caso de expressões dêiticas. Para evidenciar a diferença entre o que é assertado e o que é assumido como crença, o autor cita o trabalho de Valin (1975) sobre a partícula *doch* do alemão. Se o item ocorre na posição inicial de sentença, sendo invariavelmente acentuado, há necessariamente uma negação aberta no contexto precedente:

- (46) S1: Das geht nicht
 isso vai não
 'Isso não dá certo'

⁸ Exemplos (42) e (43) de Ragopalan (1982).

S2: Doch, das geht.
PART isso dá
'Dá certo sim'

Já o *doch* não acentuado ocorre no meio da sentença e só pode ser usado num contexto no qual o interlocutor tenha se mostrado ignorante de um fato em questão. Nesse caso, não há conflito com a asserção prévia:

(47) S1: Fahr nicht gegen Mittag in die Stadt
dirija não perto meio-dia em a cidade
'Não dirija próximo ao meio dia na cidade'

S2: Wieso? Es gibt doch noch Platze
Por que EXPL. dá PART. ainda lugares
'Por quê? Ainda há lugares para estacionar.'

Considerando os trabalhos de Horn e Rajagopalan, podemos considerar a negação metalinguística como denegação, já que nesse tipo de negação há a rejeição a uma determinada asserção. As duas abordagens, no entanto, parecem divergir no que diz respeito ao papel da pressuposição. Na proposta de Horn, a negação metalinguística provoca uma alteração na pressuposição de uma sentença, ou seja, esse tipo de negação provoca uma alteração num conteúdo não explicitamente mencionado. Já na proposta apresentada por Rajagopalan, o conteúdo rejeitado deve ser necessariamente pré-posto e não pressuposto.

Uma das formas de interpretar as diferenças nas definições dos dois autores é considerar que na proposta de Rajagopalan há uma terceira possível interpretação para a negação, o que nos leva às três sentenças negativas de Dahl (1979) apresentadas em (32), (33) e (34). Se entendermos que uma descrição não envolve uma proposição, valoração em verdadeiro ou falso, podemos, então, considerar que a negação interna conforme ilustrada em (32) corresponde à negação descritiva de Horn. Da mesma forma que se entendermos que a sentença introdutiva *é falso que...* corresponde a uma asserção sobre verdade/falsidade de uma proposição, temos (33) representando a proposição negativa de Rajagopalan. Já se a sentença introduzida por *não é o caso que...* (34) não corresponde a

uma asserção sobre a verdade/falsidade de uma proposição, podemos considerá-la como denegação.

A proposta de Kamp & Reyle (1993) parece se aproximar ao que Rajagopalan entende por denegação. A partir de uma abordagem de Teoria da Representação Discursiva, Kamp & Reyle tratam dos significados de expressões linguísticas em termos de relações referenciais. Esses autores propõem que certas relações (referência, verdade, pressuposição, ambiguidade, etc.) podem ser expressas formalmente em termos de estruturas de representação discursiva (DRS). Entendendo a negação em termos de correção, os autores propõem que o critério de correção estabelece DRSs nas quais as sentenças ou discursos produzidos são inspirados na intuição de que as DRSs derivadas de uma sentença ou discurso dão algum tipo de “imagem” esquemática do mundo, a imagem está correta se seus referentes discursivos puderem ser tomados como representações de objetos reais. Isso é parte da ideia de que para assertar uma ou mais sentenças há o requerimento de que o mundo esteja de acordo com a ‘imagem’ que a sentença induz.

Denegar, segundo Kamp & Reyle (1993), é um ato de fala associado à asserção. Denegar ocorre quando algo é rejeitado pelo falante, sendo essa uma reação comum no caso de perguntas hesitantes (*tags*) ou em resposta a questões reais (*actual questions*). Em todos esses casos, o efeito de denegação é refutar algo que é posto em consideração hesitantemente ou com certo grau de certeza por alguém, é rejeitar a teoria presente sugerida, a imagem prévia do falante é apresentada como correta ou possivelmente correta. A força de denegação é que certa imagem não está correta.

Até aqui vimos que a negação é dividida em dois grupos: a negação interna e a negação externa. Longe de um consenso, no entanto, está a subdivisão entre tipos de negação externa. Enquanto para alguns autores, a mudança na pressuposição é o que define a negação externa, para outros, a negação externa pode estar relacionada à pressuposição, resultando em asserção negativa, ou pode funcionar como uma rejeição a um conteúdo diretamente assertado, sendo definida como denegação.

1.3.2 Negação, pressuposição e foco

Como vimos na seção anterior, Horn afirma que a negação externa pode ser tratada como negação metalinguística, enquanto Rajagopalan argumenta que a negação metalinguística é um tipo de negação externa. Para a proposta dos dois autores, no entanto, a entonação é o que permite a interpretação metalinguística de um enunciado. Em enunciados metalinguísticos, segundo Horn, há entonação contrastiva com uma queda final dentro da sentença negativa, pelo menos no inglês.

Rajagopalan considera que a diferença entre um ato ilocucionário de denegar e um ato de assertar não se reflete na sintaxe, mas no nível fonológico pela aplicação de acento contrastivo sobre o marcador negativo. Veja os seguintes exemplos:

- (48) John kissed Mary.
 a. John DIDN'T kiss Mary.
 b. JOHN didn't kiss Mary.
 c. John didn't kiss MARY.
 d. JOHN didn't kiss MARY.
 (ex. (39) Rajagopalan 1982)

Segundo o autor, quando o acento contrastivo recai sobre *didn't*, o elemento negativo tem o escopo mais amplo possível (externo). O escopo desse elemento, no entanto, pode ser estreito sobre diferentes elementos da sentença. Com isso, Rajagopalan argumenta que esse “estreitamento” do escopo da negação só é possível depois de denegação, ou seja, para que as diferentes leituras ilustradas em (48b-d) sejam possíveis, é preciso a existência de uma asserção prévia. A falta de exaustividade dos exemplos em (48b-d) nos remete ao conceito de negação metalinguística que, segundo Horn, não tem efeito de contradição, mas de contraste.

A negação metalinguística, por ter a função de contestar algum aspecto do enunciado anterior e contorno entoacional característico é frequentemente relacionada à noção de foco. Nas palavras de Horn (2001: 434) “varieties of ‘narrow-focus’ negation seem to involve a metalinguistic operator ‘reaching down’ into the hidden places of the sentence, penetrating even into direct quotes”.

Foco é um tópico presente não apenas nos estudos sobre negação metalinguística, mas a negação de forma geral envolve, muitas vezes, a noção de foco. Jackendoff (1972) foi um dos primeiros autores a tratar dessa relação, para o autor, o contorno entoacional afeta a interpretação, principalmente em interação com a negação.

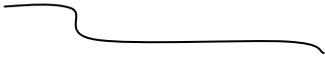
O escopo da negação sentencial é, normalmente, apresentado da seguinte maneira (Payne 1985): Eu digo de X que não é verdade que Y, onde X contém o elemento fronteira, Y os elementos livres e a negação relaciona os dois. Segundo Jackendoff (1972), as relações de escopo da negação nos trazem a sensação que a negação sentencial afeta uma parte da sentença e não a sentença toda. Ao que parece, o sujeito, ou tópico, nunca está no escopo da negação. Veja o dado abaixo:

(49) As crianças não foram para a escola.

Considerando as relações de escopo, temos *crianças* como elemento-fronteira e ‘*foram para a escola*’ como elemento livre. Essa relação pode ser expressa da seguinte maneira: eu digo das crianças que não é verdade que elas foram para a escola.

Como Bolinger (1961) pontua, o foco da negação sofre uma alteração de peso a partir de um acento contrastivo, forçando o sentido de que o resto da oração é informação dada.

Também Jackendoff (1972) trata dessa questão. Segundo ele, diferenças na escolha de acentos de *pitch* produzem contraste de significado quando em interação com a negação. Veja:

- (50) ALL the men didn't go.
 (Acento A)
- (51) ALL the men didn't go.
 (Acento B)

Enquanto o significado da sentença (47) é *Nem todos os homens foram*, em (48) o significado é *Nenhum dos homens foi*. Para dar conta dessa diferença de interpretação,

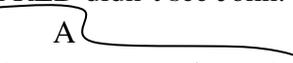
Jackendoff assume que uma sentença é dividida entre foco e pressuposição, em que o elemento acentuado recebe a marca F e é marcado como constituinte em foco. A pressuposição seria formada pela substituição do foco por uma variável na interpretação semântica. A pressuposição e a asserção seriam formadas pela expressão resultante:

- (52) FRED saw John.
 (53) Pressuposição: $\lambda x [x \text{ saw John}]$ é bem formada
 Asserção: Fred $\in \lambda x [x \text{ saw John}]$
 (Jackendoff, 1972: 353)

Algumas palavras como *só*, *até* e *não* (ou em inglês *only*, *even* e *not*) teriam como propriedade a capacidade de dissociar elas mesmas da pressuposição se elas estão em uma relação estrutural com o foco. Assim, no caso de a negação ser associada a foco há apenas um foco com um acento B e a negação se comportará como uma variável independente e não fará parte da pressuposição. Por outro lado, se o foco tem um acento A, não é necessário uma segunda variável e a negação permanece, então, na pressuposição. Jackendoff (1972: 354) ilustra esse contraste através do exemplo abaixo:

- (54) FRED didn't see John. (BILL did)

 Pressuposição: $\lambda x [x \text{ saw John}]$ é bem formada
 Asserção: Fred $\notin \lambda x [x \text{ saw John}]$

- (55) (Which one of them didn't see John?)
 FRED didn't see John.

 Pressuposição: $\lambda x [x \text{ didn't see John}]$ é bem-formada
 Asserção: Fred $\in \lambda x [x \text{ didn't see John}]$

O que o exemplo acima mostra é que o acento B agregado à negação indica que o foco é um valor incorreto para satisfazer uma pressuposição positiva, enquanto o acento A agregado à negação indica que o foco é um valor correto para a pressuposição negativa.

Ao que parece, no caso da negação, não é a informação que é assumida como nova que é o foco, mas a própria relação estabelecida pela negação.

Também Horn (2001: 436-437) se refere ao tipo de negação ilustrado acima como negação de foco.

O que os trabalhos apresentados nessa seção parecem indicar é que em alguns casos, a negação parece ter escopo sobre constituintes focalizados. Se considerarmos como Rajagopalan que o escopo estreito da negação só é possível no caso de denegação, então, podemos dizer que em caso de denegação o item negativo está numa posição estrutural que o permita ter escopo sobre constituintes focalizados.

1.4 Resumo

Nesse capítulo, vimos trabalhos que tratam da negação enquanto uma categoria formal, falamos sobre o processo histórico de mudança envolvendo a negação, além de aspectos pragmáticos envolvidos na realização da negação.

Dentre os trabalhos que tratam da negação enquanto categoria formal, falamos de Klima (1964) e Chomsky (1957), os quais postularam um elemento negativo abstrato (Neg) que abarcaria todos esses elementos. Também nos referimos a Emonds (1978), que ao observar diferenças de distribuição existentes entre partículas negativas e uma classe específica de advérbios concluí que elementos negativos seriam gerados em adjunção ao VP do mesmo modo que os advérbios *often* e *souvent*, sendo sua posição pós-verbal seria resultado do alçamento do verbo para o núcleo de IP.

Trabalhos posteriores (Pollock 1989, 1990; Laka 1990; Zanuttini 1991, 1995 e 1997) propõem que a negação pertence a uma categoria funcional específica denominada NegP. Para Pollock, a categoria IP deve ser cindida em TP e AgrP, que carregariam, respectivamente, os traços de *tempo* e de *concordância* que constituem I, e a categoria NegP interviria entre essas duas projeções. Para Laka (1990), Zanuttini (1995) e Poletto (2009), no entanto, a categoria NegP pode ocorrer em diferentes posições na estrutura arbórea. Laka propõe a existência de uma categoria Σ P que, relacionada a ato ilocucionário,

estaria presente tanto em sentenças negativas quanto positivas, havendo variação paramétrica entre línguas em que Neg subcategoriza Infl e línguas em que Infl subcategoriza Neg. Zanuttini defende que NegP pode ocorrer entre AgrP e TP, conforme propõe Pollock, mas também imediatamente abaixo do VP. Já Poletto (2009) expande ainda mais as possibilidades de realização de Neg na estrutura frasal, que poderia ocorrer em quatro diferentes posições.

A respeito do Ciclo da negação, vimos que a proposta de Jespersen de enfraquecimento do item negativo pré-verbal e reforço pós-verbal e, posterior, interpretação da negação enquanto pós-verbal é reinterpretado por Van der Auwera. Para esse, a substituição da negação pré-verbal pela pós-verbal se dá por motivos de economia, uma vez que diferentemente do marcador negativo original, esse pode ser enfatizado, o que leva a interpretação de polaridade negativa.

Tratamos também dos diferentes tipos de negação, principalmente da distinção entre negação interna e externa. Como vimos, a negação pode ser interpretada como um predicado negativo, significando A não é B (negação descritiva) ou como a denegação de um enunciado. Quanto a esse tipo, vimos que, além da interpretação como rejeição a um conteúdo assertado, não há amplo consenso na literatura sobre o tema. Para alguns autores (Ducrot 1972, Horn 1989[2001]) a negação externa pode ser tratada por negação metalinguística; já para outros autores (Dahl 1979, Rajagopalan 1982) há mais de um tipo de negação externa, ou seja, há mais de um tipo de negação em que a interpretação não pode ser explicada em termos de condições de verdade.

Capítulo 2

A Negação no português brasileiro

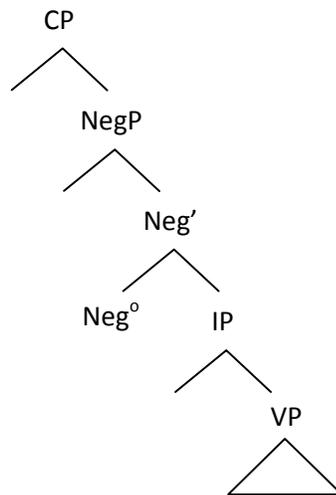
As múltiplas formas de realização da negação sentencial no PB são estudadas em diversos enfoques teóricos e objetivos de trabalho. Dentre os estudos que tratam desse tema, há aqueles que defendem a existência de um processo de mudança envolvendo a posição da negação considerando o Ciclo de Jespersen e aqueles que, por outro lado, não consideram que há uma origem comum entre as três possibilidades de negação sentencial na língua. Alguns desses trabalhos focam na variação das estruturas não canônicas, [Neg V Não] e [V Não]; outros abordam esse tema apenas marginalmente, tendo como objetivo o estudo da posição da categoria Neg nessa língua. Neste capítulo, serão resenhados trabalhos sobre a posição de Neg no PB, mas principalmente sobre a alternância de estruturas sentenciais. Nosso objetivo é apontar resultados e, eventualmente, lacunas sobre o tema em análise. O foco do capítulo está na descrição sintática das estruturas [Neg V], [Neg V Não] e [V Não] e nas correlações gramaticais e discursivas já apontadas em outros trabalhos.

O capítulo é dividido em quatro subseções. A primeira, *Sobre NegP*, descreve trabalhos que tratam principalmente da negação canônica no PB, mas também da posição de NegP. A segunda subseção, *Além de NegP*, trata de estudos que abordam a variação entre as três estruturas de negação sentencial no PB, recorrendo muitas vezes a categorias de carácter diverso de NegP. A terceira subseção, *Algumas considerações sobre pragmática*, aborda principalmente o trabalho de Schwenter (2005), o qual descreve, a partir de uma tipologia de negações, as características das estruturas [Neg V] ou Neg1, [Neg V Não], Neg2, e [V Não] ou Neg3 no PB. Por fim, são apresentadas, na subseção 4, as conclusões do capítulo.

2.1 Sobre NegP

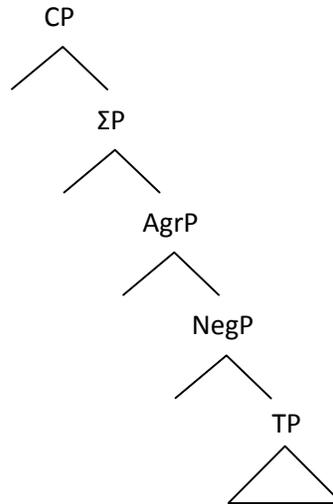
Como vimos no capítulo anterior, há certa convergência nos estudos sobre negação sentencial no que diz respeito à projeção da categoria NegP, havendo divergências apenas na posição dessa categoria na estrutura sintática ou na projeção de outras categorias relacionadas a Neg. Nos estudos sobre o PB, a discussão a respeito da posição de Neg está na relação dessa categoria com a categoria Tempo. O trabalho de Miotto (1991), um dos primeiros a tratar do tema, propõe, baseado em sentenças com omissão de verbo (*Pedro agrediu João, mas Paulo não*), que a categoria NegP deve ter escopo sobre o IP, como ilustrado abaixo:

(1)



E. Martins (1997), assim como Miotto, sustenta que NegP c-comanda TP, mas adota a categoria AgrP e propõe que a categoria Neg intervém entre Agr e T. A autora assume como Laka a existência da categoria Σ P, onde, segundo ela, afirmação e negação são interpretadas. A proposta da autora para o PB parte da ideia de que Σ P, que é gerado acima de AgrP, possui traços fortes, o que provoca o alçamento do item *não* da categoria NegP, onde é gerado, para a posição Σ P. Dessa forma, a estrutura da negação sentencial no PB seria a seguinte:

(2)



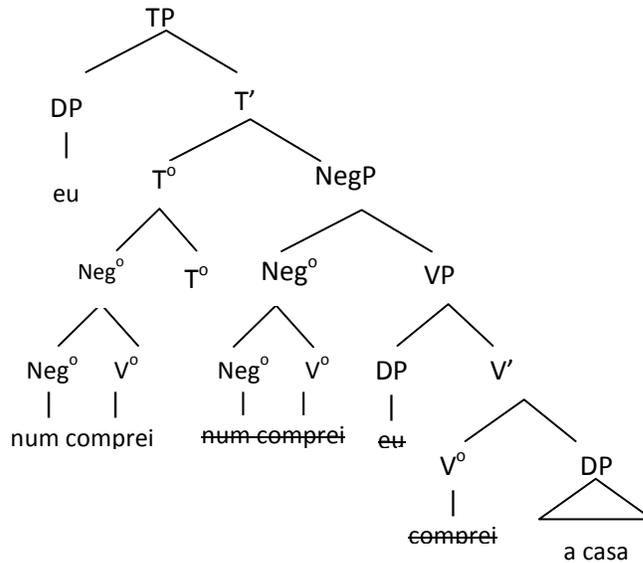
A abordagem de Vitral (1999) difere das propostas de Mioto e E. Martins no que diz respeito a que elemento NegP subcategoriza. Vitral assume que o item *não* é núcleo de uma categoria funcional, estando, portanto, sujeito à condição de minimalidade. E, se baseando na ocorrência da partícula negativa antes de um deverbais em um constituinte nominal, diz que, na verdade, NegP tem escopo sobre categorias lexicais (VP, AP, NP...). Se sua proposta é a de que um item de valor negativo deve c-comandar um núcleo lexical na sintaxe visível, NegP não poderia, portanto, ter escopo sobre TP.

Cavalcante (2007), na mesma direção de Vitral, propõe que NegP seleciona VP, uma vez que o item negativo pré-verbal é um clítico, que deve se incorporar a uma palavra que lhe dê base fonológica, no caso o verbo. Outro argumento apresentado é que a marcação do valor negativo de uma sentença não é tarefa exclusiva de NegP, mas também de TP.

O autor apresenta, então, uma proposta de derivação para uma sentença como *Eu num comprei a casa*, em que primeiro a operação *compor* geraria o VP (*eu comprei a casa*), a computação selecionaria da numeração o núcleo *num* e criaria uma cópia do verbo *comprei* enquanto outra aplicação da operação *compor* geraria um objeto sintático distinto [_{Neg°} *num comprei*]. A computação passa a ter dois objetos sintáticos: o VP e o Neg°

formado por *num* e uma cópia do verbo. Seria a aplicação da operação *compor*, unindo esses dois objetos, que formaria a projeção máxima NegP, tendo o VP como complemento, só então a computação faz uma cópia de Neg^o (verbo e partícula negativa) e a uniria ao núcleo de T, formando um complexo [T^o [Neg^o *num comprei*] [T^o]]. Em seguida, T' é unido por *compor* e a esse uma cópia do DP “eu”:

(3)



A cliticização do item negativo pré-verbal que passa de *não* a *num*, já mencionada acima, tem sido utilizada como principal argumento para a interpretação do segundo *não* da estrutura [Neg V Não] como “reforço”. Furtado da Cunha (1996, 1999, 2000) é uma das primeiras a considerar a hipótese de reforço para explicar o surgimento da estrutura [Neg V Não] no PB. Utilizando dados do dialeto de Natal/RN, a autora, através de uma orientação funcionalista, apresenta a redução fonológica do *não* para *num* como a causa do aparecimento do segundo *não* em estruturas como [Neg V Não].

Os resultados encontrados por Furtado da Cunha (1996) no que diz respeito à ocorrência das estruturas foram os seguintes: 88,9% de [Neg V], 10,4% de [Neg V Não] e 0,3% de [V Não], em 1505 dados levantados na fala. Esses dados foram comparados a orações negativas retiradas de textos escritos. Assim, a autora pôde constatar que as construções [Neg V Não] e a [V Não] não aparecem em textos escritos.

A não ocorrência da negativa dupla na escrita está relacionada, segundo a autora, à sua origem pragmática: na escrita, não há enfraquecimento do *não* e, portanto, não há necessidade de reduplicação desse marcador negativo para efeitos de reforço e/ou ênfase, típicos da fala. Essa afirmação, no entanto, não parece verdadeira se consideramos itens de polaridade negativo como reforço. Jespersen (1917), por exemplo, faz uso do termo *bildliche Verneinung*⁹ cunhado por J. Hein para tratar da tendência de se acrescentar palavras com o objetivo de tornar a negação mais impressiva.

De acordo com Furtado, a oração com duplo *não* está entre os processos de intensificação da negativa que têm por objetivo explicitar a posição do falante em relação aos estados de coisas a que se refere, reforçando, assim, a quebra de expectativa do ouvinte. Segundo a autora, observa-se, nas negativas canônicas (*não* + SV), um processo de enfraquecimento fonético do operador *não* que precede o SV. Esta considera que no discurso falado rápido, a pronúncia do *não* tônico se reduz para *num* átono, ou até para uma nasalização. Para reforçar a ideia de negação da expectativa do ouvinte, o falante utiliza um segundo *não* no fim da oração. Esse *não* final pode ser visto como uma estratégia para suprir a erosão fonética do *não* antes do SV e o conseqüente esvaziamento do seu conteúdo semântico.

Outro argumento que a autora cita em favor da hipótese de enfraquecimento do *não* antes do verbo é a existência da construção negativa que exhibe apenas um *não* no fim da oração. Nesse caso, o processo de enfraquecimento teria atingido o estágio final, com o desaparecimento do *não* que precede o SV. As etapas do processo seriam as seguintes:

[[Nãõ + SV] nãõ] > [nãõ + SV + nãõ] > nãõ [SV + nãõ] > [SV + nãõ]

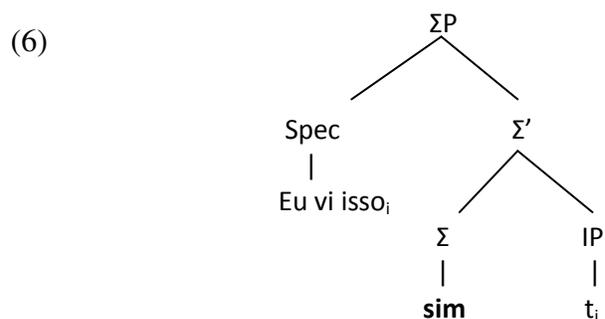
Mioto (1991) também recorre à hipótese de reforço. Segundo o autor observa, o segundo *não* tem distribuição semelhante a do *nunca* pós-verbal e interpreta os dois casos como reforço:

- (4) O João *não* visitou a Bahia *nunca*.
 (5) O João *não* visitou a Bahia *nãõ*.
 (ex. (46d) Mioto 2001: 204)

⁹ Negação pitoresca.

No entanto, segundo Alkmim (2001), a semelhança de distribuição entre esse segundo *não* e o *nunca* apontada por Mioto serve de evidência para a interpretação dessa estrutura como um caso de Concordância Negativa (CN). A autora cita o trabalho de Gonçalves (1994) que compara o *não* pós-verbal com elementos como *mesmo* e *mais*, que são normalmente descritos como Itens de Polaridade Negativa.

Considerando a possível relação entre o *não* pós-sentencial em estruturas [Neg V Não] e itens de polaridade negativa, Gonçalves, retornando ao trabalho de Laka (1990), recorre à relação entre negação e afirmação enfática presentes na categoria ΣP . Segundo a autora, essa mesma relação pode ser observada no PB através da associação entre estruturas como *Eu vi isso sim* e *Eu não vi isso não*, o que leva à interpretação dessas estruturas como confirmação enfática. Ainda segundo essa autora, a ordem dos elementos se daria pela subida de toda a sentença para ΣP :



Para Gonçalves, essas estruturas teriam origem em respostas assertivas, que até o século XIX eram fortemente marcadas por formalidade, com o uso da partícula assertiva seguida do pronome de tratamento *senhor*, como *Eu vi, sim Senhor*. Mais tarde, o emprego da partícula teria se gramaticalizado sem o uso do pronome de tratamento. Alkmim (2001) observa o mesmo percurso histórico para estruturas [Neg V Não]. Em um primeiro momento há a estrutura com o pronome de tratamento *senhor*; no recorte temporal seguinte, há nos dados a queda do pronome *senhor*, mantendo-se ainda por um período de tempo pausa entre a sentença e o item negativo final de sentença. Para Alkmim, no entanto, a implementação da estrutura [Neg V Não] só ocorre quando a pausa cai e o segundo *não* é

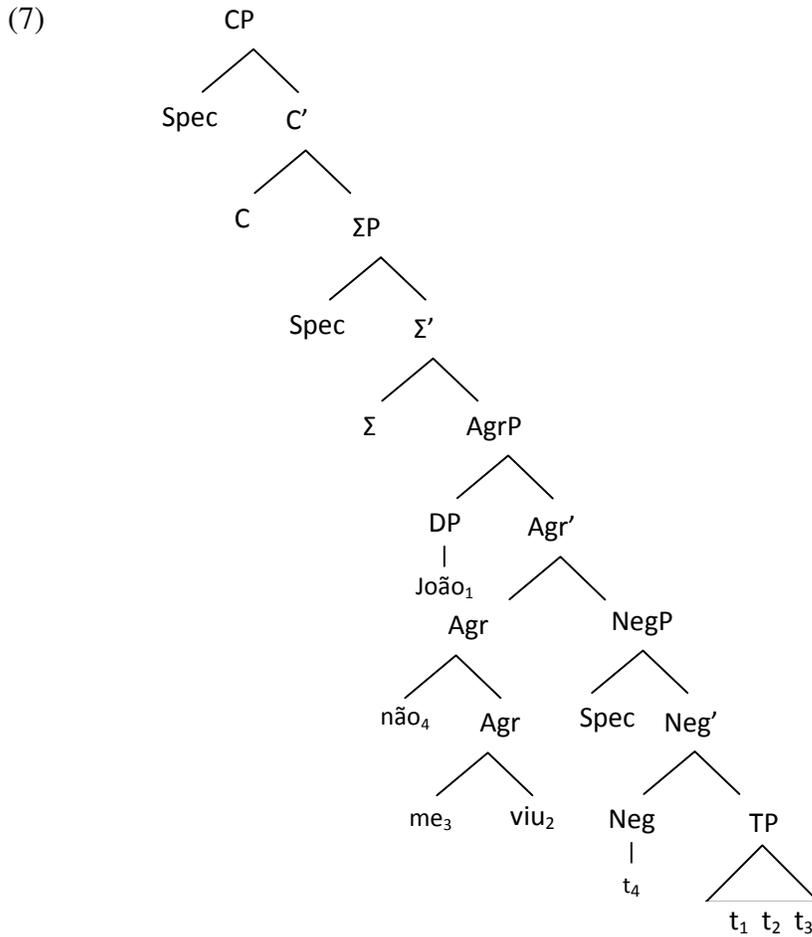
incorporado à sentença. Os trabalhos de Gonçalves e Alkmim indicam que as estruturas [Neg V Não] e [V Sim] apresentam a mesma origem.

Embora a origem de [Neg V Não] e [V Sim] possam ser a mesma, alguns dos dados apresentados na presente tese indicam que as duas estruturas não são equivalentes, como mostraremos no capítulo seguinte.

Também Schwegler (1983) tentou explicar a origem da construção [Neg V Não] no PB. Lançou mão, como Furtado da Cunha, dessa possível hipótese funcionalista do enfraquecimento do primeiro *não*, mas acabou concluindo que o Português é uma língua em que somente a redução não poderia ser responsável pela origem de tal estrutura. Posteriormente, Schwegler (1991) defende a hipótese de que o que diferencia a negação pré-verbal e as outras duas formas de negação no PB é o carácter pressuposicional das estruturas [Neg V Não] e [V Não] que não é observado na negação canônica.

E. Martins (1997) também parte do estatuto clítico do *num* para dizer que no PB o marcador negativo pré-verbal teria se enfraquecido, não sendo mais capaz de negar a sentença independentemente, o que teria levado ao surgimento do *não* pós-sentencial, que funcionaria como um “reforço”. A autora afirma, então, considerando o Ciclo de Jespersen, que o PB falado se encontraria na fase 2, sendo a negação pré-verbal apenas resquícios de um estágio anterior da língua.

A proposta de derivação das sentenças [Neg V Não] apresentada pela autora se daria da seguinte forma, uma vez que os traços de ΣP se tornaram fracos, esses poderiam ser checados cobertamente após o *Spell-out* e o movimento em sintaxe aberta não seria necessário. Já o que definiria a posição pré-verbal do marcador *num* seria justamente seu estatuto clítico, que faria com que este se adjungisse ao núcleo de Agr:



Vital (1999) é outro autor que vê relação entre a estrutura com dois *nãos* e o Ciclo de Jespersen. O autor, partindo da teoria da checagem de traços, dentro do quadro minimalista, propõe que um item de valor negativo deve c-comandar um núcleo lexical na sintaxe visível. Sua análise é a seguinte: a presença na numeração da partícula *não* ou de um item N, que apresentam o traço formal [+Neg], faz surgir uma categoria também definida por esse traço, que é Forte; o *não* é inserido por meio da operação concatenar (*merge*) em Neg checa o traço [+Neg].

Segundo o autor, essa hipótese explica a ocorrência de itens N(egativos) em posição pré-verbal sem a presença do marcador negativo *não*, o que não é esperado em línguas de Concordância Negativa. A derivação dessas sentenças se daria da seguinte forma, itens N como *nada* e *ninguém* na posição de objeto e *nunca* e *jamais* numa posição adverbial adjunta à VP se deslocam através da operação mover e podem ocupar a posição

de especificador de NegP ou transitar por ela. Essas duas operações permitem checar o traço [+Neg]; quando o deslocamento dos itens N tem lugar na sintaxe visível, a inserção da partícula *não* é necessária, se a operação concatenar insere a partícula *não*, o movimento dos itens N não precisa ocorrer.

Já para as línguas em que a negação é final, Vitral apresenta a hipótese de que os marcadores negativos nessas línguas preenchem a posição de adjuntos de VP antes do *spell-out*, movimentando-se para a checagem de Neg na sintaxe encoberta. Para o autor, essa proposta leva à conclusão de que o traço Neg é fraco¹⁰ nessas línguas.

Com o objetivo de entender o que determina o estatuto Forte/Fraco de Neg, Vitral recorre ao ciclo da negação de Jespersen, em que elementos negativos pré-verbais se reduzem, sendo incorporados ao verbo, ao mesmo tempo em que aparecem outros elementos pós-verbais que adquirem valor negativo historicamente. Sendo a proposta do autor, o ciclo de Jespersen pode ser reduzindo a um processo de Gramaticalização que apresentaria, segundo Hopper & Traugott (1993), as seguintes etapas:

(8) a.item lexical > b.item gramatical > c.clítico > d.afixo.

O desaparecimento das partículas pré-verbais pode ser visto como o estágio Ø, posterior ao estágio (d) de (8). No Português, pode-se reconhecer, através da variação envolvendo o par *não/num*, as etapas (b) e (c) acima descritas. Para Vitral, a operação mover aloca os itens N na posição de Spec de Neg, enquanto que os clíticos checam traços através dessa mesma operação e ocupam a posição de núcleo de NegP.

A forma *não* seria um núcleo, enquanto que *num* estaria em um estágio mais avançado no eixo; o que caracteriza o PB em um estágio em que a categoria Neg é forte. Ainda segundo vitral (1999: 77), o componente computacional “reconhece” não o processo de Gramaticalização e, sim, as etapas por ele previstas, o que o faz gerar produtos diferentes.

¹⁰ Para Vitral, se uma língua apresenta traço Neg fraco significa dizer que o núcleo Neg nessa língua não é capaz de negar a sentença sozinho.

Schwegler (1991), assim como Gonçalves, relaciona a estrutura [Neg V Não] a ênfase, mas diferentemente de Martins e Vitral, não acredita que a redução do *não* pré-verbal esteja relacionada ao surgimento do segundo *não*. Para o autor, esse segundo *não* da estrutura teria se originado como um elemento marcador de ênfase ao final da oração, como o *pas* do francês, separado da oração por pausa e que, posteriormente, teria se tornado um elemento interno à oração: *Eu não quero, não* > *Eu não quero não*. Para esse autor, essa estrutura é discursivamente marcada, estando relacionada a contextos pressuposicionais.

Os trabalhos de E. Martins e Vitral são importantes na medida em que reconhecem que a redução do *não* pré-verbal representa um diferenciador importante entre esse elemento e o *não* final. No entanto, suas análises apresentam problemas quando se considera certos fatos do PB. Se, como afirma E. Martins, [Neg V Não] é a estrutura básica do PB, o esperado é que essa estrutura fosse possível em qualquer contexto, no entanto, como vários estudos afirmam (Schwenter 2005; Cavalcante 2007; Teixeira de Sousa 2007; Biberauer & Cyrino 2009; dentre outros), ela não ocorre em todos os contextos em que [Neg V] ocorre, como em perguntas-Q e em subordinadas temporais, ou com verbos factivos do tipo “lamento que”¹¹:

- (9) a. Onde você *não* vai (**não*)?
b. Quando o Luiz *não* chegou com as bebidas (**não*), todos reclamaram.
c. Lamento que você *não* venha (**não*).

Já na análise de Vitral, o PB é uma língua que apresenta um traço Neg forte; em certos dialetos, no entanto, a negativa final é bastante produtiva. O estudo de Schwegler (1991), por exemplo, verificou que [V Não] foi mais frequente que [Neg V Não] em dados coletados através de pesquisas sociolinguísticas na cidade de Salvador - Bahia.

Outro ponto importante diz respeito à relação entre a cliticização do *não* pré-verbal e a origem do segundo item. Na proposta de E Martins (1997), o segundo *não* da estrutura teria surgindo para suprir a erosão fonética e esvaziamento semântico do *não* pré-verbal. Teixeira de Sousa (2002, 2007), através de análise sociolinguística, verifica, no

¹¹ As mesmas restrições são observadas por Poletto (2008) em sentenças negativas com NO do dialeto de Veneza.

entanto, que a tendência à redução é posterior ao aparecimento do segundo elemento. A análise, cuja amostra era composta por dados coletados com informantes de Mariana (MG) no ano de 2002, apresentou os seguintes resultados: .57 de probabilidade de ocorrência do *num* contra .59 de *não* em estruturas com dupla negativa, o que não era estatisticamente significativo. No entanto, avaliando a mesma questão com *corpus* igualmente coletado com informantes de Mariana, no ano de 2005, Teixeira de Sousa (2007) verifica a presença agora categórica de itens reduzidos em sentenças com dupla negativa, o que indicaria que o processo é inverso, ao que parece é justamente o aparecimento do segundo *não* na estrutura o que favorece a redução.

Também Ramos (2002) discorda da relação entre redução do item negativo pré-verbal como o que tenha ocasionado o surgimento de estruturas [Neg V Não]. Segundo dados apresentados pela autora, o *não* pós-sentencial pode coocorrer com palavras negativas como *nunca* e *ninguém*, as quais não podem ser consideradas fonologicamente “fracas”.

A isso se acrescenta o fato de que a forma clítica *num* não substitui a forma plena *não*, sendo ainda possível verificar a coocorrência das duas formas.

2.2 Além de NegP

Para dar conta da alternância na estrutura da sentença negativa no PB, muitos estudiosos lançam mão de outras categorias sintáticas que não NegP. A maioria desses trabalhos interpreta o *não* final de sentença não como uma negação bipartida como o *ne...pas* do francês, mas como a realização de funções discursivas. Nessa seção apresentaremos alguns desses trabalhos.

Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), diferentemente de Vitral e E. Martins, não consideram a estrutura [Neg V Não] como uma etapa do Ciclo de Jespersen. As autoras sustentam que o *não* final em estruturas [Neg V Não] é um elemento legítimo de concordância. Segundo as autoras argumentam, a presença desse elemento leva necessariamente a uma interpretação de reforço. As autoras então adotam a existência da

categoria PolP, proposta por Zanuttini para explicar a derivação da estrutura [Neg V Não] no PB. Essa categoria, gerada entre CP e TP, estaria sempre presente, mas só é preenchida no caso de polaridade enfática (natural em contextos pressuposicionais e de negação enfática). Um exemplo de derivação é apresentado em (10).

- (10) Q: O João comprou a casa?
 A: a. *Ele disse que* [_{PolP} *não*₂]
 b. Negativa simples:
 Ele disse que [_{PolP} [_{TP} *num/ não*₁ *comprou*]]
 c. Negativa enfática:
 Ele disse que [_{PolP} [_{TP} *num/ não*₁ *comprou*] *não*₂ <TP>]
 (ex. (34) Biberauer & Cyrino 2009)

No que diz respeito ao caráter enfático atribuído a [Neg V Não] não apenas por Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) como também por Furtado da Cunha (1996), Schwegler (1991) e outros, esse não parece ser suficiente para explicar o uso dessa estrutura, já que o não pré-verbal do PB, apesar de apresentar uma forma clítica, pode receber proeminência prosódica e ser ele mesmo enfático. Embora a estrutura [Neg V Não] possa ser interpretada como enfática, como veremos nos próximos capítulos, essa não é uma característica intrínseca à estrutura. Além disso, uma vez que itens de polaridade negativa apresentam a mesma função de ênfase sobre a informação negativa – *Eu não tenho um centavo no bolso*, o rótulo “ênfase” não serve para distinguir o fenômeno da coocorrência dos dois itens negativos na estrutura [Neg V Não] de outros fenômenos claramente distintos.

Também Cavalcante (2012) rejeita a explicação para as estruturas com *não* final enquanto ênfase. Para esse autor, as estruturas [Neg V Não] e [V Não] não codificam ênfase, sendo a estrutura com o marcador *nada* ([V nada]), em distribuição completar com [V Não], a estrutura negativa enfática do PB.

Retornando ao trabalho de Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), a origem da estrutura [Neg V Não] pode ser explicada, segundo propõem, a partir do negador profrase, que nas línguas românicas ocorre em PolP:

- (11) a. Acho que *sim/ não*₂
b. Creo que *sí/ no* [Espanhol]
c. Penso di *sì/ non* [Italiano]
(ex. (31) Biberauer & Cyrino 2009)
- (12) a. *Ich glaube dass/von *nein* [alemão]
eu acredito que de não
b. *Ik denk dat/ van *nee* [Holandês]
eu acho que de não
c. *Ek dink dat/ van *nee* [Africâner]
eu acho que de não
(ex. (32) Biberauer & Cyrino 2009)

Essa proposta dá conta ainda da existência desse elemento de polaridade em sentenças encaixadas, uma vez que a categoria PolP nas línguas românicas, diferentemente das línguas germânicas, é subcategorizada pelo CP.

Já Cavalcante (2007) argumenta que as construções [Neg V Não] e [V Não] desempenham um papel diferente de [Neg V], enquanto as primeiras teriam a função de quebra de pressuposições levantadas ou inferíveis pelo contexto discursivo, [Neg V] seria uma negação neutra. O autor compara esse segundo elemento negativo a uma profrase, cuja função é expressar uma recusa, uma denegação, ou contrariar uma proposição apresentada anteriormente, diferentemente de uma negação pré-verbal, que tem como função inverter o valor de verdade de uma sentença.

- (13) DOC.: Vi, num tem confiança no padre?
INF: **Não**, no pade eu tenho.
(ex. (9a) Cavalcante 2007: 122)
- (14) Q: Ah, estou vendo, você comprou a casa.
a. A: *Não, eu não comprei a casa não!*
b. A: *Não, comprei a casa não!*

Cavalcante aponta ainda outra similaridade entre o *não* final de sentença e o *não* profrase. Nos dois casos, o *não* não pode ser realizado como *num*:

- (15) — Você viu o assaltante?
 — * **Num**
 (ex. (11) Cavalcante 2007:123)
- (16) Eu não me lembro (***num**)
 (ex. (07) Cavalcante 2007: 122)

Considerando essas similaridades, Cavalcante propõe que o *não* pós-sentencial é, na verdade, uma profrase, uma vez que não inverte o valor de verdade das sentenças. O autor, no entanto, argumenta contra Laka, para quem profrases estão presentes em CP, dizendo que se esses elementos não têm escopo sobre a sentença, eles devem ser gerados acima de CP. Sua proposta é que partículas profrase ocorrem sob outra categoria específica responsável por codificar informações discursivas referentes à confirmação ou refutação de uma pressuposição anterior, a saber, DenP (Denial Phrase)¹². Essa categoria, que estaria acima de CP, seria responsável, então, por alojar as profrases negativas e também afirmativas (*sim*, *é* e *não*) utilizadas em contextos de resposta a uma pergunta direta ou de assentimento ou denegação de uma declaração realizada anteriormente. Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) argumentam contrariamente a essa hipótese. Segundo as autoras, a estrutura [Neg V Não] também é possível em contextos em que não há pressuposição e exemplificam com um contexto de foco largo:

- (17) Q: Por que você está desesperada? O que aconteceu?
 A: Eu *num/não*₁ tô achando minha gatinha (*não*₂)
 (ex. (12) Biberauer & Cyrino 2009)

Como mostraremos no capítulo seguinte, os dados levantados vão de acordo à hipótese de Biberauer & Cyrino (2019), uma vez que [Neg V Não] diferentemente de [V Não] não está restrita a contextos responsivos, podendo ser usada para veicular informação nova.

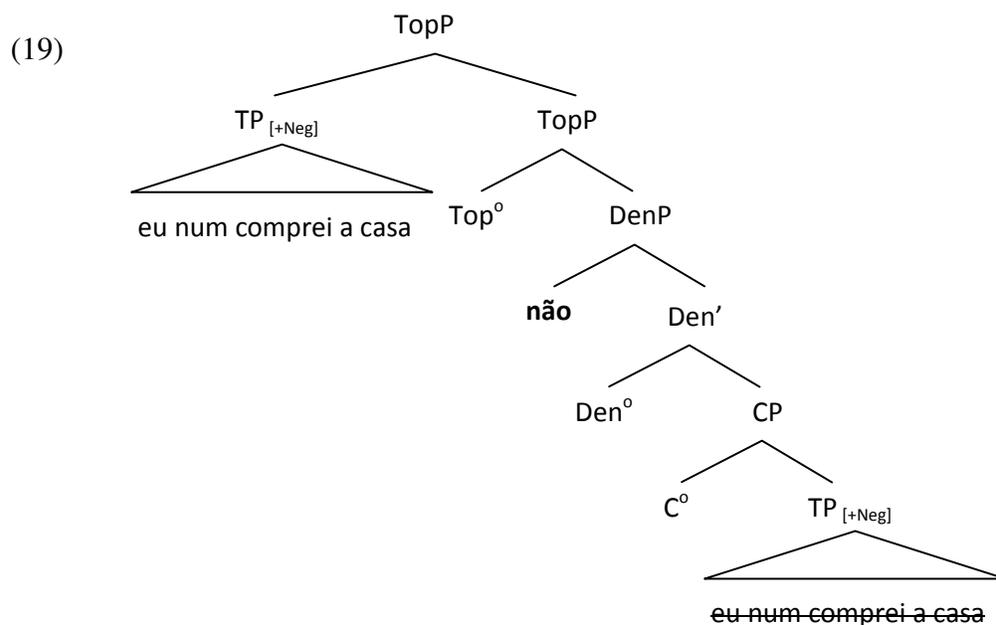
Cavalcante afirma, ainda, que DenP não seria uma categoria não selecionada, que só pode ocorrer em sentenças matrizes, uma vez que não é selecionada por verbos ou

¹² Em trabalho posterior, Cavalcante (2012) altera o nome da categoria para AstP (Assertive Phrase). A natureza da categoria, no entanto, é a mesma.

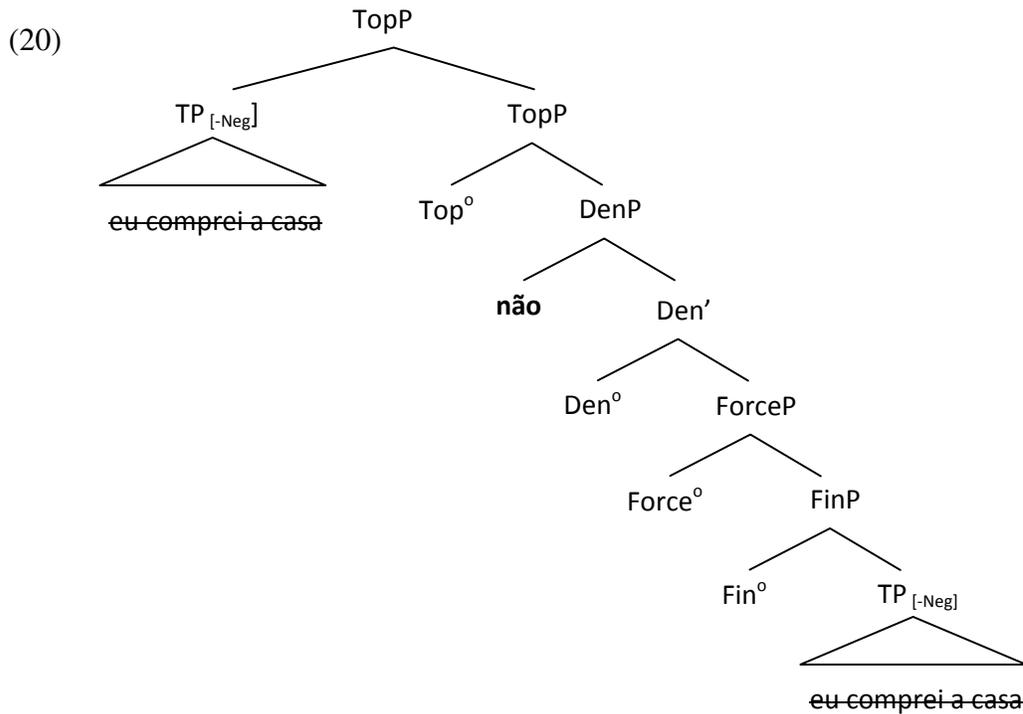
por complementizadores e, considerando a hipótese do CP expandido, apresenta a seguinte estrutura:



A derivação da estrutura [Neg V Não], segundo a proposta de Cavalcante, se daria em duas “fases”. A primeira, que coincide com a derivação de [Neg V], vai até a formação da sentença ao nível do TP (ou CP), com a aplicação das mesmas operações. A segunda parte da derivação da sentença envolve a aplicação de *selecionar* e *compor* para formar o nível CP. Em seguida, o núcleo de DenP, um morfema abstrato, se une ao CP formando Den’, o *não* é selecionado da numeração e unido a Den’ por *compor*, formando DenP. O tópico, também como um núcleo morfema abstrato, se une a DenP para formar Top’. O último passo da derivação seria a cópia de toda a sentença para o especificador de Top°, formando o TopP:



Com relação às diferenças entre [Neg V Não] e [V Não], Cavalcante argumenta que é derivada da presença do *não*, de Den^o e de Top^o na numeração. Esse último item ativa o movimento da sentença para a posição de tópico, passando por cima de *não* no especificador de DenP. Segundo o autor, a numeração de uma estrutura [V Não] se difere de [Neg V] por conter os núcleos Den^o e Top^o e de [Neg V Não] por não possuir *num*, sendo T^o, nesse caso, [-Neg]. Seria essa diferença de numeração que geraria a diferença das sentenças [Neg V Não] e [V Não], uma vez que sem o *num* na numeração não seria possível projetar NegP.



Para Cavalcante, a derivação conforme apresentada acima implica que até a ativação do nível DenP o sistema computacional realiza uma derivação semelhante à de uma sentença afirmativa, o que é, de acordo com o autor, compatível com a proposta de que a sentença funciona como um tópico e a negação final em [V não] como uma predicação que não tem a função de alterar o valor de verdade da proposição, mas expressar uma denegação sobre uma pressuposição. Essa análise, segundo o próprio autor, apresenta

alguns problemas quando aplicada à estrutura [Neg V Não], uma vez que essa estrutura, diferentemente de [V Não], é compatível tanto com orações encaixadas, quanto topicalizações, como mostram os exemplos abaixo:

- (21) a. Ele disse que *não* conseguiu *não*.
b. *Ele disse que conseguiu não.
- (22) a. Esse livro eu *não* comprei *não*.
b. *Esse livro eu comprei *não*.

Cavalcante (2012) retoma a análise que associa a derivação das estruturas [Neg V Não] e [V Não] às sentenças com partículas assertivas iniciais. Desta vez, no entanto, retoma o conceito de pressuposição adotado na formulação de sua primeira hipótese. O autor lembra que o ato de negar é, de certa forma, sempre pressuposicional, já que é corrente na literatura lógica e semântica a ideia de que toda negação contém uma proposição afirmativa. Passa, assim, a considerar que o que diferencia o *não* pós-verbal não é seu caráter pressuposicional, mas a forma como a pressuposição é inserida no discurso. Para justificar essa distinção, o autor analisa o seguinte conjunto de sentenças:

- (23) Os contemporâneos de Colombo **não** acreditavam que a Terra era chata.
- (24) a. Os contemporâneos de Colombo **não** acreditavam que a Terra era chata **não**.
b. Os contemporâneos dele **não** acreditavam *nisso não*.
c. Eles **não** acreditavam *nisso não*.

Segundo argumenta Cavalcante (2012), no caso de (23), a sentença negativa não requer que a proposição afirmativa tenha sido previamente introduzida no discurso, sendo a sentença negativa o que ativa a atenção do interlocutor para a proposição afirmativa encaixada. Já as sentenças em (24) corresponderiam à negação/ rejeição da proposição inserida ou disponibilizada no discurso. Assim, para que as sentenças em (24) ocorressem, seria necessário que a proposição pressuposta negada correspondesse a uma afirmação prévia explícita ou de inferência a partir da situação comunicativa. Como veremos, no

próximo capítulo, no entanto, há uma distinção importante entre o caráter informativo do elemento negado e o uso de [Neg V Não] e [V Não].

Na derivação das estruturas [Neg V Não] e [V Não], segundo a proposta de Cavalcante, o *não* final é gerado acima de C na mesma posição que outras partículas assertivas (*sim*, *é* e *não*), AstP. Segundo sua proposta, essa posição é uma categoria funcional do sistema CP, que possui propriedades anafóricas.

(25) [Ast' **não** [CP/FinP C/Fin [TP...]]

O caráter anafórico das negativas não canônicas, tratado por Cavalcante (2012), é bastante interessante e é, em parte, reforçado na análise desenvolvida no presente estudo. No entanto, como salientado por Schwenter (2005), mas ignorado por Cavalcante (2012), há uma diferença importante entre estruturas [Neg V Não] e [V Não] com relação a esse critério. Enquanto [V Não] é restrita a contextos de informação dada, [Neg V Não] pode ser usada a partir de proposições inferíveis (Schwenter 2005) e nem sempre corresponde a rejeição ou confirmação. Como tentaremos demonstrar nos capítulos seguintes, [Neg V Não], diferentemente de [V Não], tem um efeito sobre a interpretação temporal anafórica da sentença.

Se a análise de Cavalcante (2012), assim como a de outros autores que interpretam as estruturas [Neg V Não] e [V Não] como um fenômeno único, está correta, então, o esperado é que nas duas estruturas apresentassem a mesma interpretação e distribuição. No entanto, como veremos no capítulo seguinte, há diferenças tanto interpretativas quanto sintáticas.

Diferentemente dos outros autores para os quais [Neg V Não] e [V não] são estruturas relacionadas, E. Martins (1997) defende, baseando-se nas peculiaridades pragmáticas da estrutura [V Não] no PB, que esta é um fenômeno diverso de [Neg V Não]. Segundo a autora, esse tipo de construção é encontrado nos seguintes contextos: respostas negativas para perguntas sim-não; sentenças imperativas; e, ainda, quando a sentença expressa uma “informação diferente”:

- (26) O João vai?
 (Não,) vai **não**.
 (ex. (47) Martins, E. 2007:43)

(27) Bate a porta **não**!

- (28) _ O João vai?
 _ Tô sabendo **não**. *Eu tô sabendo **não**
 (ex. (52a) Martins, E. 1997: 44)

Segundo E. Martins (1997), a estrutura [V Não] é derivada da pré-verbal e a ordem dos elementos seria resultado de topicalização. Assim, na proposta da autora há o movimento do verbo ou de toda a sentença para a posição de TopP, acima de CP e de Σ P, posição ocupada pelo *não*, conforme mostra a representação abaixo:

- (29) [_{TopP} vai₁ [_{CP} [_{Σ P} *pro não* [_{AgrP} t₁ ...]]]]
 (ex. (51a) Martins, E. 1997: 45)

E. Martins cita ainda uma característica importante da estrutura [V Não] no que diz respeito à supressão do sujeito. A autora afirma que a retenção do sujeito em estruturas [V Não] pode gerar agramaticalidade, conforme exemplo (29) acima, e apresenta um único exemplo de retenção do sujeito quando da presença de dois núcleos no sujeito em contexto de pergunta sim-não:

- (30) _ O João e o Carlos vão?
 _ *João* vai **não** (mas Carlos vai *sim*)
 (ex. (52c) Martins, E. 1997: 47)

Com relação a esse tópico, a autora observa que nesses casos o sujeito explícito é licenciado quando *pro não* é licenciado. Com isso, a autora argumenta que o fenômeno não é característico desse tipo de negação, mas tem a ver com o caráter opcional do preenchimento do sujeito no PB.

Alkmim (2001) analisando construções negativas no dialeto mineiro verificou que a retenção, embora rara, ocorre em contextos diferentes do apresentado por E. Martins e apresenta alguns exemplos:

- (31) _ A senhora casou nova?
_ Ah, *eu* casei nova **não**. Eu casei com 24 anos...
- (32) Tem lugar bom que tem dia que falha, né? Tem dia que ocê tira uma grana, mas tem dia... Vai muito do lugar. Ocê põe areia na bateia... ocê... *Eles* põe mercúrio **não**. Lugar de mercúrio é quando ocê põe o pano.
(ex. (31-32) Alkmim 2001: 54)

Oliveira (1982), ao tratar de respostas curtas a interrogativas polares, verifica que o sujeito nulo é possível quando o verbo sobe para uma posição mais alta no constituinte frasal (resposta curta em que o verbo está em Σ) ou quando o verbo é seguindo por um elemento (*sim/não*) que modifica seu conteúdo asseverativo (confirmação enfática ou denegação), já o sujeito pleno ocorre quando o verbo não apresenta elementos que modifiquem seu conteúdo asseverativo.

No que diz respeito a esse tema, o que mostraremos no capítulo seguinte é que o sujeito é sempre excluído de estruturas [V Não], devido a seu caráter denegativo. Há, no entanto, a possibilidade em alguns dialetos de presença de tópico, já que o elemento à esquerda do verbo nessas estruturas é sempre definido e referencial.

Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), assim como E. Martins, consideram que as estruturas [Neg V Não] e [V Não] não representam o mesmo tipo de fenômeno e, vão além, ao defender que há dois diferentes *nãos* finais: o *não* que sempre coocorre com o *não* pré-verbal em sentenças [Neg V Não], *não*₂; e o *não* que ocorre sozinho em sentenças [V Não], *não*₃. Para as autoras, esses são elementos lexicais distintos que são, conseqüentemente, concatenados a posições sintáticas diferentes.

Para justificar a distinção do *não* final em *não*₂ e *não*₃, as autoras apresentam uma série de dados que mostram importantes diferenças de distribuição entre esses dois elementos. Os principais são:

A. O *Não*₂ não está restrito a contextos pressuposicionais como o *não*₃ está:

(33) Q: Por que você está desesperada? O que aconteceu?

a. A: Eu *num/não₁* tô achando minha gatinha (*não₂*)

b. A: *Tô achando minha gatinha *não₃*

(ex. (12) Biberauer & Cyrino 2009)

B. O *não₂* pode ocorrer tanto em sentenças matrizes quanto encaixadas (34a); já o *não₃* aparece apenas em sentenças matrizes (34b):

(34) a. Ele disse que ele *num/não₁* comprou a casa *não₂*

b. *Ele disse que ele comprou a casa *não₃*

(ex. (13) Biberauer & Cyrino 2009)

C. O *não₂* é possível em perguntas sim-não simples (35a), enquanto o *não₃* ocorre apenas em interrogativas que carreguem pressuposição (35c):

(35) a. Você *num/não₁* comprou a casa *não₂*? [P sim-não simples]

b. %Você comprou a casa *não₃*? [P sim/não simples]

c. Você comprou a casa *não₃*? [P sim-não pressuposicional]

(ex. (14) Biberauer & Cyrino 2009)

D. O *não₃*, diferentemente do *não₂*, é incompatível com Itens de Polaridade Negativa:

(36) Q: O João é rico!

A': O que? ele *num/não₁* tem *um tostão furado!*

A'': O que? ele *num/não₁* tem *um tostão furado não₂!*

A''': *O que? ele *tem um tostão furado não₃!*

(ex. (16) Biberauer & Cyrino 2009)

Segundo as autoras, há ainda alguns contrastes no comportamento do *não₂* e do *não₃* que devem ser levados em consideração. O *não₂* e o *não₃* apresentam diferenças em propriedades formais como omissãoabilidade, modificabilidade, proeminência acentual e significado adicional.

O *não₃*, conforme afirmam as autoras, diferentemente do *não₂* não pode ser omitido, comportando-se como o *não₁*:

(37) a. João *não₁* comprou a casa *não₂*

b. João *não₁* comprou a casa

c. João comprou a casa *não₃*

d. *João comprou a casa (significando “o João não comprou a casa”)

(ex. (21) Biberauer & Cyrino 2009)

No que diz respeito à modificabilidade, tanto o *não*₂ quanto o *não*₃ não podem ser modificados. Com relação a essa propriedade os dois elementos se diferenciam do *não*₁, que poderia ser modificado por um advérbio. O exemplo apresentado pelas autoras, no entanto, deixa dúvidas se o advérbio está realmente modificando o *não*₁ ou toda a sentença. O exemplo dado pelas autoras segue abaixo:

- (38) a. Você *absolutamente não*₁ está prestando atenção *não*₂
 b. *Você *não*₁ está prestando atenção *absolutamente não*₂
 c. *Você está prestando atenção *absolutamente não*₃
 (ex. (22) Biberauer & Cyrino 2009)

Sobre a recorrência de proeminência prosódica, as autoras argumentam que tanto o *não*₂ quanto o *não*₃ não podem receber proeminência prosódica. Essa seria uma característica apenas do *não*₁:

- (39) a. Eu NUNCA/NÃO₁ sei o que ele está fazendo *não*₂
 b. *Eu *nunca/não*₁ sei o que ele está fazendo *NÃO*₂
 c. *Eu sei o que ele está fazendo *NÃO*₃
 (ex. (23) Biberauer & Cyrino 2009)

Nesse ponto, é importante saber se essa característica está realmente relacionada a propriedades desses itens ou ao fato de tanto o *não*₂ quanto o *não*₃ ocorrerem no fim da sentença, ou seja, na posição de acento nuclear. Voltaremos a essa questão nos capítulos que se seguem.

A quarta característica importante apresentada pelas autoras, diz respeito à contribuição para o significado da sentença. De acordo com as autoras, o *não*₂ e também o *não*₃ contribuem para um significado “extra”, que teria a ver com o reforço da pressuposição. A diferença entre os dois elementos com relação a esse quesito é que diferente do *não*₂, o *não*₃ ocorre na ausência do negador “real”.

A partir da observação dessas características, Biberauer & Cyrino argumentam que há diferentes *nãos* final de sentença no PB, o *não*₂ como um item de concordância e o *não*₃ como um negador anafórico. A origem do *não*₃ estaria, segundo defendem as autoras,

em respostas curtas. Sobre essas, as autoras recorrem ao trabalho de Oliveira (2000), segundo a qual, em português a realização de respostas a perguntas sim-não pode variar de acordo com a presença de escopo estreito ou largo.

Segundo Oliveira (1982, 2002), somente são permitidas como respostas curtas com escopo estreito no PB a cópula *é/foi* para respostas positivas ou o *não* para respostas negativas:

- (40) Q: Você leu este livro (em vez daquele)?
A: *É*.
A: *Não*.

Já se a pergunta sim-não tem escopo largo, as possibilidades são (i) repetição do verbo ou repetição do verbo + sim para respostas positivas ou (ii) uso do não ou, para as variedades do nordeste, a repetição do verbo + não:

- (41) Q: Você tem muitas dívidas?
A: a. *Tenho*.
b. **Tenho muitas dívidas*
c. *Tenho, sim*
(ex. (28) Biberauer & Cyrino 2009)

- (42) Q: Você tem muitas dívidas?
A: a. *Não*.
b. *Tenho não*
(ex. (29) Biberauer & Cyrino 2009)

Outro argumento em defesa da hipótese do *não*₃ como um negador anafórico apresentado por Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) tem a ver com o dado ilustrado pelo exemplo (43). Um negador anafórico não é capaz de licenciar IPN, como mostram os dados do inglês:

- (43) a. **No, I drink anything/a drop*
b. *No, I don't drink anything/a drop*
(ex. (25) Biberauer & Cyrino 2009)

O trabalho de Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) traz ganhos importantes para o estudo da negação sentencial no PB na medida em que apresenta evidências de que o *não* final em estruturas [Neg V Não] é um elemento diferente do *não* presente em construções [V Não]. No entanto, as autoras se referem à construção [V Não] como uma estrutura presente apenas nos dialetos do Nordeste do país. A construção, no entanto, ocorre também em outras regiões, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, como verificamos nessa pesquisa.

2.3 Algumas considerações sobre pragmática

Como vimos na seção anterior, muitos dos trabalhos sobre as construções [Neg V Não] e [V Não] no PB associam a essas estruturas distinções pragmáticas, alguns falam de reforço outros de ênfase e, ainda, de negação pressuposicional. O estudo de Schwenter (2005) é um dos poucos trabalhos que analisa conceptualmente as características pragmáticas dessas estruturas. Segundo ele, a estrutura com dois *nãos* (Neg2) e a final (Neg3) são mais sensíveis a propriedades estruturais-funcionais do discurso.

Para o autor, a distinção entre as formas não canônicas Neg2 e Neg3 em termos de ênfase não cobre certos fatos sobre o uso dessas construções no PB. Neg2 e Neg3 são discursivamente bastante parecidas, mas apenas Neg2 teria o elemento fonológico extra usado como argumento para a interpretação dessas estruturas enquanto ênfase.

Já no que diz respeito à descrição das estruturas Neg2 e Neg3 em termos de pressuposição, Schwenter diz que esse termo também é usado para descrever a negação canônica, uma vez que muitos autores (Horn 2001, Givón 1978) argumentam que negativas são mais marcadas em termos de pressuposições se comparadas às afirmativas – toda sentença negativa pressupõe uma afirmação. Dessa forma, de acordo com o autor, o conteúdo pressuposicional não seria para distinguir entre a forma canônica (Neg1) e as formas não canônicas.

Explorando ainda a noção de pressuposição, Schwenter recorre ao trabalho de Stalnaker (1978, 1974) sobre pressuposição pragmática, em que o autor argumenta que

pressuposições são tomadas a partir de proposições localizadas no *common ground*¹³ dos interlocutores, mas no caso da negação essas pressuposições não necessariamente são conhecimento partilhado. Assim, considerando-se o argumento de que Neg2 no PB pressupõe uma afirmativa prévia ou contradiz uma asserção, entende-se que Neg2 contradiz uma proposição que está no *common ground* o que a define uma pressuposição pragmática e não semântica. Novamente, segundo o autor, a explicação pode ser estendida a Neg1. Schwenter argumenta, então, que Neg2 não pode ser usada para negar qualquer pressuposição¹⁴ pragmática, ou proposição no *common ground*, mas estaria restrita à negação de proposições salientes.

Em sua análise, Schwenter adota o modelo de Price (1992), a qual faz uma importante distinção entre o *status* do discurso e o *status* do ouvinte de um NP referente, havendo dois valores para cada: novo e dado. Neg2 no PB seria, segundo Schwenter, sensível ao *status* do discurso, mas não do ouvinte. E, para justificar sua análise, apresenta o exemplo abaixo:

- (44) [a falante caminha pela rua e de repente se lembra de que ela se esqueceu de desligar o fogão]
Nossa! (Eu) não desliguei o fogão (#não)!
(Ex. (2a) – Schwenter 2005)

Segundo Schwenter, o uso da Neg2 na sentença acima não é feliz porque o enunciado é dirigido ao próprio falante, o que a define como nova no discurso. Se outro interlocutor é acrescentado à mesma situação do exemplo em (44), o *status* do discurso pode ser considerado dado e, segundo o autor, Neg2 se torna adequada ao contexto:

- (45) [mesma situação de (44)]
A: Você desligou o fogão, né?
B: Nossa! Não desliguei *não*!
(Ex. (2b) – Schwenter 2005).

¹³ Segundo Stalnaker (1978), *common ground* pode ser definido como a informação que foi previamente dada no discurso ou contexto extralinguístico e que é partilhada (ou assumida pelo falante como partilhada) entre o ouvinte e o falante.

¹⁴ As pressuposições do falante, segundo Stalnaker, podem ser consideradas como as proposições cuja verdade é assumida como parte do background da conversação.

Aqui é interessante observar que essa hipótese não encontra respaldo no estudo desenvolvido no presente trabalho. Embora a estrutura [Neg V Não] ocorra com mais frequência a partir de informação dada, observamos que a estrutura também é possível em contextos de foco largo (Cf. exemplo (33)), onde toda a informação é considerada nova. Outro tipo de dado em que [Neg V Não] pode estar relacionado à informação nova é apresentado abaixo:

- (46) A: Tentei te ligar ontem, mas você não atendeu.
B: Meu celular não tá funcionando não.

Além das noções de dado e novo, Schwenter acredita que proposições inferíveis também têm seu papel no uso de Neg2. Na sentença abaixo, o falante infere que o interlocutor acredita que está frio, nesse caso o uso de Neg2 é feliz:

- (47) [o falante vê o interlocutor pegando um casaco que é muito pesado para a temperatura]
Não tá muito frio não!

Apesar de haver quebra de expectativa em muitos dados de Neg2, o autor argumenta que o uso de Neg2 não está relacionado à quebra de expectativa, mas tem a ver com uma proposição ativada por um material dado. Assim, na tentativa de entender a natureza de Neg2, Schwenter passa a analisar essa estrutura dentro da tipologia de negações proposta por Geurts (1998), a qual inclui: (1) negação de proposição (negação descritiva); (2) negação de pressuposição; (3) Implicatura (escalar); e (4) forma (pronúncia, escolha lexical etc.).

Essa tipologia estende um pouco mais a já discutida distinção binária de Horn (1989) entre negação descritiva e negação metalinguística. Nessa proposta, a negação metalinguística é dividida em negação de pressuposição, de implicatura e de forma. Assim, essa perspectiva foca o alvo da objeção da negação, ou seja, se o que está sendo negado é uma proposição, uma pressuposição, uma implicatura, ou algum aspecto da forma linguística.

Segundo Schwenter, o uso de Neg2 enquanto negação de pressuposição já foi bastante atestado e apresenta, então, alguns dados que permitam identificar se essa estrutura pode ser usada também como negação de pressuposição, de implicatura ou de forma.

No que diz respeito a conteúdo pressuposicional, Schwenter apresenta evidências de que Neg2 não pode ser usada em contextos em que o conteúdo pressuposto não está no conteúdo assertado, mas em um enunciado prévio. Observe o contraste nos exemplos abaixo:

- (48) a. A: O João já deixou de fumar.
B: Ele não deixou de fumar (#não). Ele nunca fumou.
- b. A: O João já deixou de fumar.
B: Ele não deixou de fumar (não), ele ainda fuma.
(Ex. (14a-b) Schwenter 2005).

Segundo afirma o autor, nos exemplos em (48), o pressuposto do enunciado A é que o João fumou no passado e é essa pressuposição que é negada em (48a), considerando-se o que vem na sequência. Já em (48b), a interpretação que a continuação do enunciado deixa evidente é que a negação se aplica sobre o conteúdo assertado e não sobre a pressuposição. Como os dados mostram Neg2 não é feliz quando aplicada sobre elementos pressuposicionais.

Também em casos de negação de implicatura, Schwenter apresenta dados que evidenciam a incompatibilidade de Neg2 sobre expressões de valor escalar:

- (49) a. Eu não gosto do meu professor (#não). Eu adoro ele!
b. Eu não gosto do meu professor (não). Eu odeio ele!
(Ex. (15a-b) Schwenter 2005).

Enquanto em (49a) o que é negado é o trecho escalar do verbo *gostar*, demonstrado pelo uso do verbo *adorar* na sequência, em (49b) o que é negado é a verdade da proposição *Eu gosto do meu professor*, como ocorre numa negação descritiva. Assim, verifica-se que Neg2 também não é feliz se aplicada sobre trechos escalares.

Na análise do tipo quatro de negação, negação de forma, Schwenter novamente evidencia a distinção entre Neg1 e Neg2:

- (50) a. A: Ele trouxe (trúsi) feijão pra festa.
B: Ele não trouxe (trúsi) feijão (#não), ele trouxe (trówsí) feijão.
- b. A: Ele trouxe (trúsi) feijão pra festa.
B: Ele não trouxe feijão (não), trouxe arroz.
(Ex. (16a-b) Schwenter 2005).

Em (50a), o alvo da negação e subsequente correção do enunciado A é a realização fonética da forma verbal *trouxe* que é pronunciada como (trúsi). Já em (50b), o alvo da negação não é a pronúncia do verbo, mas a verdade da proposição *Ele trouxe o feijão pra festa*. Assim, Neg2 também não é feliz se aplicada sobre uma escolha lexical ou registro. Com isso, Schwenter conclui que Neg2 em sentenças declarativas é fortemente restrita a negação de proposições, o que corresponde a uma negação descritiva.

Segundo o autor, esse resultado é, de certa forma, surpreendente, uma vez que Neg2 é intuitivamente considerada enfática, o que é um aspecto comum a negações metalinguísticas, uma vez que são mais custosas de serem processadas e levam a um efeito labirinto (*Garden-path*)¹⁵.

Para dar mais peso à sua hipótese, o autor apresenta exemplos em que Neg2 e Neg1 representam interpretações diferentes:

- (51) A: O João votou no Lula?
B1: (Não.) Não votou não.
B2: (Não.) Ele não votou.

(Ex. (17) Schwenter 2005).

Segundo o autor, as respostas B1 e B2 não são equivalentes. A interpretação para B1 é a de que João não votou no Lula, mas votou em outro candidato; enquanto que em B2 a interpretação é a de que João não votou em ninguém. Com isso, Schwenter diz que, ao que parece, a função do *não* em estruturas [Neg V Não] é indexar a resposta com a proposição dada mais acessível. Testando esse mesmo contexto entre falantes nativos do PB, percebemos que nenhum dos informantes teve dúvidas quanto à interpretação de B1

¹⁵ Ambiguidade temporária.

como “O João não votou no Lula”, já a sentença B2 foi considerada pela maioria dos falantes como ambígua, podendo significar tanto que “o João não votou no Lula”, quanto “o João não votou em ninguém”. A justificativa para a ambiguidade, no entanto, não parece estar relacionada ao tipo de negação, mas à presença do sujeito em B2, o que segundo a proposta de Oliveira indica que não houve movimento do verbo para uma categoria mais alta (ΣP).

Os dados apresentados por Schwenter sobre a estrutura [Neg V Não] são extremamente importantes para o entendimento dessa construção no PB, na medida em que relaciona o uso de Neg2 e Neg3 ao *status* do discurso. Outra questão importante observada pelo autor é o uso de Neg2 correspondendo a uma negação de proposição e, principalmente, o caráter indexal dessa estrutura.

Sobre Neg3, Schwenter observa que apesar de essa forma ser estereotipadamente rotulada como típica do Nordeste, ela ocorre ocasionalmente em outros dialetos, como verificado pelo autor no dialeto do Rio de Janeiro através do *corpus* do PEUL, que consiste de entrevistas sociolinguísticas gravadas com moradores do Rio de Janeiro na década de 80. Essa estrutura, no entanto, também apresenta restrições discursivo-pragmáticas.

Em certos contextos, como afirma Schwenter, tanto Neg2 quanto Neg3 podem ser usadas. Um exemplo típico seria como resposta a perguntas sim-não:

- (52) A: Você gostou da palestra da Maria?
B: Gostei não.

(Ex. (24) Schwenter 2005).

No dado acima, Neg3 poderia perfeitamente ser substituída por Neg2. No entanto, segundo observa o autor, essas duas formas não são sempre possíveis em um mesmo contexto:

- (53) A: Você gostou da palestra da Maria?
B: #fui não.
B2: Eu não fui não.

(Ex. (25) Schwenter 2005).

Segundo Schwenter, o contraste exibido no exemplo acima deixa claro que Neg3 é mais restrita em sua distribuição discursivo-pragmática que Neg2. Ao que parece, Neg3 requer a negação de uma proposição que foi diretamente ativada pelo contexto da pergunta, como ocorre em (52). Como em (53) a proposição negada não foi explicitamente ativada, então, somente Neg2 seria possível.

O autor apresenta ainda alguns dados de Neg3 presentes no *corpus* do PEUL em que também uma proposição explicitamente ativada é negada. Isso pode ser observado, segundo o autor, pelo emprego do mesmo verbo utilizado pelo entrevistador na resposta em todos os exemplos encontrados:

- (54) E: Você tem vontade de mudar um dia?
F: Tenho *não*.

(Ex. (26) Schwenter 2005).

- (55) E: Mas você cozinha. E você deve ter algum prato que seus fregueses gostam mais.
(risos f) Qual é?
F: Ah, eu cozinho *não*. Minha tia é que cozinha! (rindo)

(Ex. (27) Schwenter 2005).

- (56) E: ... Você pode comparar isso... sensação que você tem, quando está desfilando na escola de samba?
F: Posso *não*, duas coisas diferente.

(Ex. (28) Schwenter 2005).

O autor afirma, no entanto, que a quantidade desse tipo de estrutura no *corpus* é muito pequena para que se possa fazer generalizações concretas. O trabalho de Roncarati (1996), no entanto, parece, segundo o autor, conter o mesmo tipo de ocorrência, ou seja, a repetição do mesmo verbo de uma questão precedente; a maioria dos dados encontrados por essa autora foi a construção *sei não* como resposta a perguntas sim-não.

Sem se alongar muito na análise de Neg3, Schwenter argumenta que esse tipo de estrutura pode ser entendida como um subconjunto de Neg2, uma vez que ambas requerem uma proposição que é ativada por um conteúdo dado no discurso. A diferença entre as duas estruturas estaria na restrição de Neg3 a contextos em que a proposição é diretamente ativada no discurso corrente.

Como vimos, na proposta de Schwenter (2005), a preferência pelo tipo de

estrutura negativa no PB está estritamente relacionada ao seu *status* discursivo, se discurso novo, inferível ou explicitamente ativado. O quadro abaixo sintetiza a proposta:

	<i>Discurso-Novo</i>	<i>Inferível</i>	<i>Explicitamente Ativado</i>
Neg1	OK	OK	OK
Neg2	#	OK	OK
Neg3	#	#	OK

Quadro 2 - Distribuição das estruturas negativas em relação ao *status* do discurso

A análise de Schwenter para Neg3, devido à restrição de dados aos quais o autor teve acesso, apresenta alguns problemas de aplicação. O primeiro deles é que o autor se pauta principalmente na repetição do verbo da pergunta como argumento para dizer que a proposição precisar ser diretamente ativada. Embora essa seja realmente o contexto mais típico de Neg3, essa estrutura também é possível sem a repetição do mesmo verbo, pelo uso de uma forma perifrástica e ainda em contexto que não resposta a perguntas sim-não, como mostram os exemplos abaixo:

- (57) A: O João vai na festa?
B: Tô sabendo *não*.
- (58) A: Hoje tá chovendo o dia todo.
B: Tá chovendo agora *não*.

Outro problema para a análise de Schwenter é que diferente de Neg2, Neg3 pode apresentar interpretação metalinguística:

- (59) A: O João [trúsi] feijão.
B: [trúsi] *não*, trouxe.

As diferenças de distribuição e interpretação de Neg2 e Neg3 parece indicar, diferentemente do que Schwenter propõe, que essas duas estruturas não são realmente do mesmo tipo, apesar de cada uma apresentar restrições discursivo-pragmáticas.

2.4 Conclusões do capítulo

Nesse capítulo, trouxemos várias abordagens sobre a negação sentencial no Português Brasileiro. Como se pôde observar, muitos dos trabalhos sobre o tema relacionam as formas [Neg V Não] e [V Não] ao conhecido Ciclo de Jespersen. Esses estudos partem da redução do item negativo pré-verbal como *num* para dizer que o *não* pós-verbal teria surgido para suprir o enfraquecimento e o esvaziamento semântico do marcador negativo pré-verbal.

Essa abordagem, no entanto, apresenta alguns problemas, como o uso de elementos que não podem ser considerados fonologicamente fracos, como *ninguém* e *nada*, em sentenças com o *não* final e, apesar de também no francês três estruturas negativas serem possíveis, não há entre elas as mesmas restrições sintáticas e contextuais das estruturas [Neg V Não] e [V Não].

Em uma abordagem que não considera o Ciclo de Jespersen, Cavalcante (2007) defende que o *não* final é responsável pela codificação de informações discursivas relacionadas à confirmação ou negação de pressuposições (Denial Phrase). Essa categoria seria gerada acima de CP e a ordem dos elementos seria resultado do movimento da sentença para uma projeção de tópico. O autor, no entanto, reconhece diferenças entre as duas negativas não canônicas, as quais seriam derivadas da ausência do marcador negativo (*num*) na numeração de estruturas [V Não].

Vimos ainda que também autores como Martins (1997) e Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) defendem que as estruturas [Neg V Não] e [V Não] não são equivalentes e, o mais importante, não correspondem ao mesmo fenômeno linguístico. Biberauer & Cyrino, assim como Gonçalves, defendem que o *não* final em estruturas [V Não] não é um marcador negativo, mas um negador anafórico. Enquanto Martins (1997) argumenta que a estrutura [V Não] é derivada da negação pré-verbal pela topicalização do verbo.

Já com relação à estrutura [Neg V Não], as análises reconhecem certo valor discursivo, alguns a tratam como reforço, outros como ênfase e ainda como negação de pressuposição. Sobre esse tema, Schwenter (2005) argumenta, dentro de uma tipologia de negativas, que essa estrutura funciona como uma negação descritiva no sentido de Horn

(2001) e Geurst (1998), ou seja, uma negação de proposição. Isso é, no entanto, segundo o autor surpreendente, dado que a estrutura é intuitivamente considerada enfática.

Capítulo 3

Da distribuição e interpretação das estruturas [Neg V Não] e [V Não] no PB

Como vimos no capítulo anterior, uma explicação para a coexistência de três tipos de negação sentencial no PB baseada no Ciclo de Jespersen parece não abarcar a complexidade desse fenômeno na língua. A grande maioria dos autores afirma que as estruturas não canônicas [Neg V Não] e [V Não] estão atreladas a questões discursivo-pragmáticas. Enquanto para alguns há uma ideia de reforço ou pressuposição, para outros, o *status* da informação, nova ou dada, é o que distingue as formas não canônicas da estrutura [Neg V]. Como veremos neste capítulo, o uso das estruturas não canônicas, no entanto, não está condicionado apenas a condições de felicidade, mas a fatores que dizem respeito à gramaticalidade de sentenças, principalmente no caso de [V Não]. Trata-se de um fenômeno que envolve diferentes componentes da Gramática, o que torna a sua abordagem dependente do entendimento das características sintáticas e interpretativas de cada uma dessas estruturas e de como esses elementos se inter-relacionam no processo de derivação das sentenças. Assim, um dos nossos objetivos, no presente capítulo, é descrever as características distributivas e interpretativas dessas estruturas. Como mostraremos, questões sintáticas e, mesmo interpretativas, levam à conclusão de que [Neg V Não] e [V Não] não correspondem ao mesmo fenômeno. Adicionalmente, apresentaremos nossa análise, que está pautada nos resultados de testes realizados entre falantes nativos do PB.

O capítulo é organizado da seguinte forma: na seção 3.1, *Questões metodológicas*, apresentamos algumas decisões metodológicas adotadas na descrição das estruturas em análise. Na seção 3.2, *[Neg V Não] versus [V Não]*, tratamos das diferenças entre essas duas estruturas a partir de três critérios: distribuição sintática, *status* da informação e interpretação. Já nas seções 3.3, *Sobre [Neg V Não]*, e 3.4, *Sobre [V Não]*, apresentamos nossa proposta de análise para cada uma dessas estruturas. Na seção 3.5, *Distinguindo denegação e foco de verdade em [Neg V Não]*, associamos a interpretação de

denegação a foco de verdade nos usos de [Neg V Não]. Na seção 3.6, *Das gramáticas do PB*, ressaltamos alguns aspectos das negativas não canônicas relacionadas a diferenças dialetais e apresentamos uma possibilidade de explicação para as origens dessas estruturas. E, por fim, na seção 3.7, apresentamos as conclusões do capítulo.

3.1 Questões metodológicas

Na posição mais clássica da sintaxe gerativa, a intuição gramatical é o reflexo mais direto da competência linguística, sendo possível alcançar a gramática interna do falante a partir de dados de introspecção. É a partir da valoração entre “bom” e “ruim” que se define o que faz parte e o que não faz parte de uma gramática. No entanto, como Ross (1967) já apontava, certos fenômenos parecem exibir gradualidade de aceitabilidade, o que é geralmente expresso pelos símbolos “?” ou “??” nos estudos de gramática gerativa. Essa constatação tem atualmente levado muitos gerativistas a incorporar outros tipos de métodos aos seus estudos. Goodall (2010), por exemplo, aplicando sintaxe experimental, verificou que alguns efeitos de ilha são resultado de dificuldades de processamento e não de restrições gramaticais. Também Adli (2005) tem analisado a consistência de julgamentos de gramaticalidade, chegando a resultados interessantes sobre fenômenos de mudança sintática.

Neste trabalho, assumimos a importância de julgamentos de aceitabilidade para o estudo de fenômenos linguísticos. No entanto, acreditamos que enquanto certos fenômenos podem ser avaliados estritamente por julgamentos de gramaticalidade, sendo classificados categoricamente como parte de uma gramática em questão, outros estão mais relacionados a questões de interface, sendo agramaticais em alguns contextos, mas perfeitamente possíveis em outros, o que nos leva a considerar o uso adicional de métodos que vão além do julgamento de aceitabilidade. Como mostraremos no decorrer do capítulo, a distribuição das estruturas negativas não canônicas [Neg V Não] e [V Não] parece indicar que se trata de um fenômeno de interface, com a possibilidade de interação entre diferentes

componentes da gramática. Por esse motivo, recorremos a outros métodos além de julgamentos de aceitabilidade.

Observamos, no que diz respeito às estruturas [Neg V Não] e [V Não], restrições sintáticas quando comparadas à negação padrão [Neg V], o que serve de argumento para defini-las como um fenômeno diverso da simples marcação de negação sentencial e afasta, portanto, a análise da alternância enquanto competição entre gramáticas (Kroch 1994). Além das restrições sintáticas, a distinção entre as estruturas não canônicas passa por condições de felicidade, sendo uma estrutura preferida à outra em determinados contextos. Dessa forma, julgamos eficiente a aplicação de questionários que contemplassem tanto testes de aceitabilidade quanto testes de preferência. A análise apresentada neste capítulo é resultado da aplicação desses testes entre informantes falantes nativos do PB.

3.1.1 Sobre os testes

Nesta seção, apresentamos as sentenças e contextos utilizados nos testes, assim como os resultados gerais de cada teste. A análise efetiva dos resultados é, no entanto, oferecida nas seções seguintes no decorrer do capítulo.

O primeiro teste (Teste 1) era composto de duas partes: a primeira, contendo uma seção na qual os informantes deveriam dizer se as sentenças apresentadas eram gramaticais ou não e, outra seção, em que os informantes deveriam elencar as melhores sequências para os contextos apresentados. O Teste 2 continha sentenças as quais os informantes deveriam avaliar como boas ou ruins (gramaticais/ agramaticais). O teste seguinte (Teste 3) era composto apenas por exemplos em que os informantes deveriam dizer qual a melhor sequência para um dado contexto. Esse teste avaliava ainda a (a)gramaticalidade através das opções (1) *falo e ouço*; (2) *ouço, mas não falo* e (3) *não falo, nem ouço*. O último teste, o Teste 4, avaliava basicamente [Neg V Não] em contextos de informação nova. Abaixo segue a descrição dos testes.

3.1.1.1 Teste 1

Esse primeiro teste foi composto por duas seções com diferentes objetivos. Na primeira seção, buscamos verificar a (a)gramaticalidade das estruturas [Neg V Não] e [V Não] em determinados ambientes sintáticos. Assim, pedimos que os informantes indicassem quais sentenças eram boas e quais eram ruins. Os objetivos dessa parte do teste eram, em primeiro lugar, verificar quais informantes apresentavam [V Não] em sua gramática interna e quais não a apresentavam, e se as estruturas [Neg V Não] e [V Não] eram possíveis em certos contextos sintáticos, como na presença de sujeito preenchido, em perguntas-Qu e em orações encaixadas.

O teste completo respondido por 16 informantes está no Anexo I.

A Tabela 2 abaixo mostra as sentenças usadas na análise e o resultado quanto à aceitabilidade.

Sentenças	Ok		*	
	No.	%	No.	%
1. Eu não vou ao cinema não.	16	100	-	-
2. Sei isso não.	12	75	4	25
3. Eu vou lá não.	3	19	13	81
4. Comprei cerveja não.	11	69	5	31
5. Encontrei com a menina que conheci ontem na feira não.	-	-	16	100
6. Quem você não conheceu não?	1	6	15	94
7. Quem você conheceu não?	-	-	16	100
8. Tenho plano nenhum.	5	31	11	69
9. Eu disse que ela foi não.	-	-	16	100
10. Eu não vi lá nada	1	6	15	94

Tabela 1 - Resultado em número absoluto e percentual da parte 1 do Teste 1

A partir dos resultados dessa primeira parte do teste, verificamos que quatro dos falantes (dois de Florianópolis, um de São Paulo e um do Espírito Santo) consideraram as sentenças com *não* final (sentenças (2) e (4) da tabela) como agramaticais. Todos os outros informantes assinalaram pelo menos uma das sentenças [V Não] como gramatical. A diferença observada entre esses, no entanto, diz respeito ao preenchimento da posição de

sujeito: apenas três dos informantes, todos mineiros, consideraram o preenchimento como gramatical (sentença 3).

Ainda na primeira parte desse teste, confirmamos trabalhos anteriores que afirmam que tanto estruturas [Neg V Não] quanto [V Não] não são possíveis em perguntas-Qu, assim como confirmamos que [V Não] não é possível em contexto de encaixadas ou com uma grande quantidade de elementos precedendo o *não* (Cf. sentença 5), uma vez que todos os informantes consideraram todas essas possibilidades como sendo agramaticais. Também a coocorrência do *não* pré-verbal e o *nada* em posição não argumental (Cf. sentença 10) foi considerada ruim por 15 dentre 16 sujeitos.

A segunda parte do teste era composta por contextos e possíveis sequências para cada contexto. Nessa parte, pedimos para que os informantes marcassem com (1) a sequência mais natural para o contexto apresentado, (2) para sequência possível, mas menos natural e (#) caso a sequência fosse muito estranha para o contexto. O objetivo dessa parte não era verificar a (a)gramaticalidade das sentenças, mas testar condições de felicidade.

Os contextos apresentados tinham como finalidade verificar a relação entre as estruturas em análise – [Neg V Não] e [V Não] –, o estatuto da informação (nova, dada) e também a preferência de estrutura em contextos de resposta a perguntas polares. O objetivo era verificar se as estruturas [Neg V Não] e [V Não] são restritas a contextos de informação compartilhada e se há preferência de contextos responsivos.

O Quadro 3 abaixo mostra os resultados da segunda parte do teste. Para cada contexto, há o número de respostas indicando a avaliação de cada estrutura enquanto primeira escolha (1^a), segunda escolha (2^a) ou inadequada (#). Alguns informantes apontaram mais de uma estrutura como 1^a escolha, 2^a escolha ou opção inadequada; por isso, a soma de cada linha não corresponde ao número total de informantes.

Esse teste tinha como objetivo não só apontar a preferência dos indivíduos por determinada estrutura em cada contexto, através da indicação de 1^a ou 2^a escolha, mas também avaliar condições de felicidade, através da distinção entre adequado (1 e 2) ou inadequado (#). Assim, os resultados permitiram, pelo menos, duas leituras: a estrutura x é preferida à estrutura y em tal contexto; ou a estrutura x é ruim em determinado contexto,

enquanto y e z são possíveis. Dessa forma, considerando as várias possibilidades de leitura dos resultados, optamos por apresentar os números absolutos e nenhuma porcentagem.

Contexto	[Não V]			[Não V Não]			[V Não]		
	1ª	2ª	#	1ª	2ª	#	1ª	2ª	#
1. A: Você comprou cerveja? B: (Não) comprei (não).	4	7	5	6	10	-	11	4	1
2. A: Você comprou cerveja? B: (Não) comprei cerveja (não), comprei vinho.	6	9	1	6	10	-	8	6	2
3. A: Você pagou a conta de luz? B: (Não) paguei (não).	3	9	4	9	7	-	9	6	1
4. A: Você pagou a conta de luz? B: Não. Você (não) pediu (não).	12	4	-	3	4	9	-	1	15
5. A: Você sabia que o Juanito foi assaltado? B: Nossa! Falando do Juanito, eu (não) entreguei o trabalho dele (não).	14	2	-	1	14	1	-	1	15
6. A: Consegui finalmente entregar meu trabalho. B: E eu (não) sei como começar o meu (não).	15	1	-	-	13	3	-	1	15
7. A: Você viajou pra onde no feriado? B: Eu (não) viajei (não). Fiquei em casa.	5	9	1	10	5	-	2	9	5
8. A: Você viu a Maria? B: (Não) conheço nenhuma Maria (não).	11	5	-	7	8	1	2	9	5
9. A: Você vai na festa na casa da Júlia? B: Não. A (dirigindo-se a C): O que ele disse? C: que não vai (não)	10	6	-	7	8	1	Na	Na	Na

Quadro 3 - Resultado em número absoluto da parte 2 do Teste 1

Essa segunda parte do teste indica características interessantes do uso das três estruturas em determinados contextos, embora possa haver algum viés, já que responderam a esse teste tanto informantes cuja gramática apresenta as três estruturas negativas quanto aqueles cuja gramática apresenta apenas [Neg V] e [Neg V Não]¹⁶.

A estrutura padrão [Neg V], conforme os resultados dos contextos (1) e (3) do quadro, foi considerada inadequada, ou pelo menos desfavorecida, em contextos de resposta a pergunta polar. Já como sequência explicativa após uma resposta negativa (4), a estrutura padrão é a preferida, enquanto a estrutura [V Não] é quase categoricamente

¹⁶ Logo no início da pesquisa, optamos por distinguir entre duas gramáticas no PB, já que alguns falantes não reconhecem a estrutura [V Não] como gramatical.

excluída nesse contexto. Ainda a respeito desse contexto, os resultados de [Neg V Não] foram tão dispersos que não nos permitiram chegar a nenhuma conclusão.

Com relação ao *status* informacional, verificamos que [Neg V Não] é preferencialmente usada em contextos de negação de algo pressuposto (Cf. (7)), mas é também possível como informação nova (Cf. (5) e (6)). Já [V Não] é considerada quase categoricamente ruim em contexto de informação nova sendo inserida (Cf. (5) e (6)). As duas estruturas não padrão são usadas em caso de informação dada. No caso de [Neg V Não], bastava que o tópico do discurso permanecesse o mesmo para que essa fosse considerada feliz em determinado contexto (contexto (5) e (6)). Já [V Não] se mostrou mais restrita, sendo feliz apenas em contextos de resposta a perguntas polares.

Os resultados deste primeiro teste foram bastante interessantes principalmente na distinção entre [Neg V] e [V Não], já que as duas estruturas apresentaram resultados opostos em dois contextos: como resposta a perguntas polares e enquanto informação nova. Já os resultados de [Neg V Não] foram pouco conclusivos. Entretanto chamou-nos a atenção as amplas possibilidades de uso dessa estrutura, ora se assemelhando a [Neg V], ora a [V Não]. Uma possibilidade de explicação do caráter ambíguo dessa estrutura no teste é considerar que ela funciona de forma diversa na gramática em que as três estruturas ocorrem. Assim, optamos por analisar o uso dessa estrutura apenas entre os informantes que apresentavam uma gramática em que as três formas de negação ocorressem. Por esse motivo, nos testes seguintes, buscamos distinguir os resultados dos informantes que escolheram pelo menos uma sentença [V Não] como aceitável daqueles que consideraram essa estrutura sempre ruim.

3.1.1.2 Teste 2

Esse segundo teste foi composto por frases isoladas, com o objetivo de testar a (a)gramaticalidade de estruturas [Neg V Não] e [V Não] em certos contextos sintáticos. Concentramo-nos em duas questões que nos pareceram importantes depois da realização do primeiro teste. A primeira diz respeito a que elementos podem compor uma estrutura [V

Não], já que como vimos na subseção anterior o sujeito é excluído, pelo menos de acordo com a intuição da maioria dos falantes. A segunda diz respeito aos casos de [Neg V Não]. Para melhor testar essa estrutura, acrescentamos sentenças com leitura disjuntiva, pois, uma vez que [Neg V Não] se aplica a toda a proposição, esperávamos que esse tipo de negação fosse excluído em contextos disjuntivos.

O teste foi respondido por 12 informantes. Selecionando-se, porém, os que apresentavam [V Não] em sua gramática, restaram 8. O Quadro abaixo resume os resultados encontrados. Marcamos com (ok) as sentenças que foram consideradas boas por todos, com (*) as consideradas ruins por todos e com (?) aquelas em que alguns informantes consideraram boas, mas outros, ruins. Também para esse teste não apresentamos dados percentuais, já que a grande maioria dos resultados apresenta 100% de respostas positivas ou negativas.

Sentenças	Ok	*
1.(ok) O João não vai ao cinema não.	8	
2.(ok) Sei disso não.	8	
3.(?) O Mauro foi lá não.	5	3
4.(ok) Comprei cerveja não.	8	
5.(*) Acho que é assim não.		8
6.(*) Eu penso que pode ser assim não.		8
7.(ok) O Paulo, eu não vi não.	8	
8.(?) O Pedro mora aqui não.	5	3
9.(*) Ele disse que comprou o carro não.		8
10.(*) O Pedro não conhece a Luísa ou a Ana não.		8
Eu só não sei qual.		
11.(ok) O Pedro não conhece a Luísa ou a Ana. Eu só não sei qual.	8	
12.(ok) O Pedro não conhece a Luísa e a Ana não.	8	
13.(*) Conheci a Luísa ou a Ana não.		8
14.(?) Eu quero isso não.	3	5
15.(?) Conheci a Luísa e a Ana não.	2	6
16.(*) Conheci nem a Luísa e nem a Ana não.		8

Quadro 4 - Resultado em número absoluto do Teste 2

Como se pode observar no quadro acima, acrescentamos sujeitos nominais nesse teste, já que no Teste 1 usamos apenas uma sentença com sujeito pronominal (“eu”,

na sentença (14)). O nosso objetivo era verificar se há diferenças na aceitabilidade de sujeitos nominais ou pronominais.

Os resultados mais interessantes desse teste são aqueles em que encontramos (?) como resposta. No que diz respeito às estruturas [V Não], vimos que, novamente, não houve consenso quanto ao preenchimento do sujeito, ou melhor, quanto à possibilidade de sujeito definido, já que os mesmos informantes que atribuíram (ok) às sentenças (3), (8) e (14) não consideram sentenças com sujeitos indefinidos como aceitáveis, por exemplo, **mora criança aqui não*¹⁷. Também com relação à natureza pronominal do sujeito, embora sujeitos nominais sejam favorecidos, nesse contexto também são possíveis sujeitos pronominais. O fato de os sujeitos em estruturas [V Não] serem sempre definidos e referenciais sugere, mais uma vez, que essa estrutura, diferentemente das outras duas, é restrita a contextos de informação dada. Falaremos sobre isso mais à frente.

Nas estruturas [Neg V Não], vimos que não há qualquer restrição quanto ao preenchimento do sujeito ou a topicalizações. Um dado interessante, no entanto, está relacionado à possibilidade de [Neg V Não] em contextos disjuntivos. Conforme mostram os resultados das sentenças (10) e (12), essa estrutura é aceitável em contextos conjuntivos, mas não em contextos disjuntivos. Esse dado parece indicar que o segundo *não* da construção [Neg V Não] tem escopo sobre toda a proposição, já que no caso de uma disjunção há duas orações diferentes e, portanto, duas proposições diferentes.

Já os resultados de [V Não] quanto à disjunção/ conjunção mostraram que os dois contextos desfavorecem a ocorrência da estrutura. Talvez porque, nesse caso, com frases isoladas, tenha sido mais difícil para os informantes atribuírem um contexto de informação dada para as sentenças. Na tentativa de entender melhor a relação contextual ou anafórica atribuída às estruturas negativas não canônicas, realizamos outros testes.

¹⁷ Para testar a interpretação do sujeito de estruturas [V Não], enviamos sentenças com essa estrutura e sujeitos indefinidos e definidos para que os informantes que consideravam o preenchimento bom as avaliassem. Apenas as sentenças com sujeito definido foram consideradas boas.

3.1.1.3 Teste 3

O Teste 3 continha duas partes. Na primeira, como anteriormente mencionado, as respostas não eram compostas apenas de um valor negativo e outro positivo. Para essa parte, demos três opções de resposta: (1) *falo e ouço*; (2) *ouço, mas não falo* e (3) *não falo e nem ouço*. Essa decisão partiu da hipótese, aventada a partir dos resultados dos testes anteriores, de uma possível coexistência de diferentes gramáticas num mesmo ambiente.

Já a segunda parte do teste buscava avaliar a preferência de estrutura negativa ([Neg V], [Neg V Não] e [V Não]) em contexto de resposta a pergunta polar. Nosso objetivo era verificar se havia diferença de escolha entre uma forma e outra caso a pergunta fosse neutra, ou apresentasse pressuposição, ou, ainda, hesitação. Um objetivo adicional era verificar a interpretação das estruturas [Neg V] e [Neg V Não] em contextos em que ambas podem ser utilizadas. Com isso, esperávamos encontrar diferenças interpretativas importantes entre essas duas estruturas.

Com esse teste tentamos esclarecer, ainda, algumas dúvidas a respeito do escopo da negação. Como vimos nos capítulos anteriores, há dois tipos de negação: a interna, proposicional, e a externa, mais relacionada a aspectos pragmáticos. Seguindo o trabalho de Schwenter (2004), uma de nossas hipóteses era a de que o *não* final de estruturas [Neg V Não] teria escopo apenas sobre a proposição. Adicionalmente, sugerimos que o *não* da estrutura [V Não] funcionaria como uma negação externa, negando uma pressuposição, implicatura, além de outras funções pragmáticas. Seleccionamos, então, contextos pragmaticamente ambíguos entre negação interna e externa para verificar se há diferenças a esse respeito quanto ao uso das estruturas [Neg V Não] e [V Não].

O teste foi respondido por 32 brasileiros de diferentes regiões e também por dois portugueses da cidade do Porto. No quadro abaixo está a distribuição geográfica dos informantes.

Região	No. de informantes
Bahia	9
Minas Gerais	8
São Paulo	4
Brasília	4
Goiás	2
Santa Catarina	2
Rio de Janeiro	1
Recife	1
Paraná	1
Porto/Pt	2
Total	34

Quadro 5 - Distribuição geográfica dos informantes do Teste 3

Todas as sentenças e opções de resposta que compunham a primeira parte do teste estão no quadro abaixo.

PARTE 1¹⁸
1. O João não vai no cinema não
2. Comprei cerveja não
3. eu penso que pode ser assim não
4. o Pedro mora aqui não
5. o Pedro não conhece a Luiza e a Ana não
6. Se você não for viajar mesmo não, passa lá em casa no fim de semana
7. eu não comi nada no almoço
8. não comi nada no almoço não
9. eu não comi manga nunca
10. eu nunca viajo de férias não
11. eu sei que ele não foi não
12. O João falou com o Pedro não
13. Pedro viu ninguém não
14. Como peixe não
15. Tô doente não

Quadro 6 - Sentenças utilizadas na parte 1 do Teste 4

¹⁸ Para todas as frases da Parte 1 do teste apresentamos as seguintes possibilidades de resposta: () falo e ouço, () ouço, mas não falo e () não falo, nem ouço.

Como acreditávamos que a prosódia tinha um papel importante na interpretação dessas estruturas, principalmente de [Neg V Não], acrescentamos sentenças gravadas ao questionário. Assim, ao invés de apenas ler a sentença e dizer qual era a sequência mais adequada, o falante deveria ouvir a sentença e decidir qual sequência era mais adequada.

Os resultados completos estão no Anexo II. A Tabela abaixo resume os resultados efetivamente analisados da primeira parte do teste em número absoluto e percentual.

Sentenças	Falo		Ouço		Não falo Nem ouço	
	No.	%	No.	%	No.	%
1. O João não foi no cinema não.	31	97	1	3		
2. Comprei cerveja não.	20	63	10	31	2	6
3. Eu penso que pode ser assim não.	5	17	10	33	15	50
4. O Pedro mora aqui não.	18	60	11	37	1	3
5. Se você não for viajar mesmo não, passa lá em casa no fim de semana.	28	88	2	6	2	6
7. Eu não comi nada no almoço não.	27	85	3	9	2	6
8. O João falou com o Pedro não.	11	34	15	47	6	19
9. Eu sei que ele não foi não.	20	67	7	23	3	10
10. Como peixe não.	15	47	16	50	1	3
11. Tô doente não.	24	75	7	22	1	3

Tabela 3 - Resultado em número absoluto e percentual da parte 1 do Teste 3

O uso de três opções de resposta – falo e ouço; ouço, mas não falo e não falo e nem ouço – trouxe resultados mais claros, principalmente com relação ao preenchimento de sujeito em estruturas [V Não]. Como pode ser observado na Tabela acima, 60% dos informantes consideraram a sentença (4), contendo o preenchimento do sujeito, gramatical contra apenas 3% que consideraram o preenchimento agramatical. Houve ainda um percentual de 37% que considerou que a sentença (4), com estrutura [V Não] e preenchimento de sujeito, não é agramatical, mas faz parte de outra gramática. Ainda em relação aos resultados para estruturas [V Não], observamos que o preenchimento simultâneo de sujeito e complemento (sentença 8) é aceitável numa frequência bem mais baixa que o preenchimento apenas do sujeito (sentença 4) ou do objeto (sentenças 2 e 10).

Para a segunda parte do teste, gravamos apenas as sentenças de (16) a (19), uma vez que as próprias estruturas negativas compunham as respostas das outras questões. Os contextos e sentenças utilizados nessa parte do teste estão no quadro abaixo.

PARTE 2

16. Ela não é bonita não.
() Ela é feia
() Ela é bonita
17. Ontem meu carro não ligou não
() mas aí veio o mecânico e consertou
() tive que ir para o trabalho de ônibus
18. A: E seu marido não trabalha?
B: Trabalha não...
() ele faz bicos
() sou só eu com as despesas de casa
19. Hoje não tá muito quente não
() tá uma temperatura bem amena
() tá muito frio
20. Você foi na festa da Maria?
() Não fui
() Não fui não
() Fui não
21. Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?
() Não quebrou
() Não quebrou não
() quebrou não
22. Você não quis bife?
() eu não como carne
() eu não como carne não
() como carne não
23. Eu não vi o João chegando ontem. Ele chegou tarde?
() Ele não chegou. (O voo atrasou)
() Ele não chegou não. (O voo atrasou)
() Chegou não. (O voo atrasou)
24. A: Seu carro tá funcionando direitinho agora?
B: Ontem ele não funcionou
() mas aí veio o mecânico e consertou
() tive que ir pro trabalho de ônibus
-

Quadro 7 - Contextos e sentenças utilizados na Parte 2 do Teste 3

Sobre a parte 2 do teste, em relação à interpretação da negação como externa ou interna para [Neg V Não], obtivemos 100% de interpretação de negação interna para a sentença *Ela não é bonita não*, ou seja, todos os informantes escolheram a sequência *Ela é*

feia como mais adequada. Com isso, confirmamos o trabalho de Schwenter (2005), que diz que [Neg V Não] nega proposição e não funções pragmáticas como o valor escalar no exemplo analisado.

Ainda com relação à segunda parte do teste, buscamos principalmente avaliar questões interpretativas. O objetivo das sentenças (20) a (23) do Quadro 8, por exemplo, era verificar as estruturas preferidas em contextos de perguntas polares neutras e marcadas. Os resultados quanto a essa questão ratificaram os resultados alcançados com o Teste 1. Observamos novamente que o uso de [Neg V] é desfavorecido nesse contexto, especialmente se o contexto é claramente marcado (Cf. sentença 2 da Tabela abaixo). Já a estrutura [V Não] é a mais usada nesse contexto, sendo claramente preferida como resposta a algo apresentado como possivelmente verdadeiro (ver sentença 2 da Tabela). [Neg V Não], por outro lado, é usada como resposta a perguntas polares se há pressuposição, podendo a resposta veicular informação nova (Cf. sentença 3 da Tabela 4), já que nesse caso, o interlocutor ignora que o falante não coma carne.

Contextos	[Não V]		Não V Não		[V Não]	
	N o.	%	No.	%	No.	%
1.Você foi na festa da Maria?	5	18	13	41	13	41
2.Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?	-	-	9	28	23	72
3.Você não quis bife?	10	31	18	56	4	13
4. Eu não vi o João chegando ontem. Ele chegou tarde?	5	16	17	53	10	31

Tabela 2 - Resultado em número absoluto e percentual da parte 2 do Teste 3

Já com as sentenças (17) e (24) avaliamos a interpretação das estruturas [Neg V Não] e [Neg V] com relação à interpretação temporal, se pontual ou não. Com relação a esse último ponto, testávamos a hipótese de que [Neg V] é interpretada como uma situação, um ponto específico numa sequência temporal (*ontem pela manhã*, por exemplo) e [Neg V Não] como cobrindo todos os intervalos de um tempo (*ontem o dia todo*). Trataremos dessa questão em detalhes mais à frente.

Os dados dos portugueses foram analisados em separado e se encontram no Anexo II.

3.1.1.5 Teste 4

O último teste realizado no presente estudo consistia basicamente de sentenças contextualmente marcadas como informação nova. Nosso objetivo era verificar a relação entre o uso de [Neg V Não] e o *status* da informação, já que, diferente do que esperávamos, testes anteriores indicavam a possibilidade de [Neg V Não] em contextos de informação nova. Acrescentamos ainda alguns tipos de orações encaixadas ainda não analisadas.

Todas as sentenças do teste foram gravadas e as possibilidades de resposta foram: (1) *contexto possível*; (2) *contexto possível, mas diria de outra forma* e (3) *contexto impossível*.

O teste foi respondido por 22 informantes brasileiros de diversas regiões do país. Os resultados completos considerando região estão no Anexo III. As sentenças e contextos utilizados para o teste estão no Quadro 9 abaixo.

Com este teste, procuramos saber se os contextos em que as sentenças negativas abaixo aparecem são possíveis. Assim, indique se você falaria dessa forma nesse contexto ou não.

1. [ao entrar no ônibus]

Eu num tenho trocado não. Posso pagar com uma nota de cinquenta?

2.A: Quer pé de moleque?

B: Eu num posso comer amendoim não.

3. É melhor num ficar acordado até tarde não. Você tem prova amanhã.

4. A: Você está nervosa. O que aconteceu?

B: Num tô achando minha carteira não!

5. A: Não sei se vou conseguir emprego no próximo semestre.

B: Você já mandou currículo para escola de língua? Professor de alemão não fica desempregado não

6. A: Político é tudo corrupto!

B: Tem político que num é corrupto não

7. [ao encontrar um conhecido numa fila de restaurante]

Meu cartão num tá passando não. Você pode me emprestar dinheiro e depois eu te pago?

8. A: E o João? Tem tanto tempo que eu não tenho notícias dele.

B: O João num anda muito bem não.

Quadro 8 - Contextos/sentenças usadas no Teste 4

A Tabela abaixo apresenta os resultados do teste em número e percentual.

Contexto	Possível		Possível, mas diria diferente		Impossível	
	No.	%	No.	%	No.	%
1. Eu num tenho trocado não.	20	91	2	9	-	-
2. Eu num posso comer amendoim não.	22	100			-	-
3. É melhor num ficar acordado até tarde não.	20	91	2	9	-	-
4. Num tô achando minha carteira não!	11	50	6	27	5	23
5. Professor de alemão não fica desempregado não.	18	82	2	9	2	9
6. Tem político que não é corrupto não.	21	96	1	4	-	-
7. Meu cartão num tá passando não.	16	73	6	27	-	-
8. O João não anda muito bem não.	20	91	2	9	-	-

Tabela 3 - Resultado em número absoluto e percentual do Teste 4

Como pode ser observado na Tabela 5 acima, todos os contextos para as sentenças foram considerados possíveis pela maioria dos informantes. Apenas cinco informantes de um total de 22 consideraram o contexto de foco largo (ver contexto da sentença 4 no Quadro 9) como impossível. Em alguns contextos, os informantes sinalizaram uma possível diferença entre gramáticas ao distinguir alguns contextos como “possível, mas diria de outra forma”. A esse respeito, é ainda interessante dizer que os dados dos baianos foram homogêneos enquanto os dados dos mineiros e paulistas variaram bastante (ver Anexo III).

No que diz respeito ao tipo de oração encaixada, tanto a oração subjetiva (sentença 3) e a relativa (sentença 6) foram consideradas possíveis.

3.2 [Neg V Não] versus [V Não]

Como já observado em estudos anteriores (E. Martins 1997; Cavalcante 2007, 2012; Biberauer & Cyrino 2009), enquanto a estrutura [Neg V] pode ocorrer em qualquer contexto, o que tem servido de argumento para caracterizá-la como negação canônica, o mesmo não é observado na ocorrência de [Neg V Não] e [V Não]. Também com relação à função das estruturas, observamos que, apesar de existirem contextos em que todas as três

estruturas são possíveis, há preferência de uma forma por outra em certos contextos, [Neg V] é a única estrutura possível em contextos de discurso narrativo, [V Não] ocorre predominantemente como resposta a perguntas polares que carreguem algum grau de certeza ou hesitação (*tags*), já [Neg V Não] é a mais usada para negar pressuposições.

Nessa seção, apontaremos as principais distinções entre os três tipos de estrutura, dando especial atenção à distinção entre as formas [Neg V Não] e [V Não]. Para tanto, apresentaremos as restrições sintáticas das formas ditas não canônicas e, na sequência, nos focaremos na interpretação das estruturas.

3.2.1 Distribuição sintática

No que diz respeito à distribuição sintática das estruturas negativas no PB, há um consenso na literatura na caracterização de [Neg V] como negação canônica, o que é devido à ausência de restrições sintáticas atribuídas a essa estrutura. Já as outras duas estruturas, conforme nossos testes apontaram, apresentam algumas restrições sintáticas, se comparadas à forma canônica e até mesmo quando comparadas entre si.

As estruturas [Neg V Não] e [V Não] são igualmente excluídas em perguntas-Qu, encaixadas temporais, como complemento de verbos factivos do tipo “lamento que” e ainda com verbos não finitos¹⁹.

- (1)
 - a. Por que o carro *não* liga?
 - b. *Por que o carro *não* liga *não*?
 - c. *Por que o carro liga *não*?

- (2)
 - a. Eu não durmo, enquanto minha filha *não* chega em casa.
 - b. *Eu não durmo, enquanto minha filha *não* chega em casa *não*.
 - c. *Eu não durmo, enquanto minha filha chega em casa *não*.

¹⁹ Não houve teste para avaliar essas sentenças. No entanto, apresentamos esses dados aos alunos da disciplina LL424 – Seminário Temático em Linguística Histórica, ministrada no primeiro semestre de 2012 pela professora Charlotte Galves na Unicamp, e todos os alunos concordaram com a avaliação.

- (3) a. Lamento que você *não* possa vir.
b. *Lamento que você *não* possa vir *não*.
c. *Lamento que você possa vir *não*.
- (4) a. *Não* fumar, faz bem à saúde.
b. **Não* fumar *não*, faz bem à saúde.
c. *Fumar *não*, faz bem à saúde.

Já quando verificamos as diferenças de distribuição entre as estruturas, observamos que a principal diferença entre [Neg V Não] e [V Não] está em contexto de encaixadas. E. Martins (1997) e Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) entendem que as diferenças de distribuição somada a outros fatores levam à caracterização dessas estruturas como fenômenos distintos. Assim, um dos pontos mais importantes a serem considerados na análise dessas estruturas é a não equivalência sintática ou semântica/ pragmática dessas estruturas. Por esse motivo, no decorrer desta seção, nos focaremos nas distinções entre [Neg V Não] e [V Não], sem deixar, no entanto, de nos referir à forma [Neg V].

Como tentaremos mostrar, [Neg V Não] apresenta poucas restrições sintáticas, a maioria delas, no entanto, parece estar relacionada a Tempo, já que a construção não é possível em contextos não finitos ou coocorrendo com conjunções subordinativas temporais. Já [V Não] é ainda mais restrita, não sendo possível em nenhum tipo de encaixada ou com o preenchimento de sujeito não definido, o que a define como um fenômeno próprio de sentenças matrizes.

No que diz respeito ao contexto de matriz ou encaixada, observamos que [V Não] não é possível em nenhum tipo de encaixada²⁰. Já com relação à [Neg V Não], verificamos a partir dos resultados dos Testes 1 e 4, que, diferentemente do apontado por Cavalcante (2007, 2012), essa estrutura é possível em quase todos os tipos de subordinadas:

²⁰ Em um de nossos primeiros testes, pedimos para que os falantes avaliassem a seguinte sentença: *Eu penso que pode ser assim não*. No primeiro resultado, todos os informantes consideraram a sentença ruim. Quando o teste foi repetido, dessa vez com as sentenças gravadas, 5 dos 32 informantes consideraram a sentença boa. Alguns possíveis motivos são o tipo de encaixada e o sujeito nulo. Também a pronúncia da sentença parece ter sido determinante. No entanto, como o contexto é bastante específico e número de informantes que considerou a sentença boa é baixo, consideramos como um uso marginal.

- (5) [Completivas]
- A Maria acha que o Pedro *não* comprou o carro.
 - A Maria acha que o Pedro *não* comprou o carro *não*.
 - *A Maria acha que o Pedro comprou o carro *não*.
- (6) [Subjetivas]
- É melhor *não* ficar acordado até tarde.
 - É melhor *não* ficar acordado até tarde *não*.
 - *É melhor ficar acordado até tarde *não*.
- (7) [Condicionais]
- Se você *não* for viajar mesmo, passa lá em casa no fim de semana.
 - Se você *não* for viajar mesmo *não*, passa lá em casa no fim de semana.
 - *Se você for viajar mesmo *não*, passa lá em casa no fim de semana.
- (8) [Relativas explicativas]
- Tem político que *não* rouba.
 - Tem político que *não* rouba *não*.
 - *Tem político que rouba *não*.
- (9) [Consecutivas²¹]
- O Otávio tava tão bêbado que *não* viu o poste. Bateu em cheio!
 - O Otávio tava tão bêbado que *não* viu o poste *não*. Bateu em cheio!
 - *O Otávio tava tão bêbado que viu o poste *não*. Bateu em cheio!

Os dados acima evidenciam que [V Não], diferentemente de [Neg V Não] é um fenômeno raiz, estando restrito a sentenças matrizes. Tal fato contribui para a análise de Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) de que as duas estruturas correspondem a fenômenos distintos.

Outra diferença sintática entre as duas estruturas diz respeito ao preenchimento do sujeito. Em Teixeira de Sousa (2011) propomos que [V Não], diferentemente de [Neg V Não] não permite o preenchimento do sujeito. Após alguns testes, porém, verificamos que o preenchimento do sujeito é possível, apesar de pouco frequente. No entanto, a natureza do sujeito é o que define a possibilidade de preenchimento ou não. Os dados abaixo, testados entre cinco falantes, mostram que enquanto [Neg V] e [Neg V Não] permitem o preenchimento de qualquer tipo de sujeito (definido, indefinido, genérico), as estruturas

²¹ Contexto avaliado isoladamente. Todas as cinco pessoas questionadas consideraram o uso de [Neg V Não] ‘bom’ e [V Não] ‘ruim’.

[VNão] permitem apenas sujeitos definidos:

- (10) a. O João *não* vai.
b. O João *não* vai *não*.
c. O João vai *não*.
- (11) a. Algumas pessoas *não* vieram.
b. Algumas pessoas *não* vieram *não*.
c. *Algumas pessoas vieram *não*.
- (12) a. Pinguins *não* voam.
b. Pinguins *não* voam *não*.
c. *Pinguins voam *não*.

O conjunto de dados acima nos traz uma importante distinção entre [Neg V (Não)] e [V Não]. A obrigatoriedade de sujeitos definidos em estruturas [V Não] em contrapartida às outras duas, nos leva a considerar que essa estrutura é distinta das outras construções no que diz respeito aos elementos aos quais tem escopo.

Uma das possibilidades de explicar o comportamento de [V Não] em relação ao preenchimento do sujeito é sugerir que essa estrutura está relacionada ao *status* da informação veiculada, já que itens definidos são geralmente informação dada. Trataremos dessa questão na seção seguinte.

Também o paralelo entre a ocorrência do *nada* em posição não argumental e estruturas [V Não] nos apresenta evidência adicional de que o *não* em estruturas [V Não] é um elemento diferente do *não* final de estruturas [Neg V Não]. Como argumenta Cavalcante (2012), o *nada* não argumental tem características muito próximas às do *não* final, especialmente quando comparado à estrutura [V Não]²², a diferença seria apenas a interpretação enfática atribuída ao *nada* e não observada no emprego do *não* final. Para o autor, o *nada* e o *não* final são gerados na mesma posição em CP. Voltaremos a esse tema mais à frente.

²² Vale lembrar novamente que para Cavalcante (2012), o *não* final das estruturas [V Não] e [Neg V Não] é o mesmo item.

3.2.2 Sobre interpretação

Nessa subseção, trataremos o papel do *status* da informação sobre a ocorrência das formas não canônicas, [Neg V Não] e [V Não], além de indicar os contextos que privilegiam uma forma em detrimento da outra. Com isso, esperamos ser capazes de apontar as principais distinções entre as estruturas.

3.2.2.1 Com relação ao *status* da informação

Como vimos no capítulo anterior, a maioria dos trabalhos sobre negação sentencial no PB, relaciona as construções [Neg V Não] e [V Não] ao *status* da informação. Como tentaremos mostrar nessa seção, informação dada é fundamental para a ocorrência de [V Não], mas não para [Neg V Não]. Embora essa última seja mais frequente em contextos de informação dada ou inferível, ela também pode ser usada para veicular informação nova. Para tratar dessa questão, mencionaremos trabalhos que tratam de estrutura informacional e da relação desta com categorias linguísticas.

Para Lambrecht (1994), a noção de Dado é essencialmente relacional, uma vez que o falante geralmente diz algo novo em relação a algo anteriormente dito. Esse caráter relacional pode ser entendido da seguinte maneira: o falante assume que seu interlocutor tem certa imagem do mundo e quer mudá-la de alguma forma. Assim, o Dado (ou pressuposto) é tomado como o ponto de partida da fala e a mudança ou adição feita a essa ‘visão de mundo’ é o Novo. O dado é, então, aquilo que é pressuposto enquanto os elementos novos são a proposição e a única parte informativa da sentença. Veja o exemplo de outro contexto de pergunta e resposta retirado de Lambrecht (1994):

- (13) A: Por que você fez isso?
B: Eu fiz isso porque você é meu amigo.

As proposições ‘eu fiz isso’ e ‘você é meu amigo’ em B podem ser consideradas como partilhadas entre falante e ouvinte, i.e. pressupostas. Pressuposições são feitas a partir de proposições e não de elementos isolados. Nesse exemplo, a asserção que

torna o enunciado novo ou informativo aos interlocutores consiste no estabelecimento de relação causal entre as duas proposições. Sendo Novo definido dessa forma, toda a sentença é, nesse caso, informação nova.

O trabalho de Lambrecht nos leva a considerar que não há informação nova absoluta, já que algo novo é dito em relação a algo dado, seja em termos de conhecimento partilhado, seja em termos de *common ground* (Stalnaker 1978). Baumann (2008)²³ tenta dar conta do caráter relacional do *status* da informação e, para tanto, discute várias perspectivas de análise presentes na literatura sobre o tema.

Segundo Baumann (2008), há diferentes aspectos de Estrutura Informacional, os quais têm sido resumidos à noção de dado (e novo) em várias abordagens. Dentre as diferentes questões e terminologias apontadas na literatura, podem-se destacar três dimensões básicas de estrutura informacional: 1) Divisão de um enunciado em uma parte que se refere a o que trata o enunciado e outra que corresponde ao comentário sobre essa parte – Tema-Rema; 2) Divisão do enunciado em não informativo e informativo (ou noticiável) – Fundo-Foco; e 3) Representação cognitiva de referentes ou proposições na mente dos interlocutores – Dado-Novo. As duas primeiras dimensões são relacionais por natureza e se aplicam ao nível da sentença ou enunciado, já a terceira dimensão é não relacional e se aplica no nível do discurso. O exemplo abaixo, adaptado de Baumann (2008), ilustra as três dimensões:

- (14) A: Diga-me algo sobre o João.
B1: {Minha mãe e eu} {vamos visitá-lo}
Tema Rema
B2: {Minha mãe e eu vamos visitá}{-lo}.
Foco Fundo
B3: {Minha mãe} e {eu} {vamos visitá}{-lo}.
Novo Dado Novo Dado

Ao estabelecer essas diferentes dimensões, Baumann mantém a dimensão Dado a parte das outras duas. Em particular, a dimensão foco-fundo, que é a mais recorrente em estudos sobre estrutura informacional. Para o autor, exemplos como (14) também tornam

²³ Agradeço a Uli Reich pela referência.

evidente que a informação não pode ser dividida em nova ou dada, porque isso só se dá de forma relacional. Informação dada ou nova deve, então, ser diferenciada de referente dado ou novo. Uma vez que o caráter relacional associado às dimensões 1 e 2 torna quase toda sentença produzida informação nova, consideraremos à noção de dado/novo a partir de referentes presentes no contexto do discurso. Essa escolha está, ainda, de acordo com a maioria das propostas sobre a relação entre as estruturas negativas não canônicas do PB e o *status* da informação. Como veremos, as abordagens não fazem referência ao caráter relacional da noção de informação dada/nova.

Schwenter (2005), um dos autores ao tratar o *status* informacional das estruturas negativas no PB, argumenta contra as propostas que associam o uso das estruturas não canônicas a pressuposição ou crença do interlocutor. Para esse autor, o que é importante para a ocorrência das formas não canônicas é a ativação de uma proposição no discurso, ou seja, a terceira dimensão identificada por Baumann. Com isso, o autor distancia um pouco a noção de dado e novo como conhecimento partilhado. Para ele, no caso de [Neg V Não], a proposição sendo negada é contextualmente ativada. Assim, podemos dizer que para Schwenter, o importante não é a noção de dado como *common ground*, mas a ativação no discurso, o que torna a informação dada no contexto do discurso. Para ilustrar sua proposta, traz o seguinte exemplo: marido e esposa percebem que um cano está com vazamento e pedem para que o bombeiro venha consertar enquanto eles estão fora no trabalho, o marido, ao chegar a casa, vê que o cano não foi consertado, a esposa chega logo em seguida e o marido diz “o bombeiro não veio”. Segundo Schwenter, nesse contexto [Neg V Não] não seria feliz porque a proposição seria informação nova. Alguns informantes²⁴, no entanto, consideram esse um bom contexto para uso dessa estrutura. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Também Cavalcante (2012), ao tratar de propriedades pressuposicionais associadas à negação, afirma que enquanto uma sentença negativa neutra [Neg V] nega uma proposição positiva que compõe conhecimento prévio partilhado, a negação pós-verbal [Neg V Não] ou [V Não] nega ou rejeita uma proposição ou pressuposição que tenha sido

²⁴ Não houve um teste formal para avaliar esse contexto. De acordo com a minha intuição e a de mais 3 pessoas, o uso de [Neg V Não] é possível neste contexto.

inserida ou disponibilizada recentemente no discurso. Para o autor, isso significa que o uso do *não* final não pode ocorrer em contextos em que a pressuposição afirmativa é apenas parte do conhecimento prévio compartilhado pelos interlocutores. Nossos exemplos mostram que isso é verdadeiro para as estruturas [V Não], mas não para as estruturas [Neg V Não] que também são possíveis em contextos em que se nega algo de conhecimento prévio partilhado.

Agora observe o uso de [Neg V Não] (Cf. Teste 1, sentença (5)) no exemplo abaixo:

- (15) A: Você sabia que o Juanito foi assaltado?
B: Nossa! Falando do Juanito, eu *não* entreguei o trabalho dele *não*.

Considerando a noção de dado apresentada acima (3ª. Dimensão de Baumann), o único elemento dado da proposição *eu não entreguei o trabalho dele não* é o pronome *dele* que se refere à Juanito, mencionado por A. Observe que nesse caso nem mesmo a ideia de inferência apontada por Schwenter (2005) consegue explicar o uso de [Neg V Não] na proposição, já que contextualmente não há nenhum elemento que leve à inferência de que B entregou o trabalho do Juanito.

Observe ainda mais esse exemplo, apontado como feliz pelos informantes que responderam nosso teste (sentença (1), Teste 4):

- (16) [ao entrar no ônibus]
Eu *não* tenho trocado *não*. Posso pagar com uma nota de 50?

Como no exemplo acima há somente a fala do passageiro ao entrar no ônibus, também nesse caso não há inferência possível no contexto do enunciado. O dado contraria também a hipótese de Cavalcante (2012), já que a proposição negada por [Neg V Não] não é ativada pelo contexto enunciativo, mas pelo conhecimento prévio compartilhado entre falante e ouvinte (*common ground*), sendo esperado do passageiro que ele pague a passagem de ônibus com dinheiro trocado.

Outros exemplos que indicam o uso de [Neg V Não] testados entre falantes nativos do PB são apresentados abaixo (sentenças (2), (3), (5) e (8) do Teste 4):

- (17) [ao ver um conhecido na fila do caixa de um restaurante]
Meu cartão *não* tá passando *não*. Você pode me emprestar algum dinheiro e depois eu te pago?
- (18) A: Não sei se vou ter emprego no semestre que vem?
B: Você já tentou enviar currículo para escola de língua? Professor de alemão *não* fica desempregado *não*.
- (19) A: Quer pé de moleque?
B: Eu *não* posso comer amendoim *não*.
- (20) A: E o João? Tem tanto tempo que não tenho notícias dele.
B: O João *não* anda muito bem *não*.

Como a maioria dos dados apresentados nesta seção mostram, [Neg V Não] não corresponde sempre à negação de algo apresentado como dado/ inferível no contexto discursivo. Assim, observamos uma possibilidade de uso de [Neg V Não] não prevista em outros trabalhos sobre o tema. Com isso, concluímos que uma explicação para a ocorrência dessa estrutura em termos de *status* da informação não cobre todas as possibilidades de uso da estrutura na língua.

Voltando às distinções entre as duas estruturas, como os dados abaixo mostram, [V Não] não é possível nesse tipo de contexto. O que serve de reforço para a ideia de que as duas estruturas correspondem a diferentes fenômenos.

- (21) [mesmo contexto de (15)]
#Nossa! Falando do Juanito, entreguei o trabalho dele *não*.
- (22) [mesmo contexto de (16)]
#Tenho trocado *não*. Posso pagar com uma nota de 50.
- (23) [mesmo contexto de (17)]
#Meu cartão tá passando *não*. Você pode me emprestar algum dinheiro e depois te pago?
- (24) [mesmo contexto de (18)]
#Professor de alemão fica desempregado *não*.

- (25) [mesmo contexto de (19)]
#Eu posso comer amendoim *não*.
- (26) [mesmo contexto de (20)]
O João anda muito bem *não*.

Os dados apresentados nessa seção mostram uma importante distinção entre [Neg V Não] e [V Não] no que diz respeito ao *status* da informação. Enquanto os dados de [V Não] confirmam trabalhos anteriores que indicam o uso desta em contextos de informação dada, os de [Neg V Não] mostram a possibilidade de uso dessa estrutura veiculando informação nova, considerando a terceira dimensão de estrutura informacional apontada por Baumann.

Uma vez distinguida a relação entre [Neg V Não] e [V Não] no que diz respeito ao *status* da informação, passamos na próxima seção à interpretação dessas estruturas em comparação à [Neg V].

3.2.2.2 Contexto x interpretação

Para tratar da interpretação das estruturas negativas no PB, observamos os seguintes contextos em nossos testes: respostas a perguntas polares, solicitações, projeção de foco e narrativas²⁵. Com relação ao contexto “resposta a perguntas polares”, distinguimos perguntas neutras, em que não há pressuposição, e perguntas que carregassem algum tipo de afirmação (perguntas negativas e *tags*).

Considerando contextos narrativos, em que há a sucessão de eventos ordenados temporalmente, verificamos a incompatibilidade das formas [Neg V Não] e [V Não]. Nesse contexto, apenas a [Neg V] é possível.

- (27) Maria acordou pela manhã.
Olhou pela Janela.
Não viu sinal de chuva.
Saiu sem seu guarda-chuva.

²⁵ O contexto de narrativas não foi avaliado nos testes porque numa avaliação inicial todos os informantes consideraram esse contexto ruim.

Ainda com relação a esse contexto, a impossibilidade de [Neg V Não] e [V Não] se dá por motivos diferentes. Uma vez que [V Não] só ocorre em contextos responsivos, estando relacionada à informação dada, não é mesmo esperado que essa estrutura ocorresse em narrações, nos quais toda a informação é nova. Já a incompatibilidade de [Neg V Não] e o contexto de narrativa é devido à associação entre o *não* final da estrutura e o tempo referencial. Trataremos dessa questão em detalhes mais a frente.

Se em contexto de narrativa, apenas [Neg V] é possível, todas as três estruturas parecem ser possíveis como resposta a perguntas polares não pressuposicionais:

- (28) A: Você foi na festa da Maria?
B: (Não) *Num* fui
B': (Não) *Não* fui *não*.
B'': (Não) *Fui não*

O que os nossos dados mostram, no entanto, é a baixíssima frequência da estrutura canônica [Neg V] nesse contexto. Dos 32 brasileiros que responderam ao Teste 3, somente cinco apontaram essa estrutura como adequada ao contexto de resposta a pergunta polar neutra. Se a pergunta polar carregava algum tipo de implicatura, hesitação ou, ainda, uma *tag*, os falantes foram muitas vezes categóricos ao apontar a estrutura [Neg V] como incompatível (Teste 4).

- (29) A: Você tava no teatro ontem, não tava?
B: Tava *não*.
B': *Não* tava *não*.
B'': # *Não* tava.

- (30) A: E seu marido não trabalha?²⁶
B: Trabalha *não*.
B': *Não* trabalha *não*.
B'': # *Não* trabalha.

²⁶ Agradeço a Tatiane Macedo por ter chamado minha atenção para o fato de que perguntas polares começadas com o “E...” no PB carregarem implicatura, assim, no exemplo *E seu marido não trabalha?* a interpretação é a mesma de *Mas seu marido não trabalha?*.

- (31) A: Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?
B: #*Não* quebrou.
B': *Não* quebrou *não*.
B'': Quebrou *não*.

No caso de *tags* há um caráter pressuposicional claro. Assim, na sentença (29) o falante acha que o interlocutor esteve no teatro e quer apenas uma confirmação. Também as perguntas em (30) e (31) carregam uma implicatura: no primeiro caso, a de que o marido deve trabalhar e, no segundo, a de que se a Maria está com o pé enfaixado, então, provavelmente, ela quebrou o pé. Em sentenças como as exibidas acima, a resposta apontada como mais adequada por 23 dos 32 falantes é a estrutura com o item negativo apenas no final ([V Não]).

Embora a construção [V Não] seja mais frequentemente usada em contextos de resposta, essa mesma construção é excluída em contextos em que a pergunta requer alguma informação além de um simples *sim* ou *não*. Nesse contexto, a estrutura mais adequada é [Neg V Não], tendo sido escolhida por 18 falantes, contra 10 que escolheram [Neg V] e quatro [V não]:

- (32) [Dois falantes num restaurante, um vê que o outro não se serviu de carne]
A: Você não quis carne?
B': *Não* como carne *não*.
B'': Eu *não* como carne.
B''': #Como carne *não*.

O que a resposta à pergunta expressa acima parece indicar é que, nesse caso, a intenção do falante ao perguntar *Você não quis carne?* era saber o motivo de o ouvinte não ter se servido de carne. Dessa forma, a pergunta não constitui uma pergunta polar padrão e a fala do interlocutor não corresponde exatamente a uma resposta, embora insira informação nova no contexto do diálogo.

Os dados de perguntas polares parecem indicar que [Neg V] não é adequada como resposta a perguntas polares. Já os dados dos portugueses mostraram comportamento oposto. Os dois informantes portugueses escolheram predominantemente estruturas [Neg

V] como resposta a perguntas polares. O que indica que as outras duas estruturas, embora possíveis na língua, têm uma função bem diferente do PB. Trataremos das diferentes funções dessas estruturas nas duas línguas em outro momento.

Os resultados quanto à [V Não] indicam que essa estrutura funciona apenas como resposta, já que não é adequada para inserir situação nova e nem pode ocorrer em contextos de solicitações, como evidencia o exemplo abaixo:

- (33) A: Vamos almoçar fora hoje?
B: Ah, *não* vamos *não*. (Vamos almoçar em casa mesmo)
B': #Ah, vamos *não*. (vamos almoçar em casa mesmo)

A maioria dos dados apresentados acima mostra as estruturas [Neg V Não] e [V Não] nos mesmos ambientes. Apesar de poderem ocorrer no mesmo contexto, ao que parece, as estruturas não são equivalentes, estando muitas vezes em distribuição complementar, como mostram os exemplos abaixo:

- (34) a. A: Como foi a peça ontem?
B: Eu num fui no teatro *não*
B': #Fui no teatro *não*
- b. A: Você foi no teatro ontem, não foi?
B: fui *não*
B': #*não* fui *não*
- c. A: Você viajou pra onde no feriado?
B: Eu *não* viajei *não*. Fiquei em casa.
B': #Viajei *não*. Fiquei em casa.

Em relação aos dados em (34), observamos que embora a estrutura [Neg V Não] seja compatível como resposta a perguntas polares, essa estrutura é, conforme os resultados de nossos Testes 1 e 3, bem menos frequente se a proposição carrega grau de certeza, como no caso de *tags*. A estrutura [V Não] é preferencialmente usada nesses contextos.

A distribuição complementar das estruturas [Neg V Não] e [V Não] em (34) é perfeitamente explicada se consideramos que [Neg V Não] corresponde a um ato de

asserção, enquanto [V Não] representa um ato de denegação. Isso porque, conforme posto por Rajagopalan (1982), uma distinção importante entre a denegação de uma proposição e a asserção de uma proposição negativa está na noção de crença. Segundo o autor, uma proposição negativa é assertada por um falante que pressupõe que o ouvinte acredita num estado de coisas que é adequadamente representado por uma proposição que corresponde à contraparte positiva do que está sendo assertado. Ou seja, numa asserção negativa, o falante tenta corrigir uma crença errada do ouvinte e não exatamente algo que o interlocutor tenha assertado no contexto imediato. Nesse caso, há alteração no valor de verdade da proposição expressa.

Nas sentenças (34a) e (34c), é clara a crença do interlocutor quanto à ida ao teatro por B e à viagem de B, respectivamente. Assim, a resposta de B não é uma recusa em aceitar a asserção de A como verdadeira, mas é a correção da crença de A de que B foi ao teatro, como em (34a), ou de que B viajou, como em (34c). A fala de B nos dois casos não pode, dessa forma, ser vista como um ato responsivo.

Entretanto, segundo Rajagopalan, um falante pode denegar uma proposição se e somente se o ouvinte assertou a mesma proposição. Essa identificação²⁷ entre a proposição expressa e a proposição denegada deve ser de tal forma que nem mesmo a substituição por um sinônimo permite a leitura de uma denegação, como mostram os exemplos abaixo:

(35) A: The moon is beautiful tonight
B: The earth's only satellite is not beautiful tonight
(ex. (19) de Rajagopalan 1982)

(36) A: All bachelors are happy
B: All unmarried men aren't joyful
(ex. (20) de Rajagopalan 1982)

(37) A: John said, "Cette maison est chère"
B: John didn't say, "This house is very expensive"
(ex. (21) de Rajagopalan 1982)

²⁷ O único contexto em que um elemento da denegação não é idêntico ao da proposição é no caso de expressões dêiticas (e.g. acomodação de um pronome):

A: You are guilty

B: I am not (guilty)

(ex. (22) Rajagopalan 1982)

O exemplo em (34b) parece, por outro lado, cumprir todos os requerimentos de uma denegação, já que há uma identificação formal entre a proposição de A e a proposição denegada por B e a interpretação é de uma rejeição ao que A apresenta como possivelmente verdadeiro.

Os exemplos em (34) mostram que [Neg V Não], diferentemente de [V Não], pode negar uma pressuposição, desde que essa comporte toda a proposição. Se, por outro lado, o que é pressuposto não corresponde a uma proposição, mas ao tempo de um evento, ou os participantes da enunciação, a estrutura é excluída:

- (38) A: O Pedro gostou da peça ontem?
B1: Nós não fomos ao teatro ontem não. Acabamos ficando em casa.
B2: #Nós não fomos ao teatro não. Nós vamos ao teatro.
B3: #Eu não fui com O PEDRO ao teatro não.
(=eu fui ao teatro, mas com outra pessoa)
B4: #Nós não fomos AO TEATRO ontem não.
(=fomos a outro lugar que não o teatro)

Tal fato serve ainda como reforço à ideia de que [Neg V Não] se diferencia de [V Não] por representar um diferente ato de fala, i.e. uma asserção negativa. Conforme aponta Rajagopalan (1982), o “estreitamento” do escopo da negação só é possível a partir de denegação. Como as estruturas [Neg V Não] correspondem a uma asserção, as leituras ilustradas em (38) de B2 a B4 não são possíveis.

Os dados avaliados em nossos testes e apresentados nesta subseção nos permitem distinguir os três tipos de estrutura negativa de diferentes modos. O contexto de resposta a perguntas polares permite essa distinção em termos de “grau de certeza” do interlocutor a respeito de uma proposição. Quando uma proposição é apresentada como certa, a preferência é por [Neg V Não]; se a proposição é apresentada de forma hesitante, a preferência é por [V Não]; já se a proposição corresponde a uma pergunta polar neutra, em que o interlocutor se coloca como ignorante a respeito de certo estado de coisas, teremos [Neg V] como primeira escolha.

Ainda pensando em ato ilocucionário, as estruturas podem ser distintas em relação a denegação e asserção negativa. [Neg V Não], assim como [Neg V], representa uma asserção negativa, ou seja, estão ambas sob o escopo da condição de verdade semântica. Já [V Neg] corresponde ao ato responsivo de denegar, ou seja, trata-se de uma negação pragmática.

O que esses fatos parecem indicar é que as três estruturas negativas têm usos e restrições que diferenciam uma da outra. Ao que parece, a estrutura [Neg V], diferentemente das outras duas, não é discursivamente marcada, o que indica que o escopo dessa negação seja diferente de [Neg V Não]. Pensando na distinção entre eventualidades (Davidson 1967) e proposições (Kamp & Reyle 1993), propomos que [Neg V] tem escopo sobre o que Davidson denomina eventualidade²⁸, enquanto [Neg V Não] tem escopo sobre a proposição, já que proposições envolvem a valoração de verdade em relação a um intervalo de tempo (Kamp & Reyle 1993).

Já no que diz respeito à estrutura [V Não], vimos que esta está restrita a ambientes responsivos e, como veremos mais adiante, não apresenta certas propriedades de marcadores negativos, como, por exemplo, o licenciamento de itens de polaridade negativa. Já no que se refere à interpretação, como os dados retirados dos testes e apresentados nesta seção mostram, essa estrutura parece funcionar como uma denegação, isto é, como a recusa a aceitar como válida alguma asserção colocada como possivelmente correta. Dessa forma, entendemos que [V Não] tem função exclusivamente pragmática.

A definição de [Neg V Não] enquanto negação de proposição, se comprovada, representa uma importante distinção em relação à [V Não]. Através do trabalho de Rajagopalan, vimos que a negação, quando no nível do conteúdo proposicional, está no escopo da condição de verdade semântica e é classificada como uma asserção. Já [V Não], como dissemos, ocorre apenas como resposta a algo explicitamente colocado no contexto do discurso, o que serve de argumento para defini-la como parte do ato ilocucionário de denegar.

²⁸ O uso do termo evento ou eventualidades dentro desse quadro teórico não está relacionado a verbos eventivos, mas a evento e estados.

Considerando as diferenças sintáticas e distribucionais entre [Neg V], [Neg V Não] e [V Não], argumentamos, assim como Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), que o *não* final de sentença não corresponde a um mesmo item lexical. A hipótese que aventamos é de que o *não*₁ pré-verbal em estruturas [Não₁ V] funciona como uma negação semântica com escopo sobre eventualidades. Já o *não* final de [Neg V Não], doravante *não*₂, funciona como negação de proposição. Por fim, o *não* final em estruturas [V Não], *não*₃, funciona como denegação, corrigindo ou contestando algo explicitamente mencionado.

Nas próximas seções, trataremos da caracterização semântica das estruturas [Neg V], [Neg V Não] e [V Não].

3.3 Sobre [Neg V Não]

Como já nos referimos, a estrutura [Neg V Não] não é compatível com discurso narrativo e nem pode coocorrer com conjunções subordinativas temporais. Tal fato nos fez sugerir que essa estrutura funcionasse como uma negação de proposição, uma vez que proposições são temporalmente marcadas. Dessa forma, nesta seção, apresentaremos trabalhos que tratam da natureza referencial da categoria Tempo, para, então, propor uma análise para a estrutura.

3.3.1 Tempo, eventualidade e proposição

Como apresentado no primeiro capítulo da presente tese, o estudo da negação envolve muitas vezes a relação entre essa categoria e o tempo semântico. Vale lembrar que muito das discussões nas décadas de 80 e 90 girou em termos da relação entre Neg e Tempo. Os trabalhos de Pollock (1989) e Laka (1990), por exemplo, investigavam a posição de Neg em relação à categoria Tempo. Na seção anterior, propomos que as estruturas [Neg V] e [Neg V Não] no PB correspondem a dois tipos de negação na semântica. A argumentação com relação à distinção entre dois tipos de negação semântica está vinculada a estudos sobre a categoria Tempo, principalmente no que diz respeito ao

seu carácter anafórico. Assim, nesta seção, apresentaremos trabalhos que tratam da interpretação de tempo enquanto categoria referencial, evidenciando a distinção entre eventualidades ou situações e proposições.

3.3.1.1 Sobre Tempos

Um dos trabalhos mais relevantes sobre a noção de evento em semântica formal é sem dúvidas o artigo *The Logical Form of Action Sentences* de Davidson publicado em 1967. Davidson defende nesse artigo que muitos fenômenos das línguas naturais podem ser explicados se consideramos formas lógicas que apresentem quantificações sobre eventos. Dentre os fenômenos citados pelo autor estão nominalizações, modificação adverbial, factivos, anáforas, plurais e, claro, tempo e aspecto. Dado seu poder explicativo, a proposta tem ganhado muitos adeptos ao longo dos anos, mas ainda há alguma resistência justamente porque, como apontam Kamp & Reyle (1993), é difícil determinar o que são eventos e que propriedades gerais eles têm.

Na proposta de Davidson, eventos são entidades sobre as quais um número indefinido de coisas podem ser ditas. Assim, o relacionamento entre uma sentença e sua forma lógica não é unívoca, mas uma variável possível. Isso faz com que a introdução de um quantificador existencial seja crucial. Segundo Davidson, uma sentença como *Amundsen flew to the North Pole in May 1926* não descreve um evento, mas se é verdade, deve haver um evento que faça isso verdadeiro.

Dentre as várias abordagens teóricas sobre eventos, o critério mais decisivo na caracterização da linha a ser seguida é o reconhecimento de eventos como universais (coisas que acontecem em diferentes lugares e tempos) ou particulares (coisas que acontecem em um lugar e tempo específicos). Para nosso estudo, interessa especificamente a abordagem de eventos enquanto particulares. Nessa perspectiva, eventos são indexalmente construídos de tal forma que preenchem uma localização espaço-temporal. Assim, tempo é entendido como uma extensão composta de instantes. Esses instantes são o que é denominado *evento* ou *eventualidade*.

Segundo Davidson, muito de nossa fala sobre eventos é mais bem explicada se envolve diferentes descrições de um mesmo evento. Dessa forma, eventos são identificados

por sua posição na relação causal, o que significa que eventos com diferentes relações causais podem ocorrer na mesma região espaço-temporal e também que eventos que correspondem a descrições diferentes podem ocorrer na mesma relação causal. Com essa proposta, Davidson se distancia de alguns filósofos (Kim 1991, Bennett 1991) que consideram que, se há diferentes relações causais, há dois eventos diferentes. Assim, em uma proposta, falar do esfaqueamento de Cesar por Brutus não é o mesmo que falar da morte de Cesar, uma vez que há duas diferentes relações causais; na outra, o esfaqueamento e a morte de Cesar por Brutus é o mesmo evento sob diferentes descrições.

Enquanto na tradição lógica, eventos são considerados sentenças “atômicas” (Brutus esfaqueou Cesar), consistindo de um predicado binário (esfaqueou) acompanhado de dois termos singulares (Brutus, Cesar), na proposta de Davidson, sentenças são quantificadas existencialmente, com uma variável *evento* de borda. Isso significa que em um evento ‘Brutus esfaqueou Cesar’, é assertado que ‘o esfaqueamento de Cesar por Brutus aconteceu’. Na perspectiva da Gramática Gerativa, essa proposta significa acrescentar uma posição eventiva extra na grade temática de um predicado verbal (esfaquear: {x,y,e}).

Eventos também podem ser entendidos como situações mínimas (Kratzer 1995, Stowell 1996). Na proposta de Kratzer (1989, 1995), como na de Davidson, situações são entidades básicas individuais, o que significa dizer que são extensões de um tempo.

Um importante ganho devido à noção de evento em semântica tem a ver com fenômenos aspectuais e distinções entre telicidade e atelicidade. É sabido que sentenças classificadas como télicas podem ser modificadas por advérbios em-tempo, mas não por advérbios por-tempo, enquanto sentenças atélicas apresentam comportamento inverso:

(39) O João comeu uma maçã em/ *por dez minutos.

(40) O João comeu maçãs #em/ por dez minutos.

Dito isso, temos eventos imperfectivos vistos internamente ao evento, como um processo, e eventos perfectivos resultando da visão de um evento como completo.

No que diz respeito à distinção entre leituras genéricas e habituais, uma abordagem que considera eventos analisa relacionalmente sentenças genéricas e habituais

através de quantificação sobre a variável evento. A ideia é que há um quantificador oculto, *Gen*, responsável por efeitos observados em genéricos e habituais.

Ainda no que diz respeito ao carácter quantificacional de tempo, alguns autores vão tratar do uso de sintagmas adverbiais, que têm a função de quantificar sobre tempos. Para Kamp & Reyle (1993), no entanto, a flexão verbal contribui para o significado desses sintagmas quantificacionais:

A language like English makes frequent use of phrases such as **at some time, when..., at all subsequent times, when it was the case that...** and the like, which explicitly quantify over times. (...) Natural language phrases which explicitly quantify over times often get their specific meaning partly from the particular tense of the verb they contain – compare, for instance, **there will be a time** with **there was a time**. (Kamp & Reyle, 1993: 494)

De acordo com Kamp & Reyle (1993), em alguns casos, expressões temporais não envolvem referência explícita a um tempo que é facilmente reconhecido dentro do contexto do discurso. Isso leva à interpretação de tempo como frequentemente envolvendo algum tipo de *anáfora*. Isso é explicitado através de um contexto de narração. Observe que no exemplo abaixo, conforme referido pelos autores, a interpretação é sequencial:

- (41) Bill left the house at a quarter past five. He took a taxi to the station and caught the first train to Bognor.

Assim, percebe-se claramente que há uma tendência a tomar a segunda sentença no mesmo tempo da primeira. Isso é naturalmente entendido como a descrição de dois eventos que seguem diretamente aquele que é descrito na primeira sentença. A anáfora temporal não apenas adiciona poder expressivo e flexibilidades às línguas naturais, mas também constrói flexões verbais por causa de sua interação anafórica com o contexto no qual aparece. A anáfora temporal, assim como a anáfora pronominal, age inter sentencialmente e sobre um plano intrassentencial.

- (42) Mary said that she felt sick

Nesse exemplo, a segunda sentença é pontuada no mesmo tempo da primeira (leitura anafórica do tempo). Essa mesma sentença, no entanto, pode também ser vista como descrevendo uma situação na qual Mary se sentiu mal em algum tempo antes que ela dissesse isso.

- (43) Fred and Mary told us of the horrible scene that they watched earlier that night when coming out of the cinema. She said she felt sick

No exemplo acima, o tempo da segunda sentença é pontuado em um tempo anterior ao da primeira, assim como a terceira é pontuada em um tempo antes da segunda. Esses dados mostram que em alguns casos há ambivalência de interpretação, ora o evento é pontuado no mesmo tempo da sentença principal, ora é pontuado em outro tempo.

Para Kamp & Reyle, flexões temporais podem ser indexais, ou seja, o tempo ao qual elas se referem precisa ser frequentemente determinado em relação ao tempo do enunciado, e isso acontece sempre que eles ocorrem encaixados a outras sentenças flexionadas. Ainda de acordo com os autores, a interpretação de flexões tem frequentemente um aspecto anafórico: a próxima flexão se refere ao mesmo tempo do que a precede, ou se refere a algum tempo próximo àquele tempo. Também flexões determinam frequentemente o tempo do evento descrito ou o estado de coisas em cooperação com outros elementos da sentença na qual eles ocorrem, em particular com expressões que são naturalmente e geralmente entendidas como quantificadores sobre tempos.

A interpretação anafórica de tempo têm trazido muitos desafios aos estudos semânticos. O quadro teórico de Representação do Discurso (Kamp 1981, Partee 1984, Kamp & Reyle 1993), por exemplo, trata da noção de anáfora temporal para dar conta de expressões temporais que dependem de elementos presentes no discurso para a sua contribuição semântica.

No que diz respeito à quantificação, Kratzer (1995) observa, assim como outros autores (Davidson 1967, Stowell 1991, etc.) a existência de um quantificador existencial baixo na oração. Para Stowell, esse quantificador corresponde a um predicado eventivo que projeta um argumento evento, como o argumento mais alto da grade temática e que o

operador existencial responsável por \exists -fechamento é dependente da posição theta sendo projetada. Sem argumento evento não há fechamento existencial.

O mecanismo, comum aos autores supracitados, usado para da conta do caráter indexal atribuído às flexões temporais, o qual leva à interpretação sequencial no caso de narrativas e até mesmo a relação temporal entre tempo da matriz e tempo da encaixada, é tratado através do conceito de Tempo Referencial (Reichenbach, 1947). Na proposta de Reichenbach (1947), a interpretação das diferentes formas de flexão temporal usadas em relações temporais se dá entre três índices temporais: tempo de enunciado, tempo de evento e tempo referencial. O tempo referencial é determinado via contexto ou por advérbios temporais.

Aqui, vale lembrar que a estrutura [Neg V Não] no PB é excluída em contextos de narrativa ou com a presença de conjunções subordinativas temporais, ou seja, justamente nos contextos em que o tempo referencial tem um papel. Assim, parece-nos que há uma estreita relação entre esse tipo de estrutura e o tempo referencial da sentença. Discutiremos esse ponto mais a frente.

A teoria de referência temporal de Reichenbach tem origem na análise das flexões do inglês. Nesse trabalho, o autor apresenta um conjunto de relações de ordenamento constituído de três tempos primitivos coordenados: (1) o tempo de evento (E), (2) o tempo de enunciado ou tempo de fala (S) e (3) o tempo de referência (R). Esses tempos coordenados podem ser simultâneos ou ordenados temporalmente em relação um ao outro. Assim, por exemplo, o perfeito é analisado como resultado da ordenação E-R-S (o tempo de evento antes do tempo de referência e o tempo de referência antes do tempo de fala), o presente perfeito como E-RS (E antes de R e R-S simultâneos). O autor argumenta que a semântica de todas as flexões temporais segue o mesmo esquema. Autores como Vickner (1985) e Hornstein (1990), no entanto, assumem que R e S não são diretamente ordenados um em relação ao outro e propõem que a relação é, na verdade, binária S e R de um lado e E e R de outro.

Apesar de o trabalho de Reichenbach apresentar um formalismo eficiente em distinguir o passado simples do passado perfeito, o único contexto em que a formulação de um tempo referencial é realmente necessária é o contexto de narrativa. De fato, autores

como Enç (1990) sugerem que o tempo presente, por exemplo, não pode ser tratado como flexão temporal por não induzir nenhum alçamento temporal de valoração de tempo a partir de seu ponto inicial (*Speech Time*).

Ramchand (1997) trata dessa questão da seguinte forma: há uma variável evento que atribui um carácter referencial ao tempo, ou seja, tempo apresentaria propriedades anafóricas que permitiriam a estocagem, acesso e manipulação de pontos temporais para posterior referência. Assim, motivada pelo carácter referencial atribuído à lógica do tempo conforme proposto por Reichenbach, a autora faz uso de entidades temporais, variável t (empo), e entidades situacionais, variável e (vento), para tratar da interpretação de formas temporais e sua relação com aspectos lexicais e morfológicos.

Segundo a autora, há pelo menos duas relações distintas necessárias para que uma predicação seja coerente: (1) relação entre o evento (E) e o tempo de referência (R) e (2) relação entre tempo de referência e tempo de fala (S). A relação 2, S-R, distinguiria as noções de passado, futuro e presente, enquanto a relação 1, E-R, distinguiria as noções aspectuais de perfeito, prospectivo e neutro. Considerando as variáveis tempo e evento, assume que t e e são relacionadas formalmente por um traço temporal τ (e) que mapeia um evento na linha temporal que ele ocupa. Pensando nas distinções entre evento télico e atélico, propõe que um evento tem como primitivos um tempo final e um tempo inicial (t_f , t_i) e a diferença entre os dois tipos de evento estaria na existência necessária de um ponto terminal t_f na interpretação de um evento [+télico]. Na proposta da autora, os traços de tempo ([+pas], [+fut], [+pre]) relacionam o t da predicação ao t^* do tempo do tempo de fala:

- (44) [+presente] $t=t^*$,
 [+passado] $t<t^*$,
 [+futuro] $t>t^*$

Butler (2005) também considera o tempo como predicativo, uma vez que descreve a relação temporal entre o tempo no qual uma situação descrita pelo verbo ocorre

(event time) e o tempo da fala (Speech time/ referencial time). (Reichenbach 1947, Hornstein 1999, Stowell 1996, Giorgi & Pianesi 1997).

Stowell (1996) também trata de complementos temporais enquanto predicados. O autor descreve flexão de tempo como um predicado diádico de ordenamento temporal. Ele toma dois sintagmas temporais como seus argumentos e essas são as categorias que as propriedades referenciais associadas com flexões residem. Na proposta de Stowell, essas categorias são os ZPs²⁹. Essa categoria intervindo entre *vP* e *TP* serve como um argumento interno de *T* denotador de tempo, denotando o tempo de um evento. O predicado flexionado localiza temporariamente a denotação de um evento (E) em relação à denotação do argumento externo. Assim, *PAS* significa que o tempo de fala é depois do tempo do evento, ‘*will*’ significa (pelo menos) tempo de fala antes do tempo de evento, e presente significa simultaneamente com ou sobreposições de tempos.

Ao que Stowell denomina “Tempo de Evento”, Butler (2005) chama “Tempo de Situação”. E o tempo de fala (S) é relacionado ao tempo referencial (R). Para Enç, no entanto, tempo de fala significa duas coisas, (1) tempo presente da fala, que vem da sentença matriz onde é ancorado contextualmente e (2) um tempo subordinado ao tempo de fala, onde C é ancorado via regência. Tempo de fala é determinado relativamente à informação temporal de *c*-comando mais alta; assim, a matriz com tempo passado pode deslocar o tempo da subordinada para algum tempo passado.

Já o Tempo Referencial de Stowell (ZP) corresponde ao argumento interno de [T]. Denota um tempo sem denotação indexal fixa: ele simplesmente se refere a um tempo relativo a um tempo situacional ordenado. Em uma oração principal, isso acontece a partir do tempo referencial que denota o tempo de fala S. Em uma oração subordinada, ele tipicamente denota o tempo da situação da oração imediatamente mais alta. Nesse sentido, ZP é análogo a PRO.

Na proposta de Stowell, PRO-ZPs são sujeitos a controle, o que significa que o antecedente de um PRO-ZP ocorrendo em uma oração subordinada deve ser o mais próximo *c*-comandando ZP (ou o argumento temporal) na sentença matriz.

²⁹ O autor usa o termo *Zeit* do alemão pelo seu caráter referencial.

Considerando o caráter anafórico da categoria temporal, entendemos que numa oração matriz, a flexão verbal é vinculada por advérbios ou via contexto, podendo gerar uma leitura narrativa. Já quando se trata de encaixadas, é importante entender a relação evento-temporal que se estabelece entre os eventos expressos nas orações. Nesse tipo de estrutura, o tempo do evento da encaixada é fixado em relação ao tempo do evento da matriz, assim, a relação não é da oração encaixada com o contexto:

- (45) a. O Pedro acordou. (Depois) olhou pela janela.
b. A Maria disse que se sentiu mal.

No exemplo acima, a encaixada *se sentiu mal* é fixada em um tempo anterior ao tempo da matriz *A Maria disse*. Embora o tempo de evento da encaixada seja fixado em relação ao tempo de evento da matriz, esse não é necessariamente o mesmo:

- (46) a. A Maria [disse_{+pas}] que o João não [foi_{+pas}] à festa.
b. A Maria [disse_{+pas}] que o João não [vai_{+fut}] à festa.

Considerando, no entanto, as sentenças adverbiais temporais. Observamos que essas apresentam uma característica importante com relação à fixação do tempo de evento.

- (47) a. O João [chegou_{+pas}] quando a polícia [estava_{+pas}] (*está_{+pre}) aqui.
b. O João [vai chegar_{+fut}] quando a polícia [estiver_{+fut}] (*estava_{+pas}) aqui.

Como os exemplos acima mostram, em adverbiais, o tempo de evento da matriz e da encaixada é necessariamente o mesmo. Como dissemos anteriormente, as estruturas negativas [Neg V Não] são possíveis em sentenças encaixadas, com exceção das encaixadas temporais. Uma vez que a particularidade das encaixadas temporais em relação aos outros tipos de encaixadas é a presença do conectivo, o qual estabelece tempo referencial. Podemos dizer que o *não*₂ não permite a introdução de um novo tempo referencial.

Como já indicamos, [Neg V Não] também não é compatível com contextos narrativos. Assim, se o tempo referencial está fixado seja pelo contexto, seja por uma

conjunção adverbial, a estrutura [Neg V Não] não ocorre. Com isso podemos dizer que o *não*₂ não permite a leitura anafórica do tempo.

Observe o seguinte contexto de coordenação:

(48) Fui almoçar ao meio dia e já *não* tinha arroz (**não*)

No exemplo acima, o *já* da sentença coordenada se refere a um tempo específico expresso na primeira sentença, “ao meio dia”. Também nesse caso não é possível a ocorrência de estruturas [Neg V Não]. Ao que parece, essa estrutura jamais pode se referir a um tempo específico. Uma vez que eventos são apontados como pontuais, um instante num intervalo de tempo, podemos entender, então, que essa estrutura tem escopo outro que não sobre eventos. Na seção seguinte, tentaremos relacionar essa estrutura ao conceito de proposição.

3.3.2 [Neg V Não] enquanto negação de proposição

Segundo Schwenter (2005), as estruturas [Neg V Não] funcionam exatamente como uma negação descritiva, ou seja, nessas estruturas o que é negado é a proposição. No entanto, como o próprio Schwenter afirma, o fato de esse tipo de negação ter escopo apenas sobre a proposição é surpreendente, uma vez que essa estrutura é, geralmente, associada à ênfase. Nesta seção, tentaremos mostrar que essa estrutura tem escopo sobre proposições em que seu valor de verdade que se estende a todos os intervalos de um tempo.

A proposição é geralmente discutida em relação ao conceito de evento nas teorias que fazem essa distinção. Um ponto importante no estabelecimento do conceito de evento e de proposição é a relação com tempo. Segundo as teorias semânticas, eventos falam sobre um estado de coisas e são delimitados a um instante num intervalo de tempo, já a proposição é sempre definida em relação a um tempo específico, que compreende todos os instantes de um tempo (Kamp & Reyle 1993, Kratzer 1995). Dessa forma, uma sentença

como o *Pedro trabalha no jardim* não faz referência clara a um intervalo de tempo e, por isso, a sua interpretação será a de um evento.

Para Kratzer (1989), uma proposição é um conjunto de situações possíveis, lembrando que essa autora prefere o termo “situação” a “evento”. Isso equivale a dizer que proposições classificam situações em *verdadeiras* ou *falsas*. Em sua proposta, uma proposição *p* é verdadeira em uma situação *s* se e somente se *s* é um membro de *p*. Se *p* não é verdadeiro em *s*, então, *p* não é necessariamente falso em *s*. A proposição *p* pode ser ainda não verdadeira em *s*, mas pode se tornar verdadeira em alguma situação da qual *s* é parte. Dessa forma, observamos que há sempre um evento associado a uma proposição, mas um evento só pode ser classificado como uma proposição se esse é valorado como verdadeiro ou falso em um intervalo de tempo *x*.

A autora argumenta que proposições em línguas naturais obedecem a certas restrições. Se uma proposição é verdadeira em uma situação *s*, então, ela é verdadeira em qualquer situação em que *s* é parte. O significado de uma sentença não é uma proposição, uma proposição é dependente de tempo. Assim, o significado de uma sentença (*timeless*) como “Sócrates está na prisão” é o conjunto de todas as possíveis situações nas quais algum estágio temporal de Sócrates é na prisão. O significado da sentença “Sócrates está na prisão agora” é o conjunto das possíveis situações nas quais o presente estágio temporal de Sócrates é na prisão.

Um modelo que determina se uma sentença *x* é verdadeira ou falsa deve conter informações sobre a extensão do predicado em mais que um tempo (*time*). Assim, em sentenças com tempos diferentes, como *Pedro tem um carro. Ele o comprou do Fred*, a segunda sentença não fixa o tempo passado no qual o carro foi comprado. Tem-se que prover informações sobre a extensão de *comprar* não apenas em um tempo, mas a tempos arbitrários precedendo o tempo do enunciado.

O tempo de um enunciado se apresenta como um intervalo e não um instante. Para se obter o valor de verdade de uma asserção é necessário que se assera que algo é verdadeiro em qualquer instante de um intervalo de tempo. Uma sentença é verdadeira no tempo do enunciado *t* somente se isso é verdadeiro em cada instante incluído em *t*.

Agora observe as sentenças abaixo:

- (49) a. Ontem meu carro *não* ligou.
b. Ontem meu carro *não* ligou *não*.

Como buscamos evidenciar, eventos ou situações são apresentados como um instante num intervalo de tempo. Já proposições são entidades entendidas como verdadeiras ou falsas em todos os intervalos de um tempo. Como tentamos argumentar nesta seção, [Neg V Não] está sempre relacionada a uma proposição. Já [Neg V] pode ser interpretada tanto como um evento quanto como uma proposição. Assim, considerando a distinção entre eventos e proposições com relação a tempo, buscamos verificar se haveria uma diferença de interpretação entre estruturas [Neg V Não] e [Neg V] no que diz respeito à especificação temporal. O advérbio *ontem* nos exemplos acima é ambíguo quanto à especificação de um instante (*ontem às 8 da manhã*) ou de um intervalo de tempo (*ontem o dia todo*). Dessa forma, pedimos que os informantes do Teste 3 indicassem qual a melhor sequência para as sentenças (49a-b). Como vimos, as possibilidades de respostas que usamos foram: (1) *mas aí o mecânico veio e consertou*; ou (2) *tive que ir para o trabalho de ônibus*. Com a primeira opção, os informantes distinguiriam a possibilidade de uso das estruturas como se referindo a um instante num intervalo de tempo; já na segunda, a interpretação seria de um intervalo completo de tempo.

As respostas ao teste apontaram uma interpretação ambígua para [Neg V] com relação à especificação temporal. Dentre os 32 informantes que responderam ao teste, 17 escolheram a sequência (1), enquanto 15 escolheram a sequência (2). Já em relação à [Neg V Não], a interpretação dos informantes é bem clara: 27 entre 32 informantes apontaram a sequência (2) como a mais natural para a sentença *Ontem meu carro não ligou não*.

Com esse resultado, podemos ainda dizer que apesar de [Neg V] e [Neg V Não] poderem ocorrer num mesmo contexto, a interpretação para essas estruturas não é a mesma. [Neg V] é ambígua entre a interpretação de negação de evento e negação de proposição, [Neg V Não] é essencialmente proposicional. Como a valoração de uma proposição como verdadeira ou falsa demonstra a posição do falante (*commitment*) frente a um estado de coisas, então, a interpretação enfática atribuída a essa estrutura pode ser derivada do comprometimento do falante com a asserção.

Outro ponto é a relação entre proposição e crença³⁰. Proposições são objetos de crença, ou seja, o entendimento de um evento como verdadeiro ou falso parte da crença do falante na verdade ou falsidade de uma sentença. Com isso, podemos dizer que proposições estão relacionadas com o sistema de crenças do falante. E considerando o uso de [Neg V Não] como tendo escopo sobre proposições, então é mesmo esperado a incompatibilidade dessa estrutura com construções factivas, uma vez que construções factivas são interpretadas como objetos reais no mundo.

No decorrer desta seção, vimos que [Neg V Não] se diferencia de [Neg V] em dois ambientes fundamentais: contextos de narrativa e em subordinadas temporais. A nossa proposta para explicar essa distinção é considerar que [Neg V] tem escopo sobre eventos enquanto [Neg V Não] tem escopo sobre proposições. Se a incompatibilidade de [Neg V Não] tanto em narrativas quanto em sentenças que contenham conjunções adverbiais já aponta para a distinção evento/proposição, a interpretação de [Neg V Não] como se referindo a um intervalo completo de tempo parece confirmar nossa hipótese.

Observe que a ambiguidade apresentada por (49a) não é um problema para a análise da estrutura como negação de evento, sendo até mesmo um efeito esperado, já que uma proposição precisa estar associada a um evento. Assim, a interpretação de [Neg V] como uma proposição é possível se há algum elemento que não permita a associação dessa estrutura a um tempo referencial.

A ideia de que há duas negações semânticas não é uma inovação apresentada na presente tese. Ramchand (2001) é quem primeiro reconhece a possibilidade de diferentes marcações morfossintáticas para uma negação com escopo sobre eventos e sobre proposições. De acordo com essa autora, o Bengali exibe dois itens negativos (*na*, *ni*), ocorrendo em diferentes contextos morfossintáticos e com implicações aspectuais. Baseando-se na interpretação e distribuição desses itens em certos contextos temporais, a autora argumenta que esses dois elementos não correspondem a diferentes formas de um mesmo núcleo funcional, mas a duas estratégias distintas de negação na semântica.

³⁰ De acordo com Gustavo Freire em comunicação pessoal.

O principal argumento da autora está na distribuição complementar dependendo da natureza da forma verbal negada: *Na* é gramatical em verbos no presente simples, progressivo, passado simples e futuro, mas agramatical no tempo perfeito:

(50) a. ami am-Ta kha-cch-i na
eu-NOM manga-CLASS comer-PROG/PRES-1 NEG
'Eu não estou comendo a manga'
(Ex. 4 de Ramchand 2001)

b. ami am-Ta khel-am na
eu-NOM manga-CLASS comer-PAS-1 NEG
'Eu não comi a manga'
(Ex. 5 de Ramchand 2001)

c. ami am-Ta kheyech-i
eu manga-CLASS comer-PERF-PRES-1
'Eu tenho comido a manga'
(Ex. 6 de Ramchand 2001)

d.*ami am-Ta kheyech-i na
eu manga-CLASS comer-PERF-PRES-1 NEG
'Eu não tenho comido a manga'
(Ex. 7 de Ramchand 2001)

e. ami am-Ta kha-i ni
eu manga-CLASS comer-1 NEG
'Eu não comi a manga'
(Ex. 8 de Ramchand 2001)

O *ni*, ao contrário, é gramatical no tempo passado e aspecto perfectivo. Os dois marcadores negativos estariam, dessa forma, em distribuição complementar. A partir da análise da interação entre o perfeito e a negação em bengali, Ramchand argumenta que a negação pode ser entendida como um conector da variável tempo ou da variável evento e que o Bengali apresentaria os dois tipos de negação com diferenças discursivas e implicações morfológicas.

Segundo a autora, os efeitos dos dois tipos de negação em bengali seriam frequentemente os mesmos e a diferença seria de natureza discursiva. Enquanto *na* é uma simples negação de evento, sendo a variável tempo vinculada regularmente via contexto a

um tempo específico no passado³¹, *ni*, que é um quantificador que vincula diretamente a variável tempo, nega que em algum tempo (do contexto discurso) um evento específico aconteceu.

Conforme a autora aponta, quando há equivalência no uso dos dois marcadores, os falantes nativos tendem a apontar a estrutura com *ni* como mais enfática. Há, ainda, contextos em que uma forma é claramente preferida à outra. Segundo a autora, em discursos narrativos, onde um evento no passado é relacionado a outro numa sequência cronológica, a forma *ni* é considerada ruim. Também se o tempo de uma sentença está obrigatoriamente relacionado ao tempo de uma coordenada vinculada, *ni* é excluído por condições de felicidade. Com isso, a autora defende que o marcador negativo *ni* vincula uma variável tempo, enquanto *na* vincula uma variável evento. O argumento é que, no caso de uma narrativa, a variável tempo é salientemente vinculada ao contexto no qual cada sentença avança no tempo discursivo; assim, a forma *na* é mais feliz por permitir que a variável tempo esteja livre para ser manipulada durante o curso do discurso. Já o *ni* é infeliz por vincular a variável tempo diretamente, tornando-a indisponível para a anáfora discursiva.

Como podemos observar, o *não*₂ do PB apresenta as mesmas restrições que o *ni* do bengali. Dessa forma, podemos dizer que o *não*₂, assim como o *ni*, possui a propriedade de vincular a variável tempo, enquanto o *não*₁, como o *na*, vincula a variável evento.

As duas línguas, no entanto, apresentam uma diferença importante no que diz respeito aos traços dos marcadores negativos. No bengali, o item *ni* apresenta traços de tempo passado e aspecto télico, sendo, por esse motivo, agramatical em sentenças não marcadas para tempo passado e aspecto télico. Já no PB, os marcadores negativos não apresentam traços temporais ou aspectuais, podendo ambos ocorrer em qualquer tipo de sentença temporalmente marcada.

Outra diferença importante entre o PB e o bengali diz respeito à coocorrência dos marcadores negativos. No PB *não*₁ e *não*₂ coocorrem numa mesma sentença; já no bengali *na* e *ni* nunca ocorrem na mesma sentença. Considerando que o PB é uma língua de

³¹ Aqui é importante considerar que o *ni* ocorre apenas no tempo passado, sendo definido pela autora como [+passado], [+télico] e [+negativo].

concordância negativa, uma explicação pela coocorrência dos marcadores é entender que esses estão em concordância. No caso do bengali, a distribuição complementar entre dois marcadores pode ser explicada se a língua não permite concordância negativa³².

Voltaremos novamente à distinção entre [Neg V Não] e [V Não]. Por ora passemos à análise das estruturas [V Não] no PB.

3.4 Sobre [V Não]

A observação dos contextos em que estruturas [Neg V Não] e [V Não] ocorrem, nos fez perceber que, embora esses contextos sejam em alguns casos os mesmos, a interpretação dessas estruturas é diferente. Se como mostramos na seção anterior o *não*₂ da estrutura [Neg V Não] tem escopo sobre a proposição, o *não*₃ da estrutura [V Não] contesta ou corrige algum conteúdo apresentado como possivelmente verdadeiro. Assim, nesta seção, tentaremos mostrar que o *não*₃ da estrutura [V Não], diferentemente do *não*₂, não é uma negação proposicional. Num primeiro momento, apresentaremos dados de um *corpus* do português falado, com o objetivo de descrever os usos mais frequentes de [V Não]. Em seguida, mostraremos dados que evidenciam que o *não*₃ está associado à negação externa ou partícula de resposta (Farkas 2009).

Em trabalho anterior (Teixeira de Sousa, 2011), propomos que a estrutura [V Não] funciona como negação metalinguística conforme Horn (2001) e Martins (2010). Os testes utilizados para identificar essa estrutura enquanto negação metalinguística, como mostraremos mais a frente, acomodam bem os usos de [V Não]. Tal resultado é esperado já que, como afirma Ducrot (1974), a denegação é um ato de fala com significado metalinguístico.

Outra questão interessante no que diz respeito à interpretação metalinguística da negação é que o Português Europeu (PE) apresenta uma estrutura que é superficialmente

³² Não encontramos trabalhos científicos que tratassem da distinção língua de concordância negativa - língua *double negation* no bengali. No entanto, encontramos um fórum na internet sob a página <http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=84913>, em que um falante nativo do bengali afirma que essa língua funciona como o inglês, ou seja, dois itens negativos em uma mesma sentença gera uma afirmação.

parecida com as estruturas [Neg V Não] do PB. Porém, essas estruturas são usadas para expressar negação metalinguística (Cf. Martins 2010), o que é um uso bem diferente da estrutura do PB, já que, como vimos anteriormente, [Neg V Não] do PB não apresenta interpretação metalinguística. Ao que parece, as estruturas com dois *nãos* no PE funcionam como a negação [V Não] no PB.

Outro dado interessante com relação ao PE está na existência, embora restrita, de estruturas [V Não], conforme apontado por Pinto (2010). Também nesse caso, a interpretação é de negação metalinguística, sendo a estrutura sempre acompanhada de uma retificação explícita:

- (51) a. A: Eu telefono-lhe amanhã.
B: Telefonas-lhes amanhã, *não!* Vais telefonar imediatamente.
- b. A: Eu sei que tu gostas de cerejas.
B: Gosto de cerejas, *não!* Adoro cerejas!

Levantando as ocorrências de [V Não] no PB, optamos por recorrer a um *corpus* de língua falada. Esse levantamento de dados nos levou a um conjunto de contextos nos quais a estrutura ocorre. Observe os dados abaixo retirados do corpus da pesquisa “Dialeto social Cearenses”, publicado sob o título A Linguagem Falada em Fortaleza – Diálogos entre Informantes e Documentadores (Aragão & Soares, 1996):

- (52) [conversa sobre um cachorro] (p. 55)
A: Morreu de quê?
B: *num* sei *não*, ah’ morreu *não*, ele’ quando minha mãe foi pra Maracanaú’ sabe” pra deixar uma colega dela que veio passar o dia lá’ sabe” na estação, aí ele foi atrás né” (...) aí ele deve ter ficado por aí’ pelo meio da rua’
- (53) Quando ele morreu, você já era adulta. Talvez já fosse até casada.
Não, era *não*. (p.79)
- (54) (...) aí ele casou. Não, casou *não*. Ficou de maior (p. 91)
- (55) [discussão sobre quem teria colocado um relógio] (p. 102)
B: Foi ele *não*, foi o velho.

- (56) A: Mas ele sabe que toma remédio? (p.138)
B: sabe não
- (57) A senhora tá sem remédio” tá sem comida”
tô não senhor, Padre Batista, tenho remédio’ tenho comida que minha comadre me deu (p.152)
- (58) A: E sua esposa não trabalha?³³
B: trabalha não.

Como os dados acima mostram, há dois tipos básicos de contexto de ocorrência de [V Não]: como correção ou como resposta a perguntas polares. Com relação aos contextos de perguntas polares em que [V Não] ocorre, como mostramos anteriormente, o interlocutor apresenta algum grau de certeza sobre a verdade da proposição em questão, o que é claramente observado em perguntas adversativas e em *tags*.

Aqui é interessante observar que um contexto comum para a ocorrência da estrutura [Neg V Não] no PE, assim como para [V Não] no PB, é como resposta a perguntas polares com *tag*:

- (59) A: O João vai sair hoje, não vai?
B: *Não* vai *não*

(Exemplo (78) de Martins 2012)

A maioria dos trabalhos que tratam de estruturas [V Não] faz referência principalmente ao uso dessa estrutura como resposta a perguntas polares. Cavalcante (2007, 2012), por exemplo, relaciona-a a profrases negativas utilizadas em contexto de respostas diretas. Já Biberauer & Cyrino 2009 atribuem a origem dessa estrutura ao não anafórico de resposta curtas. Como os dados em (52-58) ilustram, o principal uso de [V Não] é como resposta, ou melhor, como uma correção a algo que está na proposição imediatamente mencionada, o que nos leva a concordar com Cavalcante (2007, 2012) e com Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) sobre o estatuto responsivo dessa partícula. No entanto, como já

³³ O contexto desse exemplo era bastante longo, mas pode ser resumido assim. A diz que tem muita dificuldade para manter a casa, porque só ele cuida das despesas, aí B diz “E sua esposa não trabalha?”, o que carrega a implicatura de que se a esposa de A trabalha, ele não arca sozinho com as despesas da casa.

apontamos, a estrutura não é usada como resposta em todos os contextos de pergunta polar, mas preferencialmente em contextos de *tag* ou com algum outro elemento que indique grau de certeza, ou seja, o *não* dessa estrutura funciona como uma partícula de discordância negativa (Martins 2012).

A distribuição de [V Não], como vimos apontando no decorrer do capítulo, nos leva a interpretação de que se trata de um ato de fala diferente de uma asserção, sendo, na verdade, o de uma denegação.

Kamp & Reyle tratam a denegação em termos de correção. O critério de correção que eles propõem estabelece DRSs nas quais as sentenças ou discursos produzidos são inspirados na intuição de que as DRSs derivadas de uma sentença ou discurso dão algum tipo de “imagem” esquemática do mundo. A imagem está correta se seus referentes discursivos puderem ser tomados como representações de objetos reais. Isso é parte da ideia de que para assertar uma ou mais sentenças há o requerimento de que o mundo esteja de acordo com a ‘imagem’ que a sentença induz. Denegar é, então, um ato de fala associado a asserção, que ocorre quando algo é rejeitado pelo falante.

Denegação, ainda segundo Kamp & Reyle (1993), é uma reação comum no caso de perguntas hesitantes (*tags*) ou em resposta a questões colocadas no contexto do discurso (e.g. perguntas negativas). Em todos esses casos, o efeito de denegação é refutar algo que é posto em consideração hesitantemente ou com certo grau de certeza por alguém, é rejeitar a teoria presente sugerida. A descrição de um ato de denegação, conforme apontado pelos autores, cobre exatamente os contextos em que [V Não] ocorre.

Segundo Rajagopalan (1982), um requerimento importante para que haja denegação é a presença de uma asserção prévia. Isso tem a ver com a interpretação de denegação como uma contradição, a recusa em aceitar asserções como verdadeiras. Tal fato leva à definição de denegação como um enunciado responsivo. Ainda segundo Rajagopalan, é importante ter em mente que a proposição a ser negada precisa ser pré-posta, ou seja, precisa ser assertada no contexto imediato.

Segundo Kamp & Reyle, a denegação pode ser expressa de diversas formas. Frequentemente, quando é claro no contexto, pode ser um simples *não* ou um movimento de cabeça, mas em outras ocasiões um simples *não* pode deixar dúvidas ao endereçado da

resposta. Nesses casos, o ato de denegar precisa identificar o conteúdo refutado e também tornar claro que o conteúdo está sendo refutado. Em inglês e outras línguas, a negação é a construção mais frequentemente usada para realizar denegação, já que essa é uma construção na qual o conteúdo rejeitado é facilmente recuperado e, ao mesmo tempo, torna explícito que o conteúdo está sendo rejeitado. Em inglês, o *not* é adicionado ao VP, frequentemente acompanhado do *do* marcado com tempo. Ao que parece, o PB tem uma construção específica para a realização de denegação – [V Não]. A ideia é que o *não*₃ é inserido inicialmente na periferia à esquerda da sentença e o verbo, carregando a informação refutada, é alçado.

Outro dado que corrobora essa interpretação diz respeito à ocorrência de *nada* não argumental em sentenças negativas.

Outro dado importante na distinção entre os itens negativos do PB diz respeito à ocorrência do *nada* não argumental em sentenças negativas. Como vimos através dos resultados da avaliação da sentença *Eu não vi lá nada* (Teste 1), o *nada* não argumental coocorrendo com o marcador negativo *não*₁ é agramatical para 15 dentre os 16 informantes que responderam ao nosso teste. Isso traz importantes evidências para a caracterização do *não*₂ e do *não*₃ como itens diferentes. A análise da distinção entre *não*₂ e *não*₃ é muitas vezes complicada porque os dois elementos são iguais morfofonologicamente. Se, por outro lado, há um paralelo entre o *não*₃ e o *nada* não argumental (Cf. Cavalcante 2012), temos uma distinção morfo-fonológica entre as partículas negativas que são geradas em C (*não*₃, *nada*) e aquelas que são geradas numa posição interna à oração (*não*₁, *não*₂). Como a agramaticalidade da sentença *Eu não vi lá nada* mostra, o *nada* não argumental não coocorre com o *não*₁. Isso nos mostra que esse *nada* é gerado em C e provoca o movimento de uma sentença positiva (e não negativa) para a região de C. Se o mesmo é verdadeiro para o *não*₃, então, vemos uma clara distinção entre esse item e o *não*₂. Ou seja, o *não*₂ é um elemento interno à oração e ocorre em concordância negativa com o marcador *não*₁; já o *não*₃ é um elemento externo à oração e deriva de uma sentença positiva.

Ao que parece, o *não*₃ e o *nada* também podem ser associados a o que Farkas (2009) denomina partícula de resposta. Segundo a autora, partículas de polaridade (*yes*, *no*, *sure*) ocorrem em asserções que reagem a asserções e questões polares, não são produzidas

em contextos *out-of-the-blue* ou como respostas a questões sobre constituintes. Uma partícula polar negativa, conforme aponta a autora, aparece na posição mais à esquerda da sentença e pode ser seguida por uma sentença negativa. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

Em Teixeira de Sousa (2011) propomos que as estruturas [V Não] correspondem à realização de negação metalinguística. Naquele estudo, consideramos a abordagem de negação metalinguística conforme proposta por Horn (2001). Segundo esse autor, a negação metalinguística tem a função de negar a assertabilidade de uma proposição transmitida no contexto de um enunciado e aponta três testes que permitem distingui-la da negação descritiva, a saber: (i) a negação metalinguística é legitimada pelo contexto discursivo contradizendo uma asserção precedente; (ii) a negação metalinguística não legitima itens de polaridade negativa e (iii) a negação metalinguística é compatível com itens de polaridade positiva (IPPs). A partir desses testes, tentaremos, nas próximas linhas, mostrar que o *não* presente em estruturas [V Não] apresenta todas as características de uma negação metalinguística.

Com relação ao primeiro teste em Teixeira de Sousa (2011), os exemplos (60) e (61) abaixo mostram claramente a contradição de um discurso precedente, uma vez que expressa a recusa do falante em considerar como válida a informação expressa pelo interlocutor.

- (60) A: Hoje não para de chover!
B: Tá chovendo *não*₃

- (61) A: Você cortou o cabelo, não cortou?
B: Cortei *não*₃.

Também a impossibilidade de *não*₃ em sentenças com foco largo, ou seja, quando toda a sentença é informação nova, evidencia a restrição discursiva desse item a um contexto precedente:

- (62) A: O que aconteceu?
B: *tô achando minha carteira *não*₃.

Quanto ao segundo teste, Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) já apontaram a incompatibilidade do *não*₃ com IPNs, como evidenciam os exemplos abaixo:

- (63) a. A: Você vai comigo na festa hoje, né?
B: *vou na festa nem morta *não*₃.
- b. A: O João é rico!
B: *O que?! Ele tem um tostão furado *não*₃
(Exemplo (16) de Biberauer & Cyrino 2009)

Os exemplos acima demonstraram, adicionalmente, que, como ocorre numa negação metalinguística, o *não*₃ é um item externo à oração, uma vez que, tendo valor negativo, deveria ser capaz de licenciar itens de polaridade negativa. Tal fato nos sugere duas alternativas, ou o *não*₃ não tem escopo sobre o item de polaridade negativa, ou esse elemento não é um marcador negativo, não podendo, dessa forma, licenciar um item de polaridade.

O padrão se ratifica também em relação à compatibilidade do *não*₃ com IPPs fortes:

- (64) A: Você fala pra burro!
B: *Eu *não* falo pra burro.
B': Falo pra burro *não*.

Ao que parece, o *não*₃, por ser uma negação externa, não tem escopo sobre a proposição. Observe no exemplo abaixo que o elemento que o *não*₃ nega não é o conteúdo proposicional, mas uma expressão de valor escalar:

- (65) A: Isso vale a pena.
B: Vale a pena *não*₃. Vale a galinha inteira!

Um teste adicional para a identificação de negação metalinguística, apontado por Martins (2010), é que, diferentemente da negação descritiva, a negação metalinguística não ocorre em orações subordinadas. Também o *não*₃ não ocorre em orações subordinadas:

- (66) A: O Pedro disse que vendeu o carro.
B: O Pedro disse que não vendeu o carro.
B': *O Pedro disse que vendeu o carro *não*₃.

Como vimos até aqui, o *não*₃ pode funcionar como uma negação metalinguística (externa) e não uma negação de proposição, como ocorre com o *não*₂ e o *não*₁. Já o PE, como apontamos, apresenta uma estrutura com dois *nãos* ([Neg V Não]) com a mesma função do [V Não] do PB:

- (67) Você vai pra Minas?
A: Não, *não* vou. PE/PB
B: *Não* vou, *não*. PE
C: Vou *não*. PB

A estrutura com dois *nãos* do PE, assim como a [V Não] do PB, é sempre responsiva e nunca ocorre em contextos de encaixada. Tal distribuição nos indica que a estrutura [V Não] do PB e [Não V Não] do PE correspondem ao mesmo fenômeno, o que nos leva a considerar que talvez a origem da estrutura [V Não] do PB esteja relacionada à construção com dois *nãos* do PE.

Uma forma de interpretar a diferença entre uma negação semântica e uma denegação ou negação metalinguística é entender que, no segundo caso, não há a inversão no valor de verdade de uma proposição. Essa interpretação é clara quando analisamos expressões escalares. Em (65), por exemplo, o falante diz *vale a pena não* e o significado dado na sequência é de que vale a pena. Ou seja, a sentença não é contraditória porque o *não* no final da sentença não nega o valor de verdade da proposição. Em outro tipo de dado, no entanto, essa relação não é tão óbvia – referimo-nos ao contexto de resposta a pergunta polar. Observe o dado abaixo:

- (68) A: Você comprou arroz?
B: Comprei *não*.

Nesse caso, a interpretação de [V Não] como interferindo ou não no valor de verdade da proposição não é tão clara. A dificuldade de interpretação desde contexto é justamente

devido ao fato de termos uma pergunta polar, que pode conter ou não uma implicatura. Pensando num possível contexto para o dado, no entanto, é perfeitamente possível recuperar uma implicatura, já que perguntas como essa indicam conhecimento partilhado entre falante e interlocutor, uma vez que não são pronunciadas sem um contexto que as legitime. Em uma pergunta como *Você comprou arroz?* é esperado que o interlocutor saiba que deveria ou poderia ter comprado arroz. Assim, podemos entender que o que está sendo negado na sentença não é o valor de verdade, mas a implicatura contida na pergunta. Outro exemplo de mesma natureza é apresentado abaixo. Também nesse caso uma pergunta como *A Maria quebrou o pé?* só pode ocorrer num contexto em que exista uma Maria que tenha ou não ferido o pé. Mais uma vez, podemos dizer que o que é negado não é o valor de verdade, mas a assertabilidade.

- (69) A: Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?
B: Quebrou *não*.

Uma vez demonstrada a interpretação de [V Não] no PB como denegação ou negação metalinguística, falta identificar dentro de uma teoria sintática a que categoria linguística a denegação pertence. Uma vez que é atribuída à denegação a interpretação de correção, sendo associada a esse tipo de estrutura a ocorrência de acento contrastivo³⁴, nos parece coerente considerar que a denegação envolve a projeção de foco contrastivo ou exaustivo. Tratemos, então, do conceito e interpretação de foco linguístico.

Foco é tradicionalmente tido como a informação nova em uma relação tema-remática ou, ainda, como o elemento que valoriza uma variável (Chomsky 1971, Kiss 1998, Zubizarreta 1998). Nas palavras de Krifka (2006), “Focus indicates the presence of alternatives that are relevant for the interpretation of linguistic expressions”.

Sendo foco definido pela presença de alternativas que são relevantes para a interpretação, a forma como essas alternativas são saturadas desempenha também um papel na interpretação. O foco realizado a partir de uma sentença clivada, por exemplo, apresenta

³⁴ Segundo Horn (2001), acento contrastivo é mais ou menos obrigatório por causa da flutuação da sensibilidade polar de alguns dos itens envolvidos.

interpretação exaustiva, o que não ocorre em outros casos de foco. Considerando esses fatos, Krifka define a natureza dessas alternativas da seguinte forma:

- (70) A property F of an expression α is a Focus property iff F signals
(a) That alternatives of (part of) the expression α or
(b) Alternatives of the denotation of (part of) α are relevant for the interpretation of α .

Krifka, que denomina o primeiro caso (a) como foco de expressão, argumenta que alternativas de expressão podem afetar uma variedade de aspectos, dentre os quais a escolha de palavras e pronúncia, não envolvendo, necessariamente, constituintes ou unidades de significado. Segundo o autor, o foco sobre expressões é geralmente usado para correções e, considerando o trabalho de Horn (1985) sobre negação metalinguística, diz que esse tipo de foco é frequentemente acompanhado por uma negação aberta:

- (71) Grandpa didn't [kick the BUCKet]F, he [passed aWAY]F

Nesse exemplo, segundo Krifka, a alternativa relevante de ambos os focos são as expressões {kick the bucket, pass away}. Essas expressões diferem em sua conotação, que vem de um traço no qual elas são contrastadas aqui, que não pode ser apenas seu significado. Esse dado se assemelha muito a um tipo de ocorrência de *não*₃:

- (72) A: O João bateu as botas.
B: Bateu as botas *não*, faleceu.

No exemplo acima, entendemos que *não* é uma proposição o que está sendo contrastado, mas a expressão *bater as botas*. Assim, o contraste não se dá no nível da proposição, mas no nível linguístico da pragmática.

O segundo tipo de foco, (b) é denominado foco denotativo, em que as alternativas são construídas no nível denotativo, levando a denotações alternativas de expressões complexas. Nesse tipo de foco, uma expressão α com significado $\|\alpha\|$ leva à assunção de um conjunto de significados alternativos que desempenham um papel na

interpretação do constituinte que contém α . Esse segundo tipo de foco poderia ser subdividido em duas classes, considerando a sua função: os que expressam informação nova (foco informacional) e os que corrigem ou confirmam uma informação (foco identificacional ou contrastivo). No caso de um foco contrastivo, a alternativa do foco precisa incluir uma proposição que esteja no contexto imediatamente precedente. Como já vimos anteriormente, essa presença da proposição no contexto imediato é uma condição necessária à ocorrência de $n\tilde{a}o_3$.

O foco de expressão, a nosso ver, embora se aplique à conotação de uma expressão também tem certa função contrastiva. Assim, nos dois casos, consideramos que o $n\tilde{a}o_3$ funciona como um indicador do foco contrastivo, já que no caso de um foco contrastivo, a informação nova corresponde a uma correção ou atualização do valor atribuído à variável.

Para Repp (2010), o foco contrastivo requer a existência de alternativas excludentes. Essa exclusão de alternativas é, segundo a autora, bastante discutida a partir da noção de exaustividade. Além do significado de contraste, a autora atenta para os contextos de contraste, que são tratados geralmente como correções, mas que também compreendem certos tipos de elipse sentencial (*gapping*, *right node raising* etc.).

Hyman & Waters (1984) propõem uma análise sobre foco em verbos, considerando outra distinção de tipos de foco: foco assertivo e foco contrastivo. Os autores definem foco assertivo como uma informação assertada contra um contexto neutro, enquanto foco contrastivo aparece em contextos não neutros, em que o S(ujeito)₂ julga que S₁ preencheu o lugar do foco com um valor conflitante.

Lembrando que o contexto mais frequente de ocorrência de estruturas com o $n\tilde{a}o_3$ é como resposta a perguntas sim-não, vale analisar algumas das características dessas estruturas. A característica de perguntas polares (perguntas sim-não) mais recorrente na literatura é o fato de que esse tipo de pergunta denota um conjunto de possíveis respostas $\{p, \neg p\}$.

Também com relação ao contexto de pergunta polar, é importante mencionar que a maioria das perguntas polares carregam *common ground*, não sendo, portanto, pronunciadas *out-of-the-blue*. Acreditamos que essa é a principal razão para a grande

ocorrência de [V Não] como resposta a esse tipo de pergunta, já que esta parece ter a função pragmática de corrigir uma informação. Observe que, apesar de ser apontada como resposta típica a perguntas polares, a estrutura [V Não] não é feliz quando a pergunta polar é considerada neutra.

Schwarzschild (1999) compara as características de declarativas e perguntas polares e argumenta que interrogativas do tipo sim-não se comportam da mesma forma que sua correspondente declarativa, diferenciando-se apenas pela existência de um conjunto de proposições. Também em perguntas sim-não, assim como em declarativas, há a possibilidade de se focalizar diferentes elementos da sentença através de contorno entoacional específico, o que provoca diferentes interpretações. Esse efeito é observado nas relações entre foco e negação apresentadas por Jackendoff (1972). Segundo o autor, muitas vezes, numa sentença negativa, somente parte desta é realmente afetada pela negação, e essa parte é denominada por ele “foco”.

Observe que no exemplo (55) repetido abaixo, a estrutura [V Não] tem a mesma interpretação de uma estrutura clivada, sendo a posição do *não* a principal diferença entre essa estrutura e uma clivada. No caso de uma clivada, a estrutura contendo a negação seria a seguinte “Não foi ele (que colocou o relógio), foi o velho (que colocou o relógio)”. Nesse tipo de estrutura, o marcador *não* jamais aparece na posição final de sentença sem gerar agramaticalidade **foi ele não que colocou o relógio*. Esse dado também apresenta evidências de que o *não* final é externo à proposição e não tem a mesma função de um marcador negativo.

- (73) [mesmo contexto de (55)]
Foi ele *não*₃, foi o velho.

Embora o *não*₃ ocorra preferencialmente como resposta a perguntas sim-não, este não se restringe a esse contexto, como mostra o exemplo abaixo:

- (74) A: Estou tentando descobrir o sentido oculto dessa frase.
B: Tem sentido oculto aí *não*₃.

Os dados apresentados até aqui mostram que o *não*₃ parece ter a função de contrastar ou corrigir uma asserção, o que nos permitiu classificá-lo como um operador de negação metalinguística. Já que, segundo Horn (2001), a negação metalinguística foca não na veracidade ou falsidade de uma proposição, mas na assertabilidade (felicidade) de um enunciado, podemos dizer que a função do *não*₃ não é a de um marcador negativo. Tal constatação pode ser observada no dado acima, em que a interpretação está mais próxima de uma correção do que a de negação de um estado de coisas.

A relação entre denegação (negação metalinguística) e foco contrastivo pode também observada a partir da análise da estrutura assertiva proposta por Zubizarreta (1998). Zubizarreta não menciona o termo denegação ou negação metalinguística, mas se refere ao efeito “correção” do foco contrastivo.

Segundo Zubizarreta (1998), o contexto para foco contrastivo é dado pelo contexto precedente no discurso (*context statement*). O foco contrastivo teria dois efeitos, um é negar o valor atribuído à variável na asserção do contexto precedente, indicado por uma *tag* explícita ou implícita, outro é introduzir um valor alternativo para a variável. Para exemplificar esses efeitos a autora usa o seguinte exemplo:

- (75) John is wearing a RED shirt today (not a blue shirt).
(ex, (14) Zubizarreta 1998)

Para a autora a sentença acima é composta de duas proposições, *John is not wearing a blue shirt today* e *John is wearing a red shirt today*, o que leva a conjunção de duas asserções principais.

- (76) A₁: Há um x, tal que John está usando x
A₂: Não é o caso que x (tal que John está usando x) = uma blusa azul & o x (tal que John está usando x) = a blusa vermelha

Com isso, a autora afirma que o foco contrastivo contém um julgamento sobre a verdade ou a correção da asserção introduzida pelo contexto. Assim, o foco contrastivo nega certos aspectos da asserção introduzida pelo contexto.

A sentença-exemplo usada por Zubizarreta corresponde aos dados apresentados por Rajagopalan (1982) como efeito de denegação sobre proposições (ver ex. (45)) e também apresenta a mesma ausência de exaustividade que, segundo Horn (2001), caracteriza a negação metalinguística.

Seja pela necessidade de uma asserção precedente, seja pela expressão de correção ou pela cópula de duas asserções, nos parece claro que o foco contrastivo é um efeito do ato ilocucionário de denegação, sendo, portanto, correto tratar a ocorrência de [V Não] a partir do conceito de foco contrastivo.

Aqui, chegamos a um ponto importante para a análise desenvolvida. Apresentamos dados nesta seção e nas seções anteriores que evidenciam a relação entre a estrutura [Neg V Não] e asserção negativa, por um lado, e [V Não] e denegação, por outro. Vimos que [Neg V Não] é uma negação semântica e está relacionada ao valor de verdade de uma proposição. Já [V Não] é uma negação pragmática relacionada a assertabilidade. Como apresentamos, no primeiro capítulo desta tese, alguns autores reconhecem dois tipos de negação externa (Dahl 1979, Rajagopalan 1982) que podem ser traduzidas a partir do encaixamento de uma proposição às asserções *Não é o caso que...* ou *É falso que...* No primeiro caso, percebemos o julgamento quanto à assertabilidade de uma proposição. No segundo caso, o que nos parece estar em jogo é o valor de verdade da proposição. Assim, podemos associar [V Neg] a *não é o caso que...* e [Neg V Não] a *é falso que...* No entanto, os dois tipos de negação são tratados como negação externa e, como nos referimos a [V Neg] como negação externa em oposição a [Neg V Não] no decorrer do capítulo, cabe aqui distinguir o que é comumente tratado por negação externa e o que consideramos negação externa.

Os trabalhos que fazem referência a negação externa versus negação interna partem muitas vezes dos estudos filosóficos que distinguem entre negação de predicado e negação de proposição. Embora haja alguma dissidência na área, nesses estudos, a caracterização da negação interna se dá a partir da aplicação de um predicado a alguma coisa: ‘A não é B’. Assim, podemos dizer que a negação interna, nessa perspectiva, se refere à negação de um acontecimento ou estado de coisas. Já a negação externa seria a negação proposicional, aquela que é avaliada como verdadeira ou falsa e que é essencial

para a construção de argumentos, que realmente interessa aos filósofos. Se traduzirmos a negação interna e externa nesses termos, [Neg V] corresponderia à negação interna, enquanto [Neg V Não] corresponderia à negação externa. Em nosso estudo, no entanto, distinguimos entre negação semântica enquanto negação interna, e negação pragmática enquanto negação externa. Assim, teríamos, na verdade, duas negações internas e uma externa. É possível, porém, fazer uma relação entre os tipos de negação referidos acima e os tipos de negação encontrados no PB.

Uma vez que defendemos que [Neg V] está relacionada à negação de eventualidades ou situações, então, podemos relacioná-la à negação predicativa, aquela que nega uma situação ou estado de coisas. Essa negação teria, dessa forma, escopo sobre o que Diesing (1992) denomina escopo nuclear da sentença (vP). Já [Neg V Não], como argumentamos, é uma negação de proposição, ligada ao valor de verdade da sentença e, portanto, a um tempo referencial. Ou seja, estaria relacionada à parte flexional da sentença (IP), mas ainda interna. A [V Não], diferentemente das outras duas, estaria relacionada à parte discursiva da sentença (CP), sendo, por esse motivo, definida como negação externa.

Trataremos da derivação sintática das estruturas no capítulo 5 desta tese. Por ora, trataremos de alguns aspectos dessas negações ainda não tratados, como a noção de foco de polaridade e algumas diferenças dialetais.

3.5 Distinguindo denegação e foco de verdade em [Neg V Não]

Como afirmamos na seção Sobre [Neg V Não], essa estrutura corresponde a uma negação semântica com escopo sobre uma proposição negativa, o que a define como um ato assertivo, distinguindo-a de uma denegação, que, como vimos, é um ato puramente responsivo. No entanto, como mostraremos nesta seção, a estrutura [Neg V Não] também pode ser usada como resposta e, ainda, apresentando certas características de uma denegação, referimo-nos à presença de asserção prévia, identificação formal de referentes e apagamento.

- (77) A: Você comeu o bolo todo.
B: Não. Eu *não* comi *não*.

Considerando dados como o exposto acima, passamos a verificar se [Neg V Não] poderia também ter um uso como denegação. Para tanto, questionamos alguns falantes (8 no total) sobre como eles responderiam negativamente a uma asserção como a apresentada no exemplo, sem, no entanto, apresentar opções de respostas. Os resultados encontrados foram³⁵:

- (78) A: Você comeu o bolo todo.
B1: Comi *não*.
B2: Não. *Não* comi.
B3: Não. *Não* comi *não*.

Embora o número de informantes questionados seja baixo e o número de respostas pequeno, a homogeneidade das respostas chamou nossa atenção. Nos resultados houve a presença do *não* pré-sentencial em B2 e B3, mas não em B1. A “dupla” marcação de polaridade em contextos de resposta é tratada na literatura como “eco” (Rajagopalan 1982, Farkas 2009).

Rajagopalan (1982) trata dessa questão ao mencionar o conceito de adequação de um ato em sequência. Ele diz que a adequação de um único ato de fala depende da configuração da sequência. Assim, uma denegação pode ser seguida por alguns tipos de enunciados: (a) uma asserção de uma proposição que representa a versão do falante (aquele que denega) sobre a história, sem repetição monótona; e (b) uma asserção de uma proposição sobre os motivos do falante para denegar a asserção prévia dada pelo ouvinte. A partir dessas considerações, o autor apresenta uma distinção entre respostas que representam um único ato de fala, composto por uma proposição e uma partícula *eco*³⁶, e respostas que compõem dois diferentes atos de fala.

³⁵ Além das opções sentenciais apresentadas no exemplo, obtivemos respostas como *Claro que não* e *Eu não*.

³⁶ Em nossas palavras.

- (79) A: John is happy
B1: John isn't happy
B2: No, he isn't
B3: No | He is³⁷

Na proposta do autor, a sentença B2 é derivada de B1, já B3 constitui dois atos ilocucionários separados – uma denegação e uma asserção. Segundo o autor a partícula *no* em B2 não constitui um ato ilocucionário separado da sentença *he isn't*; ela funcionaria apenas como um “eco” que antecipa a interpretação da sentença. A distinção entre os dois tipos de resposta foi também tratado por Laka (1990), como mencionamos no primeiro capítulo da tese. Farkas (2009) também interpreta esse tipo de estrutura como uma asserção eco. A autora, no entanto, considera que as sentenças apresentam duas polaridades, uma sentencial e outra fora do escopo da sentença, e deriva os dois itens negativos da estrutura como a realização das duas polaridades, o *no* marcaria a polaridade externa e o *not* a polaridade interna. Ainda segundo a autora, em casos de uma asserção eco como o expresso em B2, as duas polaridades devem coincidir.

A configuração das duas polaridades da sentença na perspectiva de Farkas (2009) é como apresentado em (80). A primeira, chamada polaridade absoluta, codifica a polaridade do radical da sentença assertada pela partícula *eco*; já o segundo conjunto de polaridade, polaridade relativa, confirma ou reverte a polaridade absoluta da sentença.

- (80) [PoiP P [CP ... [Σp ... [VP]]]]

Nos exemplos em (78), a construção [V Neg] apareceu invariavelmente isolada, enquanto que as estruturas [Neg V] e [Neg V Não] apareceram categoricamente acompanhadas de partícula *eco*, o *não*. Ao que parece, nesses contextos, o preenchimento da polaridade absoluta é obrigatório. O mesmo não é observado em casos de respostas a perguntas polares neutras, em que a presença da partícula *eco* é opcional. Uma possibilidade de análise desses dados é considerar que a denegação, enquanto negação externa, é necessariamente extrassentencial (área do CP). Assim, podemos pensar que a

³⁷ O símbolo “|” no exemplo representa um intervalo tonal.

formação partícula *eco* + sentença em (78) B2 e B3 não corresponde a um único ato ilocucionário como ocorre na opção (79B2) do inglês. Tal proposta encontra ainda respaldo na característica entoacional das estruturas. A distinção entre dois ou um ato em respostas no inglês é marcada prosodicamente, pela presença de dois eventos tonais em um caso e apenas um em outro. No PB, a partícula *eco* é invariavelmente marcada com um evento tonal distinto da sentença, sendo sempre marcada na escrita pelo uso da vírgula. Outro argumento a favor dessa análise é considerar que, na fala adulta³⁸, uma denegação é frequentemente acompanhada de um argumento que justifique a denegação. Também pode haver uma sentença na sequência com a polaridade inversa sem que isso prejudique a interpretação denegativa:

- (81) A: Você comeu o bolo todo.
B: (Não). Eu e o Gustavo comemos.

Observe, no entanto, que no exemplo acima a presença da partícula negativa é opcional. Em dados como o observado acima, quando a partícula *não* aparece, há uma marcação entoacional específica que marca a interpretação da sentença e o mesmo caso de sentenças como *O João levou A ANA no cinema* (e não a Maria). Assim, podemos entender que a correção e a denegação podem ser eventos separados, como no exemplo (81) em que temos a partícula *não* negando a assertabilidade do enunciado anterior e a proposição seguinte, que corresponde à correção. Pensando nas duas asserções conforme proposto por Zubizarreta (1998), teríamos a seguinte fórmula para (81):

- (82) A₁: Há um x, tal que x comeu o bolo todo
A₂: Não é o caso que x (tal que x comeu o bolo todo) = eu & o x (tal que x comeu o bolo todo) = eu e o Gustavo

Com isso, podemos dizer que a estrutura [Neg V Não] em (78/B3) não corresponde a um ato de denegação por causa da presença do *não*₂, mas devido à presença

³⁸ Referimo-nos aqui à fala adulta porque a fala infantil é segundo vários autores (Piaget 1955, Bates *et al.* 1979, dentre outros) afirmam, marcada por argumentos primários, que representam denegação sem a construção de argumentos que a justifiquem.

da partícula *eco*. O uso da estrutura como sequência à partícula denegativa parece corresponder a um ato em sequência (Rajagopalan 1982), uma asserção com a versão do autor da denegação. Assim, propomos que o verbo que representa a asserção anterior é alçado da sentença assertiva para o escopo da negação externa, gerando a ordem [V Não]. No caso das outras estruturas, como essas codificam negação sentencial, e não externa, a presença da partícula negativa externa é o que leva à interpretação de denegação. Assim, quando [Neg V Não] ocorre como resposta, a partir de um *common ground*, embora a interpretação seja de uma denegação, a sentença [Neg V Não] corresponderá, na verdade, a uma asserção associada à denegação. É importante salientar, no entanto, que o esperado, nesse caso, é a realização de um padrão entoacional específico (ver capítulo seguinte).

Como tentaremos mostrar nesta seção, a interpretação de [Neg V Não] em contextos de denegação está associada a um fenômeno conhecido como foco de verdade ou polaridade, que corresponde ao foco sobre a polaridade da sentença em contextos em que a proposição sendo afirmada ou negada faz parte do *common ground* dos interlocutores. Nesse tipo de denegação, há certa associação com a assertabilidade da sentença num determinado contexto; no entanto, o foco é sobre o valor de verdade da sentença. Como dissemos anteriormente, nesses contextos, a estrutura [Neg V Não] continua sendo interpretada como uma asserção, mas, nesse caso, associada a uma denegação. Essa posição é reforçada se considerarmos que a proposição sob foco de verdade não necessariamente é pré-posta, podendo ser inferida ou pressuposta. Esse efeito decorre do fato de a estrutura não corresponder à denegação, mas estar associada a ela, funcionando como a versão do ponto de vista do autor da denegação.

Como tentaremos mostrar nessa seção, a atribuição dos termos ênfase, pressuposição e crença na descrição de [Neg V Não] parte do uso da estrutura enquanto foco de verdade. No entanto, como trataremos no fim deste capítulo e no capítulo seguinte, [Neg V Não] enquanto foco de verdade ocorre em todos os dialetos do PB; já a interpretação da estrutura enquanto negação de proposição, embora predominante, parece não fazer parte de todas as gramáticas da língua.

Voltando ao tema da seção, tentaremos mostrar que [Neg V Não] funciona como um foco de verdade (ou foco de polaridade), o que explica tanto o fato de estruturas

[Neg V Não] terem escopo apenas sobre proposições, como a interpretação [+ênfase] associada a ela.

O termo Foco de Verdade, primeiramente analisado por Höhle (1992) para o alemão, é utilizado para se referir a um traço formal [verum] que tem a função de enfatizar a verdade de uma proposição expressa. No caso do alemão, essa ênfase na verdade é interpretada a partir da presença de um acento de *pitch* sobre o complementizador ou o verbo finito na periferia à esquerda da fase CP:

- (83) a. Paul glaubt, DASS Fritz die Katze gefüttert hat.
Paul acha que Fritz o gato alimentado tem.
'Paul acha que o Fritz alimentou mesmo o gato.'
- b. Ich HABE dir eingeladen.
eu tenho você-DAT convidado
'Eu te convidei sim'

Segundo Höhle (1998, 1992), o foco de verdade, diferentemente de outros tipos de foco, não incide sobre algum elemento da sentença, mas sobre a verdade da proposição expressa, estando relacionado a força ilocucionária. Por esse motivo, propõe que o foco de verdade seja diferenciado de outros tipos de foco. Os exemplos abaixo ilustram a distinção de tipos de foco considerando o fator prosódico proposta por Höhle:

- (84) Tipos de foco:
- a. Karl hat den Hund geFÜTtert. (foco contrastivo)
Karl tem o cachorro alimentado
'Karl ALIMENTOU o cachorro'
 - b. Peter hat WEN gesehen? (pergunta eco/ foco-Qu)
Peter tem quem visto
'O Peter viu quem?'
 - c. Was DER alles essen kann! (foco exclamativo)
O que o tudo comer pode
'O que esse cara come!'
 - d. Karl hat gestern den HUND gefüttert. (projeção de foco)
Karl tem ontem o cachorro alimentado
'Karl alimentou o cachorro ontem.'
 - e. Karl HAT gestern den Hund gefüttert. (foco de verdade)
Karl tem ontem o cachorro alimentado
'Karl alimentou o cachorro ontem sim'

Segundo Lohnstein & Stommel (2009), enquanto os dados apresentados acima evidenciam vários tipos de foco³⁹, a proeminência prosódica sobre o verbo finito permite várias leituras, as quais dependem do componente gramatical presente no verbo finito:

(85) Tipos de leitura:

a. Karl FÜRterte den Hund.

Karl alimentou o cachorro

‘Karl alimentou o cachorro.’

- Er hat ihn nicht vernachlässigt und auch nicht vergiftet. (contraste no significado lexical)
ele tem o não negligenciado e também não envenenado
‘Ele não o negligenciou e também não o envenenou.’

b. Karl FÜRterte den Hund.

- Er wird ihn nicht füttern. Er fürterte ihn bereits. (contraste no tempo)
ele vai o não alimentar. ele alimentou o já
‘Ele não vai o alimentar. Ele já o alimentou.’

c. Karl GAB dem Hund Futter.

Karl deu o-DAT cachorro comida

‘Karl deu comida ao cachorro.’

- Karl GÄbe dem Hund Futter. (contraste no modo verbal)
karl dar-conj2 o cachorro comida
‘Karl iria alimentar o cachorro.’

d. Karl GAB den Hund Futter.

- Es ist wahr, dass er ihm Futter gab. (foco de verdade)
isto é verdade, que ele ele-DAT alimento deu
‘É verdade que ele deu alimento a ele.’

³⁹ Aqui é importante tratar da diferença do conceito de foco nos estudos de prosódia e nos estudos de semântica/sintaxe. O Foco Prosódico significa a realização de proeminência prosódica através de aplicação de acento de *pitch* sobre os referentes presentes na sentença, e pode ser distinto em apenas dois tipos, estreito ou largo. Já o conceito de Foco nos estudos de sintaxe/semântica está relacionado à interpretação da proeminência prosódica associada ao referente, apresentando, portanto, várias definições. A definição mais básica é de foco informacional, quando o elemento é informação nova, e de foco contrastivo, se o elemento realçado representa uma correção. Outros trabalhos ampliam a distinção em tipos de foco: foco exclamativo, projeção de foco, foco exclamativo, foco de verdade, dentre outros. Considerando que este trabalho envolve tanto a noção de foco prosódico quanto foco sintático, optamos por tratar o foco prosódico através do termo Proeminência Prosódica e o termo Foco como a interpretação decorrente da aplicação da proeminência prosódica.

Considerando os exemplos acima, Lohnstein & Stommel afirmam que o foco de verdade expresso em (85d) se difere claramente das outras leituras, o que evidencia que o traço [verum] está igualmente presente, apesar de não ter uma realização aberta como tempo, modo verbal ou forma fonológica de um elemento lexical. Com isso, os autores argumentam que há quatro componentes associados ao verbo finito sujeitos a focalização: a) significado lexical; b) finitude; c) modo verbal e d) verdade. Se para (85a-c) não há controvérsia, para (85d) é necessário, segundo os autores, justificativa adicional. Como não há nenhuma categoria funcional especial disponível para esse tipo de focalização, os autores propõem um traço [verum].

Como o foco de verdade está associado a força ilocucionária é esperado que este tipo de foco não ocorra em interrogativas, exclamativas e imperativas. No entanto, segundo vários autores afirmam, há foco de verdade em interrogativas sim-não e em alguns tipos de imperativas. Para dar conta desses fatos, Lohnstein & Stommel apresentam uma proposta para a ocorrência de foco de verdade, considerando a derivação do tipo de sentença (*sentence mood*) ou modo sentencial, como se refere Lohnstein (2000, 2007).

Na proposta de Lohnstein (2000, 2007), a impossibilidade de se formar perguntas com determinados modos verbais em alemão está associada à impossibilidade de atribuição de valor de verdade a construções com esses modos verbais. A explicação para isso, segundo o autor, está na assunção de que modos verbais restringem o domínio de valorização de uma proposição a certa classe de mundos, ou *background* conversacionais no sentido de Kratzer (1978, 1991). Assim, uma expressão que contém um modo verbal pode ser valorada em respeito a diferentes *backgrounds*, mais especificamente a dois principais, o epistêmico e o factivo. Para o autor, apenas proposições valoradas a partir de um *background* epistêmico podem ser assumidas como verdadeiras ou falsas.

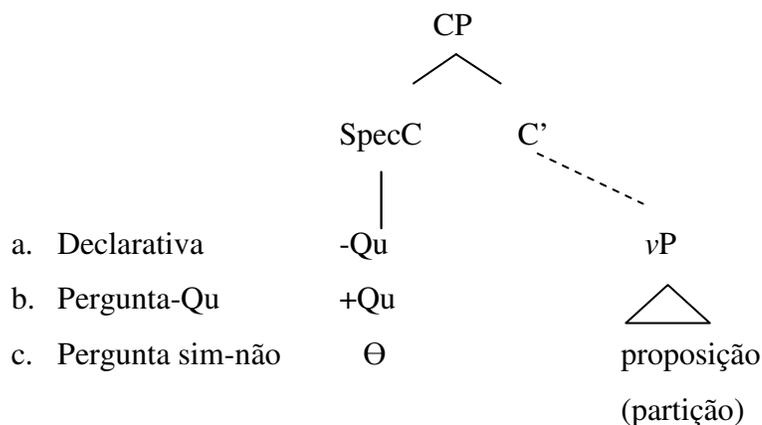
Lohnstein & Stommel recorrem, ainda, a trabalhos como o de Katz & Postal (1964), os quais argumentam que distinções de tipo de estrutura são reflexo de traços gramaticais como [\pm Qu]. Para os autores, a determinação de propriedades semânticas/pragmáticas da força sentencial representando atitudes epistêmicas do falante desempenha um importante papel na caracterização de traços sintáticos, que são, no entanto, traços de categorias funcionais. Como forma de distinguir esses dois traços, fazem uso dos termos

tipo sentencial, propriedades sintáticas formais, e *modo sentencial*, objetos semânticos associados a uma proposição. Nessa proposta, o traço [verum] está presente em todos os tipos de sentença, mas é o valor epistêmico associado ao tipo de sentença que leva à ocorrência de foco de verdade.

Os autores assumem que um componente funcional da periferia à esquerda da sentença determina o modo sentencial sobre a base da categoria flexional do modo verbal e especificações de traços de constituintes movidos – [+Qu] no caso de projeções máximas e finitude no caso de núcleos verbais. Já a Verdade, tida como uma relação entre conteúdos proposicionais e mundos, aparece como um componente modal na periferia esquerda das estruturas sentenciais.

Na análise proposta pelos autores para realização de foco de verdade no alemão, princípios da interpretação semântica são relacionados diretamente a processos de estruturação sintática.

Na caracterização sintática do tipo de sentença (declarativa, interrogativa, imperativa, etc.), Lohnstein & Stommel assumem a proposta de Lohnstein (2000, 2007), na qual essa estruturação entre sintaxe e semântica se dá da seguinte forma: a posição de Spec de CP na periferia esquerda é preenchida pelo movimento de um sintagma [+Qu] e é a presença ou ausência desse traço [Qu] que determina o tipo de sentença. No caso de um sintagma [-Qu] no CP a interpretação dada à sentença é de um julgamento (no sentido de Frege), ou seja, uma sentença declarativa. Se há uma partição diferenciada do significado da sentença, isto é, se há o movimento de um elemento [+Qu] do interior da proposição, tem-se a interpretação de uma interrogativa-Qu. Já se há uma partição não modificada, quando nada é movido para C, tem-se a interpretação de uma Pergunta sim-não:



A noção de partição semântica pode ser exemplificada a partir de espaços de possibilidades. Assim, no caso de uma pergunta-Qu, a partição se dá a partir de espaços de possibilidades, mutuamente excludentes, cada um contendo um conjunto de mundos no qual uma possível resposta completa é verdadeira. Numa pergunta-Qu como *O que o João comeu?* Considerando o conjunto {pizza, salada}, as possíveis respostas verdadeiras são: 1) O João comeu pizza e salada; 2) O João comeu pizza, mas não salada; 3) O João não comeu pizza, mas comeu salada ou 4) O João não comeu pizza, nem salada. Cada uma dessas possíveis respostas é verdadeira em apenas um conjunto de mundos e falsa em todos os outros. Essa partição não é, no entanto, possível se uma proposição é valorada contra um *background* factivo.

Entendemos a caracterização do modo sentencial nos termos expostos acima em relação ao valor de verdade da seguinte forma: o conteúdo proposicional pode ser verdadeiro ou falso; no caso de declarativas (sintagmas [-Qu]) a partição entre verdadeiro e falso se dá em relação a classes de mundos; no caso de interrogativas-Qu, a partição é realizada em relação ao elemento [+Qu], por meio de subclasses de propriedades de Qu: pessoas no lugar de *quem*, lugar no lugar de *onde*, tempo no lugar de *quando*, etc. Já para perguntas polares, não há a partição da proposição entre verdadeiro e falso. Se essa caracterização está certa, espera-se que não seja possível um traço [verum] sobre perguntas-Qu, em que o valor de verdade é dado em relação ao elemento-Qu e não à proposição, mas, no caso de perguntas sim-não, é possível atribuir um valor de verdade à proposição como um todo, o que permite [verum].

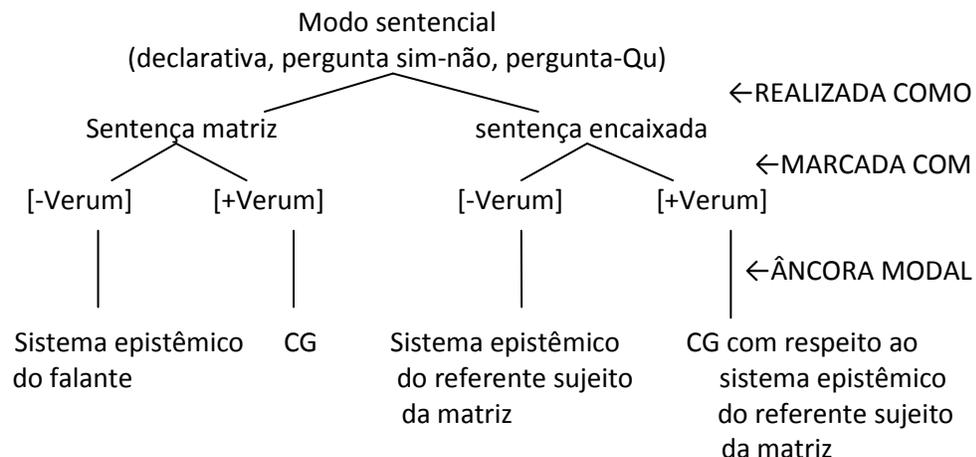
No caso de imperativas, Lohnstein & Stommel observam que essas não podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas, mas que, no entanto, apresentam um componente *faça*, ou melhor, um componente *faça verdadeiro* que está relacionado ao componente de modo. Um exemplo de foco de verdade sobre imperativa é apresentado pelo autor (ex. (37) p.19):

- (86) Uma pessoa P entra em uma sala. Algumas pessoas estão assentadas ao redor da mesa. Há muitas cadeiras livres e P é convidado a se sentar, mas P hesita entre uma e outra cadeira. Uma das pessoas da sala diz:
- a. NIMM dir (endlich) einen Stuhl!
 pegue você-DAT (finalmente) uma cadeira
 ‘Pegue logo uma cadeira!’

Nesse caso, nenhuma proposição está em questão, mas a hesitação da pessoa P é o suficiente para ativar foco de verdade sobre o verbo finito. Assim, a interpretação parece ser a de ênfase sobre o componente *fazer* do imperativo, *faça verdadeiro*. Segundo o autor, esse efeito é possível se o conteúdo proposicional é realizado como um fato no mundo.

Para relacionar teoricamente sentenças com foco de verdade a um modo sentencial específico, Lohnstein assume que no caso do modo sentencial, nas sentenças com foco de verdade, a mesma partição estrutural percebida no sistema epistêmico do falante se dá no *common ground* (Stalnaker 1998). Assim, se a partição da estrutura é mantida pelo sistema epistêmico do falante, o foco de verdade pode não estar presente, já se é mantida pelo contexto do discurso, o foco de verdade é requerido.

A proposta de Lohnstein & Stommel (2009) de relacionar categorias gramaticais do modo sentencial e foco de verdade para estruturas de sistemas não linguísticos de atitudes epistêmicas e contextos de discurso pode ser representada pelo esquema abaixo:



Como representado no esquema acima, o foco de verdade é um fenômeno que depende fortemente de estruturas dadas por objetos semânticos que correspondem ao modo sentencial. E embora em todos os casos de modo sentencial, alguma variante de [verum] é requerida mesmo sem focalização, nos casos em que há focalização condições estruturais são os responsáveis pela realização do modo sentencial que já contém esse traço.

Leonetti & Escandell Vidal (2008) entendem o foco de verdade como um tipo especial de foco estreito sobre a polaridade, assim, a sentença toda, nesse caso, constitui uma região informacional única, provocando a interpretação enfática. Aqui encontramos mais uma vez evidências para a interpretação das estruturas [Neg V Não] como foco de verdade, já que essa estrutura não permite disjunção, o que significa que nenhum elemento da sentença pode estar fora do escopo polar.

- (87) a. O Pedro não conhece a Luísa e a Ana não₂.
b. O Pedro não conhece a Luísa ou a Ana (*não₂). Eu só não sei qual.

Vale lembrar que, segundo Laka, há uma categoria Σ sempre relacionada ao valor de verdade de uma sentença: ou se altera o valor de verdade (neg), ou se afirma (aff) ou se nega o que é falso. Assim, no que diz respeito à natureza de Σ , essa pode ser caracterizada a partir das pressuposições do falante: Neg cancela uma pressuposição afirmativa, Aff cancela uma pressuposição negativa e elementos enfáticos como *so* do inglês cancelam o cancelamento de uma pressuposição afirmativa.

A relação entre polaridade e verdade é bastante complexa porque depende da relação considerada na composição da “verdade”, essa pode ser entendida como o cancelamento de uma pressuposição negativa (Laka 1989), o que ligaria Verdade a Aff, ou como uma relação entre conteúdos proposicionais e mundos (Lohnstein 2000, 2007) – sendo [verum] um traço formal, o que permitiria a relação entre a noção de verdade e outras categorias, inclusive Neg. Considerando essas distinções, há autores que distinguem entre foco de verdade e foco de falsidade. Outros já preferem a terminologia Foco de Polaridade, que é definido por Wood (2008) como o foco sobre a polaridade afirmativa ou negativa de uma sentença.

Há, ainda, aqueles que como Romero & Han (2004) propõem duas instâncias de foco de verdade: Foco de verdade positivo para dados como a inserção de elementos enfáticos positivos (*do-support* do inglês) e foco de verdade negativo que requer um elemento negativo acentuado.

Ainda no que diz respeito à interpretação, como já mencionado por Schwenter e reforçado nessa tese, o *não*₂ tem escopo sobre toda a proposição, não permitindo assim uma leitura escalar. Esse é exatamente o efeito que se espera, se se considera que no caso de um foco de verdade, esse funciona como um foco estreito sobre a polaridade, transformando a proposição em uma região informacional única:

- (88) A Maria é bonita!
a. A Maria *não* é bonita (*#nã*_{o2}). Ela é linda!
b. A Maria *não* é bonita *nã*_{o2}. Ela é feia.
- (89) O menino pegou só dois peixes.
a. Ele *não* pegou só dois peixes (*#nã*_{o2}). Ele pegou todos os dois peixes.
b. *Ele não* pegou só dois peixes *nã*_{o2}. Ele pegou três peixes.

Como afirmado anteriormente, o *nã*_{o2} apresenta algumas restrições sintáticas em perguntas-Qu, encaixadas temporais e com verbos factivos do tipo “lamento que”:

- (90) a. Onde você *não* vai (**nã*_o)?
b. Enquanto minha filha *não* chega em casa (**nã*_o), eu não durmo.
c. Lamento que você *não* venha (**nã*_o).

Partindo do princípio de que perguntas-Qu são interrogativas não polares, a agramaticalidade de estruturas [Neg V Não] em perguntas-Qu pode ser explicada se se considera a relação do *nã*_{o2} com a polaridade da sentença. Também considerando a proposta de Lohnstein & Stommel, uma pergunta-Qu não pode apresentar foco de verdade, porque esse só é possível sobre toda a proposição e em relação a um mundo, numa pergunta-Qu, a proposição só é verdadeira em relação ao elemento-Qu. Observe ainda que, diferentemente do que ocorre com perguntas-Qu, [Neg V Não] é possível em perguntas sim-não em contexto marcado:

(91) O João *não* chegou ainda *não*? (Achei que ele tinha chegado)

A característica de perguntas polares (perguntas sim-não) mais recorrente na literatura é que esse tipo de pergunta denota um conjunto de possíveis respostas $\{p, \neg p\}$, conjunto esse que apresenta a mesma configuração tanto se a pergunta é positiva ou negativa, o que teria a ver com a presença de um operador P que teria escopo sobre todos os operadores que ocorrem dentro da denotação da sentença, inclusive a negação. Assim, independente se a pergunta é *A Maria está em casa?* ou *A Maria não está em casa?*, o conjunto de possíveis respostas seria o mesmo $\{A \text{ Maria está em casa, } A \text{ Maria não está em casa}\}$.

Büring & Gunlogson (2000) discordam da divisão de perguntas polares em apenas dois tipos. Os autores definem diferentes tipos de perguntas polares em termos de contextos nos quais uma dada pergunta polar responde melhor a condições de felicidade. Além de Büring & Gunlogson, outros autores (Romero & Han 2002, 2004 dentre outros) assumem que diferentes operadores semânticos agem sobre os tipos de perguntas polares. Para essa corrente, a presença de pressuposição ou implicatura e requerimentos de contextos de cada tipo de pergunta polares licencia seu contexto de ocorrência.

Büring & Gunlogson assumem que toda pergunta polar negativa carrega a implicação de que o falante acredita na verdade da proposição positiva. No caso do exemplo (91), parece claro que o falante acreditava na verdade da proposição positiva, ou seja, ele acreditava que o João já estivesse chegado.

Uma pergunta polar satisfaz os dois quesitos para realização do foco de verdade, uma vez que não há partição do conteúdo proposicional e esta está relacionada a *common ground*.

Como tratamos na seção Sobre [Neg V Não] a interpretação dessa estrutura enquanto negação semântica parte do fato de a estrutura poder ser usada também para veicular informação nova e sem legitimação pelo contexto discursivo. Sendo usada num contexto de foco de verdade, a estrutura está seguramente relacionada ao *common ground* discursivo, mas diferente do que ocorre com a denegação, sentenças com foco de polaridade alteram a pressuposição da sentença. Além disso, o foco de verdade é licenciado

também por pressuposições e pelo ambiente, o que não ocorre numa denegação. Outro ponto, é que como vimos nos trabalhos apresentados sobre o tema, o foco de polaridade está relacionado ao sistema epistêmico do falante, ou seja, está relacionado a crença, que demonstra mais fortemente que as estruturas com foco de verdade correspondem a um asserção associada a uma denegação e não um único ato de denegar.

Outro ponto a ser ressaltado é a possibilidade de foco de verdade em alguns tipos de subordinada. Como muitos autores afirmam (Hyman & Waters 1984, Julien 2010), certas orações subordinadas têm estrutura informativa independente, apresentando a mesma força ilocucionária da oração matriz. Assim, espera-se que o foco de verdade, estando associado a força ilocucionária, seja possível em subordinadas que apresentem traço [+asserção]. Para Hyman & Waters (1984), formas [+foco] são universalmente compatíveis com sentenças matrizes, uma vez que essas projetam informação em primeiro plano, já no caso das subordinadas, apenas as completivas seriam [+asserção]. Considerando esse fato, podemos dizer dentre as diferenças entre denegação e asserção, ao que parece a denegação é restrita a contextos de matriz, enquanto uma asserção pode ocorrer em alguns tipos de subordinadas, mesmo estando associadas a uma denegação.

Ainda com relação a esse tópico, é interessante observar que o foco de verdade no alemão ocorre através de acento de *pitch* sobre o complementizador da encaixada ou sobre o verbo finito, mas nunca em algum elemento da oração matriz quando de uma subordinada. Também no PB, o foco de verdade marcado entoacionalmente ocorre através de proeminência prosódica sobre uma partícula positiva ou negativa na sentença encaixada e nunca na matriz. Tal fato nos faz relacionar a realização de foco de verdade à polaridade relativa da sentença, provavelmente em associação com a polaridade absoluta (Farkas 2009). No capítulo seguinte, trataremos especificamente das características prosódicas dessas sentenças.

No caso de encaixadas com verbos factivos, sabemos que verbos factivos semanticamente pressupõem a veracidade da proposição expressa pela oração. Dessa forma, é de se esperar que não haja ênfase sobre a verdade da proposição, já que essa já é, de antemão, assumida.

Se observamos os dados de foco de verdade, verificamos que em todas as

situações há algo no contexto linguístico ou extralinguístico que introduz *common ground*, como também há cancelamento de pressuposição, evidenciado pela diferença de polaridade da sentença que induz o *common ground* e a sentença resposta.

- (92) a. A: Você não comprou as coisas que pedi.
B: Eu comprei *sim*.
- b. A: Você comeu o bolo todo.
B: Eu *não* comi *não*.

O foco de verdade a partir da partícula *sim* como indicado no exemplo (92a) é bastante útil na distinção entre [Neg V Não] enquanto negação de proposição e [Neg V Não] enquanto foco de polaridade. A distinção fica mais clara quando analisamos a estrutura em comparação à partícula *sim*, porque proposições afirmativas geralmente não carregam nenhum elemento extra, como ocorre com a negação. Já no caso de realização de foco de verdade positivo, ocorre o uso do *sim*. Assim, ao comparar polaridade negativa e polaridade positiva em contextos não neutros, esperamos encontrar o par *sim/não* como expressão de foco de polaridade, ou seja em respostas, mas não em contextos de polaridade neutra.

- (93) a. A: Você não me convidou pra sua festa.
B: Eu te convidei *sim*.
- b. A: Mas eu te convidei pra minha festa
B: *Não* me convidou *não*.

Os dois casos expressos acima podem ser interpretados como foco de polaridade, uma vez que a associação com o contexto anterior e a correção são claros. Agora observe os dados abaixo.

- (94) a. #Nossa! Falando do Juanito, entreguei o trabalho dele *sim*.
- b. A: Você tá nervosa. O que aconteceu?
B: #Perdi minha carteira *sim*.
- c. E o João? Não ouço nada dele há tempos
B: #O João anda bem *sim*.

Os dados em (92) e (93) mostram as estruturas [Neg V Não] no PB em dois usos distintos, enquanto proposição negativa e enquanto foco de polaridade. A evidência para isso é o uso do *sim* que só ocorre como foco de polaridade, já que proposições afirmativas não carregam nenhum elemento extra.

É relevante dizer que o uso de um segundo elemento negativo como foco de verdade não é uma característica apenas do PB, mas parece estar presente também em outras línguas românicas como em alguns dialetos do italiano e no espanhol. Segundo Poletto (2008), o dialeto de Veneza apresenta uma estrutura com dois itens negativos em que o segundo item negativo (NO) funciona como foco:

(95) a. No ghe vado NO!
Neg lá ir não
'Não vou lá não!'

b. NO che non ghe vado
Não que neg lá ir
'Não, não vou lá'

Segundo Poletto, o significado do marcador NO nesses contextos é similar ao de um evidencial que inclui o falante e o endereçado, havendo em ambos evidência do fato de um evento que é negado. Ainda segundo a autora, nesses casos, o contorno entoacional mostra que o NO é focalizado e, então, propõe que o item NO é sempre movido da projeção NegP para FocusP na área de CP.

Os dados do italiano são bastante interessantes porque evidenciam a associação entre a proposição negativa e a partícula de denegação, já que apresenta a opção “NO + proposição negativa”, além da opção “*non* + NO”. Poletto, entretanto, interpreta a ordem “proposição + NO” como resultado do movimento de toda a sentença para a periferia à esquerda. Na forma como interpretamos os dados do PB, não há o movimento da sentença, a interpretação se dá via prosódia.

É ainda interessante observar que o NO do italiano apresenta algumas das restrições observadas no PB:

- (96) a. *Mi dispiace che non viene NO. [v. factivos]
me desagrada que neg venha não
- b. *Quando non lo aveva finito NO, l’ho fatto io. [Temporais]
quando neg o tem terminado não o-tem feito eu

Poletto apresenta, ainda, dados nos quais a partícula positiva SÌ tem a mesma distribuição do NO:

- (97) a. Ci vado SÌ
lá vou sim
‘Vou lá sim.’
- b. Sì che ci vado
Sim que lá vou

Sob o rótulo de polaridade enfática, Batllori & Hernanz (2008) apresentam dados do espanhol que parecem se tratar do mesmo fenômeno que descrevemos. Segundo os autores, a presença da partícula *bien* ou da partícula *sí* (Hernanz 2007) leva a interpretação enfática, não sendo possível sua ocorrência, por exemplo, em contexto neutro:

- (98) A: O que aconteceu?
a. Hoy ha llovido. [afirmação não marcada]
Hoje há chovido
‘Hoje choveu.’
b. #Hoy sí ha llovido. [afirmação enfática]
- (99) Pepito *bien* ha comido pasta.
Pepito bien há comido massa.
‘O Peito comeu massa sim.’

Segundo os autores, a polaridade enfática pode ser tratada como um tipo de focalização, já que sentenças com polaridade enfática apresentam diferenças interpretativas e, principalmente, sintáticas. A presença do marcador enfático *sí* leva à inversão sujeito-verbo:

- (100) a. *Sí* ha comido Maria.
sim há comido Maria
'A Maria comeu sim.'
- b. **Sí* Maria ha comido.

Batllori & Hernanz (2008), considerando a abordagem cartográfica, propõem que a polaridade enfática implica em movimento para a região de CP, mais especificamente para a projeção de foco, FocP. Nessa proposta, os itens *sí* e *bien* ocorrem como marcadores de polaridade em PolP, sendo depois movidos para FocP para checar traços enfáticos, como representado abaixo:

- (101) [_{ForceP} [_{TopP} [_{FocP} *bien/sí*_i ... [_{PolP} t_i [_{IP}...]]]]]]

Também no Catalão, partículas positivas de valor enfático ocorre em distribuição semelhante:

- (102) a. *Sí* que ho he llegit.
b. Juan *sí* que va anar a Roma.

Considerando a existência em outras línguas de partícula enfáticas negativas e positivas que parecem intensificar o valor de verdade da proposição, assim como no PB, é possível dizer que essa não é uma particularidade do PB, mas uma característica de línguas românicas em geral. A diferença do PB com relação às outras línguas exemplificadas acima parece ser a existência de [Neg V Neg] como negação de proposição. Trataremos dessa distinção mais a frente no quinto capítulo.

3.6 Das gramáticas do PB

Em Linguística Gerativa, entendemos que línguas são, em sentido geral, conglomerados de *outputs* de várias gramáticas, em que cada gramática está representada na mente/ cérebro de pelo menos um indivíduo. Não há, nesse sentido, uma única gramática

que corresponda ao PB ou a qualquer outra língua, mas um conjunto de falantes cuja gramática é suficientemente próxima, que permite que esses se descrevam como falantes de um mesmo idioma. No que diz respeito às estruturas negativas no PB, é suficientemente claro que nem todos os falantes da língua apresentam os três tipos de estruturas em sua gramática mental. Enquanto a negação canônica [Neg V] e a estrutura [Neg V Não] parecem estar presentes na gramática de todos os falantes, nem todos reconhecem [V Não] como parte de sua gramática. Isso nos indica que há, pelo menos, duas gramáticas que constituem o que chamamos de Português Brasileiro.

Durante a realização dos testes de aceitabilidade realizados na presente pesquisa, tentamos dividir os informantes em dois grupos: (1) aqueles cuja gramática apresenta estruturas [Neg V] e [Neg V Não] e (2) aqueles cuja gramática é composta pelos três tipos de estrutura – [Neg V], [Neg V Não] e [V Não]. Ainda considerando essa divisão, observamos algumas variações de aceitabilidade quanto ao uso de [Neg V Não] em contextos neutros (informação nova). A grande maioria dos informantes aceitaram todos os contextos apresentados no Teste 4, o qual testava basicamente *status* informacional. Porém, para alguns informantes o uso nesse contexto não é tão claro, já que houve oscilação quanto à aceitação ou não das estruturas, como anteriormente mencionado. A variação na aceitação dessas estruturas parece também ter a ver com questões dialetais, percebemos, por exemplo, que as respostas dos baianos eram sempre mais claras (ver Anexos II e III), havendo pouquíssima variação entre os informantes. Essa possível variação dialetal, como mostraremos no capítulo seguinte, é evidenciada através da realização prosódica da estrutura pelos falantes nos dialetos comparados.

Embora tratar da origem das estruturas negativas não canônicas no PB não seja um dos objetivos dessa tese, a diferença dialetal associada à realização dessas estruturas nos permite especular sobre as suas origens no PB. Como vimos, o PE apresenta estruturas [Neg V Não] e [V Não] com função de negação metalinguística. Uma vez que essa estrutura também é possível em Portugal, mas apenas com a função de denegação, então, a existência da estrutura [V Não] como denegação não pode ser considerada uma inovação do PB em relação ao PE. Uma questão importante, no entanto, é que a realização dessas estruturas no PE mostra que o *não* final, diferentemente do PB, é separado da estrutura

sintática através de pausa, marcada na escrita através da vírgula. Assim, a partícula *não* no PB, diferentemente do PE, é integrada à estrutura sintática.

A não integração da partícula negativa no PE é importante ainda porque distingue o fenômeno da negação metalinguística do PE da negação de polaridade em outras línguas românicas. Uma vez que o *não* pós-verbal do PE não está integrado à estrutura sintática, podemos analisá-lo como o *não* de denegação (polaridade absoluta) e a sentença, que aparece antes da partícula, seria apenas a repetição da asserção anterior funcionando como um tópico *aboutness*. Já nas outras línguas românicas, no italiano por exemplo, não parece haver pausa entre a estrutura e o item negativo, o que os coloca na mesma sentença. Ainda a interpretação dos dados de “dupla” marcação negativa no italiano se aproxima mais de insistência na verdade da proposição do que “correção”, já que, conforme os dados apresentados por Poletto (2009), a negação é sobre toda a proposição.

O uso de estruturas [Neg V Não], dado sua interpretação quase sempre enfática, é bastante recorrente como foco de polaridade. Esse tipo de estrutura somente é possível a partir de referentes dados no discurso e tem a função de insistir na verdade da proposição expressa. No entanto, [Neg V Não] não se restringe a esse uso, apresentando em alguns casos a função de negar informação nova, desde que essa represente uma proposição. A estrutura no PB parece ter passado por reanálise num processo de gramaticalização, passando de foco de polaridade a negação semântica.

Alkmim (2001) também aponta como hipótese para o surgimento da estrutura [Não V Não] no PB um processo de gramaticalização. Nesse processo, o segundo *não* da construção, com valor discursivo, não fazia parte da oração, sendo, posteriormente, a ela incorporado. Uma das evidências encontradas pela autora foi a presença do pronome de tratamento *senhor* em diálogos de peças de teatro da primeira metade do séc. XIX, na expressão *não senhor*, que denotava formalidade.

Para Alkmim (2001), a diminuição do uso do item *senhor* como pronome de tratamento na expressão *não senhor* foi o que levou ao surgimento da estrutura [Não VP Não]. Para a autora, é possível que o grande uso de *não senhor* estivesse relacionado com a situação de escravidão existente no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX, como produto da fala do escravo com o senhor, ou do subordinado com o patrão, dos colonizados com o

colonizador, em uma sociedade, então, muito hierarquizada. Esse fato indicaria que essas construções eram fortemente subordinadas à marca de formalidade. E, de acordo com a autora, uma vez que o papel de sufixo de polidez leva a uma alteração manifestada fonologicamente na produção da expressão, a estrutura se torna mais neutra. Essa alteração poderia ter funcionado como uma pressão gramatical responsável pelo início da mudança.

O percurso histórico para estruturas [Neg V Não], apontado pela autora, é o seguinte: Em um primeiro momento há a estrutura com o pronome de tratamento *senhor*; no recorte temporal seguinte, há nos dados a queda do pronome *senhor*, mantendo-se ainda por um período de tempo pausa entre a sentença e o item negativo final de sentença. Para Alkmim, entretanto, a implementação da estrutura [Neg V Não] só ocorre quando a pausa cai e o segundo *não* é incorporado à sentença.

Se considerarmos que as estruturas com *não senhor* ou *sim senhor* são logicamente usadas como resposta, poderíamos imaginar que quando o pronome *senhor* cai, a estrutura mantém o uso inicial de réplica, ou seja, como foco de verdade (ou polaridade), porém, com uma entonação bem mais neutra. Assim, podemos interpretar o surgimento dessa estrutura a partir de foco de verdade. Já no que diz respeito à etapa seguinte (de foco de verdade a negação semântica), podemos associar dois fatores já propostos por Alkmim (2001): (1) o grande número de ocorrências da estrutura e (2) a suavidade fonológica na produção da estrutura devida ao sufixo de polidez.

Como dissemos anteriormente, o foco de verdade é quase sempre associado à proeminência prosódica sobre a conjunção subordinativa ou o verbo no alemão, sobre o auxiliar *do* em sentenças positivas ou sobre o marcador negativo no inglês. Também no italiano o NO numa sequência non + NO é sempre prosodicamente marcado. Uma vez que no PB a tendência era a de “suavidade” na realização da estrutura, a ausência de proeminência pode ter levado à reanálise da estrutura como negação semântica.

A realização prosódica das estruturas no PB, quando comparada em diferentes dialetos, revela um dado interessante. Como veremos no capítulo seguinte, num dos dialetos do PB o uso de [Neg V Não] em contextos de resposta é sempre marcado entoacionalmente por desacentuação do conteúdo no *common ground* e atribuição de proeminência sobre o *não*₂, já em outro dialeto há uma distinção entre presença de

desacentuação e atribuição de proeminência através de *nuclear stress rule* (NRS). Assim, ao que parece as etapas do processo de gramaticalização da estrutura [Neg V Não] como negação semântica sobre proposições passa por uma alteração na realização fonológica da sentença.

No próximo capítulo, mostraremos que a distinção entre foco de verdade e negação de proposição no que diz respeito à estrutura [Neg V Não] não é realizada na sintaxe, mas no componente fonológico.

Uma vez que os dados dos baianos foram os mais uniformes nas respostas aos questionários, optamos por selecioná-los para compor o grupo de falantes cuja gramática apresenta [Neg V Não] como asserção negativa. O grupo selecionado para comparação é composto por informantes de Minas Gerais e Goiás. Essa escolha se deve a dois motivos. O primeiro está relacionado às respostas aos questionários: ambos apresentam as três estruturas negativas, embora as respostas não tenham sido tão uniformes quanto a dos baianos. O segundo motivo é que mineiros e goianos são muitas vezes classificados como pertencentes à mesma região dialetal.

3.7 Conclusões do capítulo

Nosso objetivo, neste capítulo, era descrever a ocorrência de estruturas negativas não canônicas no PB – [Neg V Não] e [V Não] e apresentar uma análise para essas estruturas na língua. Para tanto, optamos por realizar testes sobre a (a)gramaticalidade das sentenças, assim como sobre a preferência de estruturas em determinados contextos.

Os nossos resultados revelaram uma dependência de [V Não] à presença de asserção no contexto imediato de produção da sentença. Tal fato nos levou a associar o uso dessa estrutura ao ato de fala de denegação. Nosso estudo corrobora, dessa forma, as análises de [V Não] como uma estrutura de resposta. A mesma dependência contextual não foi observada na realização de [Neg V Não]. As restrições sintáticas verificadas na ocorrência de [Neg V Não] (encaixadas temporais, narrativas) nos levou à interpretação dessa estrutura enquanto uma negação semântica com escopo sobre a proposição.

Assim, em nossa análise, percebemos diferenças significativas entre estruturas [Neg V Não] e [V Não], seja em sua estrutura sintática, seja em sua interpretação semântica. Tal fato nos fez considerar, assim como Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), que o *não* final presente nas duas estruturas não corresponde a um mesmo item lexical. Assim como as referidas autoras, propomos que há no PB três itens lexicais diferentes com a mesma forma morfológica: 1) o *não*₁, marcador de negação sentencial, que ocorre sempre em posição pré-verbal e que pode ser reduzido para *num*; 2) o *não*₂ presente na posição final de sentença em estruturas [Neg V Não], que funciona como uma variável sobre tempo indicando negação de proposição; e 3) o *não*₃ das estruturas [V Não], funciona como negação externa, analisado enquanto foco contrastivo/ exaustivo.

Tratamos também do fenômeno de foco de verdade (Cf. Höhle 1992) e sua relação com denegação, justificada pela natureza responsiva relatada nos dois fenômenos. A partir da noção de ato em sequência (Rajagopalan 1982), propomos que a interpretação denegativa associada a estruturas [Neg V Não] não é da mesma natureza de [V Não]. O que nossos dados parecem indicar é que o uso de [Neg V Não] nesses contextos funciona como uma asserção a partir da denegação, expressão da versão do sujeito que denega. Essa explicação encontra respaldos na presença quase categórica de partícula *eco* associada a [Neg V Não] em contextos de resposta.

Ainda, neste capítulo, nos referimos a algumas diferenças dialetais percebidas na avaliação das estruturas não canônicas no PB. Interpretamos as diferenças dialetais com um possível processo de gramaticalização da estrutura [Neg V Não] enquanto negação de proposição no PB.

No próximo capítulo, analisaremos a realização prosódica das estruturas negativas [Neg V Não] e [V Não] no PB a partir da comparação de dados coletados entre baianos e mineiros/ goianos.

Capítulo 4

A prosódia das negativas sentenciais não canônicas no PB

Considerações sobre proeminência prosódica têm sido uma constante nos estudos envolvendo negação, mesmo que de forma indireta. Jespersen (1965), por exemplo, relaciona a queda do marcador negativo pré-verbal em estruturas bipartidas ao seu enfraquecimento fonético. Van der Auwera (2010) trabalha com a hipótese de que a possibilidade de proeminência sobre o *pas* tenha desempenhado um papel importante na mudança linguística que levou à queda do *ne* pré-verbal em francês. Também Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b), ao mencionarem a impossibilidade de proeminência do *não*_{2/3}, e Poletto (2009), ao distinguir o NO do italiano de outros marcadores negativos por sua tonicidade, reconhecem o papel da proeminência prosódica na caracterização de partículas negativas.

Como colocado no capítulo anterior, a nossa hipótese para as diferenças estruturais entre as negativas sentenciais não canônicas do PB é que se trata da realização de dois tipos diferentes de foco: *não*₂ como foco de polaridade e *não*₃ como foco contrastivo. Assumindo que a estrutura sintática é mapeada na prosódia através de segmentação prosódica, objetivamos, nesse capítulo, verificar se há diferenças na realização prosódica do *não*₂ e do *não*₃, bem como observar se há diferenças prosódicas desses itens entre falantes baianos e mineiros/ goianos.

O capítulo é estruturado da seguinte forma: na primeira seção – Fonologia Prosódica, são apresentadas as teorias prosódicas utilizadas no presente estudo; na seção 4.2 Prosódia e estrutura informacional, descrevemos estudos que tratam da relação prosódia e estrutura informacional como maior atenção para a realização de foco. Na seção 4.3 descrevemos as características do experimento realizado. Na seção 4.4 – Análise e discussão dos resultados, apresentamos nossa análise para os resultados alcançados com o experimento. Por fim, na seção 4.5, apresentamos as conclusões do capítulo.

4.1 A Fonologia Prosódica

De acordo com os pressupostos da fonologia entoacional, a entoação tem uma organização fonológica própria, interpretada como sequências discretas de eventos tonais realizados pela curva de f_0 . Esses eventos são basicamente de dois tipos: acentos de *pitch* e tons de fronteira (*edge tones*). Para Ladd (1996), acentos de *pitch* são elementos do contorno entoacional e servem como um indicador de proeminência silábica, uma vez que eles precisam ser associados a sílabas tônicas, apesar de não constituírem por si só proeminência silábica. Já os tons de fronteira marcam os limites entre os domínios de contornos melódicos. Assim, a decomposição dos contornos entoacionais se dá através de sequências de eventos tonais, ou seja, alvos altos (H) ou baixos (L) associados a sílabas lexicalmente acentuadas (sílabas tônicas) ou fronteiras de sintagmas.

Nessa proposta, o acento de *pitch* é marcado com um asterisco se há coincidência entre tom e sílaba tônica, no caso de um tom alto, esse receberá, por exemplo, o rótulo H*. O acento de *pitch* pode, ainda, consistir de mais de um tom. Nesse caso, usa-se o sinal '+' e aquele tom que estiver associado à sílaba lexicalmente acentuada é marcado com o asterisco (H*+L, H+L*, por exemplo). Tons de fronteira são assinalados através do símbolo de percentual '%' (L%). Nesse sistema, é ainda possível a ocorrência de *downstep*, abaixamento da *topline* (faixa superior correspondendo ao limite superior da curva melódica) do falante em relação a um tom alto anterior H; esse é marcado com um '!' antes do tom afetado.

Na fonologia entoacional, eventos tonais são estruturados através de relações de constituição e proeminência definidas na estrutura prosódica. Essa estrutura prosódica, segundo Nespor & Vogel (1982) e Selkirk (1984), é, em parte, definida pela sintaxe. Melhor dizendo, os constituintes prosódicos são gerados com base em informações sintáticas e as estruturas prosódicas que resultam desse mapeamento podem ser iguais às sintáticas ou divergentes delas.

Na fonologia prosódica (Cf. Selkirk 1984, 1995; Nespor & Vogel 1986), a estrutura prosódica que subjaz uma sentença é organizada hierarquicamente, os segmentos fonológicos são agrupados em sílabas (σ), sílabas em pés (Σ), pés em palavras prosódicas

(ω), palavras prosódicas em sintagmas fonológicos (P), sintagmas fonológicos em sintagma entoacional (I) e esses em enunciados (U).

As unidades da hierarquia prosódica são definidas a partir de regras de mapeamento de XPs sintáticos para a estrutura prosódica. Nas línguas, segundo Selkirk (1984), sintagmas fonológicos são entidades prosódicas que são derivadas de XPs sintáticos. Muitos domínios prosódicos são derivados de XPs sintáticos e são classificados como sintagmas fonológicos (P). Selkirk (1984) estabelece, então, a Condição de mapeamento XP para P:

(1) Condição de mapeamento XP para P

Restrições de mapeamento relacionam XPs a sintagmas fonológicos, mas não relacionam XPs a outras entidades prosódicas.

Em estudo posterior Selkirk (1986), observa que os domínios em Chimwi:ni, uma língua banto, podem ser derivados de alinhamentos de margem direita de XPs com fronteiras prosódicas e propõe uma teoria universal de fraseamento, Teoria End-Based. Nessa teoria, baseada no alinhamento de sintagmas fonológicos com XPs sintáticos, as relações sintaxe/ fonologia se estabelecem no fim do constituinte sintático, ou seja, nas fronteiras de XPs. A hipótese é reformulada em Selkirk (1995), passando a adotar a formação dos constituintes prosódicos como derivada não mais pelo respeito a regras de boa-formação, mas através de hierarquias de restrições violáveis, a depender de cada língua. Algumas dessas restrições são:

(2) a. (Alinhe-XP, D: Alinhe (XP, D; P, D)

“Para cada XP há um P, em que a fronteira direita de XP coincide com a fronteira direita de P”

b. Alinhe-XP, E: Alinhe (XP, E; P, E)

“Para cada XP há um P, em que a fronteira esquerda de XP coincide com a fronteira esquerda de P”

Na proposta de Selkirk (1995), no mapeamento sintaxe-prosódia, a sintaxe determina a local das fronteiras prosódicas, o que significa que cada núcleo de sintagma fonológico carrega um acento de *pitch*. A estrutura informacional, por outro lado, afeta o

local do acento de *pitch*, no caso da presença de Foco, por exemplo, o elemento sobre o qual esse incide carrega um acento de *pitch*, o que, conseqüentemente, leva à formação de um sintagma prosódico tendo o elemento foco como em cabeça.

Féry & Ishihara (2010), diferentemente de Selkirk e Nespor & Vogel, propõem um modelo de representação da interação sintaxe e prosódia distinguindo fenômenos como fraseamento prosódico mapeado da sintaxe e efeitos de estrutura informacional sobre a prosódia como mudanças no registro de F0. Para esses autores, efeitos prosódicos de estrutura sintática e estrutura informacional devem ser tratados a parte.

No que diz respeito a efeitos prosódicos de estrutura sintática, Féry & Ishihara assumem que a estrutura sintática é mapeada na prosódia através de fraseamento prosódico, sendo esse fraseamento recursivo. No caso de sentenças com foco largo, a formação de sintagmas prosódicos assim como o padrão tonal dependem inteiramente da estrutura morfo-fonológica. Enquanto os sintagmas prosódicos apresentam núcleo na forma de posições abstratas, como pela realização de acento de *pitch*, os núcleos prosódicos não são necessariamente realizados com acento de *pitch*, podendo ser expressos por duração, intensidade ou por parâmetros completamente diferentes como modificações tonais e segmentais. Assim, observa-se que os núcleos prosódicos apresentam correlatos na estrutura prosódica métrica ou hierárquica. Essa relevância dos diferentes níveis de fraseamento é tratada na literatura de diferentes formas como, por exemplo, sintagmas fonológicos e sintagmas intermediários ou domínios de acento e grupos rítmicos. Nessa abordagem, os diferentes níveis de mapeamento são considerados como mapeados de constituintes sintáticos:

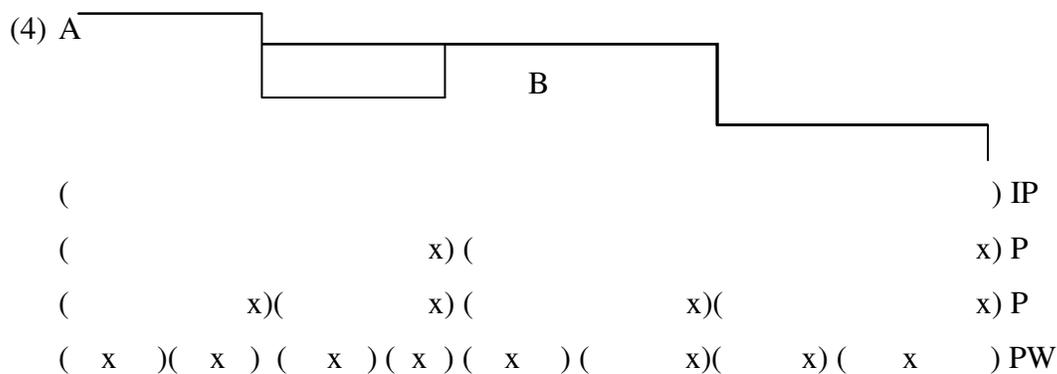
- (3) (x) IP
 (x) (x) P
 (x) (x) (x) (x) P
 (x) (x) (x) (x) (x) (x) (x) PW

Princess Diana's sudden death has been the source of many speculations

(Ex (1) Féry & Ishihara 2010)

Adotando a proposta de Wagner (2005) e Ito & Mester (2006), os autores propõem, como mostra o fraseamento acima, que, com exceção do nível mais baixo (palavra fonológica) e do mais alto (nível do sintagma entoacional), todos os níveis são sintagmas-P.

Em sentenças com foco largo, quando a sentença inteira é informação nova, os sintagmas-p de um dado nível são dados em relação ao outro como se um fosse o predicado do outro (ver ex. (4) abaixo). Assim, todo sintagma é baixado em relação à *topline* do sintagma anterior, o que significa que cada nível prosódico define seu próprio padrão de *downstep*, sendo a *topline* de todo sintagma mais baixa que a do sintagma anterior da mesma categoria (Ladd 1990, Truckenbrodt 2002, Féry & Truckenbrodt 2005), o que indica seu caráter recursivo. O dado abaixo ilustra o relacionamento do padrão de *downstep* entre os diferentes sintagmas em todos os níveis de fraseamento. O nível mais alto é o primeiro tom do sintagma entoacional, o próximo tom mais baixo introduz o primeiro *downstep* e separa o sujeito do VP.



Princess Diana's sudden death has been the source of many speculations

(Ex (2) Féry & Ishihara 2010)

Os autores salientam que o padrão de *downstep* é crucial na percepção de ênfase entre acentos no alemão e no japonês, mas não excluem a possibilidade de que outras línguas possam não apresentar o mesmo padrão.

Na próxima seção, voltaremos ao trabalho de Féry & Ishihara no que tange à relação prosódia e estrutura informacional.

4.2 Prosódia e Estrutura Informacional

A estrutura informacional de uma sentença é o termo usado para tratar da codificação linguística de noções como tópico, foco e pressuposição, as quais descrevem a relação da informação veiculada a um dado discurso ou a *status* de ativação (Cf. Lambrecht 1994). Dentre as diversas formas de expressar essas relações informacionais está a marcação prosódica. Segundo Chomsky (1971), por exemplo, foco é o elemento que carrega o acento principal de um sintagma. Jackendoff (1972) define a relação entre foco e entoação da seguinte forma: se um sintagma P é escolhido como o foco de uma sentença S, o acento mais alto vai estar sobre a sílaba mais forte de P através da regra de acento regular, a qual inclui a regra de acento nuclear (*Nuclear Stress Rule* - NSR). A NSR, proposta inicialmente em Chomsky & Hale (1968), é a regra que descreve a atribuição do acento mais proeminente de uma sentença em contextos não marcados discursivamente.

Nessa seção, apresentaremos estudos que tratam da relação estrutura informacional e prosódia.

4.2.1 Algumas considerações sobre Foco Linguístico

No campo teórico da linguística, foco é tratado como a ênfase dada em algum ponto de uma sentença motivada pelo discurso/ pragmática. Podendo esse ser entendido ainda como sendo a parte não pressuposta da sentença (Chomsky 1971, Jackendoff 1972, Lambrecht 1994, Kiss 1998, Zubizarreta 1998), sendo pressuposição definida como a informação na sentença partilhada pelo falante e o ouvinte (Jackendoff 1972). A asserção pressuposicional, nesse sentido, contém um conjunto de alternativas que precisam ser propriamente saturadas. Um teste geralmente usado para determinar que parte da sentença é o foco e qual é a pressuposição é realizado através da formação de uma pergunta. Assim, em uma questão como “O que aconteceu?” o elemento focalizado vai ser toda a oração, nesse caso, há a presença de acento de *pitch* sobre diferentes elementos da sentença. Já em

uma questão como “Quem comeu o bolo?” o foco recairá sobre o sujeito da sentença, ou seja, o foco vai ser a parte da resposta que atribui valor à variável presente na questão e esse elemento focado recebe, geralmente, uma maior proeminência. Considere o Quadro 10, que mostra como diferentes perguntas ou contextos podem acarretar diferentes focos, mesmo em sentenças estruturalmente iguais.

O que aconteceu?	O João comeu o bolo todo
O que o João fez?	O João comeu o bolo todo
O que o João comeu?	O João comeu o bolo todo
Quem comeu o bolo todo?	O João comeu o bolo todo

Quadro 9 - Perguntas-Qu e respostas com focos diferentes

Estudos mais recentes sobre o tema reconhecem a existência de foco associado a informação dada. Isso ocorre quando o falante deseja enfatizar ou corrigir uma informação dada ou retomar um tema apresentado anteriormente.

Kiss (1998), através da análise de dados do húngaro e do inglês, estabelece a relação entre foco e informação dada ou pressuposta através da distinção entre foco informacional e foco identificacional. Essa distinção é necessária porque, segundo a autora, as línguas apresentam maneiras de expressar informação nova e informação contrastiva (ou exaustiva). Nessa proposta, o Foco Informacional constitui o que não é pressuposto em uma estrutura tópico-foco (tema-remata); enquanto o Foco Identificacional expressa identificação exaustiva.

Na proposta de Kiss, o foco informacional corresponde à estrutura tópico-foco, em que a categoria relevante na periferia à esquerda se refere ao tema e a porção restante da sentença carrega a informação nova sobre esse tópico. O foco informacional, diferentemente de um foco identificacional, não se comporta como um operador e não sofre movimento. No entanto, segundo Cinque (1993), há um padrão prosódico específico associado a sentenças com foco informacional. Sentenças com foco informacional apresentam o acento nuclear no elemento mais baixo na estrutura:

- (5) A Ana comeu o BOLO.

No exemplo acima, *Ana* é o constituinte que corresponde ao tópico enquanto o restante da sentença (todo o VP) apresenta uma informação nova sobre esse tópico (*Ana*). O item mais encaixado na estrutura, o núcleo do objeto direto, recebe o acento principal, conforme a regra de acento nuclear (NSR).

A abordagem de Cinque faz ainda outras predições quanto à entoação. Segundo o autor, uma língua como o inglês, que não admite a inversão livre do sujeito, apresenta dois padrões entoacionais distintos a depender do estatuto informacional do sujeito, se o sujeito é parte da pressuposição, o acento recai sobre o verbo, já se o sujeito não é parte da pressuposição, o acento recai sobre ele.

As peculiaridades prosódicas das estruturas de foco informacional, como exemplificado nos dados de Cinque, levaram a predições quanto ao fraseamento prosódico dentro do quadro teórico da Fonologia prosódica. Quanto à necessidade de acentuação do item mais encaixado numa estrutura de foco informacional, propôs-se que a proeminência principal de I é atribuída à cabeça do último ϕ de I, a depender da recursividade da língua (Nespor & Vogel, 1986).

Ainda de acordo com a proposta de Kiss (1998), o foco identificacional é estabelecido a partir de um conjunto de elementos dados contextualmente e sobre os quais o predicado pode se aplicar; o foco identificacional representa o subconjunto exaustivo desse conjunto. Assim, considerando o conjunto dado contextualmente {*Maria, Ana, Pedro, Paulo*}, o subconjunto “*Maria*” na sentença *foi a Maria que comeu o bolo*, representa a identificação exaustiva sobre a qual o predicado se refere. Para Kiss, há um traço semântico [exaustivo] relevante para distinguir os dois tipos de foco: informacional e identificacional.

O foco identificacional e o foco informacional se diferenciam ainda com relação a suas características entoacionais. No caso de um foco identificacional, o acento principal recai necessariamente sobre o elemento associado com identificação exaustiva. Dessa forma, o que diferencia o foco identificacional do foco informacional é que o acento não recai sobre o item mais encaixado na árvore. Ou seja, quando há foco identificacional, há a desacentuação do acento original ou há a atribuição de acento adicional ao constituinte relevante que precisa ser focalizado. Assim, se o contexto para a sentença em (5) fosse diferente de uma pergunta-Qu, o padrão acentual poderia ser outro:

(6) A ANA comeu o bolo.

No exemplo acima, *A Ana* é interpretada como o foco identificacional da sentença e, nesse caso, o acento não recai sobre o item mais encaixado da estrutura (“o bolo”), mas sobre o item que apresenta identificação exhaustiva. Vale lembrar que, embora a noção de foco identificacional seja bem parecida com a de foco contrastivo (Cf. Zubizarreta 1998), há uma diferença. Na noção de foco contrastivo de Zubizarreta, o item focalizado é interpretado como [x, mas não y], já o foco identificacional de Kiss é interpretado como [x e apenas x], não sendo, portanto, necessariamente contrastivo.

No que diz respeito à posição na sintaxe, Kiss argumenta que o foco informacional não possui posição estrutural específica, diferentemente do foco identificacional. Esse último ocuparia a posição de especificador de uma projeção funcional.

O foco identificacional, de acordo com Kiss, carrega as noções de exaustividade e de contrastividade através dos valores dos traços que variam parametricamente de língua para língua. O traço [\pm exaustivo] identifica um conjunto relevante ao qual o predicado assegura predicação, já o traço [\pm contrastivo] foca um elemento de um conjunto em contraste e elimina as outras alternativas. Com relação a esse ponto, percebemos uma diferença interessante em relação ao PB e o PE. Quando pedimos para que os informantes nos dissessem como reagiriam ao um contexto como *Você comeu o bolo todo* (Cf. ex. (78) do capítulo anterior), alguns informantes nos deram a opção de resposta *eu não* com identificação exhaustiva, já, entre os falantes do PE, uma resposta *eu não* significa “não eu, mas outra pessoa”⁴⁰. Tal dado indica que o PB marca o traço [\pm exaustivo], enquanto o PE marca o traço [\pm contrastivo]. Não realizamos, no entanto, uma pesquisa mais aprofundada sobre essa distinção, o que não nos permite qualquer afirmação a esse respeito. De qualquer forma, a distinção importante para nosso estudo é entre foco informacional e foco identificacional/ contrastivo.

⁴⁰ Segundo Inês Duarte em comunicação pessoal.

Retornando ao aspecto entoacional do foco, ressalta-se, ainda, que aspectos como mudança no padrão de f_0 da sentença como um todo, além de aumento da duração e/ou intensidade, podem ser reflexos do acento que porta o elemento focalizado (Xu 2005).

Truckenbrodt (1995), a partir da análise de Bresna & Kanerva (1989) sobre a atribuição de fronteira- ϕ depois do constituinte focalizado, apresenta evidências de que em Chichewa, uma língua bantu, o traço de foco faz com que o elemento focalizado seja proeminente prosodicamente dentro do seu domínio. O autor argumenta, então, que o foco muda a proeminência, alterando, assim, a constituição prosódica expressa pela atribuição de ϕ s.

Hyman & Waters (1984) propõem uma análise sobre foco em verbos, considerando apenas duas distinções de tipos de foco: foco assertivo (FA) e foco contrastivo (FC). Os autores definem foco assertivo como uma informação assertada contra um contexto neutro⁴¹, enquanto foco contrastivo aparece em contextos não neutros, em que o S(ujeito)2 julga que S1 preencheu o lugar do foco com um valor conflitante.

No estudo, que tinha como objeto a realização de foco sobre auxiliares em línguas africanas em comparação com o inglês, os autores afirmam que a dicotomia foco assertivo versus contrastivo é importante na medida em que essa marcação ocorre de forma diversa entre as línguas analisadas. Segundo Hyman & Waters, em muitas línguas a fórmula $FC = FA + X$ demonstra que o foco contrastivo é realizado pela adição de uma estrutura de foco assertivo. Em inglês, por exemplo, a aplicação de acento de *pitch* comum para FA e FC, sendo o grau do acento do FC mais elevado, i.e. acento de *pitch* mais alto.

Há ainda trabalhos que distinguem o tipo de acento tonal ao tipo de foco, ou seja, haveria contornos específicos para a distinção entre ênfase, no caso de foco informacional, e contraste. Em Teixeira de Sousa (2012), analisando essa distinção no PB, percebemos que os contornos descendentes (HL, >HL, LHL) são usados, geralmente, para expressar contraste enquanto que os ascendentes (LH, >LH, HLH) expressam ênfase. Os dados, que eram compostos de fala espontânea, não foram, porém, em grande número.

⁴¹ Por contexto neutro, entende-se, segundo os autores, o lugar ocupado por elementos focalizados que não apresentam conflito de valor (referente, verbo de ação ou estado, verdade, etc.) pelo ouvinte.

A partir do apresentado, tem-se que o elemento focalizado nas línguas pode: (i) portar o acento principal da sentença, (ii) portar um tipo de acento tonal específico, (iii) afetar a distribuição dos acentos tonais, (iv) afetar o fraseamento dos domínios prosódicos.

4.2.2 As noções de foco, estrutura informacional e a entoação

Relacionando essas diferentes dimensões de estrutura informacional, Baumann (2008) afirma sobre as relações foco-suposição e informação nova ou dada que informação nova sempre ocorre na parte do foco, já a informação dada ou acessível pode ocorrer tanto na parte do foco quanto da suposição, podendo ser acentuada ou não a depender do grau de dado. Para o autor, a atribuição de acento de *pitch*, no entanto, não depende somente do grau de ativação (Baumann 2008:99): “se um falante deseja apresentar um constituinte como particularmente relevante, ele pode realçar esse constituinte desrespeitando seu status de ativação”, o que é comum em enunciados contrastivos, nos quais itens claramente dados são focados, usando-se não somente um acento de *pitch*, mas com uma particular saliência a partir da aplicação do acento de *pitch* com valor máximo superior à *topline* do falante.

Considerando os aspectos cognitivos da relação foco e informação dada ou nova. Vallduvi diz que, no caso de foco como informação nova, a informação será a entrada no armazenamento do conhecimento do ouvinte, já o foco sobre informação dada (contrastivo) envolve uma operação mais complexa, a recolocação de uma entidade em uma proposição previamente armazenada.

Para Féry & Ishihara (2010), foco e dado afetam a escala de F0 de certos domínios prosódicos, mas não afetam diretamente o fraseamento prosódico. Os autores assumem, assim como Truckenbrodt (1995), que foco é realizado por proeminência prosódica:

- (7) *Proeminência de Foco*
Foco é realizado por proeminência em seu domínio de foco.

O domínio prosódico do foco como expresso em (7) corresponde a seu escopo semântico, o que significa que é em seu domínio que o foco é interpretado e recebe proeminência prosódica. Assim, o domínio contém o elemento focalizado e identifica a informação pressuposta relevante para a interpretação semântica do foco. É um traço formal F que indica o foco e dá seu escopo.

A noção de dado também é importante para a abordagem de Féry & Ishihara, os quais adotam a proposta de Schwarzschild (1999) sobre a atribuição livre de F-marcação. Os autores apresentam duas restrições, uma indicando que a não F-marcação de informação dada e outra restringindo ao mínimo o número de F-marcações:

- (8) a. DADO: Um constituinte não F-marcado é dado.
b. EviteF: Não F-marque.

Complementando o trabalho de Schwarzschild, Féry & Ishihara assumem que elementos dados são G(iven)-marcados. Essa distinção é necessária porque, segundo Féry & Samek-Lodovici (2006), constituintes dados, quando não focalizados, são desacentuados:

- (9) Desacentue-Dado
Um sintagma dado é prosodicamente não proeminente.

Na proposta de Féry & Ishihara, estrutura informacional não manipula as fronteiras de sintagmas prosódicos, mas altera os registros de *pitch*, ampliando ou estreitando-os. O efeito da manipulação dos acentos de *pitch* é, segundo os autores, o aumento ou redução da altura em comparação com a situação não marcada, considerando seu *status* de foco ou dado. No caso de foco, a tendência é o aumento da *topline*, já a identificação de um constituinte como dado provoca o abaixamento da *topline* de um dado domínio. A diferença dessa abordagem com relação às outras é que o relacionamento entre as diferentes partes da sentença é modificado, assim, a estrutura informacional provocaria mudanças na escala da sentença toda ao invés de ter como alvo somente o acento de *pitch* mais proeminente. As restrições de acentos de *pitch* pela *topline* são ilustradas abaixo:

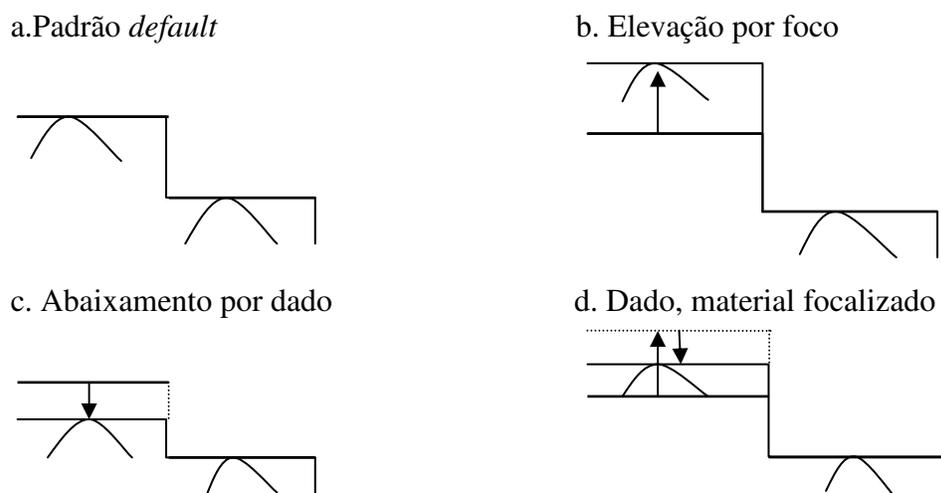


Figura 1 - Restrições de acento de *pitch* pela *topline* de seus respectivos domínios prosódicos (Féry & Ishihara 2010:43)

Como a Figura 1 acima ilustra, há um aumento no registro de *pitch* para acima da *topline* do falante, como ilustrado em (b) comparado a (a). O registro de *pitch* sobre um elemento dado, numa relação foco-dado, é baixado para outro domínio (c). No caso de um elemento dado sendo focalizado, há tanto o aumento quanto o abaixamento do registro de *pitch*, o que é frequente em segunda ocorrência de foco.

Além do abaixamento ou elevação da *topline* pela relação foco e dado, Féry & Ishihara observam um outro fenômeno presente de forma incisiva no alemão e em menor instância no japonês, trata-se do abaixamento das *toplines* ao mínimo em contexto pós-nuclear, não havendo assim lugar para a realização de acentos de *pitch*:

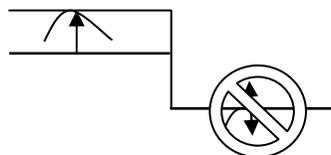


Figura 2 - Supressão de registro pós-nuclear (Féry & Ishihara 2010: 44)

Nessa abordagem, a distribuição de acento de *pitch*, assim como nas outras abordagens apresentadas, é regulada pela sintaxe e pela projeção de acentos. O modelo, no

entanto, adota a recursividade de sintagmas-P e nega que uma estrutura prosódica única é formada da mesma forma pela sintaxe e pela estrutura informacional. O ganho da abordagem, a nosso ver, está em considerar os efeitos sobre a escala de f_0 provocados pela estrutura informacional na sentença como um todo.

4.2.3 O Padrão entoacional do PB

No que diz respeito ao padrão entoacional do PB, trabalhos de base autosssegmental (Tenani 2002, Fernandes 2007, dentre outros) assumem que a principal característica de sentenças neutras é a presença de um acento de *pitch* H+L* associado à cabeça do último sintagma fonológico do sintagma entoacional acompanhado de um tom de fronteira baixo (L). Já com respeito à presença/ ausência de acento de *pitch*, Fernandes observa que elementos focalizados têm o mesmo acento de *pitch* que recebem em contexto neutro, já sentenças com sujeito focalizado apresentam ausência de tons associados a palavras fonológicas, havendo proeminência acentual associado à fronteira direita do ϕ que contém o sujeito focalizado.

Armstrong & Schwenter (2009), em análise envolvendo sentenças negativas no PB, também identificam a ausência de acento sobre informação dada em sentenças com $n\tilde{a}o_2$ e $n\tilde{a}o_3$ e um acento H+L* sobre a cabeça do ϕ típico de sentenças neutras. Segundo os autores, o mapeamento entre as negações não canônicas e a estrutura prosódica não é, no entanto, de um para um. Além do padrão desacentual, é possível que o falante apresente *pitch* numa frequência mais alta nesses dois tipos de estrutura.

No presente estudo, considerando o trabalho de Armstrong & Schwenter (2009) e as diferenças sintáticas entre as estruturas com $n\tilde{a}o_3$ entre as gramáticas do PB, formulamos as seguintes hipóteses:

1. Presença de desacentuação, dependendo do contexto, nas estruturas com $n\tilde{a}o_2$ tanto na fala dos mineiros/ goianos (G1) quanto na dos baianos (G2);

2. Presença de tons sobre os sintagmas intermediários da sentença na ausência de proeminência prosódica sobre os itens negativos;
3. Diferentes estratégias na realização prosódica de sentenças com *não*₂ e *não*₃ gramáticas 1 e 2.

4.3 O Experimento

Nos estudos de prosódia é comum se afirmar que certos eventos do discurso como constituintes focalizados podem encontrar correlato acústico, seja através do estabelecimento de pausas para segmentar enunciados, seja através de produção de ênfase sobre algum constituinte para ressaltá-lo, etc. Considerando nossa hipótese de que as negações não canônicas do PB podem estar relacionadas a fenômenos discursivos, passamos a investigar as características entoacionais dessas estruturas. Para tanto, realizamos um experimento com o objetivo de descrever as características entoacionais das estruturas [Neg V Não] e [V Não] e relacioná-las à estrutura informacional.

4.3.1 Métodos e Procedimentos

4.3.2 Os informantes

Os dez informantes que compõem o *corpus* são do sexo masculino e feminino com faixa etária entre 25 e 35 anos no período das gravações e ensino superior completo. Todos falantes nativos do PB, sendo três deles de Minas Gerais, dois de Goiás, compondo o Grupo 1 nos resultados, e cinco baianos, compondo o Grupo 2⁴².

Nenhum falante apresenta alterações fonoarticulatórias.

⁴² A escolha de falantes de Minas Gerais e Goiás como pertencentes a um grupo e baianos a outro grupo parte de experimentos realizados anteriormente que indicavam diferenças entoacionais entre esses dois grupos. Acrescenta-se também o fato de que em ambos os dialetos há a presença tanto de *não*₂ quanto de *não*₃.

4.3.3 Metodologia das gravações

As gravações foram realizadas em novembro de 2011 no Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os equipamentos utilizados para tal tarefa foram um microfone unidirecional da MXL modelo 8900 e um software de gravação, o programa Audacity 1.3 beta. As gravações não foram realizadas em cabine acústica, mas certos cuidados como local com menor ruído e sem correntes de ar foram observados. Os falantes permaneceram sentados durante a gravação com os microfones fixados próximo à boca. Os dados foram gravados diretamente no computador através do programa Audacity 1.3 beta e analisados com o software *Praat* (Boersma; Weenink, 2010, versão 5.2.11).

4.3.4 Coleta e tratamento dos dados

Para a coleta dos dados, apresentamos 23 contextos e duas possíveis respostas. Os informantes deveriam escolher uma entre as duas opções de resposta ou reação a uma determinada situação e lê-la em voz alta. Dos 23 contextos apresentados, 18 eram compostos de sentenças e contextos que, de acordo com os estudos realizados nesta pesquisa, favoreciam a ocorrência das formas não canônicas da negação sentencial no PB, resposta a pergunta polar para *nã₃* e presença de pressuposição ou inferência para *nã₂*⁴³. Já os cinco contextos restantes eram compostos de sentenças distratoras.

Em todas as gravações, as sentenças foram segmentadas em unidades V-V, do início de uma vogal até o início de outra. Essa escolha tem como motivação a observação de muitos estudiosos (Dogil & Braun 1988; Wong & Schreiner 2003; dentre outros) da relevância da transição CV tanto para a produção quanto para a percepção da fala. Também segundo Barbosa (2006), todos os eventos articulatórios e acústicos candidatos a pontos de âncoramento se situam na vizinhança do *onset* acústico da vogal, sendo esse duracionalmente mais homogêneo, o que pressupõe que os segmentos que compõem a

⁴³ Como o nosso objetivo era verificar o padrão acentual de estruturas [Neg V Não] como foco de polaridade, não acrescentamos contextos de informação nova com essa estrutura.

unidade V-V sejam sujeitos aos efeitos acentuais também de forma homogênea. Um motivo adicional é que o uso de V-V ao invés de VC evita uma possível associação de VC com unidades tautossilábicas somente.

Todos os símbolos fonológicos foram utilizados conforme a fonologia do português brasileiro.

Os contextos e sentenças utilizadas para a análise são apresentados no quadro abaixo. É importante dizer que, enquanto para alguns contextos apenas uma das respostas constituía dado para a análise, em outros, qualquer uma das duas sentenças poderia ser utilizada. A decisão de apresentar os contextos dessa forma tem a ver com as características sintáticas próprias de cada grupo de informantes representando uma gramática x, esperávamos que, a considerar as características de cada gramática, enquanto uma das opções de resposta fosse mais natural a um grupo a outra seria mais natural ao segundo.

Sentenças	Contextos
1. Tenho não.	Sua irmã está traduzindo um texto para o inglês e te pergunta: Você tem ideia de como se traduz „Guararape“?
2. Eu num passo por lá não.	Sua mãe pediu para você comprar alguns ingredientes no mercado para uma receita árabe, mas o único mercado que vende esses produtos fica no sentido oposto ao seu. O que você diz?
3. Não faz isso agora não. 4. Eu não faria isso não.	Sua irmã chega em casa reclamando do chefe e diz que vai pedir demissão. Você acha que ela deve conseguir outro emprego antes de sair desse. O que você diz a ela?
5. Eu não vou entrar aí não.	Você está assistindo um show de mágica quando o mágico te convida para entrar numa caixa para ser serrado ao meio.
6. Melhorou não.	Um colega de classe ficou doente e teve que faltar a algumas aulas, a professora pergunta se o colega melhorou. O que você diz?
7. Num sei se eu aguento não.	O seu pai pede para que você o leve na

	casa do seu irmão, ele sabe que você não se dá muito bem com ele e pede para você não discutir. O que você diz?
8. Tavam não (nem tinha primeira classe).	Você conta pra um amigo que uma banda de rock viajou no mesmo avião que você, ele te pergunta se eles estavam na primeira classe.
9. Conheço não. 10. Não conheço não.	Há um boato de que alguém foi assaltado perto da sua casa. Alguém te pergunta se você conhece a pessoa que foi assaltada. O que você responde?
11. O João vai não, mas o Carlos vai 12. Eu acho que o João não vai não.	Um amigo está preparando uma festa e quer saber quem vai. Você sabe que o Carlos vai, mas o João não. O que você diz a ele?
13. Não vai sair com meu carro não.	Seu irmão diz que vai sair com o carro que você acabou de comprar. Você sabe que ele dirige muito mal. O que você diz pra ele?
14. Quebrei não.	Imagine que você tenha se machucado e esteja com o pé enfaixado, um conhecido aparece e te pergunta. Quebrou o pé?
15. Eu num fui na palestra não.	Um professor te pergunta se você assistiu a palestra de um orientando dele e o que você achou. Você detestou, mas não quer dizer. O que você responde?
16. Eh, não tem jeito não! 17. Eh, tem jeito não!	Você encontra uma vizinha na saída de casa e ela começa a fazer várias reclamações, diz que tá tudo caro e difícil. Você quer terminar a conversa rápido. O que você responde a ela?
18. Sei não. 19. Tô sabendo não.	Você está conversando com um amigo sobre os possíveis próximos candidatos a presidência. Ele te pergunta se você sabe quem vai ser candidato.

Quadro 10 - Sentenças e contextos utilizados para coleta de dados

Ao final do experimento, chegamos a um total de 124 sentenças, 61 produzidas pelo Grupo1 e 63 produzidas pelo Grupo2.

4.3.5 O Sistema DaTo

Para a análise envolvendo contorno entoacional foi utilizado o sistema de notação DaTo (Dinamical Tones of Brazilian Portuguese). Esse sistema de notação proposto por Lucente (2008) descreve o Foco na entoação segundo a noção de contornos dinâmicos, apresentando como primitivos melódicos o tipo de contorno entoacional, a gama de variação tonal e o alinhamento específico entre curva e material linguístico. Segundo Lucente (2012), cada contorno dinâmico, marcador de proeminência, tem movimento e altura associados à altura e movimento de F0 que o antecede e o segue, sua posição na cadeia tonal é determinada pelo alinhamento com as sílabas tônicas, i.e. o material linguístico. Assim, o contorno dinâmico na notação DaTo se refere a um movimento de curva entoacional ao qual se atribui marcação de proeminência.

Os contornos entoacionais são especificados por um alvo estático ou dinâmico, o acento de *pitch* é associado à sílaba lexicalmente acentuada de uma palavra acentuada. Já a gama de variação tonal delimita o intervalo de *pitch* no qual um alvo é implementado, considerando o valor do alvo e o intervalo da variação. O alinhamento específico, central nessa abordagem, se estabelece, considerando a existência de uma sincronia entre movimentos que produzem *f0* e movimentos articulatórios que geram os padrões espectrais.

O Quadro 12 abaixo mostra a notação DaTo em relação à proposta da fonologia entoacional:

ToBI	DaTo
<i>Acento Pitch</i>	<i>Contornos de nível</i>
L*	L
H*	H
	<i>Contornos Dinâmicos</i>
L+H*	LH
L*+H	>LH
H+!H*	LHL
	HLH
H+L*	HL
H*+L	>HL
<i>Acentos Frasais</i>	
L-	
H-	
<i>Tons Fronteira</i>	<i>Tons Fronteira</i>
L%	L
H%	H

Quadro 11 - O sistema DaTo em relação à fonologia entoacional
 Fonte: Lucente (2008)

Lucente (2008) divide os tipos de contorno que assinalam foco em tons ascendentes (LH, >LH, HLH), descendentes (HL, >HL, LHL) e tons de fronteira (H, L). A autora, com respeito aos tons ascendentes, diz que a descida de f_0 durante sílabas que antecedem a sílaba do acento lexical (obrigatória para a realização do movimento posterior de subida) era interpretada pelos ouvintes como uma alteração no grau de foco, tornando-se este menos enfático após a elevação e mais enfático à medida que aumentava a amplitude da queda. Também a desacentuação das sílabas em posição pós-focal mostra que a percepção do foco está associada à oposição ocorrida com as sílabas não acentuadas posteriores ao foco. E, então, apresenta LH como tom *default*, mais frequente na realização de foco estreito. Esse tom tem como característica um tom alto (H) durante a sílaba acentuada lexicalmente. Já o >LH corresponde à mesma forma de LH, porém com o pico após a sílaba tônica. E, ainda, HLH, que apresenta dois picos na mesma palavra fonológica. Seguem abaixo os contornos ascendentes e descendentes, retirados de Lucente (2008, 2012):

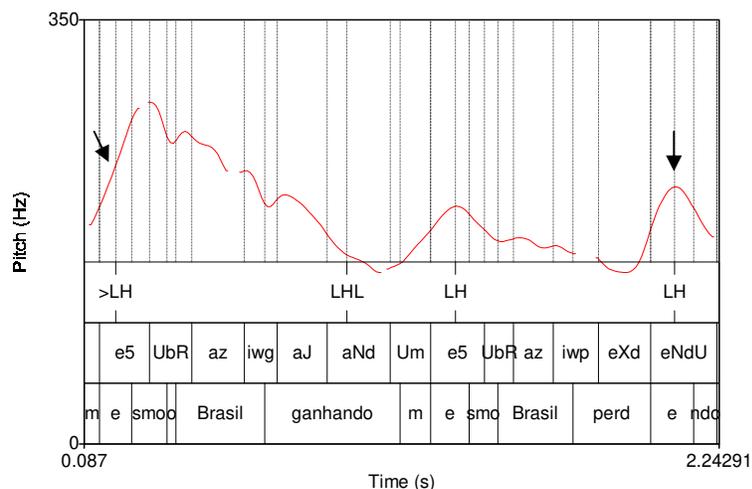


Figura 3 - Contornos ascendentes >HL e LH sobre as palavras "mesmo" e "perdendo"

Conforme indicam as setas no dado acima, enquanto no contorno >LH o alinhamento com a vogal tônica se dá antes do pico, no contorno LH há o alinhamento entre vogal tônica e pico. Já na Figura 4 abaixo, as setas indicam a subida e abaixamento de f_0 anteriores ao pico alinhado à vogal tônica, o que caracteriza o contorno HLH.

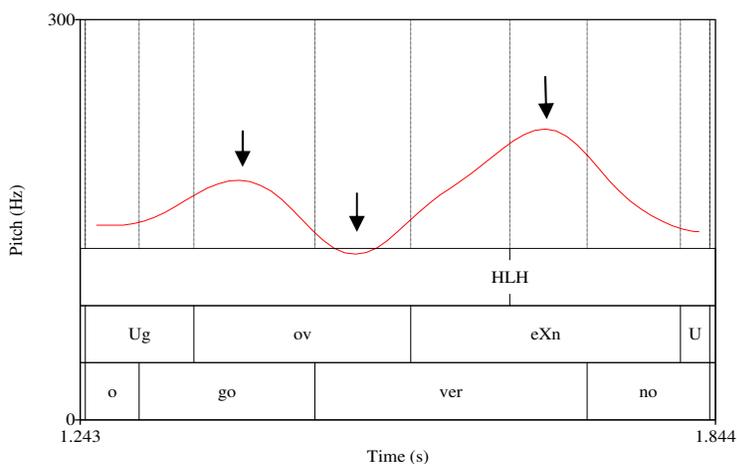


Figura 4 - Contorno ascendente HLH sobre "governo"

Ainda com relação aos contornos ascendentes, Lucente (2012) acrescenta vLH. Esse contorno, chamado *compressed rising*, marca foco estreito entre dois picos de f_0 onde não há espaço, ou possibilidade fisiológica, de realização de um tom mais alto.

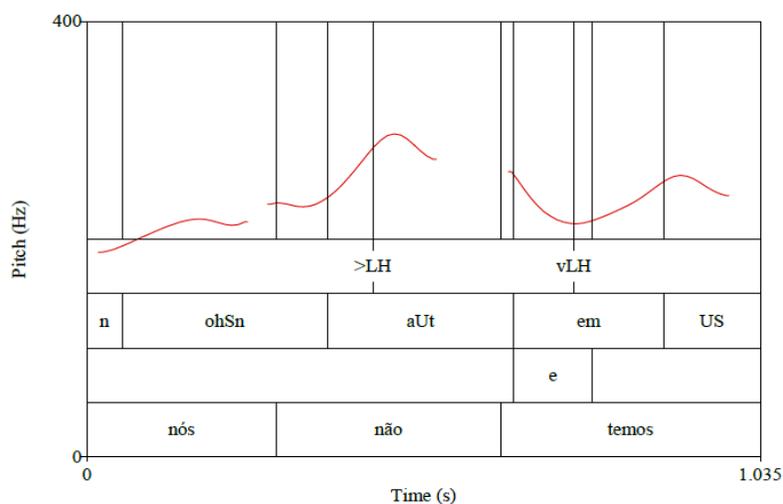


Figura 5 - Contorno vLH entre dois picos de f_0

Com relação aos contornos descendentes, é dito que esses apresentam um movimento *default* correspondente à subida suave de f_0 . O alinhamento nesses contornos não ocorre, porém, de forma unificada, HL e >HL apresentam a mesma forma, sendo >HL atrasado em relação à descida de f_0 ; já o contorno LHL, classificado com *downstepping*, possui um padrão de declinação mais suave próprio de finais de enunciados declarativos. As Figuras de 6 a 8 ilustram os contornos com as setas indicando o alinhamento com a sílaba tônica.

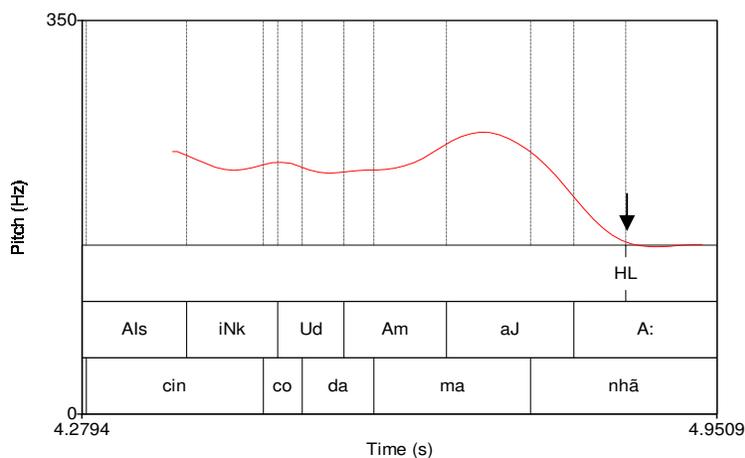


Figura 6 - Contorno descendente HL sobre "manhã"

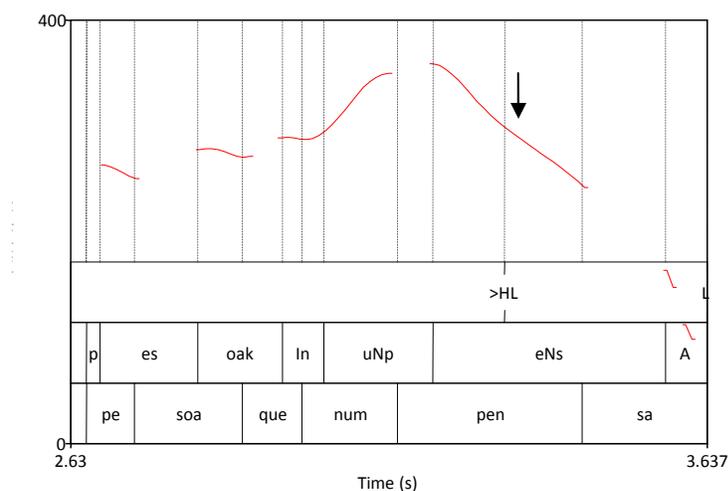


Figura 7 - Contorno descendente >HL sobre "pensa"

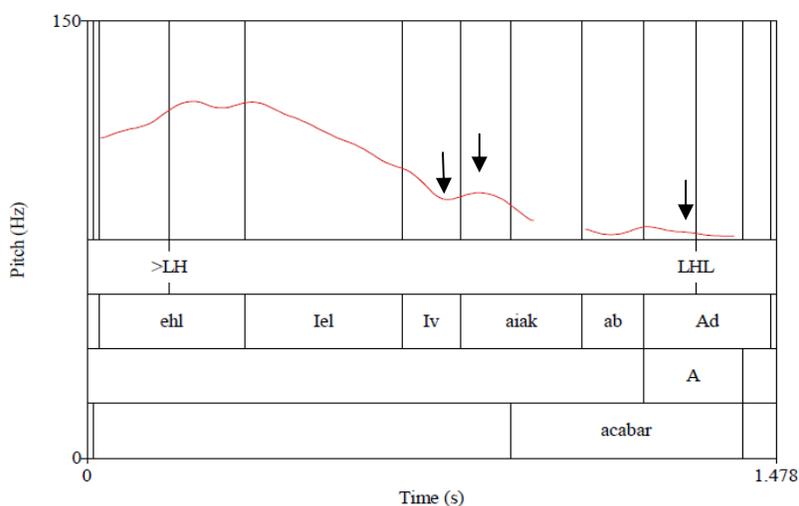


Figura 8 - Contorno LHL, com início na descida do contorno >LH e fim na vogal tônica de "acabar"

4.4 Análise e discussão dos dados obtidos

Nesta seção, trataremos dos resultados obtidos a partir da análise entoacional das sentenças negativas produzidas através do experimento. Para verificar a interação entre estrutura informacional e prosódia, observamos a curva de f_0 ao longo de cada sentença tendo como parâmetro o padrão de uma sentença declarativa neutra, ou seja, quando toda a

informação é nova. A Figura abaixo ilustra o padrão entoacional de uma sentença em contexto neutro:

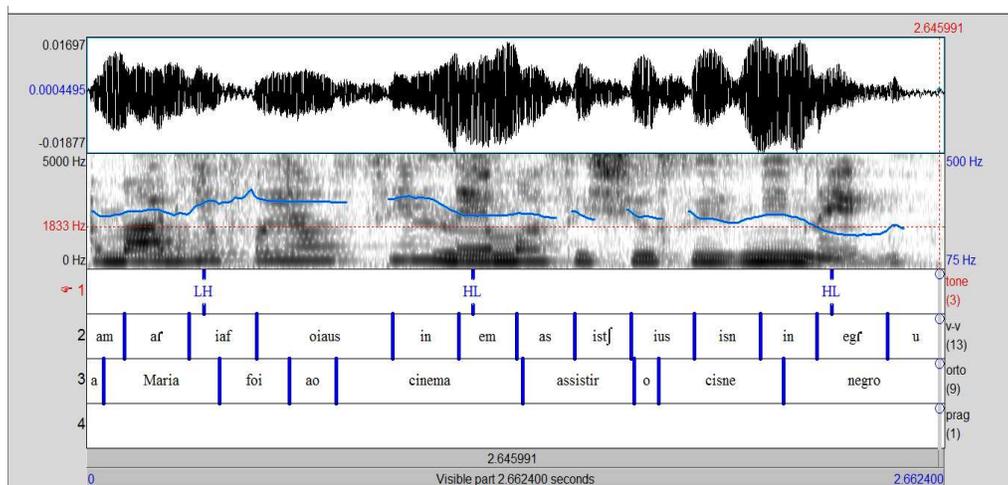


Figura 9 - *f*₀ da sentença 'A Maria foi ao cinema assistir o cisne negro' em contexto neutro

As declarativas em contexto neutro analisadas, como ilustrado no dado acima, apresentam acento de *pitch* marcando a fronteira de cada sintagma-P de nível 2 (Cf. (3) P e P de Féry & Ishihara 2010). No entanto, uma característica importante é a presença de um padrão de *downstep* de cada sintagma prosódico em relação ao anterior. Esse padrão também é encontrado por Féry & Ishihara para o alemão e o japonês. Lembrando que, segundo Féry & Ishihara, declarativas em que toda a informação é nova apresentam um padrão de *downstep*, permanecendo a *topline* de todo sintagma mais baixa que a do sintagma anterior da mesma categoria. Os dados do PB parecem sugerir que esse também é o padrão de sentenças informação nova na língua. Sendo esse o padrão encontrado em nosso conjunto de dados, estabelecemos o padrão de *downstep* como a forma não marcada, tendo as sentenças negativas não canônicas sido analisadas em relação a esse padrão.

Como dissemos anteriormente neste capítulo, há uma regra (NSR) que atribui o acento mais proeminente ao elemento mais encaixado da sentença. Essa regra faz com que o elemento mais encaixado, qualquer que seja, seja percebido como mais proeminente. Nossos dados também apresentaram esse padrão em algumas ocorrências de [Neg V Não].

Abaixo é apresentada a Figura e o fraseamento prosódico da sentença, acompanhado da marcação do padrão de *upstep*:

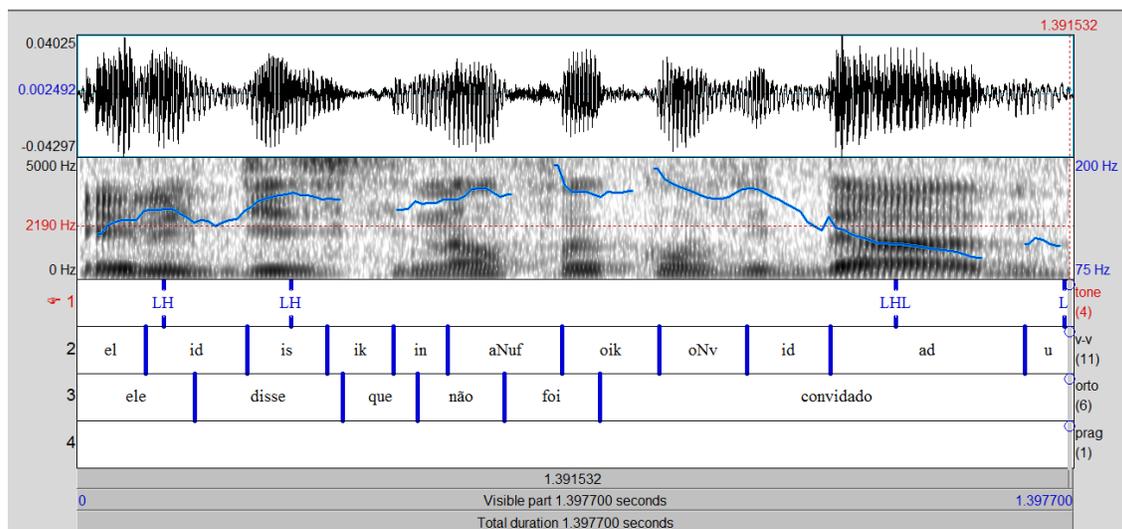
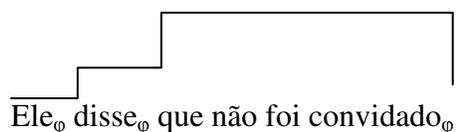


Figura 10 - *f0* da sentença 'ele disse que não foi convidado' com *upstep*

(10)



Com relação a esse dado, é importante lembrar que se trata de uma sentença negativa em uma oração encaixada. No que diz respeito a sentenças negativas em que a informação era nova, observou-se apenas a ocorrência de acento de *pitch* sobre o item *não*₁ formando um sintagma-p, sendo os outros sintagmas normalmente acentuados. Esse padrão se repetiu também em alguns dados de [Neg V Não] em encaixadas.

Com a observação dos dados recolhidos com as sentenças negativas não canônicas, foi possível perceber a existência de padrões entoacionais específicos para a realização de estruturas [Neg V Não] entre os dois grupos de informantes analisados. No entanto, diferentemente do que esperávamos, os resultados mostraram padrões diferentes entre os dois grupos. Com relação a estruturas [V Não], observamos que dois grupos

produzem padrões variados entre a presença de dois tons ou um. Os resultados são apresentados nas seções seguintes.

4.4.1 Os padrões prosódicos de [Neg V Não]

Na análise envolvendo f_0 de sentenças com $n\tilde{a}o_2$, encontramos diferentes padrões entre os grupos de falantes. Entre os falantes do Grupo 1 (mineiros/ goianos), observamos um número elevado de ausência de acentos de *pitch* nos sintagmas prosódicos que precedem o $n\tilde{a}o_2$ e, em alguns casos, a presença de tom comprimido ou abaixo da frequência do $n\tilde{a}o_2$ sobre o sintagma que contém o verbo. O tipo de contorno sempre presente sobre o $n\tilde{a}o_2$ se alternou entre os falantes em >HL e HL. As figuras 11, 12 e 13 abaixo ilustram os padrões encontrados para as estruturas [Neg V Não] entre os falantes do Grupo 1.

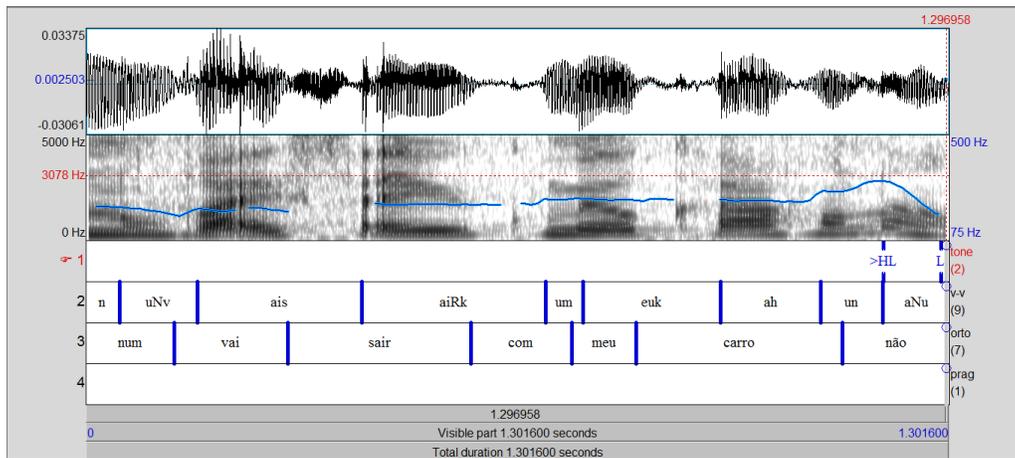


Figura 11 - f_0 da sentença 'num vai sair com meu carro não'

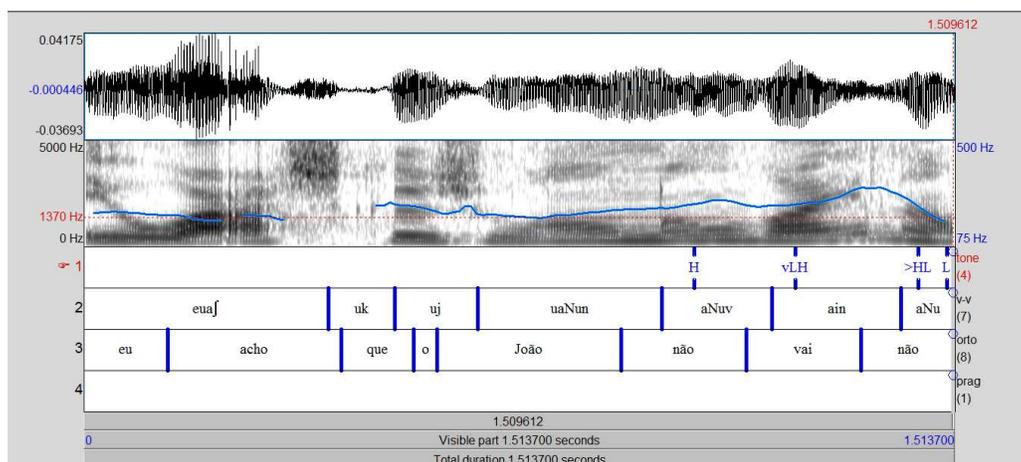


Figura 12 - f_0 da sentença 'eu acho que o João não vai não'

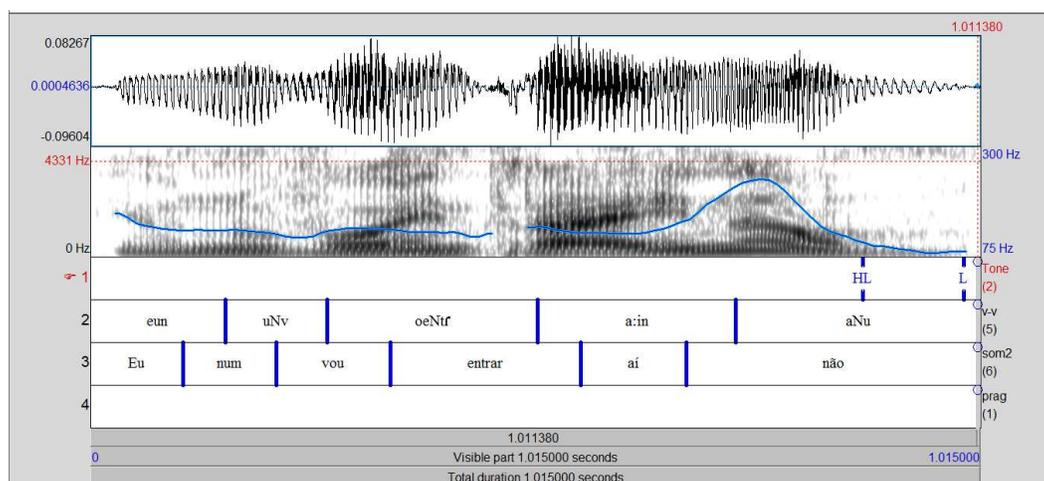


Figura 13 - f_0 da sentença 'eu não vou entrar aí não'

Como vimos, numa declarativa neutra, há um acento de *pitch* marcando a fronteira de cada sintagma-p (nível 2), além de um padrão de *downstep* de cada sintagma-p em relação ao anterior. Nos dados de [Neg V Não] para o Grupo 1, não há contornos marcando os sintagmas-p intermediários e há acento de *pitch* apenas sobre o $n\tilde{a}o_2$ (Cf. Figura 13). Esses dados indicam que há um nivelamento dos elementos que antecedem o $n\tilde{a}o_2$ tornando esse item mais proeminente. Assim, consideramos que há, na maior parte dos casos, desacentuação do conteúdo antes de $n\tilde{a}o$ final. Quanto ao tipo de contorno, observamos que a variação quanto à posição do pico em relação à sílaba tônica, ora os dois

coincidiam ora o contorno ocorria numa posição atrasada em relação à queda de f_0 da tônica. Apesar da diferença em relação ao alinhamento do contorno com a sílaba tônica, houve predominantemente contornos descendentes.

A presença de proeminência sobre o $n\tilde{a}o_2$ mais a desacentuação do conteúdo leva à interpretação desse item enquanto foco, o que vai de acordo com a nossa hipótese de que o item pode funcionar como foco de verdade.

Embora o padrão de desacentuação pré-focal tenha sido o mais frequente, ocorreram dois dados em que não houve desacentuação do conteúdo proposicional e tom sobre o $n\tilde{a}o_2$. Em dois desses dados não havia acento de *pitch* sobre o $n\tilde{a}o_2$. Como mostra o dado abaixo:

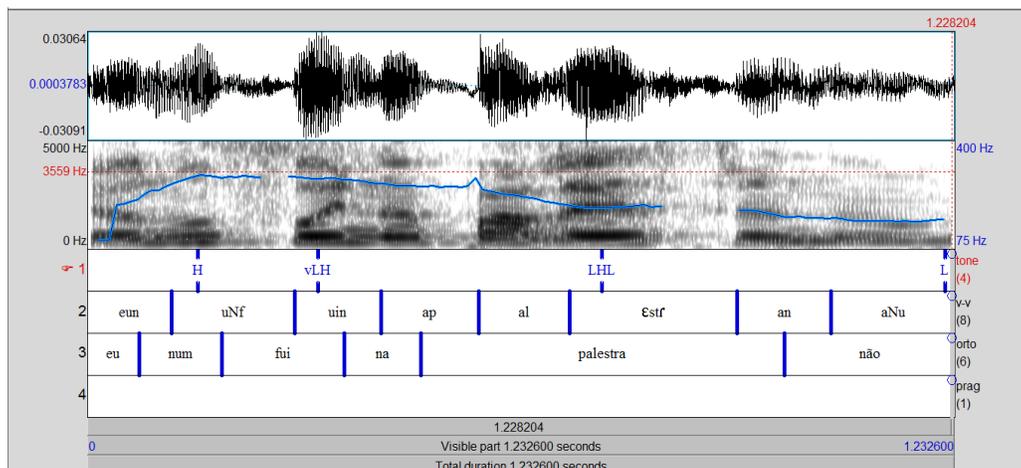


Figura 14 - f_0 da sentença 'eu num fui na palestra não'

Já os dados do Grupo 2 mostraram um padrão bem diferente do outro grupo. Nesse grupo, houve poucos casos de desacentuação pré-focal, apenas nove entre 29 dados. O que nos chamou a atenção foi a presença de atribuição de acentos de *pitch* em cada sintagma-p. Também o *upstep* foi o padrão mais recorrente na realização de sentenças [Neg V Não]. Uma vez que o padrão de declarativas neutras é de *downstep* e esses dados mostram um padrão oposto, ou seja, um aumento na altura de f_0 e a consequente queda maior ao fim do sintagma entoacional, consideramos essa uma estratégia diferenciada de proeminência sobre o $n\tilde{a}o_2$.

Em alguns casos, porém, não ocorreu contorno HL sobre o *não*₂ e nem *upstep*, o que consideramos não proeminência. As figuras 15 e 16 abaixo exemplificam o padrão de [Neg V Não] entre os informantes do Grupo 2.

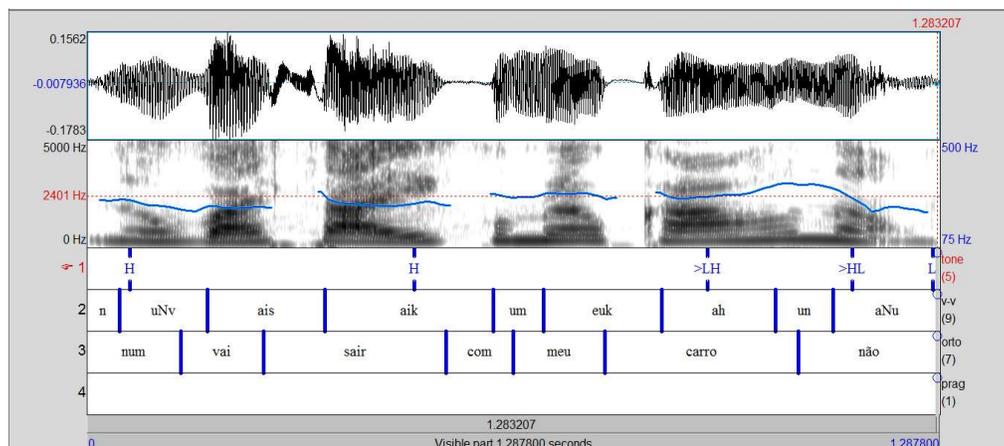


Figura 15 - *f*₀ da sentença 'num vai sair com meu carro não' com upstep

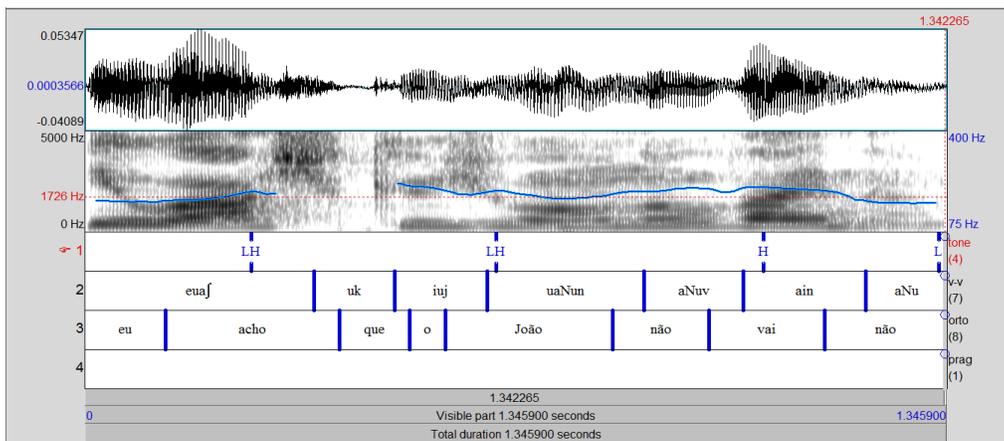


Figura 16 - *f*₀ da sentença 'eu acho que o João não vai não'

Os dados de [Neg V Não] do Grupo 2 indicam que, diferentemente do que ocorre com o Grupo 1, o *não*₂ não é prosodicamente proeminente em grande parte dos casos, como previsto por Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b). Esse resultado não era, no entanto, previsto para a interpretação de estruturas desse tipo como realização de foco de verdade, já que, como vimos no capítulo anterior, a presença de um elemento negativo prosodicamente proeminente parece ser obrigatória para a realização desse tipo de foco. Há

no entanto que se considerar que o elemento negativo marcador de foco ocorre na posição mais encaixada da sentença, que já é considerada por si só proeminente pela Regra de Acento Nuclear. Uma forma de analisar a possibilidade de não proeminência é considerar que, em muitos desses casos, a interpretação da estrutura não corresponde a foco de verdade, mas a realização de negação semântica. Essa análise explica também o resultado mais homogêneo nas respostas dos baianos aos questionários analisados no capítulo anterior. Na resposta ao Teste 4, por exemplo, os baianos consideraram possíveis todos os contextos de uso de [Neg V Não] enquanto informação nova. Ao que parece, na gramática dos baianos houve a reanálise da estrutura [Neg V Não] como negação semântica, sendo a possibilidade de focalização um recurso adicional.

Os resultados dos mineiros e goianos quanto à resposta aos questionários aplicados variou bastante, em alguns casos chegando a 50% a preferência por uma e outra opção (ver Anexos II e III). Assim, ao que parece, nessa região dialetal há duas gramáticas, uma em que o *não*₂ é interpretado apenas como foco e outra em que o *não*₂ foi reanalisado como negação semântica e mantém o uso adicional de foco. Se a análise para os dois dialetos está correta, então, podemos pensar num percurso de mudança em que primeiro se tem um *não*₂ como foco e depois como negação semântica.

A Tabela abaixo mostra a diferença de percentual na taxa de ocorrência de desacentuação nos Grupos 1 e 2.

[Neg V Não]	Grupo 1		Grupo 2	
	No.	%	No.	%
Proeminência por desacentuação	27	93	9	31
Proeminência por <i>upstep</i>	-	-	7	24
Contexto neutro	2	7	13	45
Total	29	100	29	100

Tabela 4 - Frequência e percentual de desacentuação e *upstep* nos Grupos 1 e 2

A análise estatística realizada a partir de um teste z de proporções revelou a diferença significativa de ocorrência dos três padrões entre os dois grupos. Com relação a

proeminência por desacentuação, houve uma diferença significativa de α de 0,01 (com valor de p de $4,2 \times 10^{-6}$). Também com relação a contexto neutro, houve uma diferença significativa com valor de $p < 0,003$. Já para *upstep*, a diferença foi marginalmente significativa para alfa 0,01 (valor de $p < 0,02$). Assim, podemos dizer, a partir da distinção significativa, que os dois grupos se distinguem nos três componentes.

É ainda importante ressaltar que enquanto a ausência de acento de *pitch* sobre o *não*₂ ocorreu apenas duas vezes em 29 dados do Grupo 1, no Grupo 2 esse número sobe para 9 em 29 dados. Já no que diz respeito ao tipo de contorno sobre o *não*₂, os dois grupos apresentaram uma preferência por contornos descendentes (HL, >HL e LHL), típicos de sentenças declarativas. Esses dados somados a presença/ ausência de desacentuação levam a conclusão de que o *não*₂ é prosodicamente proeminente na fala do Grupo 1. Esse resultado apresenta uma diferença importante entre os dois grupos analisados, como já mencionamos.

4.4.2 Os padrões de [V Não]

Na análise de F0 das sentenças com *não*₃, observamos padrões próximos nos dois grupos analisados. Nos dois grupos, houve um padrão *default* de ocorrência de acentos de *pitch*, ou seja, nas estruturas desse tipo não houve desacentuação ou padrão de *upstep*. Nos dados [V Não], no entanto, houve uma diferença entre os dois grupos no que diz respeito à distribuição de acentos por sintagma-p. Nos dados do Grupo 1, ocorreu em frequência ligeiramente maior a presença de um tom sobre o constituinte verbal (LH ou HL) e outro sobre o *não*₃ (HL), o que indica que verbo e *não*₃ são separados em diferentes sintagmas prosódicos. Embora o contorno que ocorre sobre o constituinte verbal possa variar, o tom sobre o *não*₃ é sempre o mesmo e a combinação mais frequente é LH HL.

Já o padrão mais frequente para o Grupo 2 consistiu da ocorrência de apenas um tom sobre o *não*₃, o que indica que verbo e o *não* são mapeados no mesmo sintagma prosódico. Três dos cinco falantes que compunham esse grupo usaram esse mesmo padrão em todos os dados com exceção do encontrado na sentença “João vai não”, os contornos

para essa frase foram LH sobre o verbo *vai* e HL sobre o *não*₃. Alguns dados ilustram os padrões.

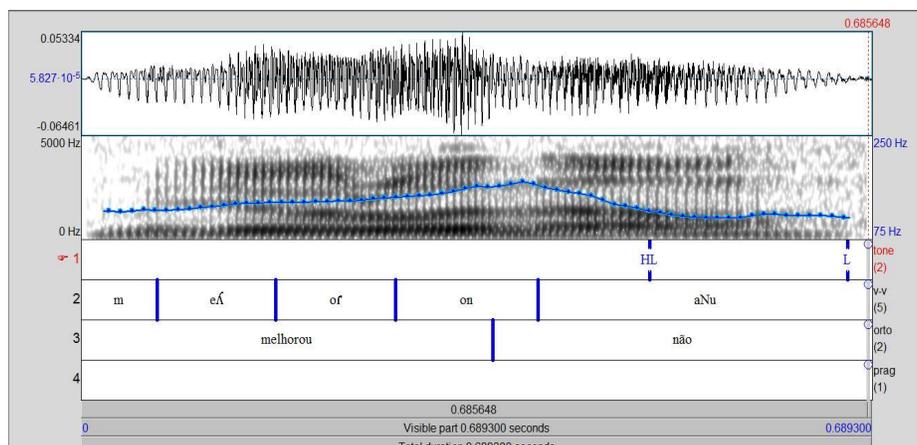


Figura 17 - f_0 da sentença 'melhorou não'

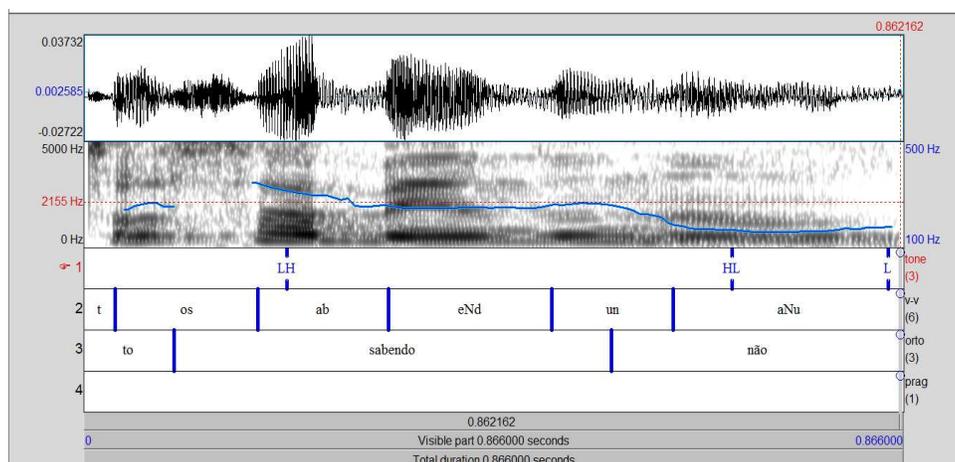


Figura 18 - f_0 da sentença 'tô sabendo não'

Nos dados do Grupo 2, ocorreu a presença de acento *pitch* sobre o constituinte verbal em apenas um caso de sujeito fonológico, como mostra a Figura 19 abaixo.

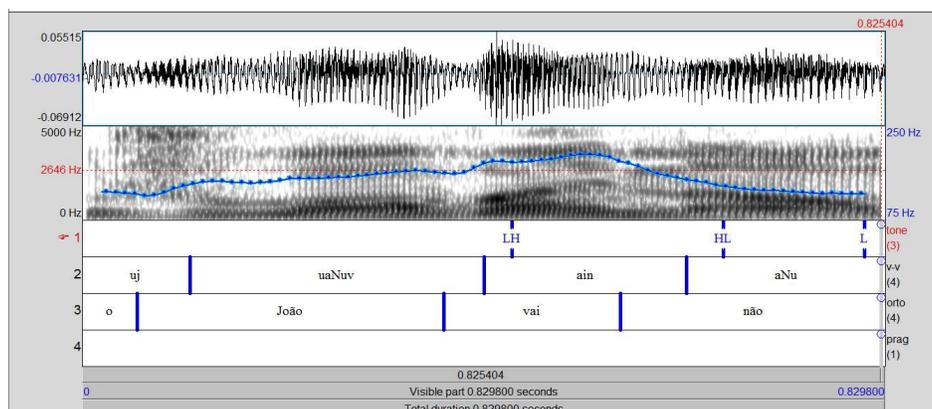


Figura 19 - *f0* da sentença 'o João vai não'

Esse dado indica que ‘o João vai’ está num sitagma-p diferente do *não*₃ e recebendo um contorno LH. Esse exemplo difere dos outros por apresentar um tópico contrastivo e, nesse caso, tópico e VP são mapeados no mesmo sintagma já que há apenas um tom sobre o verbo e nenhum sobre o tópico. Esse dado indica que os dois itens são movidos para a mesma categoria, provavelmente TopP.

A partir disso, argumentamos, conforme Féry & Ishihara, que o mapeamento de XP para P não é de um para um quando o fenômeno é de natureza informacional. Esse é, no entanto, um recurso disponível também para a realização de estrutura informacional, pelo menos para o Grupo 2, já que separa tópico e foco em sintagmas fonológicos distintos.

A Tabela abaixo mostra o número e o percentual de ocorrência de dois contornos ou de um contorno nas estruturas com *não*₃ nos dois grupos analisados:

[V Não]	Grupo 1		Grupo 2	
	No.	%	No.	%
2 contornos	14	58	08	26
1 contorno	10	42	22	71
Total	24	100	31	100

Tabela 5 - Frequência e percentual de um ou dois contornos nos Grupos 1 e 2

Como a Tabela acima mostra, houve uma frequência um pouco mais alta de um contorno nesse contexto para o Grupo 2. Os dados do Grupo 1, no entanto, exibem um diferença bastante pequena entre a possibilidade de um ou dois contornos. A alta frequência de um tom em contextos [V Não] nos dois grupos pode, no entanto, ser resultado de

questões de produção, uma vez que a maioria dos dados era composta por apenas verbo e *não*₃. Com relação a isso seria interessante realizar um novo experimento com sentenças mais longas, isso é, porém, difícil, uma vez que uma das características das estruturas com o *não*₃ é o apagamento de uma boa parte do conteúdo previamente assertado.

A proposta de Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b) de que o *não* final (*não*₂ e *não*₃) não recebe proeminência prosódica, como vimos não se confirma para *não*₂, mas parece ser verdadeira para o *não*₃. Dessa forma, temos uma distinção importante entre o *não*₂ e o *não*₃, sendo o primeiro realizado com proeminência prosódica através do aumento do registro de *pitch* para bem acima da *topline* do falante, e um padrão *default* de ocorrência de acentos de *pitch* no caso do *não*₃. Uma possível explicação para a pouca alteração no nível de *pitch* nos dados de *não*₃ é julgar que, nesse caso, a própria estrutura leva à interpretação, não sendo necessária a marcação prosódica redundante. Essa hipótese ganha reforço considerando o trabalho de Cinque (1993), o qual afirma que a marcação prosódica de elementos discursivos é mais frequente em línguas que apresentam uma ordem de palavras mais rígida. Assim, pode-se entender que, uma vez que há a possibilidade de realização de funções discursivas através da sintaxe (ordem, clivagem, etc.), a marcação prosódica não é obrigatória.

4.6 Conclusões do capítulo

Neste capítulo, discutimos questões teóricas relacionadas à expressão do foco linguístico. Como vimos, há um consenso nas teorias linguísticas sobre a existência de dois tipos básicos de foco: (1) o foco informacional, realizado sobre informação nova e (2) o foco identificacional ou contrastivo, aplicado sobre informação dada gerando interpretação exaustiva ou contrastiva.

Apresentamos também neste capítulo os resultados de um experimento sobre a realização fonológica das estruturas [Neg V Não] e [V Não] entre falantes de dois grupos (dialetos) do PB, a saber, baianos e mineiros/ goianos. Os dados do experimento mostram uma distinção importante entre os grupos no que diz respeito aos dados de [Neg V Não].

No grupo dos mineiros e goianos, o $nã_2$ da estrutura é realizado a partir de um aumento do nível de *pitch* para além da *topline* do falante e desacentuação do conteúdo anterior. Já no grupo dos baianos, o $nã_2$ não foi sempre proeminente prosodicamente, havendo, em alguns casos, um padrão típico de sentenças neutras com a marcação de cada sintagma-p a partir da atribuição de tons. Houve, no entanto, outro padrão prosódico entre os falantes baianos, o qual consistia de *upsteps*, ou seja, o aumento da frequência de f_0 de um sintagma em relação ao outro, de forma que o fim da sentença se tornava mais proeminente. O padrão de *upstep*, no entanto, é, de certa forma, desvinculado da ocorrência de $nã_2$, já que esse ocorre sempre que se quer realçar o elemento mais encaixado da sentença.

Já no que diz respeito à ocorrência de [V Não] não observamos grandes diferenças entre o Grupo 1 e o 2. Nos dois casos, não houve alteração do registro de *pitch*, permanecendo o padrão acentual *default*. Percebemos, no entanto, uma distinção no mapeamento XP para P, uma vez que nesse contexto, mesmo entre os falantes do Grupo 2, há a possibilidade de atribuição de tom sobre o VP, mas não sobre o $nã_3$, indicando que esses são mapeados no mesmo sintagma.

Capítulo 5

Da derivação das sentenças negativas no PB

Nos capítulos anteriores apresentamos dados que indicam a existência de duas negações semânticas no PB, a saber, [Neg V] enquanto negação de situações, e [Neg V Não] como negação de proposição. Também tratamos da estrutura [V Não] enquanto denegação, uma negação externa usada apenas em contextos responsivos. Neste capítulo, apresentaremos uma proposta de derivação para essas estruturas considerando a proposta de fases (Chomsky 1999, 2005, 2008) e de isomorfia de fases (Butler 2005). Nesta tese assumimos que a estrutura sintática dos enunciados linguísticos codifica propriedades relativas à estrutura informacional, estando a posição dos itens negativos associadas a questões interpretativas. A relação entre gramática e informação não é nova na teoria da Gramática Gerativa, Chomsky (1980) já assumia que LF provia representações relevantes para a pressuposição pragmática:

The rule of focus may be involved in determining LF-representation of cleft sentences (...), then since the rule of focus does appear to be part of the mapping from S-structure to LF (...) LF will include an indication of focus and presupposition in the sense relevant to determining the status of cleft sentences and the discourse in which they are appropriate. Suppose it was that the presupposition in question is ‘pragmatic’ rather than logical (...) we would then conclude that LF provides representations relevant to pragmatic presupposition. (Chomsky 1980: 167)

O capítulo é organizado da seguinte forma. Na seção 5.1, *Derivação em fases*, tratamos de questões sobre a teoria de fases. Na seção 5.2 são apresentadas algumas das características da abordagem cartográfica. A seção 5.3, *Isomorfia de fases*, apresenta alguns desenvolvimentos da proposta de fases. Na seção 5.4, resumimos alguns trabalhos sobre a relação polaridade/ foco e apresentamos nossa proposta de derivação para as estruturas negativas sentenciais do PB. E, por fim, na seção 5.5, apresentamos as conclusões do capítulo.

5.1 Derivação em fases

5.1.1 Pressupostos Minimalistas

Nas últimas décadas, os estudos em gramática gerativa têm se voltado para a caracterização da faculdade da linguagem em relação a outros sistemas cognitivos e à caracterização dos subcomponentes do conhecimento linguístico – a sintaxe, a semântica, a pragmática e o componente fonético/fonológico, sendo a forma como esses subcomponentes da faculdade da linguagem interagem entre si um dos principais focos de atenção. No quadro teórico do Programa Minimalista (Chomsky 1991, 1992, 1995, 1998, 2000), princípios de economia são adotados como forma de eliminar redundâncias do modelo, assim os níveis de representação linguística são reduzidos àqueles considerados “conceptualmente necessários”: a forma fonética (FF) e a forma lógica (FL). Os níveis de FF e LF são mantidos uma vez que a faculdade de linguagem apresenta interfaces necessárias com um sistema articulatório/perceptual e com um sistema conceptual/intencional.

Nesse quadro teórico, a linguagem é entendida como uma forma ótima de ligar som e sentido, sendo a essas noções atribuído um sentido técnico nos termos de sistemas de interface que atuam no uso e na interpretação de expressões geradas pela língua-I. Dessa forma, considera-se que a Gramática Universal (GU) deve ser restrita a propriedades impostas por condições de interface.

5.1.2 A Proposta de Fases

A proposta de derivação por fases (Chomsky 1999, 2005, 2008) surge como uma forma de sistematizar certas propriedades cíclicas da derivação de sentenças linguísticas já tratadas em modelos anteriores através das noções de subjacência e barreira (Chomsky 1986) ou localidade e barreira (Chomsky 1995). No sistema de fases, no entanto,

cada ciclo de derivação resulta no *Spell-out* de (sub)estruturas, tornando a computação estritamente local.

A proposta de fases traz ainda a noção de matriz lexical (*lexical array*), que é entendida como um domínio pré-sintático de estocagem de itens lexicais. Assim, a derivação de uma sentença como *O João comprou duas maçãs* conta com um passo anterior em que os itens {duas, maçãs, o, João, comprou} são armazenados para entrar na derivação.

As fases constituem os objetos sintáticos que serão transferidos para as interfaces através da operação denominada Transferir (*Transfer*). Nessa operação, há, de um lado, objetos sintáticos (OS) já construídos para o componente fonológico, que os mapeia para a interface sensório-motora (SM) – *Spell-out*, de outro OS vão para o componente semântico, que os mapeia para a interface Conceptual-intencional (CI). Assim, a computação de expressões precisa estar restrita a um único processo/ ciclo computacional com *fases*. Na melhor das hipóteses, as fases vão ser as mesmas para ambas as operações de transferência. O modelo não exclui, no entanto, que a derivação fracasse (*crash*) caso algum traço não seja validado antes de chegar às interfaces.

As operações de transferência têm a função de verificação de traços, informações de natureza semântica, fonológica e sintática. Os traços semânticos codificam instruções legíveis para C-I, os traços fonológicos codificam as informações legíveis para SM e os traços formais (sintáticos) têm a função de composição estrutural de um objeto sintático. Os traços podem ser de dois tipos: interpretáveis [$i\phi$] ou ininterpretáveis [$u\phi$], esses se diferem dos primeiros por entrarem na derivação não validados (sem interpretação). É a operação *Agree* que exerce a função de validar esses traços. Nessa operação, um traço ininterpretável (*probe*) procura por outra instância desse traço (*goal*) em seu domínio de c-comando, a combinação desses traços (*matching*) resulta na eliminação dos traços ininterpretáveis antes que esses cheguem à interface semântica.

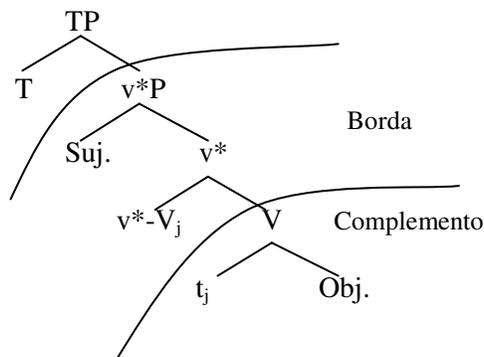
(1) $[_{CP} C [_{TP} T[u\phi] [compr- [o \text{ João}[i\phi] [duas \text{ maçãs}]]]]]$

Os objetos sintáticos são formados através da operação concatenar (*merge*), que pode ser de dois tipos: concatenar (*merge externo*) e reconcatenar (*merge interno*). As duas operações, de acordo com Chomsky (2008), resultam em {X, Y}, sendo que em concatenar, Y não é parte de X, e em reconcatenar, Y é parte de X. A partir disso, espera-se que as duas operações tenham diferentes efeitos nas interfaces. Na interface fonética, o efeito é deslocamento. Na interface semântica, as diferentes operações se relacionam com a dualidade da semântica, concatenar resulta em estrutura argumental e reconcatenar em propriedades relacionadas com discurso, como informação dada e especificidade. Assim, concatenar tem como função juntar dois itens sintáticos pela primeira vez ou juntar um item lexical novo a um objeto sintático pré-existente.

O fato de expressões serem pronunciadas em um local e interpretadas em outro não é, nesse sentido, uma imperfeição do sistema, mas resultado da dualidade semântica, com estrutura argumental generalizada como um componente e outro componente relacionado com discurso e propriedades de escopo. A linguagem lida com essa dualidade de forma ótima, concatenar servindo a uma função e reconcatenar a outra, permitindo, assim, significados adicionais para expressar essas propriedades.

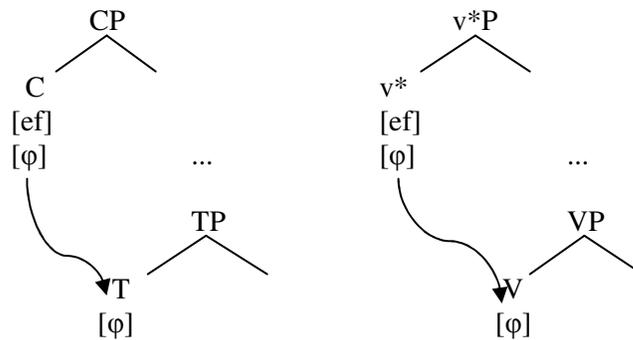
Quando uma fase é fechada, isso é quando todos os traços ininterpretáveis são eliminados, a estrutura se torna opaca e novas operações são barradas pela Condição de Impenetrabilidade da Fase: “In a phase α with the head H, the domain of H is not accessible to operations outside α , only H and its *edge* are accessible to such operations” (Chomsky, 2000: 108). Assim, uma vez que a fase é fechada apenas sintagmas que foram movidos para a borda esquerda (*left edge*) estão visíveis para movimentos adicionais. A passagem pela borda leva a novas relações de escopo e possibilita a incorporação de informação discursiva através de reconcatenar.

(2)



Outra característica dessa proposta diz respeito à possibilidade de múltiplos *Spell-out*. Chomsky (2000, 2001) propõe que o envio de traços fonológicos para interface SM (*Spell-out*) pode se dar em mais de uma etapa no processo de construção de um objeto linguístico. O autor propõe, ainda, pelo menos dois *Spell-outs*, correspondendo às fases vP e CP. Nessa proposta, v*⁴⁴ e C teriam cada uma dois tipos de traços: traço de concordância (*Agree Feature*) – [φ], e traços de borda (*Edge Feature*) – [ef]. Enquanto o traço de concordância é transferido para o complemento que X⁰ seleciona por herança, o traço de borda é verificado em sua projeção. Assim, T⁰ e V⁰ herdam os traços de concordância, sendo nessa posição que esses são verificados, e já os traços de borda são verificados em v* e C.

(3)



Os dois tipos de traços, concordância e borda, têm resultados diferentes nas interfaces. A não valoração dos traços de concordância leva ao fracasso da derivação, já se o traço de borda (ef) de um item lexical α não é satisfeito, a expressão resultante pode não dar *crash* caso ef seja minimamente satisfeito por α . Isso ocorre se α tem um complemento para o qual C-I possa atribuir uma interpretação, um papel- θ em algumas configurações (Condições de felicidade). O único requerimento empírico é que SM e C-I atribuam as interpretações que as expressões usualmente tem, incluindo algumas variedades de desviantes (= expressões com várias possibilidades de interpretação).

⁴⁴ Chomsky (2001) faz uma distinção entre fases fortes e fases fracas (v*P e vP, respectivamente), o v* enquanto fase forte apresenta estrutura argumental completa, atribui caso acusativo e pode, opcionalmente, conter traços EPP.

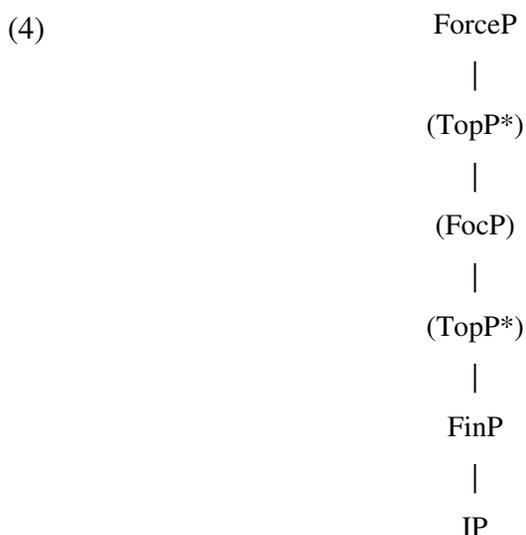
Muitas das características interpretativas associadas a fases, principalmente à fase CP, foram amplamente discutidas na proposta cartográfica, a qual prevê uma posição periférica à esquerda da sentença com funções discursivas. Também a abordagem cartográfica leva a algumas das alterações na proposta de fases em algumas teorias mais recentes, sendo assim, tratamos nas próximas seções da abordagem cartográfica e da relação dessa com propostas derivacionais recentes.

5.2 Perspectiva cartográfica

A perspectiva cartográfica surge com o trabalho de Rizzi (1997) a partir da cisão do CP em novas categorias funcionais. Essa expansão da categoria CP surge a partir da necessidade de codificar sintaticamente propriedades semânticas que se mostraram relevantes, como o sistema força e finitude ou tópico e foco. Nessa proposta, traços relacionados à morfologia flexional e ao discurso são elementos da computação sintática que, bem como outros elementos, estão sujeitos a processos sintáticos, sendo capazes de projetar seu próprio sintagma.

Embora a abordagem cartográfica se distinga da abordagem minimalista em alguns aspectos, há conexões entre elas, pelo menos no que diz respeito a economia e a ênfase nas interfaces. Para Cinque & Rizzi (2008) não há contradição entre as duas abordagens, uma vez que o foco de atenção do Minimalismo são os dispositivos gerativos e da Cartografia os detalhes das estruturas geradas.

A função do desdobramento da categoria CP, segundo Rizzi (1997), é distinguir entre tipos de frases (declarativa, interrogativa, etc.) e tipos de flexão (finita ou infinita), além de dar conta da possibilidade de mais de um sintagma deslocado à esquerda. O CP passa, então, a ser composto de dois subsistemas: i) força e finitude e ii) tópico-foco. No que diz respeito ao primeiro sistema, Rizzi diz que esse é essencial ao sistema-C e estaria presente em qualquer tipo de sentença, já o segundo, tópico-foco, só é projetado se houver na sentença algum tópico ou algum foco. A estrutura da periferia à esquerda, conforme proposta por Rizzi, é a seguinte:



Como o esquema acima ilustra, na proposta de Rizzi, as categorias funcionais de tópico e foco aparecem entre força e finitude. O Tópico, categoria que abriga sintagmas topicalizados, seria recursivo, podendo ocorrer em duas posições distintas, acima ou abaixo de FocP. Já o Foco seria a categoria que abriga itens clivados e palavras interrogativas deslocadas, podendo ser projetado uma única vez. É ainda interessante observar com relação a essa segunda categoria que, segundo Rizzi, apenas elementos que carregam valor contrastivo são movidos para a posição FocP.

5.3 Isomorfia de fases

Muitos autores (Belletti 2004, Frascarelli & Hinterhóltz 2006, Jayaseelan 2001) têm recentemente discutido a existência de uma periferia à esquerda em ambiente sintaticamente diferente de CP. Segundo esses autores muitas línguas apresentam movimento de foco para a borda de vP, ou a uma área próxima. A ocorrência de foco nessa área, no entanto, provocaria uma interpretação diferente da de um foco na área de C, que é sempre contrastivo. O foco da área predicativa teria uma leitura presentacional. Nos dados apresentados por Belletti, por exemplo, o sujeito pós-verbal seria interpretado como foco informacional e não contrastivo.

Também autores como Richards (2004), Reinhart (1995) e Hoop (1992) apresentam uma análise para *object shift* que considera a existência de uma posição com propriedades discursivas na estrutura predicativa que recebe esses elementos. Abordagens recentes como de Butler (2005) e Drubig (2006) tratam da existência de uma periferia à esquerda também da fase vP a partir de uma teoria de fases.

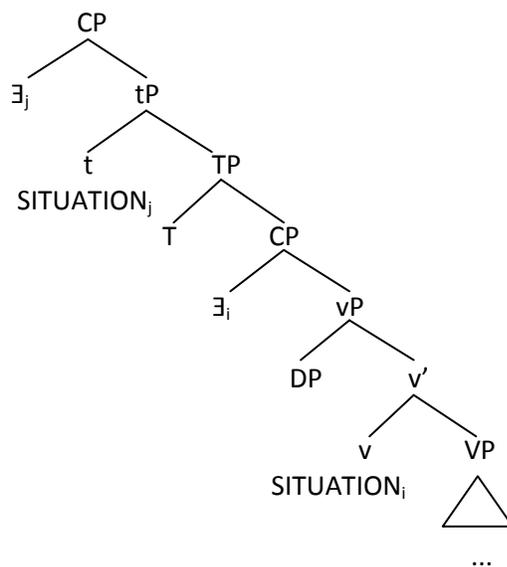
Vale lembrar que, na teoria de derivação em fases, Chomsky argumenta que uma fase é essencialmente proposicional e sugere que CP por ser claramente proposicional e vP por ter estrutura argumental plena são fases. Butler (2005, 2003), no entanto, argumenta que a principal característica de uma proposição é poder ser valorada em verdadeira ou falsa. Essa é uma propriedade de CP, mas não de vP, ao qual, segundo o autor, falta elementos importantes como Tempo. A partir disso, Butler propõe uma redefinição de fase levando em consideração noções semânticas de eventualidades, ou melhor, de situações.

Seguindo propostas como a de Starker (1993) e Sportiche (1995, 1999, 2002), argumenta que a mesma estrutura que há acima de TP também ocorre na posição acima de vP, assim, tanto TP quanto vP seriam encabeçadas por um CP. A categoria CP seria, nos dois casos, quantificacional, uma vez que os elementos encontrados na camada do CP são DPs (ou QP) capazes de vincular qualquer variável sob seu escopo.

Nessa proposta, vP é definida como a fase eventiva que toma o domínio que é mais próximo quando a variável situação é fronteira por um quantificador localizado na área denominada CP (ou DP). A formação da fase CP, a considerada realmente proposicional, ocorreria paralelamente à fase eventiva. A diferença entre as duas é que enquanto na constituição da fase vP (V) o quantificador é o equivalente a Z(eit)P⁴⁵ (Stowell 1996), Tempo na fase CP (T) é construído como um predicado ordenado temporalmente, estabelecendo uma ordem temporal entre situações. Uma vez que as duas fases apresentam uma periferia CP, Butler adota os rótulos T para a fase CP e V para a fase vP. Como também nós concordamos com a proposta de duas periferias, esses mesmos rótulos foram adotados.

⁴⁵ Categoria proposta por Stowell (1996) entre TP e vP para marcar o tempo do argumento interno de T, significando tempo do evento.

(5)



Apesar de considerar a formação de fases a partir de quantificação e não de proposição, Butler faz algumas considerações a respeito da natureza proposicional das fases T e V. Para o autor, os núcleos das fases T e V são distintos no que diz respeito ao tipo de informação que eles dão. Se T está relacionado a propriedades de valoração em termos de verdade e falsidade de uma proposição, no caso da fase V, talvez essa codifique propriedades discursivas em relações temáticas através das quais os participantes de um evento são percebidos, como voz. Assim, tem-se uma ideia das diferenças interpretativas entre como os operadores sobre os dois tipos de fase são interpretados, isto é, ou eles operam sobre informações relacionadas à situação ou sobre informações relacionadas à proposição.

A proposta de Butler (2005) ao incluir um CP como periferia da fase V acaba por tornar as fases isomórficas, ou seja, tanto a fase V quanto a fase T apresentariam as mesmas categorias com diferenças apenas no tipo de interpretação resultante. De fato, outras inovações na teoria de fases parecem tender para isomorfismo, por exemplo, a distinção entre fase *v* forte e fase *v* fraca (Chomsky, 2001) que nos remete à distinção entre C completo e C defectivo.

5.3.1 Níveis e quantificação

Como mencionamos, a proposta de Butler é que as fases apresentam propriedades quantificacionais e relaciona os itens que são movidos da borda da fase a certas propriedades quantificacionais. Para tanto, considera os trabalhos de Szabolsci (1994) e Beghelli & Stowell (1997) sobre tipos de quantificadores e de Heim (1992) sobre o escopo de QP.

Beghelli & Stowell (1997) distinguem entre cinco tipos de QP e suas relações de escopo: 1) WhQP [+qu] checados em CP via spec-head agreement, 2) NQP elementos quantificadores negativos como, por exemplo, *no bananas, no-one*, checados em spec NegP 3) DQP quantificadores universais com leitura distributiva, *each, every*, checados via spec-head agreement 4) CQPs quantificadores contadores *few, fewer than, more than three*, com escopo local e checagem *in situ*, 5) GQP denotadores de grupo, *some, a, bare numerals* – com várias possibilidades de escopo [Spec RefP] [Spec ShareP].

Considerando as possibilidades de escopo desses quantificadores, os autores estabelecem uma ordenação de categorias quantificacionais conforme expresso na estrutura abaixo:

$$(6) \quad [\text{RefP} [\text{CP} [\text{AgrSP} [\text{DistP} [\text{ShareP} [\text{NegP} [\text{AgrOP} [\text{VP}]]]]]]]]]]]]$$

Os quantificadores referenciadores de grupo estariam relacionados a noções de tópico e pressuposição, enquanto RefP seria uma posição para tópicos, ShareP seria uma posição para *scrambling* com escopo estreito sobre um QP pressuposicional.

Ainda com relação aos tipos de quantificadores, Beghelli & Stowell (1997) propõem um operador existencial (\exists) em Ref e outro em Share, operadores negativos estariam em Neg, quantificadores universais (\forall) em Dist e Qu em C. Considerando Rizzi (1997) associam Neg e Qu à camada de Foco. E, por fim, apresentam o seguinte ordenamento de quantificadores: $\exists > \text{Qu}_{\text{FOC}} > \forall > \exists > \text{Neg}_{\text{FOC}}$.

Já o trabalho de Heim (1982) apresenta um sistema tripartido para o tratamento do escopo dos quantificadores – operador quantificacional (Q), escopo restritivo e escopo

nuclear. Esse sistema apresentaria duas operações, (1) prefixação de NP, que move todo o TP para o nível sentencial (*quantifier raising*) e (2) construa quantificador, que move o Q para fora de QP, dando a esse escopo sobre C. No caso dos indefinidos, esses introduzem uma variável restritiva na operação, sem força quantificacional. Essa variável é sujeita a fechamento (*binding*) por outro elemento quantificacional na estrutura: outro QP, advérbios quantificacionais, modais e o operador \exists -fechamento.

O fechamento existencial é um processo pelo qual um operador existencial é introduzido no mapeamento sintaxe-semântica, que passa a ocupar um papel importante na teoria sintática, especialmente depois do trabalho de Diesing (1992) sobre indefinidos. Esse operador existencial não seletivo vincula qualquer variável livre até esse estágio. Na proposta de Butler, todos os QP devem ser tratados como os indefinidos de Heim, ou seja, os quantificadores introduzem uma variável restrita na representação, a qual é fronteira por um operador quantificacional mais alto. Ele propõe que indefinidos são ambíguos entre leitura existencial e genérica, ambas em QP.

Na proposta de Heim, há um operador existencial presente na estrutura das sentenças. N é diferente de V e T, porque não é quantificacional. A fase N⁴⁶ de CP contém traços quantificacionais não interpretáveis (uQ) enquanto as fases V e T de CP contém traços quantificacionais interpretáveis (iQ) com os quais os traços uQ concordam via *Agree*.

Considerando o complexo verbal v-V, Butler propõe que V é uma categoria lexical raiz não especificada – como uma entrada de enciclopédia que traz ‘grandes’ significados semânticos – o que nos diz que propriedade é para ser predicada.

QPs introduzem não variáveis de interpretação individual, mas variáveis de interpretação em grupo, ou seja, são um conjunto de variáveis. Esse conjunto de variáveis é sujeito a fechamento por núcleos quantificacionais da sentença. Isso significa que um QP como *dois macacos* vai ser introduzido como um conjunto de variáveis sobre um conjunto mínimo de *dois macacos* que será fechado por um \exists . *Dois macacos estão sobre a árvore* é interpretado como ‘há um conjunto de dois macacos tal que eles estão sobre a árvore’.

⁴⁶ Butler considera fases N o QP e o NP.

Para o autor, QPs podem ser vistos como DPs complexos, em que um é encaixado no outro levando a um tipo de leitura partitiva, onde o elemento quantificacional é um elemento nominal raiz que introduz um conjunto que é parte de um conjunto denotado pelo elemento nominal mais baixo. Assim, um QP como ‘dois meninos’ vai denotar dois elementos de um conjunto geral de meninos. ‘Dois dos meninos’ vai denotar o conjunto de dois elementos de um conjunto discursivo relevante de meninos e ‘os dois meninos’ vai denotar um conjunto discursivo relevante de dois elementos de um conjunto geral de meninos.

Resumindo, Butler considera a proposta de Heim (1982) de que todo QP introduz uma variável restrita, mas nenhuma força quantificacional por si só. A variável é valorizada através de *Agree* com um traço ininterpretável introduzido pelo quantificador QP, tornando-o sujeito a fechamento seletivo por um núcleo oracional quantificacional equivalente. Assim, o núcleo oracional CP funciona como uma extensão generalizada do operador de fechamento- \exists de Heim.

Até agora vimos que a proposta de Butler é derivacional no mesmo sentido da proposta de Chomsky, mas traz avanços ao estabelecer que tipo de elemento é movido para a borda da fase, estando disponível para novos movimentos.

5.3.2 Estrutura argumental e estrutura situacional

As fases são, geralmente, compostas de dois campos: o domínio e a borda. O domínio é o núcleo lexical da fase e lida com predicação e estrutura argumental enquanto a borda, acima do núcleo, funciona essencialmente como um espaço para movimento e aspectos interpretativos não nucleares (força, foco, etc.).

Na proposta de Butler, há apenas um paralelo semântico e fonológico com as fases tradicionais CP e vP. Além de em ambas conterem uma periferia à esquerda. No modelo de Butler, no entanto, há uma distinção no que diz respeito às propriedades da borda e do domínio de fase. Para ele, a borda do nível CP lida com quantificação

(fechamento) sobre variáveis introduzidas no interior da fase, enquanto que o domínio da fase é o que está abaixo de C e lida com informação predicativa e situacional.

Ao tratar da estrutura interna do domínio de fase, Butler se refere ao trabalho de Kratzer (1996). Para essa autora, o argumento externo não é realmente um argumento do verbo, mas sim, como afirma Marantz (1999), um argumento de todo o predicado VP (throw a baseball/ take a nap/ kill a conversation). Para Kratzer, no entanto, o argumento de Marantz de que todo o VP seleciona o argumento externo não parece verdadeiro. Ela defende, então, que o argumento externo é argumento de um núcleo funcional separado dominando imediatamente VP, ao qual ela chama Voice. O argumento externo é concatenado no spec de voice, o argumento interno (objeto direto) é concatenado no spec de V e os outros argumentos são concatenados como especificadores de outras projeções funcionais pertencentes ao VP. Butler aproxima a proposta de Kratzer a de Davidson de que todo verbo seleciona um argumento eventivo, embora essa denominação seja contra intuitiva, já que esse é argumento também de verbos não eventivos. O termo de Kratzer inclui eventos, estados, ações, dentre outros, o que corresponde melhor à definição de ‘tipo de situação’ de Smith (1991). Esse argumento-situação é representado por Kratzer como uma variável *s*, presente na representação semântica, mas não na sintaxe aberta, sendo por isso, sensível a operações centradas na semântica (quantificação, ligação etc.) e não em operações sintáticas (raising, incorporação etc.).

Nessa proposta, o núcleo de Voice seleciona pelo verbo, ou seja, ele seleciona o tipo de situação de V (estado, ação, evento, etc.). Um predicado ação como *lavar a louça*, expressa uma função parcial que é definida por ações. Um predicado estativo como *sobre as louças* expressa a função parcial de um estado de coisas. Os diferentes núcleos de voice selecionam pelos diferentes tipos de situação como abaixo:

(7) $\lambda x . \lambda x$ [papel temático de (x) e (s)] (onde x é a variável sobre indivíduos e s a variável sobre situações)

Quando voice é concatenada ao VP o princípio composicional ‘Identificação de Situação’ ocorre. Esse é um tipo de operação de conjunção que identifica a situação referida pelo núcleo voice e a situação referida pelo núcleo de VP:

Identification makes it possible to chain together various conditions for the event described by a sentence. It takes a function f and a function g (order irrelevant) as inputs and yields a function h as output. Input f and output h are of type $\langle e, \langle s, t \rangle \rangle$ [where e is a type of individuals, s is a type of situations, and t is a type of truth values]. Input functions g are of type $\langle s, t \rangle$ (Kratzer 1996: 122)

Outro ponto da tese de Butler é a ambiguidade de certos advérbios quanto à interpretação sentencial ou de *modo*. A ambiguidade é tradicionalmente relacionada ao escopo tomado pelo advérbio, sentencial em um caso e sobre o VP em outro (ver Cinque 1999). Para o autor, no entanto, essa interpretação pode ser tomada da seguinte forma: de um lado, tem-se um operador proposicional *e*, de outro, um modificador com efeito sobre a situação (=evento). Com essa proposta, não é necessário considerar a ambiguidade lexical, já que proposições seriam derivadas e não primitivos: situações seriam embutidas em outras e ancoradas temporalmente uma em relação à outra. A partir disto, Butler propõe que argumentos da fase V são interpretados existencialmente, enquanto argumentos da fase T são interpretados proposicionalmente por causa da predicação temporal desse nível, como exemplificado na estrutura arbórea apresentada mais acima. Dessa forma, a distinção entre advérbios ambíguos entre maneira e leitura sentencial (*estranhamente*, no exemplo abaixo) se daria a partir da noção de fase.

- (8) a. Estranhamente, a Ana saiu de casa.
b. A Ana saiu de casa estranhamente.

A ambiguidade é geralmente atribuída a questões de escopo, ou o advérbio tem escopo sobre toda a sentença ou sobre o VP. Semanticamente, a diferença pode ser entendida como um operador sobre o conteúdo proposicional no caso da leitura sentencial e como um modificador de situações (=evento) no caso da leitura de maneira. Com isso, o autor argumenta que sua proposta evita o uso de ambiguidade lexical, já que considera que

o argumento situacional da fase V é interpretado existencialmente, enquanto o argumento situacional da fase T é interpretado proposicionalmente por causa da predicação temporal nesse nível.

A articulação proposta por Butler tem relações com a Hipótese de Mapeamento de Diesing (1992). Na proposta de Diesing, sujeitos indefinidos são interpretados como genéricos ou existenciais a depender da posição que ocupam na estrutura sintática. Sujeitos indefinidos internos ao VP são interpretados como existenciais, já aqueles que ocorrem no Spec de IP recebem leitura genérica. A partir dessa constatação, a autora propõe uma teoria de mapeamento entre sintaxe e semântica, considerando escopo nuclear e cláusula restritiva. Conforme a proposta da autora (1992: 10), o mapeamento se dá da seguinte forma:

- (9) Hipótese de Mapeamento
O material do VP é mapeado no escopo nuclear.
O material do IP é mapeado na cláusula restritiva.

Para Butler (2005), o quantificador existencial no spec de CP do domínio mais baixo (ν P-VP), que liga a variável-situação do núcleo do predicado, define o fechamento do domínio existencial.

O autor assume ainda algo mais complexo do que o VoiceP de Kratzer. Na estrutura de Situação (VP), o autor assume que pequenos núcleos (*little heads*) são introduzidos para cada sub-situação que pode ser discernida por um verbo em particular; cada um desses núcleos ν é identificado com um traço [ID] no verbo raiz. Assim, um verbo intransitivo vai introduzir um traço [ID] que será associado a um pequeno núcleo ν , já um verbo transitivo vai inserir dois. Ele também assume em concordância com Kratzer (1995) um ν básico acima dos núcleos argumentativos básicos que corresponderia ao argumento eventivo. A estrutura eventiva determina a estrutura argumental, nenhum argumento é, dessa forma, realmente introduzido pela raiz.

Expletivos funcionariam como âncoras situacionais. Para Kratzer (1995), o núcleo de ν associado com o argumento de situação é o mais externo. A semântica da parte mais externa de ν é basicamente espaço-temporal. Se este ν tem um traço EPP, ele irá

vincular o [ID] situacional e, então, é concatenado o argumento relacionado à situação. Se não há um traço EPP, temos uma variável não vinculada que está sujeita a fechamento-E. Nesse caso, há um expletivo. Esse expletivo não vai ser relacionado com o sujeito de vP, mas com a interpretação de situação. Segundo Stowell (1991), expletivos como QPs argumentos de situação abertos são concatenados como o argumento mais externo de vP, sendo esse, por sua posição, selecionado para alçamento por EPP para T.

Para situações em que não há um expletivo, assume-se uma variável sujeita a fechamento- \exists (<e,x,y>).

Dada a propriedade geral “aboutness” associada ao sujeito, pelo menos em línguas de proeminência de sujeito, percebe-se que há uma diferença em relação à presença de sujeito ou expletivo em relação ao 'about' da sentença: sem o expletivo a sentença vai ser interpretada como sendo sobre o sujeito e suas propriedades; com o expletivo, a sentença vai ser sobre o argumento situação.

Sobre proposição e valor de verdade, Butler diz que não há como valorar vP em termos de verdadeiro e falso sem associar o tempo do evento/ situação (relação tempo de evento e tempo de fala) Relação E-S (Cf. Ramchand 1997). Ou seja, o valor de verdade de uma sentença se dá a partir da vinculação da variável evento a tempo, que pertence à fase CP, ou melhor, à fase T na proposta de Butler.

Alguns aspectos do domínio de CP parecem ser relevantes para a interpretação temporal. Stowell (1982) afirma que o operador da flexão de tempo (*tense operator*) aparece em C, fixando a interpretação da flexão como [+PAS]. Enç (1987) convincentemente rejeita a existência de um operador de tempo, mas atribui a C a propriedade de denotar tempo de fala nas sentenças matrizes. Para esse autor, a flexão de tempo também denota tempo, funcionando como o argumento temporal do verbo (denotando tempo de situação) e também codificando as noções de [passado] e [presente], as quais servem para ordenar o Tempo de evento denotado por T com respeito ao tempo de fala denotado por C.

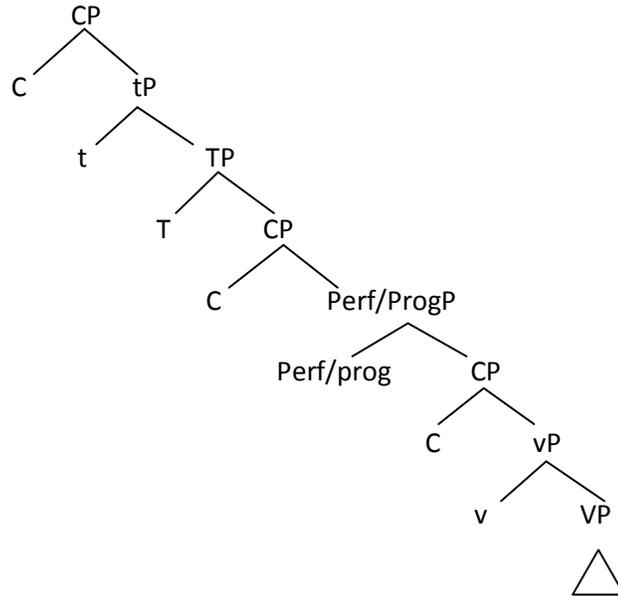
Butler faz uso dos trabalhos de Stowell (1982) e Enç (1987), os quais atribuem a C a interpretação de tempo de fala, fazendo-o interagir com aspectos de T. Para o autor, no entanto, algum elemento em CP fixa o valor da variável situação associada com t, a qual

fixa o tempo de fala, um elemento similar a esse ocorreria no CP da fase interna fixando o valor da variável situação associada com ν , o autor se refere a essa situação como tempo de situação. Essa abordagem nos remete ao trabalho de Stowell, o qual cria uma categoria funcional Z(eit)P intervindo entre TP e ν P. Segundo Stowell, essa categoria serve como o tempo do argumento interno de T, denotando tempo de evento E. A proposta para a categoria ZP é análoga a do DP, ou seja, o ZP apresentaria a mesma relação estrutural com o ν P que o DP apresenta em relação ao NP.

O CP acima de ν P contém um operador que associado com ν dá a esse um *status* referencial. Para Butler, uma vez que a função de T é ordenar duas situações temporalmente, relacionando uma a outra, então, o esperado é que ele não tenha o efeito de fazer situações corresponderem a tempos por si só.

Com relação ao aspecto, Butler argumenta que os aspectos progressivo e perfectivo são tomados como tempo flexional. Eles introduzem uma nova situação na representação e coloca essa situação relativa temporalmente à situação denotada pelo seu complemento. O aspecto perfectivo correlaciona com tempo passado, ordenando a situação que ele introduz depois da situação denotada pelo seu complemento; o aspecto progressivo correlata com o tempo presente, colocando a situação que ele introduz temporalmente dentro da situação de seu complemento. Haveria uma categoria predicativa nuclear progressiva e/ou perfectiva entre as fases T e V. Com isso, Butler propõe três fases ou níveis, T, Asp, V com um CP sobre cada uma delas.

(10)



Resumindo, a abordagem de Butler para a derivação em fases leva em conta as propriedades quantificacionais da borda das fases CP e vP. Como argumenta o autor, a categoria CP é normalmente associada com elementos-Qu e focalização, sendo ambos quantificacionais. Já o vP é comumente associado a fechamento- \exists , também claramente quantificacional. Dada a natureza quantificacional da borda de fase, Butler propõe que as bordas de fase servem de alvo para QR, já que os núcleos quantificacionais nas bordas de fase lidam com a interpretação quantificacional de fases N, QP.

5.4 Derivando Negação

5.4.1 Polaridade e Foco

No que diz respeito à posição interpretativa da negação sentencial, Butler (2005) espera uma distinção entre uma negação que opera sob situações não ancoradas em Tempo, tendo escopo sobre Foc interno, e uma negação operando sobre proposições temporalmente especificadas, com escopo sobre Foc externo. Essa distinção é, segundo o

autor, morfológicamente marcada em algumas línguas como no Bengali e no Malaiala. No caso do Bengali, isso se dá através dos marcadores de negação sentencial *na* e *ni*, enquanto o primeiro item coocorre com verbos não marcados para Tempo, o outro coocorre apenas com verbos [+T]. Nessa língua, *ni* marca negação proposicional enquanto *na* marca negação de situação. Assim, diferente de *ni*, *na* não tem qualquer efeito discursivo (Ramchand 2001), os exemplos abaixo com a glosa original em inglês exemplificam:

- (11) a. Kalke gaRi ‘start’ hoi ni
 yesterday car start become.3 NEG.PAST
 ‘Ontem, o carro não funcionou mais’
 b. Kalke gaRi ‘start’ hol-o na
 yesterday car start become.PAS.3 NEG
 ‘Ontem, o carro não funcionou (mas depois o vizinho veio e consertou)’

Enquanto o uso do *ni* leva à interpretação de que o carro não funcionou durante todo o dia, o uso do *na* limita a interpretação de uma única situação durante o tempo especificado pelo advérbio, o que não significa que o carro não tenha ligado o dia todo. Com isso, Butler assume que uma das negações (*na*) é interna fase V e a outra diz respeito à fase T.

Para Butler (2003), a camada de CP hospeda um operador negativo, colocado na posição Rizziniana de FocP. NegP padrão seria substituída pelo FocP interno; o FocP externo proveria uma posição de escopo largo para a negação. Dado que há dois CPs adicionais, o autor faz a predição de que a negação está apta para aparecer em qualquer um desses CPs:

- (12) [CP [TP Arthur might [CP (not) [PerfP have [CP (not) [ProgP been [CP (not) [vP theeting]]]]]]]]]]

Os motivos para essa hipótese são os seguintes: apesar de não se ver a negação abertamente no CP mais alto, ela aparece em muitas línguas, como no italiano por ex., assim, é possível pensar que seja uma posição disponível também em outras línguas. Outro motivo é que não vemos todas essas negações preenchidas simultaneamente, além disso,

não há nada na teoria que force isso, mesmo porque parece haver um problema de processamento, já que com entonação e contextos certos é possível produzir uma sentença como a apresentada acima. O terceiro motivo é que as duas posições mais altas da negação, em T, parecem levar a negação sentencial, enquanto que as posições mais baixas levam à interpretação de negação de constituinte.

No trabalho de Butler (2003a), o movimento do sujeito desempenha um papel importante na caracterização da negação. Para interpretar a posição do sujeito é criada uma λ -abstração (reflexo semântico do traço EPP de T – Heim (1982)). Depois de criado, esse λ constitui o predicado da sentença principal. Uma vez que o CP mais alto é classificado, então, temos uma proposição real. Se a negação aparece no CP mais alto, temos negação sentencial proposicional. Já se ela aparece no CP próximo (mais abaixo), ela vai negar basicamente o predicado, a negação de predicado vai se aplicar ao sujeito e isso vai dar negação sentencial. Com isso diz que há Foc também encabeçando Prog e Perf.

Butler (2004) assume que negação (polaridade) e foco estão relacionados e por isso os coloca numa mesma projeção. Essa associação entre foco e polaridade não é, no entanto, nova, já está presente, por exemplo, nos trabalhos de Culicover (1991), Drubig (1994), Gobbel (1995) e Kayne (1998). Drubig (1994), por exemplo, assume que o núcleo da projeção funcional que aloja foco estreito é PolP. Segundo esse autor, foco estreito pertence a uma classe de constituintes que checam tanto polaridade quanto traços de foco no especificador de PolP. Segundo o autor, há duas projeções de PolP na sentença, uma em COMP e outra em Infl e os morfemas de polaridade podem ocorrer em qualquer das instanciações de PolP gerando sempre a mesma interpretação, mas com diferenças de escopo. Essa proposta de Drubig de distribuição de itens de polaridade se assemelha à de Laka (1990), que prevê uma projeção NegP associada a Infl e uma projeção Σ P associada a COMP. Na proposta de Laka, no entanto, não há a associação com foco.

Outro autor que trata da associação entre polaridade e foco é Culicover (1991). Segundo o autor, elementos fronteados por foco têm uma relação especial com polaridade. Isso implica que sintagmas focalizados se movem para Spec de PolP porque eles têm algumas propriedades que os fazem funcionar como constituintes de polaridade. Drubig

(2003), analisando o tipo de elemento que é movido para PolP, observa que esse inclui primariamente quantificadores negativos e sintagmas *only*.

- (13) a. With NO job is John satisfied.
b. Only HER FRIENDS did Mary invited to any party
(ex. (28) e (29) Drubig 2003)

Para Drubig (2003), apesar de haver duas projeções de PolP, a interpretação contrastiva é resultado do fronteamto. Assim, a interpretação contrastiva se dá no PolP de COMP. O autor não exclui, no entanto, a possibilidade de movimento em LF para a checagem de traços.

Até aqui vimos que a associação polaridade e foco é recorrente na literatura linguística. No entanto, embora haja uma relação entre foco e polaridade, há que se fazer uma distinção entre foco informacional e foco contrastivo e polaridade. A maioria das propostas que colocam foco e polaridade como uma categoria única associa a polaridade ligada a Infl com foco informacional e a polaridade associada a COMP com foco contrastivo/ exaustivo. Os fenômenos associados a COMP e os associados a Infl são, porém, de natureza diversa, COMP está ligada a discurso/ pragmática enquanto Infl está associada à semântica da sentença. A negação, como vimos, pode ter efeito semântico ou pragmático. A partir disto, optamos por considerar a relação negação e foco sem, no entanto, trata-los como elementos de mesma natureza.

A nossa proposta é que foco é uma categoria discursiva associada com a periferia à esquerda da fase T ou V, no sentido de Butler (2004). Assim, foco contrastivo/ exaustivo se associa à periferia mais alta e foco informacional à periferia mais baixa. Dentre os elementos associados a foco, estão aqueles que fazem parte do domínio de foco, ou seja, qualquer elemento que possa carregar um traço [F], e operadores de foco como *só*, *até* e *mesmo*. Os elementos associados ao domínio de foco entram na derivação carregando alguma informação que não apenas foco, como papel- Θ , e a interpretação enquanto informação nova ou informação contrastiva/ exaustiva é dada via associação entre proeminência prosódica e contexto ou via ordem (também clivagem). Já os operadores de foco entram na derivação com essa função e estabelecendo interpretação contrastiva/

exaustiva. Também os operadores de foco são elementos caracteristicamente acentuados, não sendo necessária nenhuma proeminência extra e nem mudança de ordem para que esses sejam interpretados enquanto foco.

Segundo Drubig (2003), o foco informacional, ou presentacional em suas palavras, ocorre mesmo na ausência de marcação morfossintática específica como consequência natural, já que esse tipo de foco é licenciado *in situ* sem operações sintáticas adicionais. Com isso, o autor argumenta que “Atribua-F(oco)”, restrito a categorias do núcleo proposicional, é associado a categorias no nível da palavra ainda na numeração. O foco seria, assim, licenciado de duas formas ou (a) a categoria na qual o núcleo é projetado está integrada a um domínio de foco largo ou (b) a categoria na qual o núcleo é projetado está associada com um elemento que vincula foco. (a) representa construções com foco informacional enquanto (b) representa construções com operador de foco.

No caso de uma negação semântica, por representar informação nova, o item negativo pode ser interpretado como o foco numa relação foco/presuposição, considerando os trabalhos de Chomsky (1971) e Jackendoff (1972). Considerando Lambrecht (1994), no entanto, não é o item negativo que é a informação nova, mas a relação estabelecida entre a proposição e a negação. Assim, todos os membros do conjunto são interpretados como informação nova, ou seja, a sentença corresponde a foco largo. Por outro lado, tanto o *não*₁⁴⁷ quanto o *não*₂ podem receber proeminência prosódica e provocar a desacentuação do conteúdo proposicional. Esse seria indício de que esses itens podem ser focalizados, assim como qualquer elemento no domínio de foco largo. No caso do *não*₂, como vimos, a realização de proeminência leva à interpretação de insistência na verdade da proposição. Com isso, consideramos que a negação semântica pode ser associada a foco, mas é uma categoria de natureza diversa de foco. Assim, propomos, considerando a isomorfia de fases, que há duas categorias NegP, uma interna a fase V e outra interna a fase T e o PB poderia preencher ambas. A associação entre negação e foco para o *não*_{1/2} se daria a partir de

⁴⁷ Os informantes questionados sobre a realização de proeminência sobre o *não*₁ são categóricos ao afirmar que a proeminência sobre esse item resulta numa interpretação diferente da proeminência sobre o *não*₂. No entanto, esses não souberam nos dizer exatamente qual a diferença. Alguns apontaram para uma interpretação paralinguística, como raiva, mas ao testar essa possibilidade de interpretação chegamos a dados pouco conclusivos.

realização de proeminência prosódica e com checagem de traços através de movimento encoberto para a projeção de foco mais acima, periferia à esquerda da sentença.

A realização de denegação, por outro lado, está atrelada a foco estreito com efeito contrastivo ou exaustivo, veja-se em exemplos como ‘o João não levou A MARIA pra festa’. Nos dados analisados nesta tese, interpretamos que estruturas [V Não] correspondem a denegação, ou seja, o que está em jogo não é o valor de verdade da sentença, mas a sua assertabilidade ao contexto discursivo. Isso nos serviu de argumento para caracterizar o *não*₃ dessa estrutura como um elemento externo à sentença associado a foco. Uma vez que esse item não tem função semântica, mas pragmática, interpretamo-no como um operador de foco. Também a realização prosódica desse tipo de estrutura corrobora essa interpretação, já que, como vimos, o *não*₃ não apresenta uma marcação prosódica extra (alteração no registro de *pitch* para além da *topline* do falante).

Segundo Cinque (1993), línguas com ordem mais fixa marcam foco preferencialmente através de alterações na entoação, enquanto línguas com ordem mais livre realizam funções pragmáticas preferencialmente a partir de movimento em sintaxe. Também não haveria a sobremarcação entoacional se já há a mudança de ordem. O PB é uma língua com ordem mais fixa se comparada, por exemplo, ao PE. Assim, muitas das funções pragmáticas, dentre elas o foco, é realizada entoacionalmente, o que não significa que não haja a realização dessas funções a partir de alterações na ordem dos elementos sentenciais, o que parece ser o caso das estruturas [V Não].

A nossa proposta para a derivação de *não*₃ é que esse elemento é inicialmente concatenado na periferia mais externa da sentença, a periferia à esquerda da fase T. Essa categoria (FocP ou CP) carregaria sempre um traço EPP provocando o movimento do TP como veremos mais adiante.

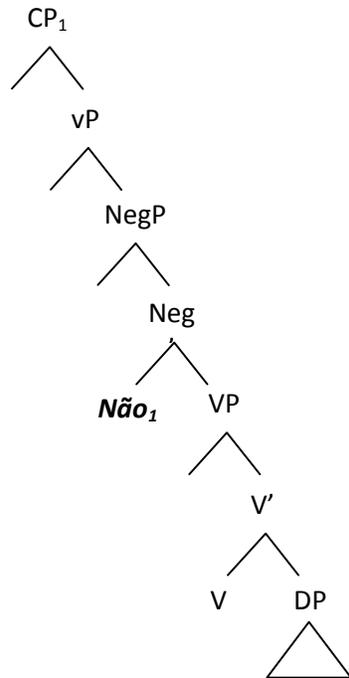
5.4.2 A derivação de [Neg V] e [Neg V Não]

Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, o *não*₂ é um marcador negativo como o *não*₁, mas com escopo sobre todo o conteúdo proposicional. No que se

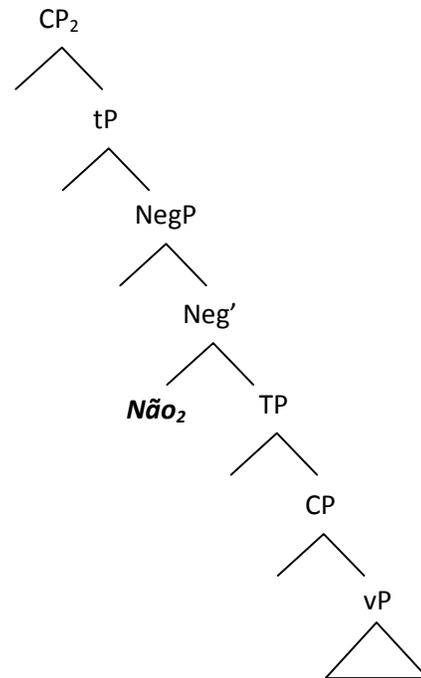
refere à interpretação desses itens, vimos que o *não*₁ pode gerar leitura de negação sobre eventos (\exists), mas o *não*₂ tem escopo apenas sobre a proposição, funcionando adicionalmente como um intensificador do valor de verdade da proposição (Foco de Verdade). Dada a diferença entre esses itens e a teoria de isomorfia de fases, propomos que o *não*₁ é realmente concatenado a uma posição adjacente a VP (NegP), como propõem Vitral (1999) e Cavalcante (2007), onde apresenta interpretação de negação sobre situações ou eventualidades. Esse elemento, no entanto, uma vez afixado a V pode ser alçado juntamente com esse item para T.

Sendo as fases isomórficas, podemos, então, propor que há também na fase T uma categoria NegP que abrigue elementos negativos que tenham relação com o tempo referencial e gerem uma leitura de negação proposicional. Considerando essa predição correta, dada a característica essencialmente proposicional do *não*₂, propomos que esse item é concatenado à projeção NegP acima de TP na fase T. As estruturas abaixo ilustram a proposta:

(14) a.



b.



Não] parte da percepção de uma diferença de escopo nos dois casos. O foco de verdade envolve a ênfase no valor de verdade da sentença e não a alteração do valor de verdade da proposição. O foco contrastivo, por outro lado, apesar de não inverter, provoca a alteração no valor de verdade de uma sentença a partir do alçamento de um item para fora do domínio proposicional. Ou seja, as duas realizações de foco e possibilidade de escopo levam a diferenças de interpretação na interface conceptual-intencional.

5.4.3 A derivação de estruturas [V Não]

Até agora vimos que a distribuição do *não*₃ confere a este interpretação de denegação. Falta ainda apresentar uma análise estrutural das sentenças que apresentam esse marcador de negação externa. Consideramos, primeiramente, certos fatos relacionados a estruturas contendo *não*₃. No que diz respeito à sintaxe, *não*₃ nunca aparece em sentenças encaixadas e há preferencialmente elipse do VP e sujeito nulo. Se o item só ocorre em orações matrizes, é coerente supor que é na categoria CP₂ que o item é gerado e que a interpretação é atribuída.

Diferentemente da derivação do *não*₂ que se dá a partir de uma sentença negativa, entendemos que o *não*₃ não parte de uma sentença negativa e sim de uma sentença positiva, uma vez que esse item não tem escopo sobre a proposição, mas sobre uma asserção dada no contexto discursivo, como evidenciamos no capítulo 3. Propomos, então, a seguinte derivação para o *não*₃:

(16) [CP [fui]_i [C [nãO₃] [t_P [TP [Eu]_j [T [fui]_i] [CP [_vP [Eu]_j [VP [fui] ~~ao teatro~~]]]]]]]]]]]

A derivação ilustrada acima é justificada ainda pela relação entre o *não*₃ e IPNs. Como vimos no capítulo 3 da presente tese, o *não*₃ diferentemente de um marcador negativo não licencia itens de polaridade. Assim, o que faz com que uma sentença como *tem tostão furado não* não apresente interpretação idiomática. O fato de o *não*₃ se comportar de forma diversa de um marcador negativo evidencia que esse item é, na verdade, gerado fora da sentença. A derivação proposta para o *não*₃ seria a mesma do *nada*

não argumental que, como mencionamos no capítulo 3, é incompatível com sentenças negativas, sendo gerado a partir de uma asserção positiva no contexto discursivo. Assim, podemos dizer que tanto o *não*₃ quanto o *nada* são elementos gerados fora do escopo proposicional.

Ainda com relação ao *não*₃ como um operador de foco. Observamos que à ocorrência de negação são, geralmente, atribuídos dois tipos de interpretação, inversão no valor de verdade ou correção de algo assertado no contexto do discurso, a primeira interpretação se relaciona à semântica e a segunda à pragmática. A partir de constatações como essa é proposto duas projeções de PolP, uma em Infl e outra em COMP, alguns autores (Culicover 1991, Drubig 1994) associam PolP de COMP a foco, já Laka (1990) associa ΣP (PolP em COMP) a força ilocucionária, como vimos a partir do estudo de Rajagopalan (1982) o foco contrastivo pode ser associado ao ato de denegar e, segundo Kamp & Reyle (1993), a negação é uma forma econômica de realizar denegação. Assim, percebemos que as noções de foco e negação se relacionam de alguma forma a força ilocucionária.

5.5 Conclusões do capítulo

Neste capítulo, buscamos apresentar a abordagem teórica de fases, além de descrever sucintamente a perspectiva cartográfica e uma proposta que envolve a isomorfia de fases. Nossa descrição se focou principalmente na caracterização da estrutura informacional nas diferentes propostas.

No que diz respeito à derivação de negação, vimos que muitos autores estabelecem uma relação entre polaridade e foco. Em nossa proposta, no entanto, optamos por distinguir fenômenos semânticos de fenômenos discursivos através da distinção entre elementos que entram na derivação com funções semântica que podem adicionalmente carregar traços discursivos como foco e itens que entram na derivação já com função discursiva, como operadores de foco. Como tentamos mostrar, itens negativos, assim como elementos que entram na derivação carregando funções semânticas como papel- Θ , podem

exercer função discursivas sem serem concatenados inicialmente na periferia da estrutura sintática. Com isso argumentamos que a negação semântica deve ter uma categoria própria junto ao conteúdo proposicional, a saber, NegP. Considerando a existência de dois tipos de negação semântica, propomos duas categorias NegP, uma na fase V onde *não*₁ é concatenado e outra na fase T onde o *não*₂ é concatenado.

Na análise do *não*₃, consideramos que esse item não tem função semântica, mas pragmática e dada sua restrição a sentenças matrizes, propomos que esse é inicialmente concatenado à periferia à esquerda da fase T, em CP ou FocP.

Considerações Finais

O nosso objetivo neste trabalho era apresentar uma análise para as negativas sentenciais no PB, especialmente para as estruturas [Neg V Não] e [V Não]. Para tanto, realizamos testes que nos permitiram descrever a ocorrência das estruturas e propor uma análise que cobrisse todas as possibilidades de realização dessas entre falantes nativos do Português Brasileiro.

Nós começamos a partir da descrição do tratamento da negação sentencial na teoria gerativa, considerando tanto questões sintáticas quanto semânticas. Nós também descrevemos trabalhos sobre a negação sentencial no PB e, principalmente, trabalhos que contemplavam a distinção entre negação canônica ([Neg V]) e não canônica ([Neg V Não] e [V Não]). A grande maioria dos autores resenhados argumenta que as formas não canônicas de negação no PB estão igualmente relacionadas a questões discursivas, principalmente com relação ao *status* da informação veiculada. Para Schwenter (2005), as estruturas negativas não canônicas ocorrem em contextos de informação dada ou inferível, o que também é usado como argumento por Cavalcante (2012) para caracterizá-las como negação anafórica. Como mostramos, no entanto, a estrutura [Neg V Não], diferentemente de [V Não], também é possível em contextos em que informação nova é veiculada.

Apresentamos, no decorrer dos capítulos, dados que mostram importantes distinções entre [Neg V Não] e [V Não], o que nos levou a distinguir entre dois diferentes fenômenos conforme Biberauer & Cyrino (2009a, 2009b). Além da diferença quanto ao estatuto da informação negada pelas estruturas, observamos que [Neg V Não] apresenta poucas restrições sintáticas, não sendo possível apenas em encaixadas temporais, já a estrutura [V Não] se mostrou bem mais restrita, não sendo possível em qualquer tipo de encaixadas ou com o preenchimento de sujeito não referencial. Também quanto ao contexto de uso das estruturas, mostramos que [V Não] é restrita a contextos de resposta, o que não é verdadeiro quando se observa o uso de [Neg V Não].

Considerando as restrições de estruturas [Neg V Não] em contextos narrativos, onde não há proposição, mas a sucessão de eventos, e em encaixadas temporais em que o Tempo Referencial está vinculado ao Tempo da oração matriz, propomos que o *não* final

em estruturas [Neg V Não] possui a propriedade de vincular independentemente o Tempo Referencial gerando uma leitura de negação de proposições. Dessa maneira, argumentamos que a estrutura [Neg V Não] funciona como uma negação semântica e se diferencia de estruturas [Neg V] apenas com relação a seu escopo. Uma vez que [Neg V] não vincula tempo e não apresenta uso discursivo independente, sugerimos que o *não* dessa estrutura tem escopo nuclear gerando uma leitura de negação de situações.

Argumentamos ainda que a distribuição complementar das estruturas [Neg V Não] e [V Não] em certos contextos é perfeitamente explicada se consideramos que [Neg V Não] corresponde a um ato de asserção, enquanto [V Não] representa um ato de denegação. Isso porque, conforme posto por Rajagopalan (1982), uma distinção importante entre a denegação de uma proposição e a asserção de uma proposição negativa está na noção de crença. [Neg V Não] ocorre, muitas vezes, em contextos pressuposicionais ou inferíveis para corrigir uma crença errada do ouvinte, enquanto [V Não] nega apenas o que é explicitamente assertado no contexto discursivo. O efeito sobre o valor de verdade da sentença no caso de [Neg V Não] serviu-nos de evidência para caracterizá-la como uma asserção negativa em oposição ao caráter de denegação associado a [V Não].

A respeito do *não* de estruturas [V Não], apresentamos dados que confirmam trabalhos anteriores que associam essa estrutura ao *status* da informação. Dessa forma, propomos que a estrutura corresponde à realização de denegação, sendo possível apenas em contextos responsivos com a função de rejeitar algo que é apresentado como possivelmente verdadeiro. O uso dessa estrutura mostrou que o que é negado não é o valor de verdade, mas a assertabilidade de algo mencionado no discurso.

A necessidade de uma asserção precedente e a expressão de correção observadas no uso de estruturas [V Não] nos levou a relacioná-la ao conceito de foco contrastivo. A realização de foco contrastivo ou exaustivo, como apontamos especialmente no capítulo 4, também envolve a correção de uma informação assertada no contexto discursivo.

Também com relação a [Neg V Não] observamos um uso em contextos responsivos a que associamos a um fenômeno conhecido como foco de verdade ou polaridade. Esse termo é normalmente usado para se referir a um tipo de foco sobre a

polaridade da sentença em contextos em que a proposição sendo afirmada ou negada faz parte do *common ground* dos interlocutores. Nesse caso, há certa associação com a assertabilidade da sentença num determinado contexto, no entanto, o foco é sobre o valor de verdade da sentença. Como argumentamos, nesses contextos, a estrutura [Neg V Não] continua sendo interpretada como uma asserção, mas nesse caso associada a uma denegação. Essa posição é reforçada quando consideramos que a proposição sob foco de verdade não necessariamente é pré-posta, podendo ser inferida ou pressuposta.

Os nossos dados indicaram ainda que o uso bastante recorrente de [Neg V Não] como foco de polaridade pode estar relacionado à origem da estrutura na língua. A estrutura no PB parece ter passado por reanálise num processo de gramaticalização, passando de foco de polaridade a negação semântica.

No que diz respeito à realização fonológica das estruturas negativas entre falantes de dois grupos dialetais no PB (baianos, mineiros/ goianos), os dados do experimento detalhado no capítulo 4 da tese mostram uma distinção importante entre os grupos no que diz respeito aos dados de [Neg V Não]. No grupo dos mineiros e goianos, o *não*₂ da estrutura é realizado a partir de um aumento do registro de *pitch* para além da *topline* do falante e desacentuação do trecho anterior. Já no grupo dos baianos, o mesmo item não foi sempre proeminente prosodicamente, havendo, em alguns casos, um padrão típico de sentenças neutras com a marcação de cada sintagma-p a partir da atribuição de tons. Houve ainda outro padrão prosódico entre os falantes baianos, o qual consistia de *upsteps*. Esse padrão é, de certa forma, desvinculado da ocorrência de *não*₂, já que esse ocorre sempre que se quer realçar o elemento mais encaixado da sentença. Tal constatação nos levou a considerar que a gramaticalização do *não*₂ enquanto negação semântica está completa no dialeto baiano, mas não em outros dialetos, como no dialeto mineiro em que, ao que parece, há a convivência de duas diferentes gramáticas.

Considerando a proposta de fases (Chomsky 2001, 2005, 2008) e noção de isomorfia de fases (Butler 2003, 2005), propomos que há duas projeções de Neg na estrutura sintática, uma interna à fase V e outra interna à fase T. Cada uma dessas categorias tem diferentes escopos, Neg da fase V tem escopo sobre situações, enquanto Neg da fase T tem escopo sobre proposições. O PB apresentaria dois itens negativos diferentes

em cada fase, *não*₁ funcionando como negação de situação e *não*₂ como negação de proposição. Já o *não*₃ de estruturas [V Não] não exerce a função de negação semântica, mas de denegação, sendo associado a uma projeção de foco na periferia mais alta com interpretação exaustiva.

Por fim, acreditamos que os resultados alcançados nesse estudo contribuem para o entendimento do fenômeno da negação sentencial no PB, assim como levanta questões sobre o estudo de fenômenos de interface, principalmente no que se refere à metodologia aplicada em fenômenos dessa natureza.

Referências

ADLI, Aria. Gradedness and consistency in grammaticality judgments. In.: KEPSEK, Stephan; REIS, Marga (Eds.). *Linguistic evidence: empirical theoretical, and computational perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 7-25.

ALKMIM, Mônica. Ação de dois fatores externos no processo de mudança em negativas sentenciais no dialeto mineiro. *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*, Florianópolis, 1999.

_____. *As negativas sentenciais no dialeto mineiro: uma abordagem variacionista*. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, 2001.

ARAGÃO, Maria do Socorro; SOARES, Maria E. (Orgs.) *A Linguagem falada em Fortaleza. Diálogos entre informantes e documentadores*. Fortaleza: Universidade do Ceará, 1996.

ARMSTRONG, M & SCHWENTER, S. Prosody, accessibility, and sentential negation in Brazilian Portuguese. *Proceedings of Berkeley Linguistics Symposium*, Berkley, 2009.

ARMSTRONG, M.; BERGMANN, A. & TAMATI, T. The prosody of negation in Brazilian Portuguese. In.: BARBOSA, P.A.; MADUREIRA, S.; REIS, C. (Eds.) *Proceedings of the Speech Prosody*. Campinas, Brasil: Editora RG/CNPq, 2008, p. 489-492.

BAKER, Mark C. *Incorporation: A theory of gramatical function changing*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

BARBOSA, Plínio A. *Incursões em torno do ritmo da fala*. Campinas: Pontes Editora, São Paulo: Fapesp, 2006.

BATES, E.; CAMAIOMI, L.; VOLTERRA, V. The acquisition of pragmatics prior to speech. *Merrill-Palmer Quarterly*, 21(3), 1979, p. 205-226.

BATTLORI, M. & HERNANZ, M. L. Emphatic polarity from Latim to Romance. *The 10th Diachronic Generative Syntax*, NY, 2008.

BAUMANN, Stefan. *The intonation of Givenness. Evidence from German*. Tese de Doutorado. Saarbrücken: Universität des Saalandes, 2008.

BEGHELLI, Filippo & STOWELL, Tim. Distributivity and negation: the syntax of *each* and *every*. In.: SZABOLCSI (ed.) *Ways of Scope Taking*. Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 71-107.

BELLETTI, Adriana. Aspects of the low IP area. In.: RIZZI, Luigi. (Ed.) *The structure of CP and IP. The cartography of syntactic structures*, Vol. 2, New York: Oxford University Press, 2004, p. 16-51.

BENNETT, J. Reply to reviewers. In.: *Philosophy and Phenomenological Research* Vol. 51, 1991, p. 647-662.

BIBERAUER, Theresa. Doubling x Omission: Insights from Afrikaans Negation. In.: *Microvariations in Syntactic Doubling*, ed. Sjef Barbiers, Olaf Koenenman, Marika Lekakou and Magreet van der Ham. London: Emerald, 2008, p. 103-104.

BIBERAUER, Theresa; CYRINO, Sonia. Appearances are deceptive: Jespersen's Cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles, paper presented at Going Romance 23, University of Nice, Nice, 2009a.

_____. Negative developments in Afrikaans and Brazilian Portuguese, paper presented at the 19th Colloquium on Generative Grammar, University of the Basque Country, Vitoria-Gasteiz, 2009b.

BIBERAUER, Theresa; ZEIJLSTRA, Hedde. *Negative changes: a parametric account of the diachrony of Afrikaans negation*. Handout apresentado durante o XI DiGS, Campinas, 2009.

BOERSMA, P. e WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer* (Version 5.2.11), 2010. (disponível em <http://www.fon.hum.uva.nl/paul/praat.html>)

BOLINGER, Dwight. Judgements of grammaticality. *Lingua* vol. 21, 1968, p. 34-40.

BRESNA, J. & KANERVA, J. Locative inversion in Chichewa: A case study of factorization in grammar. *Linguist Inquire*, n.20, 1989, p.1-50.

BROWN, G. Prosodic Structure and Given/New Distinction. In: Anne Cutler & D. Robert Ladd (eds.), *Prosody: Models and Measurements*. Berlin: Springer, 1983, p. 67-77.

BREUL, Carsten. *Focus structure in generative grammar: an integrated syntactic, semantic, and intonational approach*. Philadelphia, Pa.: John Benjamins Publ. Co., 2004. (Linguistic aktuell/linguistics today; v. v. 68).

BÜRING, D. & GUNLOGSON, C. *Aren't Positive and Negative Polar Questions the Same?* UCSC/ UCLA, 2000.

BUTLER, J. The Phase Structure of Tense. In.: *Perspectives on Phases* [MIT Working Papers in Linguistics 49], M. McGinnis and N. Richards (eds.). Cambridge MA: MIT, 2005, p. 68-85.

_____. Phase structure, phrase structure and quantification. Ph.D. Dissertation, University of York, 2004.

_____. A minimalist treatment of modality. *Lingua* vol. 113, 2003, p. 867-996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de fonética do português brasileiro*. Campinas: Instituto de Estudos Lingüísticos da Unicamp, 1981. (Tese de Livre Docência)

CARENO, M.F.; PETER, M.M.T. Observações sobre o uso da estrutura negativa. *Papia*. Vol. 3, n. 2, 1994, p. 98-102.

CAVALCANTE, Rerisson. *A negação pós-verbal no Português Brasileiro: Análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, 2007.

_____. *Negação anafórica no Português Brasileiro: Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. São Paulo. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 2012.

CHOMSKY, Noam & HALE, Morris. *The sound patterns of English*. New York: Harper and Row, 1968.

_____. Deep structure, surface structure, and semantic interpretation. In: *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics, and psychology*, D.D. Steinberg and L.A. Jakobovits (eds). Cambridge: CUP, 1971, p. 183-216.

_____. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Ed. Caminho. Coleção Universitária, Série: Lingüística, 1986 (Tradução: Anabela Gonçalves e Ana Tereza Alves).

_____. (1995) *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.

_____. *Derivation by phase* [MIT Occasional Papers in Linguistics 18]. Cambridge MA: MIT, 1999.

_____. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (Eds.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000, p. 89-155.

_____. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana (Ed.). *Structures and beyond: the cartography of syntactic structures – vol. 3*. New York: Oxford University Press, 2004, p. 104-131.

_____. *On phases*. Ms., MIT, 2005.

_____. On Phases. In. FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M. L. (orgs). *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2008, p.133-166.

CINQUE, Guglielmo. & RIZZI, Luigi. The Cartography of Syntactic Structures, *CISCL Working Papers*, vol. 2, 2008, p. 42-58.

CINQUE, Guglielmo. A null theory of phrase and compound stress. *Linguistic Inquiry*, vol. 24, n. 2, 1993, p. 239-298.

COLLOQUIUM NEGATION: SYNTAX AND SEMANTICS, (1995, Ottawa, Ont.). Negation and polarity: syntax and semantics : selected papers from the Colloquium Negation: Syntax and Semantics, Ottawa, 11-13 May 1995. Coautoria de Danielle Forget. Amsterdam; Philadelphia, Pa.: John Benjamins Publ. Co., 1997. (Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science; v. 155). Current issues in linguistic theory; Series IV).

CULICOVER, Peter. Topicalization, inversion, and complementizers in English. In.: *Going Romance and Beyond: Fifth Symposium on Comparative Grammar*, Dennis Delfitto *et al.* (Eds.). *OTS Working papers*. Utrecht: Universidade de Utrecht, 1991, p. 1-43.

CYRINO, Sonia; TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. On the syntax-prosody interface: Evidence from sentence final negation in Brazilian Portuguese. Paper present at Linguistic Evidence, Tübingen, 2010.

DAHL, Östen. Typology of sentence negation. *Linguistics*, vol. 17, 1979, p.79-106.

DAVIDSON, Donald. The logical form of action sentences. In.: Rescher, Nicholas (ed.) *The logical of decision and action*. Pittsburg: University of Pittsburg, 1967, p. 81-95.

_____. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

DIESING, Molly. Indefinites. Cambridge, Mass.; London: MIT, 1992. (Linguistic inquiry monographs; v. 20).

DOGIL, G. & BRAUN, G. *The PIVOT model of speech parsing*. Verlag: Viena, 1988.

DRUBIG, H.B. Island constraints and the syntactic nature of focus and association with focus. *Arbeitspapiere des Sondersforschungsbereichs 340*, Bericht Nr. 51, University of Tübingen, 1994.

_____. Toward a typology of focus and focus constructions. *Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*, 2003.

- ENÇ, Mürvet. Anchoring conditions for tense. *Linguist Inquire* n. 18, 1987, p. 633-657.
- ERTESCHIK-SHIR, Nomi. The dynamics of focus structure. New York, N.Y.: Cambridge Univ. Press, 1998. (Cambridge Studies in Linguistics; v. 84).
- FERNANDES, Flaviane. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL/UNICAMP, 2007.
- FERNANDES, Norma. *Contribuição para uma análise instrumental da acentuação e entonação do português*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 1976.
- FÉRY, C.; ISHIHARA, S. How Focus and Givenness shape prosody. In. ZIMMERMANN, M.; FÉRY, C. (Eds.) *Information structure*. New York: Oxford University Press, 2010, p. 36-63.
- FÉRY, C.; TRUCKENBRODT, H. Sisterhood and tonal scaling. *Studia Linguistica*, vol. 59, 2005, p. 223-243.
- FÉRY, C.; SAMEK-LODOVICI, V. Focus projection and prosody prominence in nested foci. *Language*, vol. 82, n. 1, 2006, p. 131-150.
- FRASCARELLI, M.; HINTERHÖLTZ, R. Types of topics in German and Italian. In. Schwabe, K. & Winkler, S. (eds.). *On information structure, meaning and form: Generalizations across languages*. Linguistik Aktuell, 2006, p. 87-116.
- FRASCARELLI, Mara (ed.). Phases of interpretation. Berlin; New York, N.Y.: Mouton de Gruyter, 2006. (Studies in generative grammar; v. 91).
- FREITAS, M.A. *Prosódia & sintaxe: delimitação e contraste de estruturas*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Linguística) – UFRJ/Faculdade de Letras, 1995.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. IN: Martelotta, Votre & Cezário (org.) *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. R.J.: Tempo Brasileiro, 1996, p. 167-189.
- GARZONIO, Jacopo; POLETTO, Cecilia. Quantifiers as negative markers in Italian dialects. *Working Papers in Linguistics*, vol. 19, 2009.
- GELDEREN, Elly van. The negative cycle. *Linguistic Typology*, vol. 12, n. 2, 2008, p. 195-243.
- GIORGI, Alexandra; PIANESI, Fabio. *Tense and aspect: from semantics to morfosyntax*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

GOBBEL, Edward. On the syntax of topic and focus in Romanian. In.: Proceedings of the Goettingen Focus Workshop, Inga Kohlhof, Susanne Winkler, and H. Bernhard Drubig (eds.). Arbeitsbericht Nr. 69 des Sonderforschungsbereichs 340. Tübingen: Universidade de Tübingen, 1995, p. 261-301.

GONÇALVES, F. M. R. *Negação frásica em português: caracterização com referência ao processo de aquisição*. Lisboa. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, 1994.

GOODALL, Grant. Experimenting with wh-movement in Spanish. *Romance Linguistics 2008: Interactions in Romance*. Arregi, K.; Fagyal, Z.; Montrul, S.A.; Tremblay, A. (eds.). John Benjamins, Amsterdam, 2010, p. 233-248.

HAEGEMAN, Liliane.; ZANUTTINI, Raffaella. Negative heads and the Neg Criterion. *The Linguistic Review*, vol. 8, 1991, p. 233-51.

HAEGEMAN, Liliane M. V. *The syntax of negation*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995. (Cambridge Studies in Linguistics; v. 75).

HEIM, Irene. *The semantics of definite and indefinite noun phrase*. Ph.D. Dissertation, University of Massachusetts at Amherst, 1982.

HERNANZ, M. L. From polarity to modality. Some (a)symmetries between *bien* and *sí* in Spanish. In *Coreference, modality and focus*, eds. L Eguren, Olga Fernández Soriano. Amsterdam: Benjamins, 2007, p. 133-169.

HOEKSEMA, J. *Perspectives on negation and polarity items*. Amsterdam: John Benjamins Publ. Co.

HÖHLE, T. N. Über Verum Fokus im Deutschen. *Linguistic Berichte*, 1992, p. 112-141.

HOOP, Helen. Case configuration and noun phrase interpretation. Groningen. Ph.D. Disseration, Universidade de Groningen, 1992.

HOPPER, P.; RAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HORN, Laurence R. *A natural history of negation*. Stanford, Calif.: CSLI, 2001.

_____. Metalinguistic negation and pragmatic ambiguity. *Language*, vol. 61, n. 1, 1985, p. 121-174.

HORNSTEIN, N. *As Time Goes By. Tense and Universal Grammar*. MIT Press, 1990.

HYMAN, Larry; WATTERS, John. Auxiliary focus. *Studies in African Linguistics*, vol. 15, n. 3, 1984, p. 233-273.

ITO, Junko; MESTER, Armim. Prosody adjunction in Japanese compound. In.: *Formal Approaches to Japanese Linguistics 4*. Cambridge, Mass: MITWPL, 2006.

JACKENDOFF, R. *Languages of the Mind*. Essays on Mental representation. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

JAYASEELAN, K.A. IP-internal topic and focus phrases. *Studia Linguistica*, vol. 55, 2001, p. 39-75.

JESPERSEN, Jens Otto. Negation in English and other languages. *Hist-Fil Meddelelser* vol. 1, n. 5. Copenhagen: Det Kgl. Danske Videnskabernes Selskab, 1917.

_____. *The philosophy of grammar*. New York: The Norton Library, 1965.

JULIEN, Marit. *Embedded clauses with main clause word order in Mainland Scandinavian*. 2010 Citado do manuscrito.

KAYNE, Richard. Overt vs. Covert Movement. *Syntax*, vol. 1, n. 2, 1998, p. 128-191.

KAMP, Hans; REYLE, Uwe. *From discourse to logic: Introduction to a Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

KATZ, J.; POSTAL, P. *An integrated theory of linguistic descriptions*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1964.

KIM, J. Events: Their metaphysics and semantics. In.: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol.51, 1991, p. 641-646.

KISS, Katalin É. Identifiational focus versus informational focus. *Language*, vol. 74, 1998, p. 245-273.

KRATZER, A. Modality/Conditionals. In. STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (eds), *Semantik: ein internationales Handbuch der Zeitgenössischen Forschung*, V.6 of *Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft*, Walter de Gruyter, Berlin, 1991, p. 639-656.

_____. *Semantik der Rede: kontexttheorie, Modalwörter, konditionalsätze, scriptor*, Königstein, 1978

_____. An Investigation of the Lumps of Thought. *Linguistics and Philosophy*, vol. 12, n. 5, 1989, p. 607-653.

KRIFKA, Manfred. Basic Notions of Information Structure. In.: FÉRY; FANSELOW; KRIFKA (eds.). *Interdisciplinary Studies on Information Structure*. 06. 2006.

LABOV, William. Negative attraction and negative concord in English grammar. *Language*, vol. 48, 1972, p. 773-818.

_____. *Principles of linguistic change*. Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.

LAKA, I. *On the syntax of Negation*. New York: Garland, 1994.

LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.

LEONETTI, M.; ESCANDELL-VIDAL, V. Fronting and Verum Focus in Spanish. Ms, Universidad de Alcalá/ UNED, 2008.

LOHNSTEIN, H.; STOMMEL, H. Verum focus and Phases. In. PANAGEOTIDIS, P.; GROHMAN, K. (eds.) *Linguistic Analysis*, vol. 35, 2009, p. 1-4.

LOHNSTEIN, H. *Satzmodus – kompositionell. Zur Parametrisierung der Modus-phrase im Deutschen*. Berlin: Akademie-Verlag, 2000.

_____ On clause types and sentential force. *Linguistik Berichte*, vol. 209, 2007, p. 63-86.

LUCENTE, Luciana. *DaTo: Um sistema de notação entoacional do Português Brasileiro baseado em princípios dinâmicos. Ênfase no foco e na fala espontânea*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp-iel, 2008.

MARANTZ, Alec. Creating words above and below ‘little v’. *The Paris Lectures*, 1999.

MARTINS, E. *Sentential negation in spoken Brazilian Portuguese*. Washington: Georgetown University, 1997.

MARTINS, Ana Maria. Emphatic affirmation and polarity. Contrasting European Portuguese and Brazilian Portuguese, Spanish, Catalan and Galician. In: DOETJES, Jenny; GONZALEZ, Paz (Eds.) *Romance languages and linguistic theory*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 2004, p. 197-223.

_____. Negação metalinguística (lá, cá e agora). Atas do XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, ed. by Ana Maria Brito. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística 20, 2010.

MATÍNEZ, Cristina. *Negative Concord in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada na UFMG em junho de 2004.

MIOTO, Carlos. *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, 1991.

_____. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, n. 6, Curitiba, 2003, p. 169-189.

MIYAGAWA, Shigeru. On the EPP. *MIT Working Papers in Linguistic*, vol. 49, 2005, p. 201-235.

NAMIUTI, Cristiane. *Aspectos da história gramatical do Português: Interpolação, Negação e Mudança*. Campinas. (Tese de Doutorado) – Unicamp, 2008.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

OLIVEIRA, M. *Frases assertivas e suas variações nas línguas românicas: o seu papel na aquisição*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PAYNE, John R. Complex Phrases and Complex Sentences. In.: Shopen, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description: Complex constructions*. Cambridge, England: Cambridge University Press, vol. 2, 1985, p. 3-41.

PETRÔNIO, K. *Clause structure in ALS*. Ph.D. Dissertation. University of Washington, 1993.

PIAGET, Jean. *The language and thought of the child*. NY: The world publishing, 1955.

PINTO, Clara. *Negação metalinguística e estruturas com 'nada' no Português Europeu*. Lisboa. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, 2010.

POLETTI, Cecilia. The syntax of focus negation. *Working papers in linguistics*. Venice. vol. 18, 2008.

_____. On negative Doubling. *La negazione: variazione dialettale ed evoluzione diacronica*, 2008.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, Universal Grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, vol. 20, 1989, p. 365-424.

PRINCE, E. F. Toward a Taxionomy of Given-New Information. In.: Cole, P. (ed.), *Radical Pragmatics*. Academic Press: New York, 1981, p. 223-256.

_____. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: Thompson, S.; Mann, W. (eds.) *Discourse Description: Diverse Analyses of a Fundraising Text*. Benjamins, Amsterdam, 1992, p. 295-325.

PROGOVAC, Ljiljana. Negative and positive polarity: a binding approach. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. Negation and denial. A study in the theory of speech acts. São Paulo. Tese (Doutorado em Linguística) – Puc-SP, 1982.

RAMCHAND, Gillian. Two types of negation in Bengali. In.: DAYAL, V.; MAHAJAN, A. (eds.) *Clause Structure in South Asian Languages*. Dordrecht: Kluwer, 2001.

_____. *Aspect and Predication*. Oxford University Press: Oxford, 1997.

RAMOS, Jânia M. A Alternância entre “não” e “num” no Dialeto Mineiro: um caso de mudança lingüística. In: Cohen, M.A.A.M.; Ramos, J.M. *Dialeto Mineiro e outras Falas – Estudo de Variação e Mudança Lingüística*. BH: Editora da UFMG, 2002. p. 155-167.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The Free Press, 1947.

REINHART, Tanya. Interface Estrategies. *Technical Reports OTS working papers in Linguistics*, Universidade de Utrecht, 1995.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery of the clause. In.: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337.

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROMERO, M.; HAN, C. On negative yes/no questions. *Linguistics & Philosophy*, vol. 27, 2004, p. 609-658.

RONCARATI, Claudia. A negação no português falado. In: Macedo, A.T. *et al.* (Orgs.). *Variação e Discurso*. RJ: Tempo Brasileiro, 1997, p. 65-102.

ROSS, John Roberts. *Constraints on variables in syntax*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SCHWARZSCHILD, R. GIVENness, Avoid F and other constraints on the Placement of the Focus. *Natural Language Semantics*, vol. 7, vol. 2, 1999, p. 141-177.

SCHWEGLER, A. Predicate Negation and word-order change – A problem of multiple causation. *Lingua*, vol 61, 1983, p. 97-334.

SCHWEGLER, A. Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a linguistic change in progress. *Orbis*, vol. 34, 1991, p. 187-214.

SCHWENTER, Scott A. The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese. *Lingua*, vol. 115, 2005, p. 1427-1456.

SELKIRK, Elisabeth O. Phonology and syntax: the relation between sound and structure. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.

SMITH, Carlota. *The parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer, 1991.

SPORTICHE, D. Movement types and triggers, paper present at the TiLT workshop, GLOW, Utrecht, 2002.

_____. Reconstruction, constituency and morphology, paper present at 22th GLOW, Berlin, 1999.

_____. French predicate clitics and clause structure. In. CARDINALETTI, A., ANDERSON, S. R.; GUASTI, M. (eds.) *Small clauses*, vol. 28 *Syntax and Semantics* San Diego: Academic Press, 1995, p. 287-324.

STARKE, Michal. 'En deuxième position en Europe Centrale', mémoire Universidade de Geneva, 1993.

STALNAKER, R. Pragmatic presuppositions. In: Munitz, M.; Unger, P. (eds.), *Semantics and Philosophy*. New York, 1974. p. 197-230.

_____. Assertion. In.: P. Cole (Ed.) *Pragmatics: Syntax and Semantics*. v. 9. New York: Academic Press, 1978.

_____. Common Ground. *Linguistics and Philosophy*, vol. 25, 2002, p. 701-721.

STOWELL, T. The frase structure of tense. In. ROORYCK, J.; ZARING, L. (eds.) *Phrase structure and the lexicon*, Dordrecht: Kluwer, 1996, p. 277-291.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. Evidence from Brazilian Portuguese Information Packaging. Trabalho apresentado no VII CGSP: Speech and Prosody, realizado em Belo Horizonte de 29 de fevereiro a 03 de março de 2012.

_____. Sentential negation in Brazilian Portuguese: Pragmatics and syntax. *JournalLipp*, v.1, 2011, p. 89-103.

_____. *Formas reduzidas de itens negativos no Português Brasileiro*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Fale/UFMG, 2007.

_____. Redução do item negativo pré-verbal *não*: Uma abordagem variacionista. *Revista Alpha*, 2005.

_____. *Variação na partícula negativa pré-verbal em negativas sentenciais no dialeto mineiro*. Monografia de bacharelado. ICHS/UFOP. 2004.

TENANI, Luciani. Domínio Prosódicos no Português. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, 2002.

TRUCKENBRODT, Hubert. Phonological Phrases: Their relation to syntax, focus and prominence. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, Mass, 1995.

_____. On the relation between Syntactic Phrases and Phonological Phrases, 1999.

VALLDUVI, E. Detachment in Catalan and information packaging. *Journal of Pragmatics*, n. 22, 1994, p. 573–601

VAN VALIN, R.D. German *doch*: the basic phenomena. In: Grossman, R.E. *et al.* (eds.) 1975, p. 625-637.

VAN DER AUWERA, J. The Jespersen Cycles. In.: Gelderen, E. (ed.). *Cyclical Change*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 2009, p. 35-72.

VIKNER, S. Parameters of Binder and of Binding Category in Danish. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, vol. 23, 1985, p. 1-61.

VITRAL, Lorenzo. Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa. In.: Nicolau, E (org.). *Estudos sobre a estrutura gramatical da linguagem*, Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.

_____. A Negação: Teoria da Checagem e Mudança Linguística. *D.E.L.T.A.*, vol. 15, n. 1, 1999, p. 57-84.

WAGNER, Michael. *Prosody and recursion*. Cambridge. Ph.D. Dissertation, MIT, 2005.

WATANABE, Akira. The Genesis of Negative Concord: Syntax and Morphology of Negation Doubling. *Linguistic Inquiry*, vol. 35, n. 4, 2004, p. 559-612.

WONG, S.W. & SCHREINER, Christoph E. Representation of CV-sounds in cat primary auditory cortex: intensity dependence. *Speech comm*, n. 41, 2003, p. 93-106.

WOOD, J. So-inversion as polarity focus. In. GROSVOLD, M.; SOARES, D. (eds.) *Proceedings of the 38th Western Conference on Linguistics*. Fresno, CA: University of California, 2008, p. 304-317.

ZANUTTINI, Rafaela. *The structure of negation clause in Romance*. Ms., University of Pennsylvania, 1989.

ZEIJLSTRA, Hedde. *Sentential negation and negative concord*. Utrecht: LOT dissertations series, 2004.

ZIFF, P. *Semantic analysis*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1960.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge: MIT Press, 1998.

Anexo I

TESTE 1

PARTE I – Coloque (ok) se a sentença for boa ou (*) se a sentença for ruim.

Tente ler com a entonação mais neutra possível.

- 1.() Eu não vou ao cinema não.
- 2.() Sei isso não.
- 3.() Eu vou lá não.
- 4.() Comprei cerveja não.
- 5.() Encontrei com a menina que conheci ontem na feira não.
- 6.() Quem você não conheceu não?
- 7.() Quem você conheceu não?
- 8.() Ninguém não vai no cinema mais.
- 9.() Nada não dura para sempre.
- 10.() Ninguém num disse isso.
- 11.() Vou lá nada.
- 12.() Vi ninguém lá.
- 12.() Vi ninguém lá não.
- 13.() Tenho nenhum plano.
- 14.() Tenho plano nenhum.
- 15.() Eu não vi lá nada.

PARTE II – Para cada situação coloque (1) para a sentença mais natural (aquela que vem primeiro na sua cabeça); (2) para sentença possível, mas menos natural; (#) se a sentença for muito estranha para o contexto.

A= Interlocutor 1 B= Interlocutor 2 C= Interlocutor 3

1. A: Você viu o diretor do iel?
(2) B1: Eu não vi a diretora do iel.
(1) B2: Eu não vi a diretora do iel não.
(#) B3: Vi a diretora do iel não.
2. A: Você comprou cerveja?
() B1: Não comprei.
(2) B2: Não comprei não.
(1) B3: Comprei não.
3. A: Você comprou cerveja?
(2) B1: Comprei cerveja não, comprei vinho.
() B2: Não comprei cerveja, comprei vinho.
(1) B3: Não comprei cerveja não, comprei vinho.
() B4: Não comprei cerveja, mas comprei vinho.
4. A: Você pagou a conta de luz?

(2) B1: Não paguei, você não pediu.

(1) B2: Não paguei não, você não pediu.

(2) B3: Paguei não, você não pediu.

5. A: Você pagou a conta de luz?

(1) B1: Não. Você não pediu.

(#) B2: Não. Você não pediu não.

(#) B3: Não. Você pediu não.

6. A: Você sabia que o Juanito foi assaltado?

(1) B1: Nossa! Falando do Juanito, eu não entreguei o trabalho dele.

(2) B2: Nossa! Falando do Juanito, eu não entreguei o trabalho dele não.

(#) B3: Nossa! Falando do Juanito, eu entreguei o trabalho dele não.

(#) B4: Nossa! Falando do Juanito, entreguei o trabalho dele não.

7. A: Consegui finalmente entregar meu trabalho.

(2) B1: E eu não sei como começar o meu não.

(1) B2: E eu não sei como começar o meu.

(2) B3: E eu sei como começar o meu não.

8. A: Você viajou pra onde no feriado?

() B1: Viajei não. Fiquei em casa.

(1) B2: Eu não viajei não. Fiquei em casa.

() B3: Eu não viajei. Fiquei em casa.

9. A: Você viu a Maria?

(1) B1: Não conheço nenhuma Maria não.

() B2: Conheço nenhuma Maria não.

() B3: Não conheço nenhuma Maria.

10. A: Você vai na festa na casa da Júlia?

B: Não.

A (dirigindo-se a C): O que ele disse?

(1) C1: que não vai.

(2) C2: que não vai não.

Anexo II

Teste 3

- Dados dos brasileiros em números absolutos

	Falo	Ouço	Não falo nem ouço
O João não vai no cinema não	31	1	
Comprei cerveja não	20	10	2
eu penso que pode ser assim não	5	10	15
o Pedro mora aqui não	18	11	1
o Pedro não conhece a Luiza e a Ana não	15	6	11
Se você não for viajar mesmo não, passa lá em casa no fds	28	2	2
eu não comi nada no almoço	32		
não comi nada no almoço não	27	3	2
eu não comi manga nunca		5	27
eu nunca viajo de férias não	22	7	3
eu sei que ele não foi não	20	7	4
O João falou com o Pedro não	11	15	6
Pedro viu ninguém não	13	13	6
Como peixe não	15	16	1
Tô doente não	24	7	1
Ela não é bonita não	Ela é feia		Ela é linda
	31		
Ontem meu carro não ligou não	Mas o mecânico veio e consertou	Tive que ir para o trabalho de ônibus	
	5	27	
E seu marido não trabalha? Trabalha não	Ele faz bicos	Sou só eu com as despesas	
	5	27	
Hoje não tá muito quente não	Tá uma temperatura amena	Tá muito frio	
	29	4	
	Não v	Não v não	V não
Você foi na festa da Maria?	5	13	13
Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?		9	23
Você não quis bife?	10	18	4
Eu não vi o João chegando ontem. Ele chegou tarde?	5	17	10
Seu carro tá funcionando direitinho agora?	Mecânico	17	
R: Ontem ele não funcionou	ônibus	15	

- Dados dos portugueses (segunda parte)

Ela não é bonita não	Ela é feia	Ela é linda	
	2		
Ontem meu carro não ligou não	Mas o mecânico veio e consertou	Tive que ir para o trabalho de ônibus	
	2		
E seu marido não trabalha? Trabalha não	Ele faz bicos	Sou só eu com as despesas	
	1	1	
Hoje não tá muito quente não	Tá uma temperatura amena	Tá muito frio	
		2	
	Não v	Não v não	V não
Você foi na festa da Maria?	2		
Eu vi a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?	2		
Você não quis bife?	2		
Eu não vi o João chegando ontem. Ele chegou tarde?	1	1	
Seu carro tá funcionando direitinho agora?	Mecânico	2	
R: Ontem ele não funcionou	ônibus		

*Na primeira parte, os portugueses marcaram com “falo e ouço” apenas as sentenças com *não* pré-verbal e com dupla

- Dados dos brasileiros divididos por estado

1. O João não vai ao cinema não									
	<i>Ba</i>	<i>MG</i>	<i>SP</i>	<i>DF</i>	<i>Go</i>	<i>SC</i>	<i>RJ</i>	<i>Pe</i>	<i>Pr</i>
<i>Falo e ouço</i>	8	8	4	4	2	2	1	1	1
<i>Ouçó, mas não falo</i>	1								
<i>Não falo, nem ouço</i>									
2. Comprei cerveja não									
<i>Falo e ouço</i>	6	7	1	3	1			1	1
<i>Ouçó, mas não falo</i>	3	1	3			2	1		
<i>Não falo, nem ouço</i>				1	1				
3. Eu penso que pode ser assim não									
<i>Falo e ouço</i>	2	1	1	1					
<i>Ouçó, mas não falo</i>	2	3	1	1		2			1
<i>Não falo, nem ouço</i>	4	3	2	2	2		1	1	
4. O Pedro mora aqui não									
<i>Falo e ouço</i>	6	6	2	3	1				
<i>Ouçó, mas não falo</i>	2	1	2	1	1	2		1	1
<i>Não falo, nem ouço</i>							1		
5. O Pedro não conhece a Luisa e a Ana não									
<i>Falo e ouço</i>	4	5	4		2				
<i>Ouçó, mas não falo</i>	1			3		1		1	
<i>Não falo, nem ouço</i>	4	3		1		1	1		1
6. Se você não for viajar mesmo não, passa lá em casa no fim de semana									
<i>Falo e ouço</i>	9	8	3	3	2	2			1
<i>Ouçó, mas não falo</i>				1				1	
<i>Não falo, nem ouço</i>			1				1		
7. Eu não comi nada no almoço									
<i>Falo e ouço</i>	9	8	4	4	2	2	1	1	1
<i>Ouçó, mas não falo</i>									
<i>Não falo, nem ouço</i>									
8. Eu não comi nada no almoço não									
<i>Falo e ouço</i>	7	8	4	3	2	1	1	1	
<i>Ouçó, mas não falo</i>	1			1		1			
<i>Não falo, nem ouço</i>	1								1
9. Eu não comi manga nunca									
<i>Falo e ouço</i>									
<i>Ouçó, mas não falo</i>	2	1	1		2			1	
<i>Não falo, nem ouço</i>	7	7	3	4	2	2	1		1
10. Eu nunca viajo de férias não									
<i>Falo e ouço</i>	7	8	3	1	2		1		
<i>Ouçó, mas não falo</i>	2		1	2		1		1	
<i>Não falo, nem ouço</i>				1		1			1
11. Eu sei que ele não foi não									
<i>Falo e ouço</i>	5	7	3	3	2				
<i>Ouçó, mas não falo</i>	3		1	1		1			1
<i>Não falo, nem ouço</i>	1					1	1	1	
12. O João falou com o Pedro não									
<i>Falo e ouço</i>	3	3	1	3	1				
<i>Ouçó, mas não falo</i>	6	5	2			1		1	
<i>Não falo, nem ouço</i>			1	1	1	1	1		1
13. Pedro viu ninguém não									
<i>Falo e ouço</i>	5	4		2	1				1
<i>Ouçó, mas não falo</i>	3	2	4	1		2		1	
<i>Não falo, nem ouço</i>	1	2		1	1		1		
14. Como peixe não									
<i>Falo e ouço</i>	8	4		2	1				
<i>Ouçó, mas não falo</i>	1	4	4	2	1	2		1	1
<i>Não falo, nem ouço</i>							1		

15. Tô doente não									
<i>Falo e ouço</i>	9	7	1	4	1	1			1
<i>Ouçó, mas não falo</i>		1	3		1	1		1	
<i>Não falo, nem ouço</i>							1		
Ela não é bonita não									
Ela é feia	9	7	4	4	2	2	1	1	1
Ela é linda									
Ontem meu carro não ligou não									
Mas aí veio o mecânico e consertou		2	1		1		1		
Tive que ir pro trabalho de ônibus	9	6	3	4	1	2		1	1
E seu marido não trabalha?									
R: Trabalha não									
Ele faz bico	2	1	1			1			
Sou só eu com as despesas de casa	7	7	3	4	2	1	1	1	1
Hoje não tá muito quente não									
Tá uma temperatura bem amena	7	8	3	4	2	2	1	1	1
Tá muito frio	2		1						
Você foi na festa da Maria?									
Não fui			2	1		2			
Não fui não	5	4	2				1		1
Fui não	4	4		3	2			1	
Eu via a Maria com o pé enfaixado. Ela quebrou o pé?									
Não quebrou									
Não quebrou não	1	2	4			1			1
Quebrou não	8	6		4	2	1	1	1	
Você não quis bife?									
Eu não como carne		1	2	2	1	2	1		1
Não como carne não	7	5	2	2	1			1	
Como carne não	2	2							
Eu não vi o João chegando ontem. Ele chegou tarde?									
Ele não chegou		3		2					
Não chegou não	5	3	4	2		1	1	1	
Chegou não	4	2			2	1			1
Seu carro tá funcionando direitinho agora?									
R: Ontem ele não funcionou									
Mas aí veio o mecânico e consertou	5	5	1	3		1	1	1	
Tive que ir pro trabalho de ônibus	4	3	3	1	2	1			1

Anexo III

- Teste 4 - Dados teste 4 por estado

		Ba	MG	SP	SC	Go	Pr	MS	Re	RJ	DF
Eu num tenho trocado não.	P O I	3/3	5/5	4/5 1/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
Eu num posso comer amendoim não.	P O I	3/3	5/5	5/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
É melhor num ficar acordado até tarde não.	P O I	3/3	5/5	4/5 1/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
Num tô achando minha carteira não!	P O I	3/3	3/5 1/5 1/5	3/5 1/5 1/5	2/2	1/2 1/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
Professor de alemão não fica desempregado não	P O I	3/3	3/5 2/5	5/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
Tem político que num é corrupto não	P O I	3/3	5/5	4/5 1/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
Meu cartão num tá passando não.	P O I	3/3	4/5 1/5	3/5 2/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1
O João num anda muito bem não.	P O I	2/3 1/3	4/5 1/5	5/5	2/2	2/2	1/1	1/1	1/1	1/1	1/1